



# Coletânea de Monografias sobre Cultura Japonesa

**Vol. II**

**Organizador: Kiyoshi Harada**

VERSÃO DIGITAL - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

2023

Coletânea de Monografias  
sobre Cultura Japonesa

**Vol. II**

**Organizador:**  
Kiyoshi Harada

**Organizador:**

Kiyoshi Harada

**Coeditores:**

Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social  
Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social

**Autores:**

Ana Luiza Henriques Coan  
Daniela Lumi Nascimento Watanabe  
Diogo Silva Inamura  
Elise Hirako  
Fabio Yukio Suetugo  
Guilherme Seigo Matsumoto  
Gustavo Kenji Matsumoto  
Kiri Miyazaki  
Leonardo Inomata  
Michele Sayuri Yano Iwata  
Rodrigo Kanegusuco Akamine  
Simone Yuriko Kameo

**Coletânea de Monografias sobre Cultura Japonesa - Vol II.**

São Paulo 2023

**Capa:**

Dan Mabe

**Patrocinador:**



**Projeto gráfico e diagramação:**

Mari Minniti - Views Agência

**Impressão**

Vox Gráfica

**Capa:** Dan Mabe

**Layout da Capa e Composição:** Views Agência

**Coleta e pesquisa de fotos:** Rodolfo Wada

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Coletânea de monografias sobre cultura japonesa :  
volume II / organização Kiyoshi Harada. --  
2. ed. -- São Paulo, SP : Vox Grafica, 2023.

ISBN 978-65-992332-5-8

1. Brasileiros de origem japonesa - História  
2. Cultura japonesa 3. Imigração japonesa - Brasil -  
História 4. Japoneses - Brasil I. Harada, Kiyoshi.

23-149670

CDD-306.0952

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Cultura japonesa 306.0952

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei no 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto no 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Esta edição é inteiramente patrocinada pela Fundação Kunito Miyasaka

## Nota sobre o Organizador



**KIYOSHI HARADA** é Mestre em Direito pela UNIP. Especialista em Direito Tributário e em Ciência das Finanças pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde se formou em Direito. Professor aposentado de Direito Financeiro na Universidade Paulista – UNIP. Professor de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário em cursos de pós-graduação lato sensu em diversas instituições de ensino superior. Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário – IBEDAFT. Sócio-fundador do escritório Harada Advogados Associados com 56 anos de tradição. Sócio-Fundador e membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão. Acadêmico Perpétuo da Academia Paulista de Letras Jurídicas – APLJ –, da Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT – e da Academia Paulista de Direito – APD. Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo e seu ex Conselheiro e ex Secretário Geral. Membro do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – Fecomércio. Membro da Comissão de licitação do Departamento Hidroviário da Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo. Membro da Comissão de Arbitragem da Federação das Indústrias do Estado do Paraná- FIEP. Autor de 42 obras jurídicas publicadas pelas diferentes Editoras e de mais de 700 artigos e monografias publicadas pelas principais revistas e boletins jurídicos. Coautor em mais de 80 obras coletivas. Integrante do Conselho Editorial das principais revistas e boletins jurídicos do país.

No âmbito da comunidade nipo-brasileira coordenou as seguintes obras coletivas: O Nikkei no Brasil, já na quinta edição; Bunkyo, Presente, Passado e Futuro; 21 Anos Consecutivos da Associação Latino-Americana de Ex Bolsistas do Gaimusho; e Intercâmbio Cultural Brasil-Japão, obra com participação de 57 coautores reunindo a nata da intelectualidade paulistana, entre nikkeis e não nikkeis. Ex Presidente da Comissão Jurídica da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social e seu Presidente honorário. Ex Presidente do Conselho Deliberativo dessa entidade por três mandatos consecutivos.



## Homenagem póstuma ao Dr. Mario Massanori Iwamizu



***Por Kiyoshi Harada***

O passamento do Dr. Mario Iwamizu, como era conhecido entre nós, no dia 13 de junho de 2022, além de nos causar uma profunda tristeza deixou um vazio no seio da comunidade nipo-brasileira. Nunca mais veremos o seu semblante sempre sereno, alegre, comunicativo, de voz pausada, amena e cavalheiresca.

Mario Iwamizu integrou a Comissão de Jurados no Concurso de Monografias sobre a Cultura Japonesa que vimos promovendo anualmente, desde 2019 até o ano de 2021, demonstrando cultura e sabedoria na escolha de vencedores do concurso monográfico, nunca deixando de elogiar generosamente todos os participantes do certame. Suas opiniões sempre contaram com a concordância dos demais membros da comissão presidida pelo Ministro Massami Uyeda.

Na reunião de jurados para a escolha dos vencedores do 4º concurso, em outubro de 2022, todos nós sentimos a falta das palavras sempre ponderadas do Dr. Mario Iwamizu.

Ele era formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Frequentou o curso sobre Direito Americano na Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin, Madison, Estados Unidos.

Foi gerente jurídico do Departamento Jurídico da Wolkswagem do Brasil. Nessa condição participou de vários projetos como exportação de automóveis para o Iraque e Estados Unidos e a criação da Autolatina. Chefiou grupo de trabalho da Wolkswagen que viajou ao Japão para estudar o processo de fabricação automobilística japonesa (Toyota, Honda, Mazda, Nippon Denso, NGK e outras).

Foi sócio da Advocacia Internacional: Trench, Rossi e Watanabe e do escritório LRI Advogados.

Era Bolsista do Gaimusho Kenshusei, da turma de 1988. Mais tarde veio a presidir a Associação Brasileira de ex Bolsistas do Gaimusho Kenshusei.

Foi Vice Presidente e Secretário Geral da Sociedade Cultural Nipo-Brasileira de São Bernardo do Campo. Atuou na fundação da entidade para comemoração dos 100 anos da Imigração Japonesa no Brasil tendo sido Secretário Geral da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social - Bunkyo - 2003 a 2004, Gestão Uehara. Foi vice Presidente do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão e foi Presidente da Comissão Jurídica do Bunkyo.

Em rápidas pinceladas é o perfil de Mario Iwamizu, colega, amigo e companheiro inseparável de várias jornadas na área sócio-cultural, ao longo de nossa prezeirosa e proveitosa convivência.

Seus feitos, suas virtudes e seu inigualável cavalheirismo serão orgulhosamente guardados no fundo de nossas almas.

Mário Iwamizu partiu repentinamente em junho de 2022, deixando muitas saudades para todos os que tiveram a ventura de conhecê-lo e especialmente para a sua dedicada esposa, MIWAKO, e seus filhos queridos.

SP, janeiro de 2023.

***Kiyoshi Harada.***

## Apresentação

Esta 2ª coletânea reúne 5 (cinco) monografias do 3º concurso, realizado de 2021, e 7 (sete) outras apresentadas no 4º concurso realizado no ano de 2022.

O 3º concurso versou sobre o tema “O espírito coletivo na sociedade nipo-brasileira: realidade ou mito?”

Sagrou-se campeão o monografista Gustavo Kenji Matsumoto.

O 4º concurso de monografias apresentou, de forma alternativa, dois temas: “Historias e personagens da comunidade nipo-brasileira que os livros não registram” e “O papel das associações na trajetória da comunidade nipo-brasileira”

Neste 4º concurso houve uma significativa participação de monografistas residentes em outros Estados, como Bahia, Espírito Santo e Sergipe, assim como, aquele residente fora da Capital do Estado de São Paulo.

Outrossim, houve presença majoritária de autores femininos.

Sagraram-se vencedoras as seguintes monografistas: em 1º lugar a Ana Luiza Henriques Coan, de Santa Catarina; em 2º lugar a Simone Yuriko Kameo, de Sergipe; e em 3º lugar a Daniella Lumi Nascimento Watanabe, da Bahia.

Independentemente das classificações o certo é que todas as monografias apresentadas no 3º e no 4º concursos são de capital importância e relevância na consecução dos objetivos desse concurso monográfico, que são exatamente o de preservar a milenar cultura japonesa e divulgá-la perante a sociedade brasileira em geral.

Como se pode verificar de um dos trabalhos apresentados, a cultura japonesa já ultra-

passou a fronteira da comunidade Nikkei, para se espalhar sobre todos os segmentos da ampla sociedade brasileira, atraindo os não nikkeis (newkkeis) para este vasto e rico e fascinante campo de conhecimento da cultura japonesa.

O concurso de monografia tem, pois, por finalidade principal dar continuidade a esse dinâmico processo de manutenção e divulgação de cultura oriental.

A coletânea de monografia, por sua vez, busca deixar um legado para as gerações futuras, a fim de que este salutar hábito de transmissão dos valores nikkeis se transmita de geração em geração objetivando sua perpetuação.

**Kiyoshi Harada**

Organizador

## Palavras do Presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social – Bunkyo

*Renato Ishikawa*



Inicialmente, com toda honra, gostaria de saudar o jurista Dr. Kiyoshi Harada. Parabéns pela magnífica ideia de instituir, em 2018, em comemoração aos 110 anos da Imigração japonesa no Brasil, o Concurso de Monografias sobre Cultura Japonesa envolvendo os membros jovens das entidades nipo-brasileiras. Também, saúdo a iniciativa de organizar esta Coletânea de Monografias, com a publicação dos melhores trabalhos concorrentes.

O Concurso, já em sua 4ª edição, tem se consolidado como uma oportunidade ideal para reflexão dos participantes, bem como estimulado para que enveredem numa ampla pesquisa afim de sistematizar os dados sobre o tema proposto.

Acredito que, dessa forma, o Concurso cumpre uma função didática com resultados verdadeiramente construtivos para a formação profissional dos jovens e quiçá, incentive-os a estudar os temas voltados à cultura japonesa e/ou história da imigração nipônica.

A presente edição reúne os trabalhos do 3º Concurso de Monografias que abordou sobre o espírito coletivo na comunidade nipo-brasileira, levando a uma série de estudos teóricos ou análise da vivência no cotidiano das associações nikkeis.

Além de parabenizar a merecida classificação em 1º lugar conquistado por Gustavo Kenji Matsumoto com o trabalho “O espírito coletivo na comunidade nipo-brasileira: realidade ou mito”, gostaria de destacar a monografia de Sayuri Yano Iwata, diretora do Departamento de Jovens da Associação Nipo-Brasileira da Alta Sorocabana (Seinen Hansoro).

Com o título “Coletividade ou coletivismo: uma breve análise da comunidade nipo-brasileira”, a autora tomou como referência o conteúdo e os resultados das seis edições do FIB – Fórum de Integração Bunkyo Regional que reuniu representantes das associações nipo-brasileiras da região da Alta Sorocabana, no Estado de São Paulo.

O FIB – Fórum de Integração Bunkyo foi criado em 2007 com a proposta de reunir representantes das entidades nipo-brasileiras, incluído os departamentos de jovens, para discutir e apresentar projetos relacionados à cultura japonesa tendo como referência o futuro das associações nikkeis. A partir desses encontros, um dos frutos mais importantes foram os FIBs regionais levando essas reflexões para a realidade de cada local e a Alta Sorocaba foi a pioneira na organização desses fóruns.

Na 4ª edição do Concurso, constatamos um enriquecimento do evento ao alcançar interessados de outros estados e entidades, trazendo novas informações/visões e histórias de outras regiões.

Com justiça, a Comissão Julgadora concedeu a Ana Luiza Henriques Coen o primeiro lugar pelo trabalho “A influência das associações na construção de processos identitários”. Podemos considerar que, de certa forma, ela parte do depoimento pessoal da própria autora para focar os caminhos percorrido pelos jovens para se chegar à cultura japonesa. Um trabalho muito interessante da atualidade que registra o relacionamento da nova geração (nipo-descendentes ou não) com os ícones da cultura japonesa.

Já a Simone Yuriko Kameo, faz um apanhado sobre a presença da comunidade nipo-brasileira na região do Nordeste brasileiro para completar com uma coleção de personagens que habitam esse universo e estão empenhados da preservação e difusão da cultura japonesa.

No terceiro trabalho, a Daniela Lumi Nascimento Watanabe enfoca a presença da comunidade japonesa em Taperoá, sul da Bahia, tendo como protagonista o cultivo do cravo da índia.

Considero que são registros preciosos de referência à trajetória dos imigrantes japoneses e seus descendentes, como também à disseminação da cultura japonesa em nosso país.

Reitero, uma vez mais, meu reconhecimento à feliz iniciativa do jurista Harada ao criar este Concurso, bem como parabenizo todos os participantes e em especial os autores dos trabalhos premiados.

Parabéns.

**Renato Ishikawa**

Presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social

## Palavras da Cônsul Geral Adjunta

*Sr<sup>a</sup> Chiho Komuro*



Gostaria de felicitar e expressar minha mais sincera reverência ao Dr. Kiyoshi Harada e a todos os autores que contribuíram para a elaboração e publicação da 2ª Coletânea de Monografias Sobre a Cultura Japonesa. Agradeço de modo especial o Dr. Harada por seu ativo e perseverante esforço ao longo dos anos em reunir pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre a imigração e cultura japonesa. Sem dúvidas sua trajetória e diligência são uma inspiração para todos nós.

É motivo de grande alegria e admiração que observo o amplo interesse da comunidade nikkei e de toda a sociedade brasileira pela história, cultura e tradições japonesas. Dessa forma, a publicação deste novo volume presenteia a todos nós com ricas referências e memórias.

Destaco também o fato desta obra colaborar substancialmente para a preservação da história da imigração japonesa e formação da comunidade nipo-brasileira, além de inspirar reflexões sobre o legado dos pioneiros imigrantes e das primeiras gerações nikkeis para o futuro da comunidade – que com certeza continuará contribuindo de maneira valorosa para o desenvolvimento econômico, harmonia social e riqueza cultural do Brasil.

Neste sentido, me alegra muito observar a juventude dos autores dos trabalhos premiados e publicados aqui, o que me permite ter a certeza de que o futuro das pesquisas neste campo do conhecimento continuará sendo frutífero e de alta qualidade.

Finalizo minha breve felicitação reiterando meu mais profundo respeito a todos os autores deste novo volume da Coletânea de Monografias Sobre a Cultura Japonesa e reafirmo a disposição do Consulado Geral do Japão em São Paulo em seguir

colaborando junto de todos para a maior compreensão e divulgação da história da imigração japonesa no Brasil, assim como para prosperidade da comunidade nikkei e das relações nipo-brasileiras.

***KOMURO Chiho***

Cônsul-Geral Adjunta do Consulado Geral do Japão em São Paulo

## Palavras do Presidente da Comissão Julgadora

**Ministro Massami Uyeda**



**Massami Uyeda**

Presidente da Comissão Julgadora

Advogado

Mestre e Doutor em Direito (USP)

Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça

O tempo urge!

Já estamos a comemorar a cerimônia de premiação do 4º Concurso de Monografias – Prêmio Kiyoshi Harada.

A instituição do Concurso de Monografias – Prêmio Jurista Kiyoshi Harada deve-se ao tirocínio e à visão de conjunto da realidade do Eminent Professor Kiyoshi Harada, no sentido de preservar os valores da cultura nipo-brasileira, estimulando gerações de brasileiros, descendentes ou não descendentes de imigrantes japoneses, a desenvolver pesquisas e elaborar estudos concernentes à participação da comunidade nipo-brasileira no cenário maior da cultura brasileira.

Nesta 4ª edição do Concurso, foram apresentados dois temas para servirem de núcleo das monografias:

- a) “O papel das associações socioculturais e esportivas da comunidade nipo-brasileira.
- b) “Histórias de personalidades nipo-brasileiras que exerceram e exercem influência na sociedade brasileira e não mencionadas nos livros”

Foram muitas as monografias apresentadas, versando sobre os temas propostos.

A Comissão Julgador teve, até mesmo, certa dificuldade para aferir a premiação, tal a qualidade e excelência das monografias.

Afinal, sagraram-se vencedoras as seguintes monografias:

### 1º LUGAR: “A INFLUÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS IDENTITÁRIOS”

**Autora: Ana Luiza Henriques Coan – Espírito Santo**

*(Doutoranda em Letras Estrangeiras e Tradução – FFCL-USP; Mestre em Linguística – UFES; Diretora da Associação Brasileira de Ex-Bolsistas do Japão; Membro da Associação Nikkei de Vitórias e voluntária no JuniakiJapan/Brazil Project)*

Avaliação, na visão do jurado, Dr. Jorge Yamashita: “A monografia se inicia com a conceituação dos termos - identidade, comunidade, comunidade nipo-brasileira comunidade/grupo étnico etc. - e se desenvolve com base nesses conceitos, analisando a Identidade étnica e Identidade nacional, no caso da Comunidade Nipo-Brasileira.

O texto está muito bem descrito e contextualizado. Ao longo da descrição sempre contextualizou com o tema e a importância das entidades na preservação e interesse/motivação pela cultura japonesa.

Excelente trabalho de pesquisa com os 49 brasileiros não descendentes e suas análises e conclusões a respeito da identidade, interesse e importância da existência de associações culturais”.

### 2º LUGAR: “HISTÓRIAS E PERSONAGENS DA COMUNIDADE QUE OS LIVROS NÃO REGISTRAM”

**Autora: Simone Yuriko Kameo - Sergipe**

*(Graduada em Enfermagem -UEL-, mestrado e doutorado em Enfermagem Oncológica -USP-, pós doc -UNIFAL- e atua como docente na Universidade Federal de Sergipe – UFS. É organizadora do grupo nipo-brasileiro em Sergipe – ORIENTE-SE)*

“... O objetivo deste texto é relatar histórias de algumas pessoas, que os livros não contam, ao longo destes 114 anos. São pessoas comuns, algumas anônimas, que em suas pequenas comunidades, contribuem ou contribuíram para a preservação da cultura japonesa no Brasil e merecem esta citação.

Essa é uma lacuna que se faz mais presente na região nordeste do Brasil, onde a imigração japonesa apesar de presente, não ganhou destaque nacional...”

### 3º LUGAR: “EM BUSCA DA “FLOR DE OURO”: A COMUNIDADE JAPONESA DE TAPEROÁ BA (1960-1970)

**Autora: Daniela Lumi Watanabe - Bahia**

*(Graduada em História- Universidade do Estado da Bahia -UNEB- Mestre em História- Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local \_UNEB – Professora -SEC-BA-CRP/ME:00005/BA)*

“... Há quarenta anos teve início a formação da comunidade japonesa de Taperoá, a partir da mobilidade compulsória de famílias oriundas, principalmente do Pará. Assim eram japoneses, mas, procedentes do Pará e não do Japão. Simples agricultores, em sua maioria, os nipônicos que aí se fixaram levaram suas experiências no trato da terra, sua coragem, uma cultura distinta e, sobretudo, esperança, e, também a capacidade de organização, essa marca característica da presença japonesa no Brasil. O estabelecimento desse grupo em Taperoá esteve isento do intermédio oficial...”

Como se observa, as monografias premiadas constituem-se em precioso repertório do que pensam as autoras e, de certa maneira, permitem aferir o sentimento da comunidade nipo-brasileira, no concernente à plena integração no cenário sócio-econômico-cultural do Brasil.

Todas as monografias que foram apresentadas neste 4º Concurso, irão compor o 2º volume de monografias, englobando, também, as monografias do 3º Concurso. O 1º volume, contendo as monografias dos 1º e 2º Concursos já foi publicado em 2021.

A Comissão Julgadora parabeniza as autoras premiadas, bem como os demais participantes desta 4ª Edição do Concurso de Monografias – Prêmio Jurista Kiyoshi Harada.

Vida longa e saudável para todos!

São Paulo, 21 de novembro de 2022.



# Sumário

<b>Nota sobre o organizador da 2ª coletânea de monografias .....</b>	<b>5</b>
<b>Homensagem póstuma ao Dr. Mario Massanori Iwamizu .....</b>	<b>7</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>9</b>
<b>Palavras do Renato Ishikawa em nome da Comissão Organizadora .....</b>	<b>11</b>
<b>Palavras da Cônsul Geral Adjunta, Chiho Komuro .....</b>	<b>13</b>
<b>Palavras do Ministro Massami Uyeda em nome da Comissão Julgadora... ..</b>	<b>15</b>
<b>Terceiro concurso de monografias – 2021 .....</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>O espírito coletivo na comunidade nipo-brasileira: realidade ou mito.....</b>	<b>23</b>
Gustavo Kenji Matsumoto .....	24
<b>Capítulo II</b>	
<b>O futuro da comunidade nipo-brasileira .....</b>	<b>39</b>
Fábio Yukio Suetugo .....	40
<b>Capítulo III</b>	
<b>O espírito coletivo nipo-brasileiro .....</b>	<b>59</b>
Leonardo Inomata .....	60
<b>Capítulo IV</b>	
<b>Coletividade ou coletivismo: uma breve análise da comunidade nipo-brasileira.....</b>	<b>73</b>
Michelle Sayuri Yano Iwata .....	74
<b>Capítulo V</b>	
<b>O espírito coletivo nipo-brasileiro .....</b>	<b>89</b>
Rodrigo Canegusuco Akamine .....	90
<b>Quarto concurso de monografias – 2022 .....</b>	<b>107</b>

## Capítulo VI

<b>A influência das associações na construção de processos identitários.....</b>	<b>109</b>
Ana Luiza Henriques Coan.....	110

## Capítulo VII

<b>Histórias e personagens nipo-brasileira que os livros não registram.....</b>	<b>127</b>
Simone Yukiko Kameo.....	128

## Capítulo VIII

<b>Em busca da “Flor de Ouro”: A comunidade japonesa de Taperoá B (1960-1970).....</b>	<b>149</b>
Daniela Lumi Nascimento Watanabe .....	150

## Capítulo IX

<b>Guerra nas narrativas durante o período da Shindo Renmei .....</b>	<b>169</b>
Diego Silva Inamura.....	170

## Capítulo X

<b>O cinquentenário da Associação Cultural Nipo-brasileira de Anápolis – ACNBA.....</b>	<b>187</b>
Elise Hirako.....	188

## Capítulo XI

<b>O papel das associações japonesas no Brasil na trajetória da comunidade nipo-brasileira.....</b>	<b>207</b>
Guilherme Seigo Matsumoto.....	208

## Capítulo XII

<b>Deslocamento do índico japonês: China – Japão – Brasil .....</b>	<b>225</b>
Kiri Miyazaki.....	226

<b>Solenidade de premiação do 3º Concurso de Monografias.....</b>	<b>241</b>
---	------------

# TERCEIRO CONCURSO DE MONOGRAFIAS – 2021

**Tema: O espírito coletivo na comunidade nipo-brasileira: realidade ou mito?**

## **Comissão Organizadora:**

Kiyoshi Harada – Presidente

Renato Ishikawa – Presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social – Bunkyo

Jairo Uemura – Presidente do Gaimusho – Brasil

Marcelo Asamura – Presidente da JCI/Brasil

Patrícia Murakami – membro da JCI/Brasil

Célia Oi – Assessora de imprensa do Bunkyo

Guilherme Seigo Matsumoto – Comissão de Jovens do Bunkyo

## **Corpo de Jurados:**

Jorge Yamashita

Mario Iwamizu +

Massami Uyeda

Patrícia Murakami

Roberto Nishio

Sedi Hirano

## **Número de inscritos: 15**

Inscritos que apresentaram as monografias: 5

Michele Sayuri Yano Iwata;

Leonardo Inomata

Fábio Yukio Suetugo

Gustavo Kenji Matsumoto

Rodrigo Canegusuco Akamine

**SOLENIDADE DE PREMIAÇÃO DO 3º CONCURSO DE MONOGRIAS ...  
ILUSTRAÇÕES DA SOLENIDADE DE PREMIAÇÃO DO 4º CONCURSO ...**





# **O ESPÍRITO COLETIVO NA COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA: REALIDADE OU MITO?\***

Gustavo Kenji Matsumoto<sup>1</sup>

## SUMÁRIO:

<b>1. Introdução.....</b>	<b>24</b>
<b>2. Conceituação e contextualização do coletivismo.....</b>	<b>25</b>
<b>3. O termo nipo-brasileiro e comunidade nipo-brasileira.....</b>	<b>28</b>
<b>4. O coletivismo nipo-brasileiro.....</b>	<b>30</b>
<b>5. Considerações finais.....</b>	<b>34</b>
<b>6. Referências bibliográficas.....</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O espírito coletivo, ou melhor, o coletivismo, é um traço da cultura nipo-brasileira que foi notada pelos brasileiros desde os primeiros imigrantes japoneses no Brasil, e até hoje é notado na população japonesa (do Japão). Porém, com o passar do tempo, os diversos eventos sociais e conflitos geracionais mudaram a forma das novas gerações de enxergar o que chamamos de “cultura japonesa”, revisitando as diferentes abordagens e resistências que as associações de cultura japonesa adotaram para ou manter o tradicionalismo, ou se adaptar a essa nova visão de mundo. Diante dessa abordagem, podemos perceber o verdadeiro espírito coletivo da comunidade nipo-brasileira.

A presente pesquisa busca avaliar e verificar se de fato o espírito coletivo na comunidade nipo-brasileira é um mito ou uma verdade.

Na pesquisa, introduzem-se conceitos e definições acerca do coletivismo, o nipo-brasileiro e a comunidade nipo-brasileira para posteriormente avaliar a relação destes conceitos entre si.

A presente pesquisa é importante e justificada para que a sociedade na totalidade possa

---

<sup>1</sup> Pós-graduado em ataque e defesa cibernética e voluntário da Comissão de Jovens do Bunkyo.

enxergar os principais pontos levantados a respeito das diferenças de cultura e ideologia dos primeiros imigrantes e as gerações mais recentes.

## 2. CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO COLETIVISMO

Nas últimas décadas, a conceitualização de individualismo/coletivismo vem sendo muito utilizada em relatos de pesquisa e em estudos teóricos para explicar os fenômenos relacionados às diferenças culturais. A propagação de tal conceito se deu com os estudos de Hofstede, publicados em 1980, segundo Kagitçibasi (1998).

De acordo com Lonner e Adamopoulos (1996), entretanto, esses modelos teóricos foram introduzidos nas ciências sociais, nos anos 60 do século passado, por Tönnies, ao fazer a distinção entre comunidade agrícola tradicional e ambiente urbano industrial. A partir da década de 80, então, muitas discussões e pesquisas passaram a ser realizadas por vários estudiosos, a exemplo de Hofstede e Triandis. Esses estudos permitiram que os conceitos de individualismo e coletivismo se firmassem cada vez mais como indicadores de características distintivas entre culturas.

O fato de transparecer e enaltecer o bem comum e a harmonia da sociedade em que se vive acima dos interesses individuais, é um dos conceitos que Clemente e Gouveia (2000) definem a respeito do coletivismo. Por natureza, todos os indivíduos estão interligados, encaixados e situados por papéis e status particulares. Essa conexão se dá por sorte ou por destino comum, onde cada um é animado a colocar os interesses deste grupo a qual fazem parte, acima de seus próprios. Caso falhem em concretizar tal feito, perdem todo o prestígio que possuem, o que muitas vezes está atrelado ao que chamamos de ordem social.

Assim como o coletivismo está associado a valores sociais, conforme dito anteriormente, Triandis (1995) também relaciona o coletivismo aos aspectos culturais do indivíduo, de forma que segundo os ensinamentos, se valoriza a tradição herdada e a dependência emocional que se forma no grupo, onde o indivíduo ganha um novo sentido, sendo um ser que faz parte de uma coletividade.

E pela reflexão deste conceito de coletivismo, em muitas culturas o “eu” faz parte do coletivo que é representado pela família ou tribo. Os objetivos pessoais estão subordinados aos objetivos do coletivo e as regras, deveres e obrigações regulam todo o comportamento social do grupo.

Triandis (1996) ressalta que todo o conceito descrito anteriormente, pode ser observado em muitas culturas tradicionais e em muitas culturas da Ásia e da África.

É possível citar quatro características que são prevaletentes quando nos tratamos do coletivismo:

- A definição do “eu”;

Seguindo a mesma linha que Triandis, Markus e Kitayama (1991) definem “eu” como a interdependência com os membros do grupo fazendo com que grupos coletivistas definam o espaço social utilizando “grupos” como unidade de análise;

- A forma de lidar com as metas e objetivos;

Schwartz (1990, 1992, 1994) e Triandis (1988, 1990) relatam que a definição das metas e objetivos de indivíduos coletivistas está sempre em harmonia com as metas de seu grupo. E se há alguma discrepância entre duas metas, a prioridade será dada as metas do grupo;

- O comportamento em relação a regras e normas;

De acordo com Bontempo & Rivero (1992), Davidson et al. (1976) e Miller (1994), os coletivistas dão mais peso às normas do que às atitudes como determinantes de seu comportamento social;

- Foco nas necessidades do grupo.

Para Thibaut e Kelley (1959, n.p., tradução nossa):

Os coletivistas prestam muita atenção às necessidades dos membros de seus grupos na determinação de seu comportamento social. Assim, se um relacionamento é desejável do ponto de vista do grupo, mas dispendioso do ponto de vista do indivíduo, é provável que o indivíduo permaneça no relacionamento [...]. (THIBAUT e KELLEY, 1959, n.p.).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Mills e Clark (1982, n.p., tradução nossa) definem que:

(...) Como resultado, geralmente em todas as situações, os coletivistas se en-

volvem em relações comunitárias, enquanto os individualistas se envolvem em relações de troca (MILLS e CLARK (1982, n.p.).

Em linhas contrárias as definições dos autores acima, Kagitçibasi (1998), pontua que o individualismo e o coletivismo devem ser interpretados como complementos de um todo, não sendo opostos, mas sim uma possibilidade de coexistência em graus diferentes, incidindo em instâncias do indivíduo ou grupo, dependendo da situação ou dos objetivos. Além disso, não podemos confundir o individualismo com modernização ou coletivismo com tradição/conservadorismo.

Seguindo o mesmo raciocínio de Kagitçibasi, Fiske et al. (1998) utilizam o conceito de independência e interdependência como princípios organizadores da cultura. Ambos os termos são considerados diferentes e fazem relação aos conceitos de individualismo e coletivismo.

De acordo com estudos do autor, o modelo cultural independente, predominante na América do Norte e na Europa, o “ser” é caracterizado pelos seus atributos (preferências, motivos, objetivos, atitudes, crenças e habilidades) como orientação para o sucesso e a auto-realização e a liberdade de escolha.

Contrário a esse modelo, o modelo cultural interdependente, prevalente na Ásia oriental, o “ser” é caracterizado pela empatia, reciprocidade, pertencimento (à família, aos grupos), parentesco, hierarquia, lealdade, respeito, polidez e obrigações sociais, ou seja, pela conexão com os outros.

Kagitçibasi (1998) ressalta ainda que todas as sociedades apresentam tensões entre individualismo e coletivismo. Schwartz e Triandis consideram que pessoas e culturas podem ser coletivistas e individualistas simultaneamente.

Para encerramento do tópico, existe uma grande distinção entre o conceito teórico do coletivismo com os métodos práticos de sua atuação. Muitas variáveis influenciam no comportamento humano, e cada sociedade, estado e país possui sua própria definição ideológica e cultural sobre o que é coletivismo e individualismo.

O que distingue o coletivismo do realismo conceitual ensinado pelos filósofos não é seu método de aplicação, mas as tendências políticas implícitas. O coletivismo transforma a doutrina epistemológica em uma pretensão ética. Ele diz às pessoas o que elas devem fazer. Não existe uma ideologia coletivista uniforme, mas várias doutrinas coletivistas. Cada uma delas enaltece uma entidade coletivista diferente e exige que todas as pessoas decentes se submetam a elas. Cada

seita idolatra seu próprio ídolo e é intolerante com todos os ídolos rivais. Cada uma ordena a total subjeção do indivíduo; todas são totalitárias.

O caráter particularista das várias doutrinas coletivistas poderia ser facilmente ignorado, pois elas normalmente utilizam como ponto de partida a oposição entre a sociedade em geral e os indivíduos. Nesse contraste, existe apenas um coletivo, o qual abrange todos os indivíduos. Não é possível, portanto, surgir nenhuma rivalidade entre várias entidades coletivas. Porém, no curso detalhado da análise, um coletivo especial é imperceptivelmente substituído pela abrangente e única 'sociedade'. (MISES, 2007, n.p.)

### 3. O TERMO NIPO-BRASILEIRO E COMUNIDADENIPO-BRASILEIRA

O termo nipo-brasileiro é um termo pouco utilizado no Brasil e segundo Konigami (2011), é designado para se referir aos brasileiros que são descendentes de japoneses.

Outros autores, como Nakamura e Crippa (2014), definem que a identidade nipo-brasileira é fruto da síntese de duas culturas distintas: a japonesa e a brasileira. E essas duas culturas estão em constante influência das características locais e regionais, tornando a identidade nipo-brasileira única conforme a região.

Na mesma linha, Adachi (2004) menciona que os “japoneses” do Brasil são de fato diferentes dos japoneses do Japão, principalmente por conta das diferenças sociais e culturais de cada um dos países. E essa diferença é reconhecida e sentida quando tanto o brasileiro quanto o nipo-brasileiro tem o contato com o Japão moderno.

Muitas dessas diferenças podem ser observadas nos itens e símbolos japoneses encontrados no Brasil, símbolos gerados da união das duas culturas, como, por exemplo, o sushi de manga ou sushi de salame, conforme Vários Autores (2010) comenta.

Konigami (2011) comenta que o termo nipo-brasileiro traz diversas interpretações diferentes, que pode implicar em uma dupla identidade: a étnica e a nacional.

Em relação à dupla identidade, a mesma pontua que o nipo-brasileiro possui muita dificuldade em formar a sua identidade, pois existem casos em que a identidade étnica é sobressalente devido ao contato do indivíduo com a parte mais nipônica de sua cultura, ou o oposto, onde um indivíduo de uma geração mais nova acaba se adentrando na sociedade brasileira e se inserindo na identidade nacional. Porém, nada garante que

o oposto possa acontecer ou que a identidade étnica tenha uma ideologia conservadora e a identidade nacional uma ideologia liberal.

Desta forma, a identidade nipo-brasileira deve ser enxergada como uma identidade relacional que muda conforme a temporalidade da geração.

Para exemplificar o fato, Nakamura e Crippa (2014) comentam que:

Nota-se que a preservação da cultura de origem era mais forte no início do processo migratório, facilitada pela concentração em comunidades mais fechadas na maioria das regiões onde se instalaram. A primeira geração genuinamente nipo-brasileira foi aquela que acompanhou o período pós-guerra. Os primeiros filhos de japoneses nascidos após a derrota do Japão, diferente de seus antecessores, não foram criados com o vislumbre do retorno ao Japão, ao contrário, lidaram com a nova realidade que os prendia ao território brasileiro e à sua cultura permanentemente.

A constituição do termo “nipo-brasileiro” vem carregada pela relação das origens étnica e nacional: a etnicidade japonesa e a identidade nacional brasileira. Neste caso é possível observar que, de um modo geral a medida da identidade étnica está atrelada às gerações de nipo-brasileiros sendo os mais velhos mais próximos da raiz japonesa e os mais novos do convívio brasileiro, o que, entretanto, não é determinante visto a existência de comunidades mais fechadas cujas gerações mais novas têm tanto contato quanto os mais velhos de suas raízes japonesas. De qualquer forma, o afastamento do contato com as tradições e ensinamentos dos membros mais velhos de comunidades de japoneses no Brasil provoca mudanças na forma que os nipo-descendentes se identificam com a cultura de origem. (NAKAMURA e CRIPPA, 2014, n.p.)

Quando tratamos do âmbito “comunidade” em relação ao nipo-brasileiro, estamos nos referindo ao sentido amplo de comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) onde não é baseada no contato físico entre os membros, mas sim de pontos semelhantes entre eles, fazendo parte de uma mesma coletividade.

Da mesma forma que o termo nipo-brasileiro, comunidade nipo-brasileira não é um termo muito utilizado pelas pessoas, e muitos descendentes japoneses ainda utilizam o termo “Colônia Japonesa” para se referir à comunidade nipo-brasileira.

De acordo com Konigami (2011), o termo “colônia” foi muito utilizado para se referir

aos diversos grupos de imigrantes em que o país era formado (portugueses, italianos, espanhóis, japoneses) que vieram ao Brasil durante o período de imigração.

Em linha com Konigami, Miyao (2002), defende que “colônia” foi um termo relacionado às comunidades formadas pela geração dos imigrantes, isto é, isseis (primeira geração - nascidos no Japão).

Ao mesmo tempo, o autor ressalta que muitos nipo-brasileiros empregam o termo por conta dos fortes laços históricos que o termo traz a imagem de união, referente às primeiras colônias japonesas no Brasil:

Organizações criadas na colônia e desenvolvidas com a colônia não eram meras entidades ligadas por laços de interesses comumente vigentes na sociedade. Eram como famílias, organizações de vila baseadas em ajuda recíproca, isto é, como uma comunidade de vila. Esta era a imagem de “colônia”. Toda sociedade deve ter tido seu início na vila, nas famílias com fortes ligações sentimentais, psicológicas, sem muita consideração de ordem material, para depois evoluírem em organização social de relações de interesse.

Assim, conforme os autores colocaram ao se considerar colônia como uma comunidade de isseis, e comunidade nipo-brasileira, uma comunidade imaginada, é possível estabelecer uma relação de declínio no âmbito conceitual e numérico, de forma que a colônia, com o passar do tempo, está diminuindo seu número por conta das novas gerações e todo o conceito de fortes ligações sentimentais e psicológicas se perde quando falamos de uma comunidade nipo-brasileira imaginada. Na prática, quando observamos o funcionamento interno da comunidade, a aplicabilidade dos conceitos mencionados anteriormente vai depender de como os nipo-brasileiros interagem e trabalham em prol da sua “comunidade”.

#### **4. O COLETIVISMO NIPO-BRASILEIRO**

Quando olhamos para as características que os nipo-brasileiros herdaram de seus antepassados, um ponto que chamou bastante atenção dos brasileiros foi o espírito coletivo, segundo Vários Autores (2010). Desde a chegada do primeiro navio em 1908 e ao longo de mais de cem anos, o espírito coletivo se manifestou de formas diferentes, conforme as gerações e seu processo de integração à sociedade brasileira foi acontecendo.

Sob a ótica dos primeiros imigrantes japoneses, a vida no Japão era essencialmente

uma vida comunitária por conta da conformação histórica e geográfica, ressaltando que a divisão de tarefas era central para a sobrevivência das “comunidades”. Como resultado, os japoneses aprenderam a aproveitar e a não desperdiçar os recursos naturais para manter a harmonia e manutenção dos laços comunitários, garantindo a sobrevivência de todos. E assim que os japoneses emigraram para o Brasil, eles trouxeram esse conhecimento de vida comunitária, o que os ajudou a confrontar as dificuldades que iriam enfrentar em um novo país.

Em linha com o que Vários Autores (2010) definiram sobre a retrospectiva histórica e cultura japonesa, Bissoli (2005) também afirma que:

Costuma-se dizer que “o homem é produto do meio em que vive”, ou seja, tudo o que acontece no lugar onde as pessoas vivem influencia diretamente seu modo de agir e pensar. É na vida cotidiana que nos apropriamos da linguagem, costumes e valores obtidos nas relações sociais vivenciadas nos grupos dos quais fazemos parte. É nessas convivências que ocorre a nossa formação como sujeitos. (BISSOLI, 2005, p. 51-54)

Com o passar do tempo, os valores que os imigrantes japoneses trouxeram para o Brasil começou a ser repassado para as novas gerações (nisseis, sanseis e yonseis) como exemplo o sentimento de valorização da família e a preservação de sentimento de união entre seus semelhantes para manutenção da cultura japonesa, conforme Marcon et al. (2008, p.15) e Pais (2013, p. 23).

Porém, houve uma mudança significativa no espírito coletivo no período pós Segunda Guerra Mundial, segundo Vários Autores (2010).

Durante a guerra, as associações japonesas foram fechadas e a propagação da cultura e do idioma japonês foi restrita. No início de 1950, as agremiações e associações japonesas foram reabertas e rebatizadas de associação nipo-brasileira, com o acréscimo de cultura e esportiva ao nome.

Antes, as associações eram restritas a atividades voltadas a cultura japonesa, mas com o passar do tempo começaram a se adequar as atividades da identidade nacional brasileira, adaptando-se a feriados e até mesmo festas comemorativas como o Carnaval e Festa Junina.

É importante salientar como essas associações de jovens eram, de fato, nipo-brasileiras: ao lado de atividades “tradicionais” dos japoneses como o beisebol, atletismo, judô, praticavam também o futebol, promoviam bailes de carnaval,

práticas que até então não tinham espaço dentro da agenda dos nihonjinkai do interior. Essas novas atividades nem sempre eram bem vistas pelos pais, mas eram entendidas e aceitas como etapa dentro do processo de ascensão social do jovem e de toda a família. (VARIOS AUTORES, 2010, p. 113)

Foi a partir desse ponto que “dois mundos culturais superpostos e não paralelos” de acordo com Ruth Cardoso (1959), começaram a ser vivenciados e toda a questão da identidade nipo-brasileira começa a ser questionada.

Nesse mesmo período, Vários Autores (2010), mencionam que houve um aumento significativo nas entidades beneficentes voltadas prioritariamente aos isseis. Entidades médico-hospitalares, asilos para idosos e instituições para crianças com necessidades especiais, fechando um círculo de uma rede de solidariedade que conta com doações para o sustento da instituição.

Todas as instituições criadas com o propósito cultural e social utilizam de um traço muito presente no japonês, o voluntariado. Desde uma arrecadação de fundos ou até mesmo a organização de festas foram marcados pelo espírito coletivo.

Um exemplo do ato “voluntário” é o ocorrido e muito destacado pela mídia global, da coleta de lixo do estádio após jogos de futebol:

A Copa do Mundo é realmente uma oportunidade única de aprender com outras culturas. A exemplo do que aconteceu na Arena Pernambuco, na derrota da seleção do Japão para a Costa do Marfim, os torcedores nipônicos voltaram a recolher o lixo produzido por eles mesmos durante o empate sem gols com a Grécia, paretida que aconteceu na noite desta quinta-feira (19) na Arena das Dunas, em Natal. Os sacos de lixo, inflados para fazer a festa nas arquibancadas, ao final do jogo foram usados para juntar a sujeira. O estádio recebeu 39.485 pessoas. O que é uma surpresa para o povo brasileiro, para os japoneses não passa de rotina. O ato de recolher o lixo chamou tanto a atenção quanto o jogo. Contagiados, os demais torcedores passaram a ajudar na limpeza. “Isso é fantástico. Um exemplo enorme para nós, brasileiros. Temos mais é que ajudá-los. [...] (TEIXEIRA e SOUZA, 2014, n.p. ).

Voltando ao ponto mencionado por Vários Autores (2010), sobre a mudança percebida no espírito coletivo dos nipo-brasileiros no período pós guerra, percebeu-se também com o tempo, que várias entidades japonesas pensam na preservação das tradições trazidas pelos pais e avós imigrantes mas também existem entidades e associações que

possuem uma visão diferente sobre a “cultura japonesa”, trazendo um conceito de integração e a possibilidade de permitir a participação de não-descendentes.

Esse conceito de integração parte de uma geração que vê a cultura japonesa e o Japão de uma forma diferente que os antepassados (pais e avós), criando um choque de tradições.

Desta forma, muitas associações decidiram por conciliar entre essas duas tradições: a cultura japonesa vista pelos pais e avós, e a cultura japonesa vista pelos mais jovens.

A partir desse ponto, chegamos ao clímax do questionamento da coletividade nipo-brasileira, ressaltando as dificuldades da admissão de não-descendentes nas associações ou até mesmo em cargos decisórios nas diretorias delas.

Sem dúvidas não podemos nos equivocar sobre a definição de nipo-brasileiro, mas, em simultâneo, não podemos ignorar que existe um número crescente de não-descendentes afeitos à cultura japonesa, com muitos deles já falantes do idioma e ocupando profissões ou atividades altamente valorizadas na comunidade nipo-brasileira.

Finalizando o tema, Vários Autores (2010), menciona a respeito dos não-descendentes que “De modo geral, a sua participação nas diretorias ainda são desestimuladas, criando assim outros fatores de não-identificação com os *kaikans* de modo geral.”

E para justificar essa diferenciação de associações que tomaram diferentes rumos quanto ao choque de tradições, Vários Autores (2010), realizaram uma pesquisa com algumas associações onde a conclusão foi que existem duas extremidades de como as associações são caracterizadas. A primeira, definida como extremidade voltada para “dentro” são associações que prezam pela manutenção estrita da “cultura japonesa” e das tradições trazidas pelos pais e avós, possuindo uma hierarquia disposta dos mais velhos aos mais novos na diretoria e possuírem um número muito baixo de não-descendentes no quadro de associados e cargos decisórios.

A segunda, definida como extremidade voltada para “fora” é caracterizada como associação difusora da cultura japonesa, adotando a interpretação contemporânea como ponto de partida, tendo sua hierarquia disposta dos mais novos para os mais velhos na diretoria e tendo uma ampla adesão de membros não descendentes em seu quadro associativo e cargos decisórios.

Vários Autores (2010) ainda ressaltam que não podemos ignorar a atualização ou resignificação da “cultura japonesa” de forma que precisamos considerar as tradições nipônicas trazidas pelos primeiros imigrantes, mas, ao mesmo tempo realizar a inserção

das novas gerações de jovens nas associações para termos a “força motriz” para criar uma nova comunidade nipo-brasileira, que esteja em consonância com as premissas do mundo contemporâneo.

Um exemplo desse novo comportamento é o espírito coletivo comum das antigas associações sendo resgatado em muitas associações formadas por interesse comercial. Na comunidade Okinawa Kenjin do Brasil existe o grupo Okinawa Ferragens, formado por 110 lojas de ferragens, constituído por pequenos e médios comerciantes que têm a mesma raiz em sua origem, a mesma cultura e que estão usando o espírito coletivo que aprenderam nas associações para incrementar seus negócios. São pessoas que se reúnem mensalmente para discutir em termos de negócios, as perspectivas futuras do comércio do ramo em que estão envolvidas. Os mais experientes e as lojas maiores procuram orientar e ajudar os novatos, incentivando-os com ideias e sugestões. Participam do grupo, sanseis e yonseis, na faixa dos 40 anos, que, na verdade, estão praticando o espírito coletivo ensinado pelas avós e bisavós, mas agora sob outra ótica.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as definições de coletivismo apresentadas pela presente pesquisa, percebemos que existe uma diferença no espírito coletivo dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil e dos nipo-brasileiros que surgiram nas seguintes gerações.

Para o primeiro, toda a construção da cultura, do modo de ser e pensar se deu por conta das características geográficas e sociológicas vivenciadas por aquele ser. Mesmo com a tentativa de difundir esse construto dentro de uma comunidade diferente, fica aparente que o choque de culturas, a exemplo da cultura brasileira e japonesa foi inevitável. Além disso, precisamos considerar que outras variáveis também foram responsáveis por acelerar essa fusão do coletivismo, a exemplo do período pós Segunda Guerra Mundial.

Para o segundo, toda a construção da cultura, do modo de ser e pensar foi influenciada pela etnicidade e nacionalidade do ser. Da mesma forma que os primeiros imigrantes japoneses construíram sua cultura em torno de seu país de origem, a mesma coisa se deu para os nipo-brasileiros. Porém, a influência da etnicidade japonesa e da nacionalidade brasileira, acaba gerando um problema de identidade.

Ser mais japonês ou ser mais brasileiro? É uma questão que fica muito evidente nas gerações mais jovens. A questão do pertencimento é crítico para a geração que vive hoje

quase 100% no mundo tecnológico, abraçando muitas ideologias e formas de pensar que antigamente não existiam.

Dessa forma, é muito comum ver associações japonesas com poucos jovens ou até mesmo associações que precisaram se reinventar para conquistar o ânimo dos jovens em propagar o que eles consideram como “cultura japonesa”.

Quando tratamos dessa crise da identidade nipo-brasileira nos vem a pergunta se realmente uma comunidade nipo-brasileira existe. O que realmente notamos no dia-a-dia é a presença de associações e entidades que representam grupos ou comunidades onde cada uma delas possui suas próprias doutrinas, ideologias e modo de ser. E dependendo da abordagem, tradicional ou contemporânea os antigos valores dos imigrantes são resgatados, ou novos valores incorporados aos antigos são reinventados.

E dessa forma, voltando ao conceito do coletivismo, para cada grupo, associação ou entidade, é possível sim, dizer que existe o espírito do coletivo, mas apenas e estritamente para aquele grupo em questão. Analisando a comunidade nipo-brasileira na totalidade, existe um contraste entre o tradicional e o moderno, uma Guerra entre aqueles que querem resgatar os valores tradicionais e aqueles que querem reinventar e incorporar novas ideias e ideais para integrar e começar a pensar em uma nova definição de coletivo.

Afinal, o nipo-brasileiro é resultado do tradicional e do moderno e o debate entre o que está certo e o que está errado, está longe de acabar.

Como sugestões de continuidade de pesquisa, seria incorporar outros conceitos utilizados no cotidiano da comunidade nipo-brasileira e até mesmo a utilização de um estudo de caso com as associações e entidades beneficentes para avaliar e evidenciar o reflexo da mudança no paradigma do coletivismo.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADACHI, Nobuko. Japonês: A Marker of Social Class or a Key Term in the Discourse of Race?. Latin American Perspectives. Edição 136, vol.31. 2004.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BISSOLI, M. D. F. Educação e desenvolvimento da personalidade da

criança: contribuições da teoria histórico-cultural. Universidade Estadual Paulista. Marília. 2005. p. (282).

BONTEMPO, R. e RIVERO, J. C. Cultural variation in cognition. The role of self-concept in the attitude behavior link. Las Vegas, Nevada. 1992.

CARDOSO, Ruth. O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110393/108942>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CLEMENTE, Miguel e GOUVEIA, Valdiney. O individualismo-coletivismo no Brasil e na Espanha: correlatos sócio-demográficos. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/ZnmChWwPmftwj7tp677jK6L/?lang=pt>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

Davidson, A. R., JACCARD, J. J., TRIANDIS, H. C., MORALES, M. L. e DIAZ-GUERREIRO, R. Cross-cultural model testing: Toward a solution of the etic-emic dilemma. *International Journal of Psychology*. 1976.

FISKE, A. P., KITAYAMA, S., MARKUS, H. R. e NISBETT, R. E. The Cultural matrix of social psychology. New York: McGraw-Hill. 1998.

GOUVEIA, V. V., CLEMENTE, M. O individualism-coletivismo no Brasil e na Espanha: correlatos sócio-demográficos. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/ZnmChWwPmftwj7tp677jK6L/?lang=pt>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

KAGITÇIBASI, C. Individualism and collectivism. London: Allyn and Bacon. 1998.

KONIGAME, Maria. O local e o global na comunidade nipo-brasileira: Um exercício sociológico sob o prisma dos jovens na cidade de São Paulo. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02052012-160421/publico/2011\\_MariaJulianaKonigame\\_VRev.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02052012-160421/publico/2011_MariaJulianaKonigame_VRev.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2021.

LONNER, W. J. e ADAMOPOULOS, J. (1996). Culture as antecedent to behavior. London: Allyn and Bacon. 1996.

MARKUS, H. R. e KITAYAMA, S. Culture and self: Implications

for cognition, emotion, and motivation. *Psychological Review*. 1991.

MILLER, J.G. Cultural diversity in the morality of caring: Individually-oriented versus duty-oriented interpersonal codes. *Cross Cultural Research*. 1994.

MILLS, J. e CLARK, M. S. Exchange and communal relationships. Beverly Hills, CA: Sage. 1982.

MISES, Ludwig. O dogma do coletivismo. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=867>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MIYAO, Susumu. Nipo-brasileiros – Processo de Assimilação. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 2002.

PAIS, V. A. G. O PAPEL DOS AVÓS: COMO PERCEBEM OS AVÓS A SUA

IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO DOS NETOS. Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. Coimbra. 2013.

NAKAMURA, Mariany e CRIPPA, Giulia. Memória e identidades nipo-brasileiras: cultura pop, tecnologias e mediações. Disponível em:

<[http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3268/2014\\_GT10-CO\\_20.pdf?sequence=2](http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3268/2014_GT10-CO_20.pdf?sequence=2)>. Acesso em: 28 jun. 2021.

ROSSINI, R. E. A memória congelada do imigrante: a solidariedade intergeracional dos japoneses e dos nikkeis no Brasil e no Japão atual. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.19. 2005.

SCHWARTZ, S. H. Individualism-collectivism. Critique and proposed refinements. *Journal of Cross-Cultural Psychology*. 1990.

SCHWARTZ, S. H. Universals in the content and structure of values:

Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. New York: Academic Press. 1992.

SCHWARTZ, S. H. Beyond individualism and collectivism: New cultural dimensions of values. Newbury Park, CA:

Sage. 1994.

SOUZA, Jocaff e TEIXEIRA, Chandy. Japoneses dão exemplo de civilidade e recolhem lixo na Arena das Dunas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2014/06/japoneses-dao-exemplo-de-civilidade-e-recolhem-lixo-na-arena-das-dunas.html>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

THIBAUT, J. W., e KELLEY, H. H. The social psychology of groups. New York: Wiley. 1959.

TRIANDIS, H. C. Collectivism v. individualism: A reconceptualization of a basic concept in cross-cultural social psychology. London: Macmillan. 1988

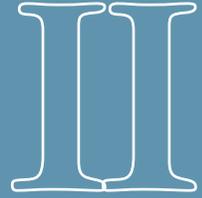
TRIANDIS, H. C. Cross-cultural studies of individualism and collectivism. Lincoln: University of Nebraska Press. 1990.

TRIANDIS, H. C. Individualism and collectivism. Boulder: Westview. 1995.

Triandis, H. C. The psychological measurement of cultural syndromes. American Psychologist. 1996.

VARIOS AUTORES. Centenário: Contribuição da Imigração Japonesa para o Brasil Moderno e Multicultural. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2010.

**\* Monografia vencedora do 3º Concurso**



# O Futuro da Comunidade Nipo-Brasileira

Fabio Yukio Suetsugo<sup>11</sup>

## Sumário

<b>1. Introdução.....</b>	<b>41</b>
<b>2. O Brasil e os imigrantes.....</b>	<b>41</b>
2.1. Por que Brasil precisava da mão-de-obra de imigrantes? .....	42
2.2. Por que o Japão precisava emigrar seus cidadãos?.....	42
2.3.Os imigrantes japoneses no Brasil.....	42
2.3.1. A imigração pioneira;.....	42
2.3.2. Governo Getúlio Vargas .....	44
2.3.3. Retorno à normalidade na comunidade Nikkei .....	45
2.3.4. O reinício da imigração japonesa .....	45
2.3.5. As novas fronteiras agrícolas .....	46
2.3.6. O investimento japonês .....	47
2.3.7. O movimento Dekasegi.....	47
2.4. Laços Aéreos.....	48
<b>3. A Cultura e a Língua unindo a comunidade .....</b>	<b>48</b>
<b>4. A integração entre o Brasil e Japão .....</b>	<b>49</b>
4.1.1. A diáspora das colônias.....	49
4.2. A miscigenação de nikkeis com não nikkeis.....	50
4.3. O conhecimento da língua japonesa no Brasil. ....	50
4.4. A imprensa escrita Nikkei.....	51
<b>5. A cultura e a língua japonesa transcendem a comunidade Nikkei .....</b>	<b>52</b>
5.1.Culinária .....	52
5.1.1. Agricultura .....	52
5.1.2. Alimentos .....	53
5.1.3. Restaurantes.....	53
5.2. Entidades .....	53
5.3. Festivais .....	54
<b>6. Conclusão .....</b>	<b>54</b>
<b>7. Referências .....</b>	<b>55</b>

<sup>11</sup> Servidor Público Federal da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Tecnólogo em Transporte Terrestre pela Faculdade de Tecnologia de Barueri (Fatec Barueri). Diretor de Eventos 2021 da Câmara Júnior Brasil-Japão (JCI Brasil-Japão).

## 1. INTRODUÇÃO

As inúmeras produções cinematográficas e televisivas sobre os imigrantes e a suas vidas no Brasil podem causar a impressão de que a vinda de estrangeiros ocorreu de uma forma romântica com os imigrantes indo para uma terra prometida. Porém, nem sempre tais produções refletem essa realidade. A decisão de sair da sua pátria para tentar uma nova vida em um país estranho não foi uma decisão fácil.

Ao final do século XIX, europeus imigraram ao Brasil a fim de substituir a mão-de-obra escrava e de ocuparem terras remotas para garantir a soberania nacional. As péssimas condições oferecidas e a exploração dos trabalhadores levaram muitos governos a proibirem a vinda de seus cidadãos. Os japoneses não eram bem-vindos no Brasil, porém eram necessários.

Os japoneses vieram para uma terra desconhecida. Os alimentos eram repugnantes, o clima era diferente, havia doenças tropicais, mas a maior barreira era o idioma. Atualmente, é muito fácil nos informar como é qualquer lugar do mundo, qual é o seu clima, como é a economia os pratos típicos e até mesmo aprender a língua com professores nativos.

A Segunda Guerra Mundial levou a perseguição de japoneses. Expulsão, prisões e confisco se tornaram corriqueiros. Passada a guerra, com persistência, a determinação, o esforço dos imigrantes japoneses, a comunidade nipo-brasileira teve uma grande prosperidade. Venceram o preconceito e o tornaram em admiração.

Inúmeras pessoas céticas questionam se o espírito de união da comunidade nipo-brasileira realmente é real e sustentável, bem como se tal espírito se perpetuará. Porém há muitas outras que se esforçam incansavelmente para a comunidade ser cada vez mais unida. Antes de prever o futuro é necessário estudar o passado para entender o presente.

## 2. O BRASIL E OS IMIGRANTES

O Brasil era uma economia em constante crescimento com alta demanda de mão-obra. A imigração atendeu tanto o Brasil quanto aos países de origem destes trabalhadores.

## 2.1. Por que Brasil precisava da mão de obra de imigrantes?

O Brasil foi um país dependente da mão-de-obra escrava. Com a abolição da escravatura<sup>2</sup>, foi necessário encontrar alguma substituição, em especial para a cafeicultura. A Europa passava por uma escalada de pobreza. O Brasil incentivou a imigração, porém, com as péssimas condições de trabalho, governos europeus chegaram a proibir seus cidadãos a imigrarem ao Brasil.

Necessitou-se de uma terceira de mão-de-obra. Uma das alternativas foi os imigrantes asiáticos apesar do preconceito e as limitações constitucionais<sup>3</sup>.

## 2.2. Por que o Japão precisava emigrar seus cidadãos?

Por dois séculos, o Japão esteve isolado do mundo. A sociedade era equiparada ao feudalismo. Em contraste, as potências ocidentais passavam pela Revolução Industrial e implantavam colônias na África e na Ásia. As potências ocidentais forçaram a abertura do Japão com força bélica levando o governo japonês a conceder privilégios a essas potências.

Iniciou-se uma crise interna e uma posterior guerra civil que terminou em 1868 com a vitória do grupo opositor (Revolução Meiji). Em 20 anos, o Japão passou por uma rápida modernização e industrialização. Neste tempo, o país se tornou uma importante potência bélica em detrimento de políticas sociais.

O Japão possuía uma grande população e boa parte do povo vivia no campo. O grande aumento de impostos levou à miséria e à fome. A partir de 1883, o governo japonês passou a promover a emigração de sua população a outras nações. Apesar dos riscos de morar em outro país, muitos japoneses preferiram essa opção à miséria e a pobreza.

## 2.3. Os imigrantes japoneses no Brasil

A história da comunidade nipo-brasileira (Nikkei) pode ser dividida em algumas fases:

### 2.3.1. A imigração pioneira;

Em 1895, o Brasil e o Japão celebraram o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação*<sup>4</sup>, iniciando as relações diplomáticas entre as duas nações. Em 1908, chegaram os primeiros imigrantes ao Brasil com a promessa de que enriquecer com a produção de café. As famílias foram contratadas pelo sistema de parcerias: o transporte, a moradia e a

<sup>2</sup> Lei nº 3 353 de 13 de maio de 1888

<sup>3</sup> Artigo 5º da “Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824”

<sup>4</sup> Decreto nº 2.489 de 31 de março de 1897

alimentação foram pagos pelos fazendeiros coma contrapartida, de ressarcir o patrocinador através do trabalho

Os japoneses eram muito “diferentes” dos outros imigrantes pelo seu físico, gestos, hábitos, idioma e alimentação, sendo os dois últimos as maiores barreiras. Causaram impactos pela forma ordeira no transporte, na alfândega e no alojamento nos primeiros dias no Brasil <sup>5</sup>. Os imigrantes se esforçavam como podiam para se adaptarem à nova nação.

Os imigrantes foram enviados a diversas fazendas de café do Estado de São Paulo. Os aposentos designados não tinham infraestrutura, mobília ou qualquer outro utensílio. O clima era diferente, havia doenças tropicais sem assistência médica. Os ingredientes fornecidos para as refeições eram muito diferentes levando a desnutrição. A situação melhorou quando começaram a cultivar seus próprios alimentos e descobriram ingredientes substitutos.

Em algumas semanas, perceberam que as promessas feitas não era a realidade encontrada. Os pés de café tinham uma produtividade baixa, os capatazes coagiam os trabalhadores. A grande desilusão criou revoltas e fugas das fazendas. Cecília Prada no artigo “A união, afinal feliz, dos antípodas” diz:

Dos 772 imigrantes distribuídos pelas fazendas em junho de 1908, seis meses depois havia somente 430, e treze meses mais tarde, apenas 191. No entanto, três anos após o desembarque do *Kasato-Marú*, já havia quem tivesse dinheiro suficiente para arrendar e até comprar terras. Esse relativo “fracasso” inicial acabou se revelando, porém, poderoso fator de progresso material, sedimentação e assimilação, para a comunidade imigrada e para o Brasil. Sem recursos para uma viagem de retorno a seu país e para quitação das pesadas dívidas que haviam feito ao emigrar, os japoneses mostraram sua resistência e puseram seu desejo de independência econômica acima de tudo – foram os “desbravadores” de matas virgens, aceitaram morar em choças mato adentro, empenhando-se com os cafeicultores para a abertura de novas fazendas por meio de “contratos de quatro a seis anos”, desta feita realizados em condições satisfatórias. Após esse período eles conseguiam, com o pecúlio acumulado, no início arrendar terras e mais tarde adquiri-las, para se dedicar a culturas de sua especialidade.

A determinação de muitos imigrantes japoneses desde o início da sua instalação no Brasil possibilitou a superação do obstáculo do fracasso inicial para um progresso material e a obstinada independência econômica. Tinham a intenção de voltarem ricos ao seu país.

<sup>5</sup> Jornal Correio Paulistano de 26 de junho de 1908

Com fracasso do sistema de parcerias, a partir de 1910 as companhias particulares e emigração do Japão passaram a comprar grandes terras virgens no interior do Brasil para formar colônias. Os imigrantes não vinham como empregados e sim como pequenos produtores que tinham a liberdade de produzir diversos produtos no lote ao qual eram designados.

A comunicação entre os diversos grupos de imigrantes japoneses era difícil devido à infraestrutura da época. Espontaneamente, as colônias desenvolveram estruturas semelhantes. Havia uma associação comunitária para lidar com as diferentes demandas, escolas para o ensino da língua japonesa a seus filhos, educar, ensinar costumes e valores de súditos do império japonês, pois era fundamental para retornarem ao Japão triunfantes

No início da década de 1920, as colônias japonesas estavam em expansão. O fluxo migratório para o Brasil aumentou significativamente. Em 1929, uma crise econômica desvalorizou o café, principal produto de exportação do Brasil. Porém, muitos japoneses, além de café, produziam outros produtos como arroz, batata, ovos, algodão, para abastecer grandes cidades em crescimento, o que colaborou para a atenuação do dos efeitos da crise.

Nesta mesma época, o Governo do Estado de São Paulo, a fim de integrar as comunidades imigrantes ao Brasil, construiu escolas absorvendo parte das escolas japonesas, criando, assim, uma escola mista. Os nascidos no Brasil começavam a enfrentar o dilema com a escolha de duas nacionalidades, idiomas e culturas tão diferentes. Tal questão ainda existe, porém de uma forma muito mais atenuada.

### **2.3.2. Governo Getúlio Vargas**

Em 1930, Getúlio Vargas toma o poder do Brasil através de um golpe de estado. Iniciou-se um cerceamento aos trabalhadores estrangeiros após muitas décadas de incentivo à imigração com leis que limitavam a entrada de estrangeiros bem como desestimulava as empresas a contratarem imigrantes.

O estudo, a divulgação, a utilização de idiomas estrangeiros era cada vez mais desencorajada, inclusive a circulação de jornais até a completa proibição em 1941. As comunidades de imigrantes foram muito afetadas, pois muitos tinham conhecimento limitado da língua portuguesa, gerando uma grande desinformação. Mesmo com a proibição, havia o ensino de japonês de uma forma clandestina.

Em 1942 o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial junto aos Aliados (Reino Unido, França, União Soviética, Estados Unidos) contra as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). As relações diplomáticas e as comunicações com os países inimigos foram suspensas. Os imigrantes do Eixo sofreram uma grande perseguição, preconceito governamental.

Imigrantes foram expulsos de cidades para campos de concentração ou para lugares isolados no interior. O trânsito destes imigrantes foi proibido, sendo necessário um salvo-conduto para viajar. A reunião de pessoas dessas comunidades e a utilização dos seus idiomas foram proibidas sob pena de prisão, porém eram poucos que se conseguiam se comunicar em português. Os japoneses por terem feições muito diferentes sofreram muito mais.

Na comunidade japonesa, a rendição incondicional do Japão ao final da Segunda Guerra Mundial teve repercussões mistas. Muitos tinham o espírito da vitória infalível do Japão enquanto outros acreditavam na derrota e queriam de alguma forma ajudar a sua pátria. O antagonismo entre os dois grupos gerou desentendimentos na comunidade. O medo e a desconfiança permaneceram por cerca de dois anos após o final da guerra.

### **2.3.3. Retorno à normalidade na comunidade Nikkei**

Com o final do governo Getúlio Vargas, e a redemocratização, as publicações em línguas estrangeiras retornaram. Porém, na comunidade nipo-brasileira, a desinformação estava presente em seus jornais. Passadas as inimizades, e com o retorno das relações diplomáticas Brasil-Japão, a tensão entre os grupos terminaram e a comunidade japonesa voltou a se unir.

As associações culturais e esportivas, entidades religiosas, escolas, e cooperativas retomaram suas atividades e novas foram fundadas. Muitas famílias japonesas decidiram permanecerem no Brasil e assim, foram se integrando cada vez mais à sociedade brasileira. Muitas empresas nikkeis foram fundadas, políticos começaram a se destacar e desportistas tiveram grande projeção.

### **2.3.4. O reinício da imigração japonesa**

Em 1953 a imigração do Japão ao Brasil foi reiniciada, com empregos direcionados como a produção da juta e da seda, não apenas onde já havia uma comunidade Nikkei, como também outros estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A nova imigração não atingiu os números de novos trabalhadores pretendidos. O Japão apresentava um grande crescimento (Milagre Econômico Japonês) com uma crescente necessidade de mão de obra. Os japoneses não sentiam estimulados a migrarem. O imigrante japonês do pós-guerra representa  $\frac{1}{4}$  (um quarto) em comparação aos imigrantes do pré-guerra.

Quando os novos imigrantes começaram a se integrar com os demais Nikkeis, houve um grande choque cultural entre os grupos. Os novos imigrantes consideravam os já radicados no Brasil como atrasados, sem conhecimento sobre o Japão daquela época. Já os imigrantes antigos consideravam os novos imigrantes como pessoas que não queriam trabalhar e não tinham o verdadeiro espírito japonês (inspirado no nacionalismo da Era Meiji).

Os japoneses imigrados no pós-guerra eram chamados de “Japão-Novo”. Já os anteriores a guerra de “Brasil-Boke”, algo como caducos, atrasados. Francisco Noryuki Sato, em sua obra “Banzai!: história da imigração japonesa no Brasil em mangá” diz:

Os “Japões-Novos” não sabiam o quanto os japoneses da colônia eram diferentes dos japoneses modernos, e os imigrantes japoneses antigos desconheciam que os japoneses da atualidade eram completamente diferentes daqueles do período anterior à guerra. E falava-se de um lado, em “Brasil-Boke” e do outro, em “Japão-Novo”.

(...)

Os recém-chegados de então, aprendendo com os antigos imigrantes ou por meio dos fracassos conseguiram encontrar um caminho mais rápido para o sucesso. Os imigrantes antigos, por intermédio de livros e revistas vindos do Japão ou com o próprio “Japão-Novo”, conseguiram entrar em contato com o Japão moderno, e aprenderam a valorizar o potencial do “Japão-Novo”.

### **2.3.5. As novas fronteiras agrícolas**

A comunidade nipo-brasileira adquiriu amplo conhecimento em agronomia, pecuária e silvicultura. Na década de 1980, o Brasil abria novas fronteiras agrícolas, muitos nikkeis migraram para lugares remotos no Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Nestes locais, os nikkeis formavam amizades e laços. Espontaneamente fundavam associações (kaikan), pela afinidade em seus costumes culturais, familiares, preferências gastronômicas entre outras.

### 2.3.6. O investimento japonês

O milagre econômico japonês, cujo um dos maiores exemplos foi sediar as *Olimpíadas de Verão de 1964 em Tokyo*, muitas empresas japonesas se instalaram no Brasil montando indústrias, bancos, serviços, entre outros. Desde então, muitos expatriados vêm ao Brasil.

A *Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil*, por reunir empresas nikkeis, japonesas e brasileiras, pessoas físicas, órgãos governamentais e associações nipo-brasileiras tornou-se o ponto de encontro dessas e representava uma parcela importante da economia brasileira.

Por iniciativa da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil, fundou-se a *Câmara Júnior Brasil-Japão (JCI Brasil-Japão)* com o objetivo de desenvolver a capacidade de liderança dos jovens, complementar as atividades empresariais da Câmara de Comércio e reunir expatriados e nikkeis. Atualmente, a JCI Brasil-Japão é uma organização de grande destaque não apenas na comunidade Nikkei, bem como em toda sociedade brasileira.

### 2.3.7. O movimento Dekasegi

A partir do final da década de 1980, o Brasil enfrentou profundas crises econômicas afetando demasiadamente a população. O Japão necessitava de mão-de-obra e passou a oferecer vantagens consulares aos descendentes de japoneses espalhados pelo mundo a trabalharem lá. Nikkeis passaram a emigrar ao Japão em busca de algum trabalho em indústrias mecânicas, metalúrgicas, químicas, eletrônicas, alimentícias entre muitas outras.

O fenômeno de nikkeis brasileiros emigrando ao Japão é conhecido como Movimento Dekasegi. Há semelhanças com os imigrantes japoneses vindo ao Brasil para trabalhar com perspectiva de acumular dinheiro e voltar a sua pátria, mas com a melhoria de vida, muitos não voltaram. Diversos dekasegis enfrentam uma crise de identidade, no Brasil são considerados japoneses e no Japão são considerados brasileiros.

Tal qual os japoneses se uniram para enfrentarem as dificuldades encontradas no Brasil, os brasileiros se uniram para enfrentarem as dificuldades no Japão. Espontaneamente os imigrantes começaram a se juntar, formar uma nova comunidade, educar as crianças, bem como terem um momento de lazer com pessoas de sua afinidade. Surgiram lojas especializadas em produtos e serviços voltados aos brasileiros em Língua Portuguesa.

## 2.4. Laços Aéreos

Em 27 de Março de 1973, o navio Nipon-Maru atracou no porto de Santos-SP trazendo o último grupo de imigrantes. Porém desde 09 de Julho de 1960 era possível viajar entre Brasil e o Japão pelos ares. A primeira ligação foi realizada com o Lockheed Super Constellation L-1049 da Real Aerovias Brasília entre Rio de Janeiro/Galeão e Tokyo/Haneda.

Em 1961, a *Viação Aérea Rio Grandense (VARIG)* adquire o controle da Real e passa realizar vôos entre o Brasil e o Japão. No início da década de 1990, com o fenômeno de *dekasegi*, muitos brasileiros trabalhavam na região da província de Aichi. Visando atender esse mercado de passageiros, entre 1991 e 2005 a VARIG operou entre São Paulo/Guarulhos e Nagoya/Komaki. Em 2006, devido a inúmeras dificuldades financeiras da companhia aérea, a rota para Tokyo também foi suprimida.

A *Japan Airlines (JAL)* iniciou a ligação entre Tokyo/Narita e São Paulo-Campinas/Viracopos em 20 de junho de 1978 com o Douglas DC-8, até 27/09/2010 quando o Boeing 747-400 (Jumbo) realizou o último vôo entre São Paulo/Guarulhos e Tokyo/Narita.

Em 26 de Junho de 1996, a *Viação Aérea São Paulo (VASP)* fez seu primeiro vôo entre São Paulo/Guarulhos e Osaka/Kansai com o McDonnell Douglas MD-11 de matrícula PP-SPK, a aeronave tinha o nome de batismo “KasatoMaru” em homenagem ao primeiro navio que trouxe os imigrantes do Japão ao Brasil, este vôo foi encerrado por volta do ano de 2000 devido a grave crise financeira da companhia e as devoluções dos MD-11.

Atualmente, não há vôos diretos entre Brasil e Japão, porém é possível viajar entre os países com conexão em diversos países do mundo. O número de passageiros entre esses dois países ainda é elevado devido aos grandes laços entre os dois países e pelo elevado número de japoneses no Brasil e Brasileiros no Japão.

## 3. A CULTURA E A LÍNGUA UNINDO A COMUNIDADE

A cultura e a língua são intrinsecamente ligadas, sendo muito importantes conhecer um para entender o outro. O ex-presidente da Associação Nipo-Brasileira de Goiás, Sr. Marco Toguchi, em coluna na edição 2021 do *Bluebook diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Japão* diz:

A comunidade Nikkei está presente em todo o Brasil e existem associações relacionadas ao Japão com a finalidade de manter viva a cultura japonesa no Brasil. Nestas associações, os nikkeis se emocionam com o Hino Nacional do Japão “Kimigayo”, juntamente com a execução do Hino Nacional Brasileiro, na abertura dos eventos tradicionais da cultura e culinária japonesa.

Acredito que existe um sentimento entre os nikkeis de orgulho e gratidão em relação aos antepassados e este sentimento faz com que milhares de voluntários se esforcem para que seja dada continuidade ao legado iniciado pelos japoneses imigrantes.

Aqui no Estado de Goiás, através do trabalho da Associação Nipo-Brasileira de Goiás – ANBG, a cultura japonesa permanece viva e os nipo-descendentes permanecem unidos. Dentro da Associação Nipo-Brasileira de Goiás são fornecidos cursos sem fins lucrativos do idioma japonês, artes como Ikebana, Origami, Kendo e Taiko, além de esportes como gateball, futebol, vôlei, tênis de mesa e tênis de campo. A comunidade se interage e realiza eventos culturais e gastronômicos para divulgar a cultura japonesa no Estado de Goiás, onde se mantêm ativos os grupos de Fujinkai, Rojinkai, Seitokai e Seinenkai, com destaque para a atuação do grupo de jovens, que permanece engajado e dá esperanças de continuidade do trabalho da associação.

## 4. A INTEGRAÇÃO ENTRE O BRASIL E JAPÃO

A comunidade imigrante nipo-brasileira enfrentou diversas dificuldades devido à grande diferença cultural, linguística, de alimentação, bem como as diversas restrições impostas pelos governos. As dificuldades levaram a comunidade a reunir esforços para superar as diversidades.

### 4.1.1. A diáspora das colônias

Após o estudo nas escolas japonesas da colônia, os alunos continuavam seus estudos nos centros urbanos, com alguns indo para as grandes cidades. A população crescente de nikkeis nas grandes cidades possibilitou um maior contato com os não-nikkeis.

O censo realizado em 1988 pelo *Centro de Estudos Nipo-Brasileiros* constatou que a comunidade estava concentrada na Região Metropolitana de São Paulo, um décimo no interior do Estado de São Paulo e um crescimento nas regiões Norte, Nordeste e

Centro-Oeste. 90% dos nikkeis residiam em meio urbano contra 10% em meio rural. Como comparação, naquela época, o Brasil estava distribuído em 66% na zona urbana e 33% em meio rural.

Os empreendimentos nikkeis tiveram um grande crescimento no pós-guerra, isso possibilitou o aumento de negócios além da comunidade. As técnicas agrícolas introduzidas no Brasil, bem como a contribuição da pesquisa agropecuária pelo Japão contribuíram com a valorização da mão-de-obra nipo-brasileira e a migração de alguns para lugares além do eixo São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul.

#### **4.2. A miscigenação de nikkeis com não nikkeis**

O Japão é um dos únicos países do mundo que possuem uma forte identidade. É um povo de *uma única etnia com um único idioma*. Já o Brasil é um país heterogêneo formado por imigrantes provenientes de diversas partes do mundo.

A comunidade nipo-brasileira reproduzia a sociedade japonesa no Brasil, era fechada devido às diversas dificuldades encontradas. Os casamentos eram apenas entre patrióticos. Com o tempo, os Nikkeis se integraram com a comunidade brasileira. No censo de 1988, pesquisou-se o índice de miscigenação da comunidade nipo-brasileira, ou seja, qual a porcentagem de cada geração nascida no Brasil que possuem ascendência simultânea Nikkei e não-nikkei.

A segunda geração (nisei, filhos de imigrantes) possui um índice de miscigenação 6,03%, a terceira geração (sansei, netos de imigrantes) possui um índice de 42,00% e a quarta geração (yonsei, bisnetos de japoneses), o índice chegava em 61,62%. A miscigenação é mais presente em regiões com uma menor presença da comunidade nipo-brasileira.

#### **4.3. O conhecimento da língua japonesa no Brasil.**

Eliza Takeo Doi em seu estudo: “O ensino de japonês no Brasil como língua de imigração” diz sobre o idioma de origem das diversas comunidades estrangeiras no Brasil:

Um outro aspecto merecedor de destaque em contextos de imigração diz respeito a situações de bilinguismo dos imigrantes e seus descendentes, em graus diversificados: os imigrantes de primeira geração são considerados falantes da língua materna e da língua do país receptor, tendo esta última uma função apenas instrumental na maioria dos casos; a segunda geração já seria bilíngue nas duas línguas; e a terceira geração seria de falantes nativos da língua da socieda-

de majoritária, com pouca ou nenhuma competência na língua dos ancestrais.

Em 2012, segundo a Fundação Japão em São Paulo e o Centro Brasileiro de Língua Japonesa (CBLJ), havia 325 escolas de língua japonesa do Brasil sendo que boa parte estão nos estados de São Paulo e Paraná, onde vivem boa parte dos nipo-brasileiros. É estimado que haja 1000 professores do o idioma, sendo que 85% eram nikkeis. O número de estudantes era 19.913. Já em 2018, o número era de 26.157 alunos com a maior parte de nikkeis.

Tatiana Maebuchi, no artigo “O ensino atual da língua japonesa no Brasil” diz:

A proporção de estudantes em relação à população total de nikkeis é muito baixa. Isto significa, indiretamente, que milhares de nipo-brasileiros de terceira, quarta e quinta geração infelizmente não estão estudando a língua japonesa e, portanto, não têm contato com a língua materna de seus avós, bisavós e tataravós.

Para Yuho Morokawa, escritor e diretor vice-presidente do CBLJ, o resultado disso é a perda gradual da identidade – e a imagem positiva difundida na sociedade brasileira pelos primeiros imigrantes –, principalmente com a rápida miscigenação observada no país. Além disso, vão se perdendo valores como honestidade, dedicação e esforço (no trabalho e estudo), respeito à natureza, cooperação, perseverança, responsabilidade, entre outros. Mas aqueles que estudam a língua japonesa ainda assimilam e conservam – em parte – o legado de seus ascendentes.

Na comunidade Nipo-Brasileira, os imigrantes (primeira geração, esse), em sua grande maioria, têm um conhecimento limitado de português. O índice dos filhos dos imigrantes que utilizam apenas a língua portuguesa é de 18,1%. Já na terceira geração, o índice de falantes de apenas português sobe para 39,3% da população deste grupo.

#### 4.4. A imprensa escrita Nikkei

Em 1988, havia três jornais diários na colônia: *São Paulo Shinbun*, *Jornal Paulista* e *Diário Nippak*. Todos lançados no pós-guerra. O Jornal Paulista e o Diário Nippak se uniram e passaram a editar dois jornais: *Jornal Nippak* de edição semanal em Língua Portuguesa e o *Nikkei Shinbun* de circulação diária em Língua Japonesa. O Jornal São Paulo Shinbun encerrou a sua circulação em 28 de dezembro de 2018.

Os jornais nikkeis tinham uma importância e influência na comunidade nipo-brasi-

leira, especialmente para quem tinha conhecimento limitado de português. Os periódicos eram o meio para se informar sobre notícias do Brasil, do Japão e da colônia. Deve-se lembrar que tais jornais tinham uma grande proximidade com os leitores, que apesar de serem de iniciativa privada eram como órgãos oficiais da comunidade.

A diminuição da população issei, somado ao crescente número de nikkeis sem conhecimento ou sem interesse no idioma japonês das gerações posteriores, levou os jornais a diminuir sua influência na comunidade. Mesmo os nikkeis com algum conhecimento em japonês, muitos preferiam se informar pela imprensa brasileira.

Tetsuo Nakasumi e José Yamashiro na obra *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil* dizem:

Os jornais de língua japonesa de uma comunidade de imigrantes têm o implacável destino de acompanhar as vicissitudes dos imigrantes isseis. Quando estes desaparecem, os jornais perdem sua base de sustentação e acabam acompanhando a sorte dos seus leitores. É o que se observou em países que receberam imigrantes japoneses antes do Brasil: Estados Unidos (Havaí, Los Angeles), Peru e Argentina.

É perfeitamente previsível a mesma marcha no caso da imprensa da colônia nikkei do Brasil, a não ser que ela encontre um caminho novo para sua sobrevivência.

## 5. A CULTURA E A LÍNGUA JAPONESA TRANSCENDEM A COMUNIDADE NIKKEI

O conjunto de tradições, cultura e valores japoneses encanta muitas pessoas de fora da comunidade nipo-brasileira em áreas como: culinária, esportes, idioma, cultura entre muitos outros.

### 5.1. Culinária

A comunidade nipo-brasileira introduziu e diversificou diversos ingredientes e alimentos no Brasil, bem como introduziram novos hábitos e preferências aos brasileiros

#### 5.1.1. Agricultura

A comunidade nipo-brasileira possui um grande destaque na pesquisa agropecuária, sendo responsáveis pela introdução, diversificação e aprimoramentos de culturas.

Como exemplos, pode-se citar: *pimenta do reino, maçã fuji, caqui doce, mexerica ponkan* e especialmente a *soja* que se tornou o principal produto agrícola de exportação do Brasil.

### 5.1.2. Alimentos

Na capital paulista, os nikkeis formam uma parte considerável de feirantes, quitandeiros, e produtores hortifrutigranjeiros. Estes comerciantes além de venderem produtos de interesse à população, também comercializavam alguns produtos que eles produziam para consumo próprio, como o pepino-japonês, rabanete, nabo, abobora kabocha, broto de feijão (moyashi) entre muitos outros. A comunidade nipo-brasileira tem uma grande contribuição na popularização destes vegetais.

A comunidade Nikkei também colaborou para a popularização do molho de soja (shou-yu), queijo-de-soja (toufu) e do pastel, sendo o último uma adaptação de dois pratos famosos no Japão: uma trouxinha recheada (gyouza) e o rolinho primavera (harumaki).

### 5.1.3. Restaurantes

A partir da década de 1980, os restaurantes de comida japonesa se popularizaram no Brasil através dos nikkeis. Com o movimento dekasegi, o número de mão-de-obra disponível diminuiu. Tetsuo Nakasumi e José Yamashiro na obra *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil* dizem:

O curioso é que essa substituição de mão-de-obra nipônica ou nikkei por brasileiros está acontecendo com certa frequência nos restaurantes japoneses, nos quais cozinheiros, garçons e garçonetes nikkeis são substituídos por brasileiros. Estes, com a sua conhecida versatilidade, aprendem depressa a arte culinária japonesa, fato até pouco tempo impensável.

Muitos empregados não-nikkeis se tornaram grandes especialistas na culinária japonesa, ajudaram a difundir a culinária pelo Brasil e contribuíram para a adaptação ao paladar e as preferências dos brasileiros. Os restaurantes japoneses são cada vez mais numerosos.

## 5.2. Entidades

As entidades surgiram para atender a comunidade em áreas como: assistência à saúde e bem-estar como: hospitais, clínicas, casa de repouso, atendimento a excepcionais, grupos religiosos, entre muitas outros. Utilizavam predominantemente a Língua Japone-

sa nas atividades. Com a diminuição dos falantes de japonês, muitas incorporaram o Português. Estas entidades atendem com excelência, não apenas os nikkeis, como toda a sociedade brasileira.

Destaca-se a *Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social (Bunkyo)*, fundada em 1955, a fim de organizar as festividades do Jubileu de Ouro da Imigração Japonesa no Brasil. O Bunkyo se tornou referência na divulgação da cultura japonesa no Brasil, bem como preservar a história e os valores da comunidade Nikkei, não apenas em São Paulo, mas em todo o Brasil.

### 5.3. Festivais

No Japão, os festivais culturais são tradicionais. Tal costume fora trazido pelos imigrantes e ainda hoje são promovidos pela comunidade. Porém, é cada vez maior o número de visitantes não-nikkeis.

Muitos desses festivais tornaram-se grandes, famosos e importantes. Na cidade de São Paulo, alguns eventos entraram para o calendário oficial da cidade, como por exemplo: *Festival do Japão*, *Tana bata Mature* (Festival das Estrelas), *Festival Nikkey Matsuri*, *Festival das Cerejeiras em Flor*, *Arraial das Estrelas* (Festival Tanabata em Itaquera), *Tosa Matsuri* (Festival de Cultura Brasil-Japão) <sup>6</sup>.

## 6. CONCLUSÃO

A integração cada vez maior com a sociedade brasileira, a migração para as grandes cidades, as necessidades comerciais e de trabalho contribuíram para a diminuição do senso de coletividade. A crise de identidade dos nascidos no Brasil levou muitos a não querer ter (ou ter de uma forma reduzida) vínculos com a comunidade nipo-brasileira bem como dar uma importância menor à língua japonesa

A proibição da utilização do idioma durante o governo Getúlio Vargas, e com a decisão de muitas famílias adotarem o Brasil como pátria, alguns imigrantes entendiam que seus filhos deveriam ter o amplo domínio da língua local, em detrimento do japonês, para que tivessem oportunidades e sucesso no mercado profissional. Obviamente a situação financeira de muitas famílias não permitia oferecer aos seus filhos estudos em escolas japonesas.

---

<sup>6</sup> Lei Municipal de São Paulo nº 14.485 DE 19 DE JULHO DE 2007

A união e o senso de coletividade ainda permanecem na comunidade nipo-brasileira em diversas intensidades e formas como reuniões familiares, participação em eventos, incentivar lojas e serviços de nikkeis, contribuir com as associações e entidades. As rifas, sorteios e bingos promovidos por entidades nipo-brasileiras possuem uma adesão considerável por pessoas que o fazem em prol da comunidade.

O senso de coletividade é intrínseco ao espírito japonês, existindo desde o início da imigração. Pensar e agir de forma coletiva contribuiu muito para o sucesso, prosperidade e harmonia das colônias e das famílias. Pensar não apenas em si mesmo, mas no bem geral, contribuiu para os nikkeis serem admirados e reconhecidos por toda a sociedade brasileira, pelo esforço, inteligência, garra e determinação.

A atual geração tem o poder de preservar e expandir o senso de coletividade da comunidade Nipo-Brasileira. Em especial os jovens que sempre foram determinantes no sucesso da comunidade. Tal trabalho pode parecer hercúleo para algumas pessoas, porém os nikkeis sempre tiveram um grande espírito de esforço e trabalho incansável em todas as suas ações.

## 7. REFERÊNCIAS

SATO, Francisco Noryuki. Banzai!: história da imigração japonesa no Brasil em mangá. São Paulo, NSP-Hakkosha, 2008.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo, HUCITEC – Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

KENREN. Monumento em homenagem aos pioneiros da imigração japonesa falecidos. São Paulo. Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil, 2018.

CENB, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. Pesquisa da população de descendentes de japoneses residentes no Brasil (1987-1988). Disponível em: <[https://cenb.org.br/articles/display\\_pt/Pesquisa%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20descendentes%20de%20japoneses%20residentes%20no%20Brasil%20\(1987-1988\)](https://cenb.org.br/articles/display_pt/Pesquisa%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20descendentes%20de%20japoneses%20residentes%20no%20Brasil%20(1987-1988))>. Acesso em 28 de junho de 2021.

DOI. Elza Taeko. O ensino de japonês no Brasil como língua de imigração. Campinas. UNICAMP, 2006. Disponível em: <<http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudos->

linguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/etd.pdf?/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/etd.pdf>. Acesso em 29 de Junho de 2021.

MAEBUCHI, Tatiana. O ensino atual da língua japonesa no Brasil. Discover Nikkei, 2016. Disponível em: <<http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2016/3/16/lingua-japonesa>>. Acesso em 29 de Junho de 2021.

TOGUCHI, Marco. A comunidade nikkei no Brasil Nipo Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.nipobrasilia.com.br/noticias/coluna-intitulada-a-comunidade-nikkei-no-brasil-e-publicada-no-bluebook-diplomatico-do-japao/>>. Acesso em 29 de junho de 2021.

PRADA, Cecilia. A união, afinal feliz, dos antípodas. Prefeitura de Santo André, 2008. Disponível em: <[http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/bv/hemdig\\_txt/080529009.pdf](http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/bv/hemdig_txt/080529009.pdf)>. Acesso em 27 de junho de 2021.

TRUZZI, Oswaldo. Italianidade no interior paulista – Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). São Paulo: Unesp, 2016, 138 p

BRASILEIROS NA HOSPEDARIA: A Lei de Cotas e a Lei dos 2/3 - novo projeto de identidade nacional. Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 09/09/2020. Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br/blog/conhecendo-o-acervo/brasileiros-na-hospedaria-a-lei-de-cotas-e-a-lei-dos-23-novo-projeto-de-identidade-nacional>>. Acesso em 25 de Junho de 2021.

IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro. IBGE, 2007.

SOUSA, Rainer Gonçalves. “A chegada dos imigrantes”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/a-chegada-dos-imigrantes.htm>. Acesso em 28 de junho de 2021.

MARTINELLO, André Souza et DE CARVALHO, Ely Bergo. “Colonização japonesa em Santa Catarina: metamorfoses na imigração tutelada”. Novo Hamburgo. UNISINOS, 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2011.153.13/613>>. Acesso em 30 de junho de 2021.

HISTÓRICO. Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil. Disponível em:

<<https://camaradojapao.org.br/pt/entidade/historico/>>. Acesso em 23 de junho de 2021.

NOSSA HISTÓRIA. Câmara Júnior Brasil-Japão (JCI Brasil-Japão). Disponível em: <<https://www.jcibrasiljapao.org.br/nossa-historia>>. Acesso em 23 de junho de 2021.

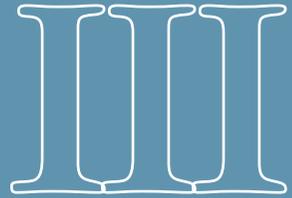
BETING, Gianfranco Zioni. Tango Bravo Alfa: vida, paixão e morte da companhia aérea mais querida do Brasil. São Paulo, Beting Books, 2016.

BETING, Gianfranco Zioni. Varig: eterna pioneira, 3. ed. São Paulo, Beting Books, 2020.

BETING, Gianfranco Zioni. Viaje bem, viaje Vasp. São Paulo, Beting Books, 2021.

JAPAN AIRLINES. [Aviaçãocomercial.net](http://aviaçãocomercial.net), 2021. Disponível em: <<https://www.aviaçãocomercial.net/jal.htm>>. Acesso em 24 de junho de 2021.





# **O espírito coletivo Nipo-brasileiro**

Leonardo Inomata<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho busca tecer considerações a respeito da coletividade na comunidade nipo-brasileira. Muito se fala sobre a coletividade da sociedade japonesa e sobre essa ser uma qualidade dos nipo-descendentes. A partir de uma desconstrução de falsas, ou ao menos imprecisas, premissas, foi feita uma reflexão sobre fatos que possam vir a embasar o comportamento coletivo dos japoneses e que impactam os nipo-descendentes em virtude da criação de estereótipos. Ao final, após a reflexão sobre o estereótipo da coletividade, são feitas considerações sobre como o espírito coletivo na comunidade nipo-brasileira é uma realidade e como ele deve se apresentar dentro do contexto local do Brasil.

## Sumário

<b>1. A COLETIVIDADE.....</b>	<b>60</b>
<b>2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A COLETIVIDADE NA HISTÓRIA DO JAPÃO ...</b>	<b>62</b>
<b>3. O ESTEREÓTIPO DA COLETIVIDADE .....</b>	<b>66</b>
<b>4. O ESPÍRITO COLETIVO NA COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA .....</b>	<b>69</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>71</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>71</b>

## 1. A COLETIVIDADE

A partir de singela leitura e interpretação da definição de “espírito coletivo”, é possível entender a expressão como: “ideal coletivo”; “ser coletivo”; “coletividade”; dentre outras. A coletividade, por sua vez, consiste em uma agremiação, agrupamento de indivíduos que possuem interesses comuns <sup>2</sup>.

A ocupação das terras disponíveis pelos seres humanos pelo globo terrestre implicou em uma seleção genética e adaptação às condições locais. Da mesma forma, foram criadas condições de influência e poder que moldaram a unificação dos territórios nacionais e o estabelecimento das fronteiras políticas.

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Unmiversidade Mackenzie, especialista em Propriedade Industrial pela Fundação Getúlio Vargas e membro da JCI Brasil-Japão.

<sup>2</sup> HOUAISS “coletividade”. Definição 2: Grupo mais ou menos extenso de indivíduos que possuem interesses comuns; agrupamento, agremiação.

Por consequência, a não ser pela definição universal apresentada logo no início, não é possível interpretar a coletividade maneira singular, como se ela se aplicasse de forma uniforme em todas as comunidades locais, uma vez que ela depende das interações sociais que se desenvolvem em cada local.

Sob a ótica da sociologia de Emile Durkheim, a sociedade submete os indivíduos a “maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se impõem a ele.”<sup>3</sup>

DURKHEIM exemplifica que

Quando cumpro meu dever de irmão, de marido ou de cidadão, quando respeito os compromissos que assumi, cumpro deveres que estão definidos, fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Mesmo quando estão de acordo com meus sentimentos próprios e sinto interiormente a realidade deles, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu quem os fez, mas os recebi pela educação.<sup>4</sup>

Essa imposição sobre o indivíduo não tem uma forma específica, podendo ocorrer por meio de regras jurídicas, dogmas religiosos, convenções de ordem moral ou decorrente de costumes arraigados. A represália a qualquer violação pode ocorrer por meio de uma pena propriamente dita ou por meio de desaprovação social por meio de olhares, por exemplo.

Dessa forma, é evidente que não obstante a expressão da vontade seja inerente ao indivíduo, o comportamento está limitado ao que é socialmente imposto e/ou aceito.

Para que a vida em sociedade seja possível, é imprescindível que os indivíduos possuam um espírito coletivo e compartilhem minimamente dos mesmos valores, de modo a proporcionar uma convivência pacífica e harmoniosa.

Eventuais desvios poderão ser alvo de penas propriamente ditas ou de repreensão social e moral, que venham a forçar o indivíduo a retornar ao padrão comportamental esperado, tal como já mencionado anteriormente.

Diante das particularidades do comportamento social desenvolvido em cada comunidade, é possível traçar um paralelo sobre a importância do indivíduo e do coletivo nas diversas culturas.

<sup>3</sup> DURKHEIM. P. 42

<sup>4</sup> Ibidem. P. 39

TRIANDIS ressalta que há sociedades em que se dá maior enfoque ao individualismo e outras em que o coletivismo é mais valorizado.

O coletivismo pode ser definido como um padrão social que consiste em indivíduos integrados e que se vêem como parte de um ou mais coletivos (família, colegas de trabalho, tribo, nação); são motivados por normas e deveres impostos pelo coletivo; estão dispostos a priorizar os objetivos do coletivo; e dão ênfase às conexões com os membros desses coletivos. O individualismo pode ser definido como um padrão social que consiste em indivíduos com uma conexão mais flexível que se vêem como independentes do coletivo; são motivados por suas próprias preferências, necessidades, direitos e contratos que estabeleceram com outros; dão prioridade aos próprios objetivos em detrimento dos objetivos de outros; dão ênfase à análise racional das vantagens e desvantagens em se associar a outros.<sup>5</sup>

Não há sociedade em que o comportamento esteja restrito ao individualismo ou ao coletivismo e pode haver generalizações não tão precisas. No entanto, é de fundamental importância que a forma predominante do comportamento seja identificada, ainda que com intuito estatístico, para que a análise social possa ser viabilizada.

Ironicamente, a imprecisão é decorrente justamente do pensamento individual que diferencia cada pessoa, cada indivíduo. A personalidade é o que torna cada ser humano único.

Um sentimento coletivo não expressa simplesmente o que há de comum entre todos. Ele consiste no agrupamento das consciências individuais que se apresentam com a vida cotidiana. “Se todos os corações vibram em uníssono, não é em consequência de uma concordância espontânea e preestabelecida; é porque uma força os move no mesmo sentido. Cada um é arrastado por todos.” (DURKHEIM, p. 47)

Dessa forma, uma vez que a tendência é a satisfação das próprias necessidades e dos próprios interesses, fica evidente que viver em coletivo é algo que se aprende, não se tratando de uma característica inata.

## 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A COLETIVIDADE NA HISTÓRIA DO JAPÃO

“A história do Japão começa com a construção do império de Yamato e o surgimento da ideia da ancestralidade mítica comum criada para dar legitimidade ao trono impe-

5 TRIANDIS. Tradução livre. P. 2

rial e a uma aristocracia fundiária que ora começam a dirigir o país.” (SAKURAI, p. 596/3571)

Conforme a mitologia, os deuses Izanagi e Izanami criaram o território japonês, a lua, o sol e a tempestade e a ancestralidade mítica já trouxe consigo um ideal de submissão da mulher ao homem, ao impedir que a mulher, deusa Izanami, pedisse o homem, deus Izanagi em casamento, sob justificativa de atender à “antiga moral”. (SAKURAI, p. 418/3571)

Com o desenvolvimento da agricultura em solo japonês, os habitantes passaram a se instalar em determinadas regiões, ao menos para colher os frutos do seu trabalho. A agricultura e a sedentarização se apresentam como o cerne da vida em sociedade, uma vez que a existência de uma fonte segura de alimentos torna possíveis a estocagem e o planejamento a longo prazo.

A segurança quanto ao acesso ao alimento viabiliza também o crescimento populacional e a organização dos habitantes em agrupamentos que logo se estabelecem em comunidades e em vilarejos e, posteriormente, em cidades mais populosas.

A concentração de riquezas e de terras e a nova organização social tornam o trabalho e as relações comerciais e de poder mais complexas. SAKURAI <sup>6</sup> ressalta que

As comunidades que se desenvolveram nesse período estruturaram-se em forma de clãs (*uji*). [...] Cada clã cultua seus deuses (*kami*), que o protegem do inimigo e guardam as terras cultivadas. [...] Os clãs variam conforme o número de seus membros, sua força guerreira e área de influência. Com o passar do tempo, os uji começam a buscar mais terras em decorrência do aumento da população e da evidência de que com terras mais férteis o estoque de alimentos ficava assegurado. A luta pelo domínio de terras propícias para a agricultura resulta em intensas migrações internas. Os clãs se relacionam entre si tanto na guerra como na troca de produtos e, conseqüentemente, na dominação política de um grupo sobre o outro. As comunidades procuram se fortalecer das investidas de grupos de outras regiões criando alianças, guerreando em conjunto para se defender. Essas alianças entre comunidades são o passo inicial para a formação de pequenos reinos liderados pelos mais fortes.

Nos séculos subsequentes diversas transformações se sucederam, dentre elas a conquista da soberania na ilha principal Honshu pelo reino de Yamato, a assimilação da escrita chinesa, a chegada do confucionismo (513) e do budismo (552), conforme ressalta SAKURAI.

<sup>6</sup> SAKURAI, p. Locais do Kindle 529-537

Posteriormente, foram instituído o “Código de 17 Artigos” que, conforme destaca KIKUCHI, trata-se mais de um código moral e religioso que separam a sociedade em 3 estratos sociais (soberano, oficiais e o povo) do que leis propriamente ditas. Dentre os artigos que foram sintetizados por KIKUCHI, cabe dar ênfase à valorização da harmonia e hierarquia; obediência ao soberano; ter a cortesia como base do comportamento; observação de que a credibilidade é a base da justiça; afastamento de sentimentos e interesses pessoais; orientação de não tomar decisões isoladamente, sem antes deliberar com os demais (p. 56).

Após, seguiu-se outro período de reorganização do território e disputa por terras, poder e influência, sendo que KIKUCHI destaca a ascensão dos guerreiros, bushi, nos séculos X e XI, que se tornarão fundamentais nos conflitos e nos controles de poder.

Nesse período também esteve vigente o que pode ser chamado de feudalismo japonês (794–1185), conforme ressalta SAKURAI. Os pequenos camponeses eram autorizados a cultivar a terra e eram protegidos pelos senhores proprietários da terra mediante o pagamento de impostos.

Posteriormente, POZZETI ressalta que “ao final do período Sengoku (1467-1603) e início do período Tokugawa (1603-1867), os camponeses passaram a adotar nomes de famílias e a definir com mais precisão os seus lotes de terra e suas casas (SAKATA, 2011)”.

POZZETI destaca esse processo como a origem do sistema *ie*, que consistia na “unidade social e econômica que formava a base da estrutura produtiva japonesa. Segundo Fukutake esse *ie* (1982, p. 28):”

É um conceito que transcende a ideia de “família” como um grupo de indivíduos que atualmente fazem parte dela. O mesmo foi concebido incluindo a casa e a propriedade, os recursos para manter a ocupação familiar e os túmulos dos ancestrais, como uma unidade advinda de um prolongamento de um passado distante para um presente e ocupando uma certa posição no sistema de status das aldeias ou das cidades. O *ie*, nesse sentido, era muito mais importante do que os indivíduos que eram, em algum momento, os seus membros vivos, e era visto como natural que as personalidades individuais dos membros das famílias fossem ignoradas ou sacrificadas pelo bem do todo.

Da mesma forma que o *ie* era mais importante do que o indivíduo, não havia espaço ao camponês que estivesse fora do *ie*. No entanto, não há reciprocidade nessa relação, uma vez que é possível impor que haja produtividade do *ie* pela força.

Os impostos eram cobrados da aldeia como um todo e não de cada ie de forma individual:

A somatória de toda produtividade de cada lote de terra resultava no kokudaka de uma aldeia e era a partir desse valor total que o governo central controlava o pagamento dos impostos, ou seja, a cobrança não era individual sobre cada camponês, mas sobre o somatório fixo que deveria ser pago por uma aldeia.<sup>7</sup>

Dessa forma, toda a aldeia tinha interesse no desempenho dos ie, à medida em que o déficit de um ie seria compensado pelos demais.

A obediência à hierarquia e à estratificação social eram reforçados por meio da educação, conforme destaca POZZETI em citação de KOBAYASHI:

mais do que um papel advindo de uma responsabilidade dividida pelas camadas sociais, é preciso considerar a noção de obediência. Nesta formação de consciência de papéis dentro de cada classe, a educação<sup>23</sup> teve importante função para moldar a sociedade e manter o status quo da rígida estratificação social. Nas palavras de Kobayashi (1965, p. 288),

O objetivo da educação era encaixar as pessoas dentro da existente ordem social e política. O conservadorismo da educação Tokugawa era manifestado na autoridade inquestionável dos professores sobre os estudantes e no caráter dogmático das instruções. Como doutrina oficial, o bakufu adotou a escola Chu Hsi do Confucionismo que prescrevia a inter-relação ordenada dos cosmos e da sociedade humana. (...) O objetivo da educação era preparar as pessoas para se comportarem e agirem de acordo com seu status hereditários. Por isso, era organizado em termos de classe. A principal distinção era entre a educação do samurai e a educação dos camponeses. A primeira formou a elite com as qualidades necessárias a um líder; a última objetivava moldar as massas como seguidores eficientes e obedientes.

A partir desse brevíssimo histórico, é possível notar que a hierarquia se apresenta como um elemento importante no comportamento dos japoneses. Ruth BENEDICT observa ao estudar o comportamento dos japoneses que as palavras de ordem que regem a sociedade são ordem e hierarquia.

A coletividade, por sua vez, se apresenta como uma característica incidental, necessária para que a aldeia pudesse arcar com os impostos e a vida pudesse se encaminhar de forma harmoniosa.

<sup>7</sup> POZZETI. P. 31

### 3. O ESTEREÓTIPO DA COLETIVIDADE

A coletividade é tida como uma característica inerente ao povo japonês, comumente lembrada quando se tenta encontrar adjetivos desse povo que são passíveis de admiração. Trata-se de um estereótipo reforçado entre descendentes de japoneses e não descendentes e que carece de maior aprofundamento.

Observe-se a seguir diversas publicações em que o estereótipo é reforçado:

Uma grande virtude da sociedade japonesa é o seu espírito de trabalho em grupo. Ou seja, o foco da sociedade japonesa está na coletividade ao invés do individualismo, como acontece nos países ocidentais. A harmonia do grupo vem em primeiro lugar e por isso, procuram não fazer coisas que prejudiquem o convívio na sociedade. <https://www.japaoemfoco.com/por-que-o-japao-e-um-exemplo-para-outros-paises/>

O Japão é fascinante. Apesar de pequeno em tamanho, sua diversidade cultural é imensa. Um país que consegue misturar tradição e modernidade de forma única e natural, em que o respeito e o convívio coletivo parecem fazer parte do DNA das pessoas e onde tudo funciona perfeitamente – do simples ato de atravessar a rua de forma organizada à complexa malha de linhas de trens que cobrem praticamente todo o seu território. <http://www.obaudoviajante.com.br/senso-coletivo-cultura-japonesa/>

Essa boa performance dos países no combate à doença contagiosa se deve, sem margem para questionamento, ao senso de coletividade enraizado na cultura oriental.

<https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/como-cinco-habitos-culturais-tem-ajudado-asiaticos-a-vencer-o-coronavirus>

Daí, a prática foi evoluindo e transformando-se numa quase filosofia, ao considerar o próximo mais importante do que a si mesmo. Uma prática que vemos no espírito de coletividade e civilidade que caracterizam o povo japonês, até em momentos críticos, como foi no caso das catástrofes naturais que aconteceram em Fukushima e mais recentemente em Kumamoto. <https://hashitag.com.br/o-que-e-omotenashi/>

Os oito valores destacados são coletividade, integridade, perseverança, respeito, aprendizado, gentileza, responsabilidade e gratidão.

<http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2020/8/24/dia-do-Nikkei>

Durante o evento, oito valores nikkeis identificados pelo Projeto Geração foram anunciados sendo acompanhados por depoimentos de diferentes convidados: Responsabilidade, Aprendizado, Integridade, Coletividade, Perseverança, Gentileza, Gratidão e Respeito. <https://www.bunkyo.org.br/br/2020/07/10/o-sucesso-da-live-do-dia-internacional-do-nikkei-2020/>

Por outro lado, estudos conduzidos por MATSUMOTO nos anos 90 trouxeram um resultado oposto em relação ao senso de coletividade dos japoneses:

Despite this early support for the stereotype concerning Japanese collectivism and American individualism, there has been no support for this distinction in recent psychological research directly testing this notion. In fact since Hofstede's original study, seventeen other studies have been conducted directly examining Japanese collectivism and American individualism, and not one has supported this claim.

For example, my laboratory conducted a study in which we asked 138 American and 137 Japanese university students to complete a test for individualism and collectivism (Matsumoto et al. 1997b). This test included over one hundred questions, was based on years of work in the field, and has been reliably used in a number of studies concerning this cultural dimension. When we tested for differences between the two groups on their overall individualism-collectivism scores, we found no differences.

[...] On the Collectivistic Values Index scale, the Americans actually scored higher than the Japanese on collectivism [...]

Muito embora o senso comum do brasileiro <sup>8</sup> o leve a assumir que o Japão é um país mais coletivista do que o Brasil, curiosamente, a comparação simulada no “hofstede

---

<sup>8</sup> Nota do monografista: trata-se de uma suposição e constatação empírica.

insights” entre Brasil<sup>9</sup>, Japão<sup>10</sup> e Estados Unidos<sup>11</sup> (este último selecionado para elucidar melhor a comparação) apontou o contrário:



<https://www.hofstede-insights.com/country-comparison/brazil,japan,the-usa/>

A tabela acima consiste em consulta pontual extraída a partir de informações genéricas e que pode não refletir uma comparação precisa ou parâmetros que seriam utilizados

9 Brazil has a score of 38 which means that in this country people from birth onwards are integrated into strong, cohesive groups (especially represented by the extended family; including uncles, aunts, grandparents and cousins) which continues protecting its members in exchange for loyalty. This is an important aspect in the working environment too, where for instance an older and powerful member of a family is expected to “help” a younger nephew to be hired for a job in his own company. In business it is important to build up trustworthy and long lasting relationships: a meeting usually starts with general conversations in order to get to know each other before doing business. The preferred communication style is context-rich, so people will often speak profusely and write in an elaborate fashion.

10 Japan scores 46 on the Individualism dimension. Certainly Japanese society shows many of the characteristics of a collectivistic society: such as putting harmony of group above the expression of individual opinions and people have a strong sense of shame for losing face. However, it is not as collectivistic as most of her Asian neighbours. The most popular explanation for this is that Japanese society does not have extended family system which forms a base of more collectivistic societies such as China and Korea. Japan has been a paternalistic society and the family name and asset was inherited from father to the eldest son. The younger siblings had to leave home and make their own living with their core families. One seemingly paradoxical example is that Japanese are famous for their loyalty to their companies, while Chinese seem to job hop more easily. However, company loyalty is something, which people have chosen for themselves, which is an Individualist thing to do. You could say that the Japanese in-group is situational. While in more collectivistic culture, people are loyal to their inner group by birth, such as their extended family and their local community. Japanese are experienced as collectivistic by Western standards and experienced as Individualist by Asian standards. They are more private and reserved than most other Asians.

11 The American premise of “liberty and justice for all.” This is evidenced by an explicit emphasis on equal rights in all aspects of American society and government. Within American organisations, hierarchy is established for convenience, superiors are accessible and managers rely on individual employees and teams for their expertise. Both managers and employees expect to be consulted and information is shared frequently. At the same time, communication is informal, direct and participative to a degree. The society is loosely-knit in which the expectation is that people look after themselves and their immediate families only and should not rely (too much) on authorities for support. There is also a high degree of geographical mobility in the United States. Americans are the best joiners in the world; however it is often difficult, especially among men, to develop deep friendships. Americans are accustomed to doing business or interacting with people they don’t know well. Consequently, Americans are not shy about approaching their prospective counterparts in order to obtain or seek information. In the business world, employees are expected to be self-reliant and display initiative. Also, within the exchange-based world of work we see that hiring, promotion and decisions are based on merit or evidence of what one has done or can do.

em outras pesquisas. No entanto, serve como referência para os propósitos deste capítulo.

Em relação às citações anteriores, e, em especial em relação às culturas orientais, há, historicamente, uma espécie de mistificação pelos ocidentais, com alusão ao que é exótico, como se todo o oriente fosse uma terra única com uma cultura única. Trata-se de um viés romantizado e manipulado do desconhecido, havendo ampla crítica desse movimento por SAID<sup>12</sup>.

Intenta-se, com a apresentação das justificativas opostas, desafiar o estereótipo enraizado e os seus impactos no cotidiano dos japoneses e dos nikkeis, para gerar uma reflexão sobre o senso comum.

#### 4. O ESPÍRITO COLETIVO NA COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA

Espera-se que os descendentes de japoneses sejam dotados de determinadas qualidades que seriam atribuídas aos seus irmãos étnicos e isso vem sendo reforçado por inúmeros eventos em que se discute identidade Nikkei ou identidade nipo-brasileira.

A imigração japonesa no Brasil já ocorreu há 113 anos e o reforço dos estereótipos apenas demonstra a qualidade de estrangeiros em que os nipo-brasileiros continuam enquadrados.

Desta forma, buscando fugir dos estereótipos e da caixa em que os nipo-brasileiros estão inseridos, cabe uma reflexão antes de se responder à pergunta que provocou este trabalho e que motivou a redação dos capítulos anteriores:

Busca-se entender o espírito coletivo na comunidade nipo-brasileira por (a) ser importante para a preservação das tradições e costumes ou (b) porque é o esperado da comunidade nipo-brasileira?

Assumindo que a resposta seja “b”, passo a expor a minha opinião neste trabalho.

O espírito coletivo nas comunidades nipo-brasileiras é uma realidade.

Ao chegarem ao Brasil, os japoneses se associaram em colônias e, mais à frente, as colônias se transformaram nos nihonjinkais. No entanto, em um exercício especulativo,

<sup>12</sup> SAID, Edward W. *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*, tradução Rosana Eichenberg. São Paulo : Companhia das Letras, 2007

não há como se aferir neste momento se a associação ocorreu por necessidade de se refugiar entre iguais em um país alienígena, por hábito em decorrência do trabalho no Japão ou por conceitos inculcados de coletivismo.

Conforme ressalta Harada<sup>13</sup>, havia o propósito de manter o modo de vida do Japão, com especial cuidado na manutenção da língua japonesa, dos costumes e da formação educacional, de modo a permitir acompanhar a evolução dos compatriotas japoneses. Desse modo, a cultura japonesa era naturalmente transmitida.

Os estudos feitos pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros apontaram haver pelo menos 437 associações nipo-brasileiras no Brasil, conforme apresentação publicada pelo Jornal Nippak em publicação de 18.01.2019<sup>14</sup>.

Não obstante seja evidente que as associações estejam se enfraquecendo, haja vista a diminuição da quantidade de associados e o encerramento das atividades de muitas associações, o que se percebe é que há a intenção de prosseguir com os trabalhos e de manter a associação viva.

Há, na verdade, quando consideramos a estrutura interna das associações, falta de engajamento e de percepção de valor dos descendentes em relação às associações por um lado, e uma necessidade de adaptação à realidade brasileira por outro lado.

É imprescindível que as associações nipo-brasileiras se adequem à realidade local e se atualizem, para que possam promover maior participação da sociedade brasileira dentro das suas dependências e nas suas atividades.

É imprescindível também que os nipo-brasileiros possam se libertar dos estigmas que lhes são impostos, para que todos, tanto as associações, como descendentes de japoneses, como pessoas sem nenhuma relação consanguínea com a comunidade nipo-brasileira possam contribuir conforme a realidade do Brasil.

Obviamente, após 113 anos de imigração e a perfeita adaptação dos nipo-brasileiros à realidade local, os nipo-brasileiros assimilaram a forma de manifestação dos valores conforme a realidade em que estão inseridos. Os valores continuam os mesmos, no entanto, é natural que a sua representação se adeque e se transforme em uma harmonização entre os costumes dos ancestrais e dos conterrâneos locais.

---

13 HARADA, Kiyoshi, op. cit., p. 76

14 <https://www.jnippak.com.br/2019/centro-de-estudos-nipo-brasileiros-conclui-pesquisa-sobre-associacoes-nikkeis/>

## 5. CONCLUSÃO

O espírito coletivo da comunidade nipo-brasileira é uma realidade desde a chegada dos primeiros imigrantes ao Brasil. Cabe entendê-lo como característica a ser apresentada de forma espontânea e não como algo que seria inato ao indivíduo.

Eventual enfraquecimento das associações, seja por falta de associados ou de atividades, não se trata de ausência de espírito coletivo, mas consiste em dificuldades pontuais de adaptação à realidade local e atual.

É de fundamental importância que as associações compreendam o seu papel na sociedade brasileira para que possam integrar melhor dentro do contexto que estão inseridas e, assim, desempenhem medidas práticas e efetivas.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Anna Ligia Pozzetti de. Terra, família e agricultura: um estudo sobre a transição ao capitalismo no Japão (XVII-XIX). 2016. 1 recurso online (120 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305663>>

BENEDICT, Ruth. The Chrysanthemum and the Sword. Distributed Proof readers Canada. Edição do Kindle.

DURKHEIM, Émile. As Regras do método sociológico (Sociologia) (p. 2). Editora Vozes. Edição do Kindle.

HARADA, Kiyoshi - Coordenador. O Nikkei no Brasil, 4. ed. São Paulo: Cadaris, 2018

HOUAISS<<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>>

KIKUCHI, Wataru. Relações hierárquicas do Japão Contemporâneo: um estudo da consciência de hierarquia na sociedade japonesa. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia, do departamento de sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutor em sociologia. <<https://www.teses.usp.br/teses/disponi>

veis/8/8132/tde-28082012-123242/pt-br.php>

MATSUMOTO, David Ricky. The New Japan: debunking seven cultural stereotypes.

SAID, Edward W. Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente, tradução Rosana Eichenberg. São Paulo : Companhia das Letras, 2007

SAKURAI, Célia. Os Japoneses. Edição do Kindle.

TRIANDIS, Harry C. Individualism And Collectivism (New Directions in Social Psychology) (p. vi). Taylor and Francis. Edição do Kindle.

<http://www.nikkeyweb.org.br/mapa-das-comunidades-japonesas-no-brasil/>

<https://www.jnippak.com.br/2019/centro-de-estudos-nipo-brasileiros-conclui-pesquisa-sobre-associacoes-nikkeis/>

Sites referenciados:

<http://www.obaudoviajante.com.br/senso-coletivo-cultura-japonesa/>

<https://www.japaoemfoco.com/por-que-o-japao-e-um-exemplo-para-outros-paises/>

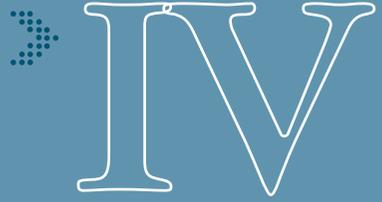
<https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/como-cinco-habitos-culturais-tem-ajudado-asiaticos-a-vencer-o-coronavirus>

<https://hashitag.com.br/o-que-e-omotenashi/>

<http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2020/8/24/dia-do-Nikkei>

<https://www.bunkyo.org.br/br/2020/07/10/o-sucesso-da-live-do-dia-internacional-do-nikkei-2020/>

<https://www.hofstede-insights.com/country-comparison/brazil,japan,the-usa/>



# **Coletividade ou coletivismo: uma breve análise da comunidade nipo-brasileira**

Michelle Sayuri Yano<sup>1</sup>

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>74</b>
<b>2. OS PRIMEIROS IMIGRANTES E A NECESSIDADE DO ESPÍRITO COLETIVO</b> .....	<b>75</b>
<b>3. A COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA E A PERPETUAÇÃO DOS VALORES JAPONESES POR MEIO DAS ASSOCIAÇÕES (KAIKANS)</b> .....	<b>79</b>
3.1. As associações nipo-brasileiras: um espaço para a aprendizagem, difusão e manutenção dos valores japoneses .....	80
3.2. As associações nipo-brasileiras e o trabalho coletivo .....	81
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>87</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Refletir e traduzir em palavras sobre a coletividade da comunidade nipo-brasileira é imprescindível para que se tornem concretas os debates e as reflexões do Seinenbu Hansoro.

Diante do trabalho realizado pelo supracitado departamento, optou-se pela utilização de dados concretos obtidos por meio de instrumentais utilizados em workshops realizados nos Fóruns de Discussão e Integração Bunkyo Regional – FIB’s Regionais<sup>2</sup>, evento realizado pelo Seinenbu Hansoro entre os anos de 2014 a 2019. O referido evento reuniu associados, membros da diretoria das associações nipo-brasileira da região, além de outros interessados pelos diferentes temas<sup>3</sup> das versões dos Fóruns, tendo uma faixa etária de participantes entre 15 e 89 anos.

Precede o mapeamento e análise das respostas obtidas nos workshops dos FIB’s, uma pesquisa bibliográfica onde se buscou brevemente compreender a imigração japonesa,

1 Graduada em Engenharia Cartográfica (UNESP) e doutora em Ciências Cartográficas (UNESP). É Diretora do Departamento de Jovens da Associação Nipo-Brasileira da Alta Sorocabana (seinenbu hansoro).

2 O Fórum de Discussão e Integração Bunkyo Regional (FIB Regional) foi fruto de discussões que ocorreram na 5ª edição do FIB em São Paulo, no ano de 2013.

3 I FIB Regional: “Associações nikkeis: sua importância e seus desafios”

II FIB Regional: “Descobrimos e valorizando potencialidades”

III FIB Regional: “氣持ち(キモチ): O espírito da coletividade”

IV FIB Regional: “Para quem você indicaria o seu *kaikan*?”

V FIB Regional: “*Kaikan*: criando momentos inesquecíveis”

VI FIB Regional: “E se a sua associação não existisse?”

tendo como eixo de análise a coletividade como valor trazido pelos imigrantes de sua terra de origem e a sua difusão em terras brasileiras.

Para realizar as reflexões supramencionadas, optou-se por adotar como linha de análise, a comunidade brasileira *nikkei*<sup>4</sup> nas associações nipo-brasileiras, comumente nomeadas como *kaikan*<sup>5</sup>.

A fim de um melhor entendimento sobre o tema, deparou-se com a necessária pesquisa e compreensão sobre a “coletividade”. Sendo assim, é importante mencionar que este trabalho adotará os conceitos seguintes. Em uma rápida busca pelo dicionário Michaelis online, pode-se chegar ao seguinte significado para coletividade: “1. Qualidade ou estado do que é coletivo; 2. Conjunto de seres que, por possuírem interesses comuns, constituem um corpo coletivo; agrupamento, associação, grupo; 3. O povo, coletivamente.”. Contudo, ao desenvolvermos os projetos e ações junto à comunidade nipo-brasileira e ainda por participar de associações japonesas, apreendemos que mais do que um grupo de pessoas reunidas por interesses comuns, a comunidade nipo-brasileira apresentava traços mais voltados para o conceito de coletivismo. “O coletivismo, por sua vez, define uma tendência à cooperação e ao cumprimento com os demais. O grupo do qual a pessoa faz parte importa mais do que a própria pessoa.” (GOUVEIA et al, 2003).

Ademais, esclarece-se que serão utilizados os termos *nikkei* e/ou nipo-brasileira para indicar aquelas pessoas descendentes de japoneses, mas também aquelas pessoas que, mesmo sem o fator sanguíneo identificam-se com os valores e a cultura japonesa.

## 2. OS PRIMEIROS IMIGRANTES E A NECESSIDADE DO ESPÍRITO COLETIVO

Antes de refletir sobre a coletividade e/ou o coletivismo da comunidade brasileira *nikkei*, é necessário discorrer sobre as primeiras associações nipo-brasileiras fundadas no Brasil e os seus fundadores, que foram os primeiros imigrantes japoneses.

Estes imigrantes, que vieram para o Brasil, possuíam como projeto de vida trabalhar, enriquecer e retornar ao seu país de origem, ou seja, não tinham o planejamento de construir suas vidas e de suas próximas gerações nesta terra. “A grande maioria dos japoneses emigrou temporariamente, ou seja, planejava retornar ao Japão após alcançar

4 *Nikkei* (日系) é uma denominação em língua japonesa para os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou para japoneses que vivem regularmente no exterior. (Disponível em: <[www.wikipedia.org/wiki/nikkei](http://www.wikipedia.org/wiki/nikkei)>. Acesso em: 14 maio 2020). No entanto, a identidade *nikkei* não é estática. É um conceito simbólico, social, histórico e político. Ela envolve um processo dinâmico de seleção, reinterpretação e síntese de elementos culturais, os quais fazem parte de contextos fluidos e mutáveis de realidades e relacionamentos contemporâneos. (Disponível em: <[www.discovernikkei.org/pt/about/what-is-nikkei](http://www.discovernikkei.org/pt/about/what-is-nikkei)>. Acesso em: 15 maio 2020).

5 *Kaikan* (会館) é a denominação em língua japonesa para local de encontro de pessoas.

o objetivo de acúmulo de riqueza” (OKAMOTO, 2008, p. 87). “Para os japoneses, migrar para o Brasil representava a possibilidade de conseguir melhores condições de vida e, no futuro, retornar à terra natal” (IBGE, 2020).

Contudo, tal objetivo não foi alcançado pela maioria dos imigrantes, dentre outros fatores, segundo Okamoto (2008, p. 87), está a ocorrência da II Guerra Mundial que é apontada pelos mesmos como o principal motivo para que os seus planos não se concretizassem; o retorno inviabilizado ficou registrado não como um desejo pessoal, mas como imposição externa: a Guerra.

Somada a tal frustração, outras situações mostraram-se desfavoráveis aos imigrantes japoneses, como aponta Okamoto (2008, p. 22):

grandes diferenças entre o Brasil e o Japão: o clima, a cultura, a língua, a geografia do país, os hábitos, os costumes, o modo de conceber a vida, a alimentação, sem contar as condições de trabalho e de vida nas fazendas que eram inóspitas e extremamente duras.

Deste modo, encontravam-se em uma terra longínqua, com inúmeras diferenças entre os dois países, e ainda, com o sentimento de não realização de seus planos: o retorno ao Japão. Era necessário superar tais desafios e a forma encontrada era de retratar aqui os hábitos, a cultura, os valores e, principalmente, a língua japonesa<sup>6</sup>.

Para realizar tal intento, as famílias<sup>7</sup> que pra cá vieram iniciaram um processo de agrupamento junto aos idênticos, àqueles que possuíam a mesma origem, os mesmos hábitos e língua, numa tentativa de sobrevivência em uma terra diversa daquela que se conhecia.

as angústias e ansiedades vividas pelos imigrantes frente à perda dos referenciais internos do eu familiar levaram-nos a compartilhar esse sofrimento vivido em comum pelas várias famílias. Isso ocorreu por meio da união entre os membros do grupo ao qual pertenciam as colônias japonesas nas fazendas cafeeiras, como uma forma de coesão entre aqueles que possuíam uma identidade genealógica comum e que podiam reforçar o sentimento de pertença. (OKAMOTO, 2008, p. 98).

6 Considerando também que antes do final da II Guerra Mundial, muitos imigrantes tinham o objetivo de retornar à sua terra natal, era preciso que os seus filhos tivessem uma formação nos moldes da educação japonesa, o que propiciou também a perpetuação dos costumes, hábitos, culturas e língua japonesa no Brasil entre os primeiros imigrantes e as próximas gerações.

7 Para que fosse possível a imigração para o Brasil, um dos critérios adotados pelo governo brasileiro era a vinda de famílias compostas de, no mínimo, três pessoas com idade acima de doze anos.

Okamoto (2008, p. 24) acrescenta ainda que,

[...] os imigrantes necessitavam reconstituir e desenvolver uma nova rede social que poderia substituir, em parte, as funções e os vínculos perdidos durante o processo migratório e que pudesse marcar este novo ambiente no qual se encontravam.

Soma-se a tal situação, o fato de o governo brasileiro, conforme Cardoso (1995, p. 81), tratar a família que emigra como uma unidade. Assim, o trabalho nas fazendas de café também era dividido através de tarefas atribuídas às famílias, isto é, tomando-as como unidades de trabalho e cooperação. E, percebendo-se como um grupo cooperativo, os imigrantes puderam manter vivos certos padrões tradicionais japoneses que facilitaram o processo de ascensão e adaptação social.

Surgiram, então, agrupamentos, inicialmente os núcleos de colonização<sup>8</sup>. Segundo Okamoto (2008, p. 32) tais núcleos foram importantes, pois permitiram a formação de “núcleos homogêneos do ponto de vista étnico, propiciando o germen da formação das associações”.

Conforme Okamoto (2008, p. 34), as associações japonesas foram se estruturando, passando a funcionar como coletivos dos lavradores, modelo de cooperação existente no Japão, portanto de conhecimento e de vivência e experiência de muitos imigrantes, ou seja, eles reconstruíram as associações no Brasil, conforme os moldes no Japão.

Importante ressaltar uma característica que demonstra um atributo dos japoneses, primeiros imigrantes, segundo Setoguti<sup>9</sup> apud Okamoto (2008, p. 35):

os imigrantes japoneses que aqui chegaram antes da II Guerra Mundial, não haviam vivido o processo de ocidentalização pelo que passou o Japão e por isso, trouxeram em sua bagagem uma tendência a se ligar a grandes grupos sociais, característica da cultura semifeudal, dominante no Japão durante o período histórico que os imigrantes viveram, no qual a família representava a menor unidade da sociedade que se encontrava indissolavelmente vinculada à ideia de aldeia (mura).

8 Segundo Yoshioka apud Okamoto (2008, p. 32), os núcleos eram constituídos pelos próprios imigrantes pioneiros que adquiriam terras e revendiam-nas em pequenos lotes ou aqueles adquiridos pelos órgãos oficiais que eram revendidos aos interessados no Japão, que partiam como proprietários.

YOSHIOKA, R. Por que imigramos do e para o Japão. São Paulo: Masso Ohno Editor, 1995.

9 SETOGUTI, R. A escolarização entre descendentes e japoneses no Brasil: pontos para uma reflexão. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1999.

Cardoso (1995, p. 82) acrescenta ainda que os japoneses, devido a sua tradição cultural baseada no modelo de sistema familiar, onde se impera a cooperação dentro do grupo e dentre os vários grupos domésticos, facilitaram o seu ajustamento às novas condições impostas ao emigrarem a um novo país.

Assim, somado às condições encontradas pelos imigrantes no Brasil (dificuldade de adaptação cultural, hábitos, língua e, até mesmo, de sobrevivência<sup>10</sup>), havia na bagagem dos imigrantes: conhecimento, experiência e vivência grupal, o que possibilitou, concomitantemente, um isolamento da comunidade brasileira e o fortalecimento e sobrevivência da forma de vida e (re)produção japonesa, além da sobrevivência psíquica dos indivíduos, em meio a tantas desilusões, frustrações e dificuldades.

De acordo com Okamoto (2008, p. 119) “a construção das associações se traduziu num dos pilares de manutenção da vida para os imigrantes, que, nelas puderam resgatar e educar seus filhos, as gerações futuras portadoras de seus sonhos não realizados”.

Cardoso (1995, p. 111) diz ainda que no Brasil os imigrantes japoneses algumas vezes contaram com um relativo isolamento étnico que permitiu a utilização de variantes de formas associativas. Assim, puderam exercer um grande controle sobre os membros dos núcleos etnicamente homogêneos.

Okamoto acrescenta ainda que (2008, p. 24), “os esforços depreendidos para a construção destes agrupamentos tinham como principal objetivo a preservação da cultura e das raízes, ou seja, uma forma de cultuar aquele objeto amado e perdido, o Japão”.

É possível perceber que, diante dos contextos de sofrimento e, para a sua própria sobrevivência, os primeiros imigrantes japoneses buscaram o agrupamento e a associação junto aos idênticos, que se apresentou como uma necessidade, uma forma de superar as angústias, desafios e frustrações encontradas nesse novo país.

Para Okamoto (2008, p. 16) foi necessário

a reconstrução das redes sociais e afetivas que pudessem abarcar as perdas dos aspectos identificatórios, numa busca de sobrevivência psíquica na terra desconhecida. Sobrevivência que pudesse fortalecer os imigrantes e suas famílias num movimento de reconstrução de suas vidas na nova terra, o Brasil.

---

10 Além das dificuldades de adaptação cultural, as condições de sobrevivência não foram aquelas prometidas antes da partida à terra desconhecida, o Brasil. Chegando aqui enfrentaram diversas outras situações: condições precárias de salário, alimentação, moradia, etc, além da dívida contraída para viajar até o Brasil.

Portanto, diante de tal cenário e acrescido da experiência e vivência dos japoneses imigrantes em sua terra natal, os núcleos de colonização e, posteriormente as associações tinham como característica a união, a coesão entre os seus membros, a solidariedade, pois todos estavam vivenciando e enfrentando os mesmos desafios, em uma tentativa de adaptação nessa nova terra, mesmo que, em um primeiro momento, o resultado tenha sido o isolamento social e grupal.

Segundo Okamoto (2008, p. 24), a criação e a construção das associações nipo-brasileiras possibilitou que os imigrantes e seus descendentes convivessem socialmente, trocassem experiências, buscassem apoio e, principalmente, desenvolvessem os aspectos culturais e da língua que passavam a seus filhos.

Assim, a partir dos valores apreendidos e trazidos da terra natal, os primeiros imigrantes sustentavam-se individualmente e em grupo, tendo como preocupação a manutenção da tradição japonesa, visando perpetuar às próximas gerações.

### **3. A COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA E A PERPETUAÇÃO DOS VALORES JAPONESES POR MEIO DAS ASSOCIAÇÕES (KAIKANS)**

É importante ressaltar que a preocupação dos primeiros imigrantes em perpetuar a tradição japonesa no Brasil foi mantida por eles e as associações nipo-brasileiras tiveram e têm uma importância muito grande para tal intento, como visto na primeira parte deste trabalho.

Contudo, diante um outro contexto sócio-histórico, aqueles da terceira e demais gerações (*sanseis*, *yonseis*) não tiveram as mesmas necessidades de seus antepassados, ou seja, individualmente já nasceram integrados na comunidade brasileira, inclusive com sentimento de pertença e adaptados a essa cultura. Portanto, a associação a idênticos não se trata mais de uma necessidade de sobrevivência, mas algo tido como certo, ao se encontrarem já integrados a essa sociedade. Neste sentido, a associação nipo-brasileira, da forma que foi concebida pelos primeiros imigrantes e aqueles da segunda geração, já não cumpre o mesmo papel com os *sanseis* e as gerações posteriores.

Portanto, sabendo de tal realidade e, ao mesmo tempo, tendo convicção da importância que se tem uma associação nipo-brasileira para a manutenção da cultura e dos valores japoneses tão caros aos nossos antepassados, além de outras conquistas possíveis por meio delas, é que o Seinenbu Hansoro apostou na realização de Fóruns de Discussão e

Integração Bunkyo Regional<sup>11</sup> – FIB Regional e é a partir de dados coletados nesses eventos que se pretende analisar e refletir sobre o espírito coletivo da comunidade japonesa na atualidade.

Ressalta-se que os dados analisados demonstram a percepção e posição individual dos participantes, portanto, todos os outros instrumentais analisados são de cunho individual e pessoal.

Já foi mencionado acima, mas se pretende reforçar que os descendentes de japoneses da terceira geração e as demais seguintes não tiveram as mesmas necessidades das primeiras. Se a união, a coletividade e o agrupamento a idênticos foi primordial para a sobrevivência e subsistência daqueles últimos, as atuais gerações de descendentes japoneses não possuem as mesmas necessidades. Somado a isso, uma das características presentes no pós-modernismo<sup>12</sup>, além do imediatismo, está o individualismo. Assim, pretende-se verificar se o espírito coletivo, visualizado nas primeiras gerações, perpetua nas demais.

### **3.1. As associações nipo-brasileiras: um espaço para a aprendizagem, difusão e manutenção dos valores japoneses**

Posto isso, primeira situação que se torna imprescindível analisar é se as associações possuem a mesma importância daquela demonstrada na primeira parte deste trabalho, mesmo que em diferente contexto e necessidades. Ora, poder-se-ia concluir que, considerando que a associação *nikkei* não é mais necessária para fins de reunião de iguais, de sobrevivência e/ou para amparo grupal, se tornou obsoleta e sem importância no atual contexto.

Contudo, os dados obtidos sugerem que as associações nipo-brasileiras continuam tendo sua importância, pois, conforme dados coletados no I FIB Regional (2014) demonstram que elas continuam como referência para a integração, relacionamento e convívio social, além de ser um espaço onde é possível a aprendizagem de valores japoneses que podem influenciar benéficamente a cultura e a comunidade em geral.

Os participantes também mencionaram que a “associação é um importante espaço onde se é possível construir uma relação melhor entre pais e filhos” (Participante do I FIB Regional, 2014), e também “onde se pode criar e manter a amizade e o sentimento

11 O FIB Regional – Hansoro surgiu com o objetivo de refletir sobre a importância das associações nikkeis, levantar e analisar os problemas dessas associações, e discutir e desenvolver soluções para os problemas apresentados.

12 Segundo Bauman (2001, p. 39), a modernidade é época em que a vida social passa a ter como centro a existência do individualismo, é fase marcada por uma expansiva autonomia do homem em relação à vida social. Para ele, o surgimento de membros como indivíduos se torna marca de uma sociedade moderna.

de união” (Participante do I FIB Regional, 2014).

Portanto, observa-se que a associação nipo-brasileira ainda que não tenha a mesma função daquela para a qual foi criada, se preserva como um espaço de convívio social, de aprendizagem de valores japoneses, mesmo que aquelas pessoas de primeira e segunda gerações já se encontrem adaptadas e inseridas na sociedade brasileira, ou seja, ainda perpetuam a sua importância no que tange à preocupação para que a cultura<sup>13</sup> japonesa seja difundida para a comunidade em geral.

### 3.2. As associações nipo-brasileiras e o trabalho coletivo

Um outro dado coletado<sup>14</sup> demonstra o motivo para o qual os associados indicariam a sua associação a outras pessoas. Dentre aqueles que se poderiam esperar, conforme as informações supracitadas, tais como: conhecer e vivenciar a cultura deixadas pelos antepassados, fazer amizades e compartilhar bons momentos; foi citado também a união e a cooperação (ajudar em eventos, ajudar a comunidade japonesa e a comunidade em geral). Como referiram os participantes deste evento:

Pelo fato de ajudar a comunidade japonesa e a comunidade em geral. (Participante do IV FIB Regional, 2017).

Pela união para atividade dos japoneses, para não acabar com os costumes do *kaikan*, as regras, o trabalho, a união e manter a ideia com os jovens.(Participante do IV FIB Regional, 2017).

Para ela contribuir com o *kaikan* e o *kaikan* contribuir para o seu crescimento pessoal e social. (Participante do IV FIB Regional, 2017).

Realizando uma análise paralela do momento atual com aquele vivenciado pelos primeiros imigrantes, observa-se que, embora não seja necessário o agrupamento para não se sentir às margens da sociedade, um fator que ainda persiste (além daqueles já demonstrados anteriormente) é a união, a cooperação dos membros e a preocupação em transmitir os costumes aos mais jovens.

Dados semelhantes são percebidos ao mapear o porquê as pessoas continuam frequentando as associações. Para proporcionar a continuidade da cultura japonesa:

<sup>13</sup> Entende-se que a tradição, a cultura e os valores japoneses influenciam a comunidade local, assim como é influenciada por ela. Não se trata de categorias rígidas e impermeáveis, mas vivas e permeáveis ao contexto sócio-histórico a que pertence o ser social. Portanto, entende-se que atualmente, embora se perpetue os valores e a tradição japonesa, tais categorias encontram-se atualizadas e integradas ao atual contexto.

<sup>14</sup> No IV FIB Regional.

Tento preservar a cultura, e manter viva a batalha dos nossos antepassados, que lutaram para fundar e crescer o *kaikan*. (Participante do V FIB Regional, 2018).

Gostaria de passar tudo para os meus descendentes, tudo de bom que um *kai-kan* propicia, valores, igualdade, respeito, tudo que a colônia nos ensina. (Participante do V FIB Regional, 2018).

Para que cada vez mais esses encontros continuem e nunca se acabe e aumente cada vez mais. Porque é muito importante passar as nossas tradições para todos, *mesmo não sendo descendente*. (Participante do V FIB Regional, 2018, grifo nosso).

Aqui o que nos chama atenção, além do reconhecimento do empenho e da dedicação dos fundadores das associações, é a abertura àqueles não descendentes, ou seja, a cultura e os valores japoneses precisam alcançar a todos.

Outra manifestação trazida por um dos participantes do V FIB Regional é que, participando de um grupo, no caso, de uma associação, sentir-se-á útil:

Tenho no *kaikan* a oportunidade de poder me sentir ainda mais útil para minha comunidade local e regional. (Participante do V FIB Regional, 2018).

Tal manifestação demonstra que as associações são beneficiadas pelo trabalho e ajuda dos associados, mas o contrário também se aplica, ou seja, as pessoas se sentem bem ao participar de tal agrupamento, possível de ser observada também nos dados a seguir:

É como se fôssemos uma família, um ajudando o outro nas horas tristes e alegres. (Participante do VI FIB Regional, 2019).

Aprendi a trabalhar pela coletividade. (Participante do V FIB Regional, 2018).

Tenho um sentimento de cooperação e união. (Participante do V FIB Regional, 2018).

Em um contexto onde o perfil das pessoas configura-se cada vez mais individualistas, a comunidade nikkei, incluindo os amantes da cultura e valores japoneses, ainda que sem descendência, por meio das associações (*kaikans*) tem conseguido manter o trabalho coletivo e o sentimento de solidariedade, tratando uns aos outros como membros de uma mesma família.

O aspecto coletivo e traços que evidenciam o coletivismo entre os japoneses e seus descendentes são apontados por Cardoso (1995, p. 72):

Para que alguns possam viver na cidade e frequentar escolas, outros trabalham no campo [...] mantendo-se como unidade cooperativa, a família investe na educação de um ou alguns de seus membros que darão o passo definitivo no processo de ascensão [...]. O quanto à família vê esta profissionalização individual como um objetivo coletivo pode ser percebido através dos critérios de escolha do filho que receberá o privilégio de estudar. Na maioria dos casos, o escolhido é aquele que demonstra maior propensão para os estudos e disciplina na escola, mas o fato de nesta escolha estarem incluídos os primogênitos, que deveriam ser os responsáveis pelos pais idosos e seu patrimônio, indica que a família coletivamente espera usufruir das vantagens que o melhor nível educacional e profissional trará para um de seus membros. E verdade que, em alguns casos, o filho mais velho não disputa o direito de estudar, justamente porque deve ficar na lavoura, gerenciando os negócios, para que seus irmãos que não estão ligados às terras da família transformem esta renda em prestígio social e estabilidade econômica. Estas esperanças depositadas nos estudantes, candidatos a profissionais liberais, se justificam na medida em que, uma vez estabelecidos nas cidades, eles serão a “ponte” para que toda a família goze das vantagens da vida urbana e do prestígio social.

Portanto, é possível verificar que o coletivismo presente entre os primeiros imigrantes, é visível ainda hoje na manifestação dos participantes dos eventos realizados pelo Seinenbu Hansoro. É o que aponta também a formatação da missão individual participantes do III FIB Regional:

A minha missão é procurar ajudar o clube na sua caminhada conseguindo o maior número de participantes para o crescimento do clube e o sucesso dos eventos. (Participante do III FIB Regional, 2016).

A minha missão é ser prestativo, dedicado e voluntário sendo gentil para contribuir com o próximo. (Participante do III FIB Regional, 2016).

Ser comunicativo, comprometido e proativo, dando atenção conforme a situação, fazendo tudo que estiver ao alcance, junto às pessoas que convivo. (Participante do III FIB Regional, 2016).

Trabalhar para o crescimento de mais associados, se possível pessoas mais jovens, divulgando a importância de manter a nossa associação, manter a cultura,

a arte e a união. (Participante do III FIB Regional, 2016).

Um desafio para a continuidade da comunidade nipo-brasileira, por meio das associações (*kaikans*) é a participação de crianças e jovens. O que se visualiza atualmente é a presença de um número maior de pessoas idosas e a quase ausência de jovens. Neste sentido, poder-se ia concluir que os adolescentes e jovens estão mais à margem da comunidade nipo-brasileira e/ou da forma de agrupamento como os *kaikans*.

Contudo, ao iniciar a realização de um evento de integração<sup>15</sup> para jovens na região da Alta Sorocabana, “X-pa”, o Seinenbu Hansoro surpreendeu-se com a quantidade<sup>16</sup> de jovens interessados em participar desse evento.

Neste evento, aplicou-se um questionário que trouxeram dados que demonstram a visão dos jovens em relação às associações nipo-brasileira. Para eles, a associação é importante para: reunir pessoas com os mesmos ideais, fazer amizades, expandir e compartilhar conhecimentos, desenvolvimento pessoal, ajudar os outros em momentos difíceis, aprender a trabalhar em conjunto e manter a cultura japonesa.

O ser humano é um ser social e necessita desta integração para o seu desenvolvimento pessoal. (Participante do X-pa 2018).

Para os jovens, as associações nipo-brasileiras têm a sua importância, contudo, pode-se concluir também que os motivos elencados pelos participantes do X-pa (2018) como: reunião de pessoas com os mesmos ideais, fazer amizades, dentre outros, podem também se aplicar a outras formas de agrupamentos.

Ao visualizar o que as pessoas conquistaram ao participarem de uma associação nipo-brasileira, fica evidente que esse modelo de comunidade, além de reunir pessoas com os mesmos objetivos, possibilita também a manutenção da cultura e, principalmente, dos valores japoneses.

Se minha associação não existisse não teria certos valores (trabalhar em equipe e ajudar o próximo). Sei que isso aprendemos em casa também, mas a convivência no *kaikan* nos faz ter um campo de visão maior. (Participante do VI FIB Regional, 2019).

---

15 O evento de integração X-pa tem como principal objetivo desenvolver ações direcionadas aos jovens a fim de mostrar-lhes a importância do coletivismo, da amizade e o impacto que uma associação nikkei pode ter em sua vida. Em 2019 foi realizada a segunda edição do evento.

16 O X-pa foi realizado com vagas limitadas, que se esgotaram nas duas edições do evento.

Meus pais dependem socialmente da vivência na associação, as amizades, os costumes e a rotina diária têm muitas raízes iniciadas com as experiências culturais vividas durante minha infância. Minhas origens foram no *kaikan* e na família. (Participante do VI FIB Regional, 2019).

O avanço tecnológico possibilitou que as pessoas tenham acesso a muitas informações, conhecimentos que atravessam o mundo. Assim, pode-se aprender a cultura japonesa também por meios digitais, redes sociais digitais. Porém, valores como os apresentados neste trabalho, como: união, solidariedade, trabalho em conjunto, gratidão, respeito, só são possíveis através da interação entre as pessoas. Portanto, a integração pessoal, aqui demonstrada através das associações nipo-brasileira, é fundamental para que os valores japoneses sejam mantidos e perpetuados na sociedade.

Contudo, para Nishi<sup>17</sup> apud Cardoso (1995, p. 169) seus “valores culturais são reforçados por suas organizações sociais, para suportar o comportamento que procura a realização individual [...] Talvez o autor esteja dando demasiada ênfase ao sistema de valores como base para as organizações coletivas”. Cardoso afirma ainda que os valores e formas associativas possam ser duas faces da mesma moeda, uma condicionando a outra neste processo, de tal modo que os valores não sobrevivem antes ou independentemente das associações.

Dessa forma, dentre os valores apreendidos na convivência com a comunidade nipo-brasileira, está a coletividade, mas, além disso, está o coletivismo retratado nos dados coletados nos FIB's Regionais. Sendo assim, pode-se concluir que aqueles valores trazidos pelos primeiros imigrantes japoneses estão sendo perpetuados até hoje pela segunda, terceira, quarta e até mesmo quinta geração. E, entende-se que as associações, os *kaikans*, cumprem a função de integrar as pessoas e de propagar tais valores.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho a coletividade e o coletivismo foram analisados a partir da história das associações nipo-brasileiras, os *kaikans*. Além disso, buscou-se demonstrar de forma breve e sucinta que a comunidade *nikkei*, desde os primeiros imigrantes japoneses, trouxe e cultivava como valores base: gratidão, respeito, disciplina, trabalho, coletividade e coletivismo.

---

17 NISHI, S. M. Japanese American Achievement in Chicago: a cultural response to degradation. Tese (Doutorado) –Universidade de Chicago, Chicago.

Conforme os conceitos adotados neste trabalho, é possível considerar que, mais do que a coletividade, a comunidade apresenta ações e sentimentos de coletivismo.

A coletividade e o coletivismo apontaram-se como uma necessidade de sobrevivência, de adaptação, enfim, de superação de desafios encontrados pelos primeiros imigrantes ao chegar neste país. E, uma das formas adotadas para enfrentar tais desafios foi a organização em grupos, experiência que os imigrantes trouxeram do Japão, primeiramente na forma de núcleos de colonização e posteriormente de associações nipo-brasileira.

Visualizou-se, através de dados coletados durante a realização dos FIBs Regionais, que os participantes destes eventos perpetuam os valores e a cultura japonesa, referindo gratidão aos antepassados por terem repassado os seus valores e fundado as associações nipo-brasileiras, os *kaikans*, considerando que, essa forma de agrupamento, apresenta-se como um importante espaço de aprendizagem, difusão e perpetuação da cultura japonesa.

Através dos dados, ficou evidente que as associações possuem uma função imprescindível para a perpetuação e conservação dos valores japoneses, dentre eles a coletividade e o coletivismo, considerando que é através da interação entre os indivíduos e das atividades organizadas conjuntamente que são possíveis de apreender, manifestar e perpetuar tais valores.

Os dados demonstraram também que os valores, citados anteriormente, manifestados pelos *nisseis*, *sanseis*, *yonseis* e demais gerações são valores trazidos pelos primeiros imigrantes. Portanto, a coletividade e o coletivismo são valores perpetuados pelos descendentes de japoneses e admiradores da cultura e dos valores japoneses.

Avalia-se que independente do formato de agrupamento, seja ela associação ou até mesmo grupo informal, a configuração de grupos é de extrema importância para a difusão e perpetuação dos valores. Portanto, com a continuidade das associações fundadas pelos primeiros imigrantes e, conseqüentemente, dos valores trazidos por eles da terra do sol nascente, tornou-se possível a perpetuação de tais valores.

Assim, conclui-se que a coletividade e coletivismo, tão propagados como uma virtude e uma característica da comunidade nipo-brasileira trata-se de uma realidade, visualizada através das suas ações nas associações nipo-brasileiras, que são espaços que perpetuam os valores nipo-brasileiros. Portanto, considerando o coletivismo como um valor necessário e que poderá trazer benefício à sociedade em geral, torna-se imprescindível à formação de indivíduos que tenham o coletivismo com um dos valores fundamentais

e, as associações em questão poderão ser consideradas como espaços privilegiados de aprendizagem, manifestação e difusão deste valor.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARDOSO, R. C. L. Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

GOUVEIA, V. V.; ANDRADE, J. M.; MILFONT, T. L.; QUEIROGA, E.; SANTOS, W. S. Dimensões normativas do individualismo e coletivismo: é suficiente a dicotomia pessoal vs. social? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 223-234, 2003.

OKAMOTO, M. Y. Imigração japonesa: rupturas e reconstrução de vínculos afetivos. São Paulo: Arte & Ciência, 2008.

RAZÕES DA EMIGRAÇÃO JAPONESA. In: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/japoneses/razoes-da-emigracao-japonesa>>. Acesso em: 17 maio 2020.





# O espírito coletivo na comunidade nipo- brasileira

Rodrigo Canegusuco Akamine<sup>1</sup>

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>90</b>
<b>1. A formação da sociedade japonesa</b> .....	<b>91</b>
1.1. Por que estudar o passado? .....	91
1.2. Os primeiros anos.....	91
1.3. As influências do confucionismo e do budismo .....	92
1.4. A Era Meiji e o Novo Japão.....	93
<b>2. A formação da sociedade nipo-brasileira</b> .....	<b>95</b>
2.1. O início da imigração japonesa ao Brasil.....	95
2.2. As desilusões do imigrante e as novas buscas de sobrevivência .....	95
2.3. A solidariedade e o surgimento das cooperativas .....	97
2.4. A Segunda Guerra Mundial e suas consequências.....	98
<b>3. O espírito coletivo na sociedade nipo-brasileira</b> .....	<b>99</b>
3.1. O espírito coletivo na sociedade japonesa.....	99
3.2. O espírito coletivo na sociedade nipo-brasileira .....	100
3.2.1. As primeiras gerações .....	100
3.2.2. As gerações do pós-guerra.....	101
<b>4. Conclusão</b> .....	<b>103</b>
<b>5. Referências Bibliográficas</b> .....	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

O Japão e sua população sempre despertaram aos olhos do Ocidente um certo ar de mistério. A disciplina, obediência e senso do coletivo conferem à população japonesa uma singularidade curiosa. Afinal de contas, qual a origem dessas características e como elas foram trabalhadas e incorporadas ao decorrer do tempo?

Nesse contexto, o presente trabalho busca desvendar como tais elementos se misturam com a própria história japonesa, e, principalmente, suas influências na construção da sociedade nipo-brasileira, cuja formação ocorreu a partir da chegada dos primeiros imigrantes ao Brasil.

<sup>1</sup> Membro da JCI Brasil-Japão, graduado em Direito pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus e em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo.

Por fim, será exposto se essas qualidades ainda estão presentes na comunidade nikkei e seus reflexos no país.

## 1. A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE JAPONESA

### 1.1. Por que estudar o passado?

No brasileiríssimo samba “Dança da Solidão”, o compositor e intérprete carioca Paulinho da Viola cantarola: “Quando eu penso no futuro, não esqueço o meu passado”. O verso em si demonstra a importância e os reflexos que o passado provoca no tempo presente e, conseqüentemente, no futuro.

Nesse cenário, é impossível desvincular a história da comunidade nipo-brasileira em relação à história da comunidade japonesa e do próprio Japão.

O conhecimento das origens e da história auxilia a compreensão e percepção do homem. Os feitos e realizações dos antepassados servem como base para uma reflexão atual do ser humano, bem como viabilizam uma visão mais exata e clara da sociedade, possibilitando observar acertos, conquistas e erros.

### 1.2. Os primeiros anos

Geograficamente o Japão se encontra localizado no extremo leste da Ásia. Seu território possui uma área de, aproximadamente, 372.000 (trezentos e setenta e dois mil) quilômetros quadrados, composto por milhares de ilhas, sendo as maiores e consideradas principais: Hokkaido, Honshu, Shikoku e Kyushu.

O fato de não estar situado no continente garantiu um isolamento natural ao país, servindo como uma espécie de proteção e barreira às influências externas, proporcionando poucas trocas e intercâmbios estrangeiros. Segundo Yamashiro, até o século II, os habitantes do arquipélago se limitavam a realizar atividades voltadas à caça e pesca, possuindo uma agricultura bastante rudimentar e não organizada.<sup>2</sup>

Todavia, a partir dos ensinamentos voltados à lavoura transmitidos pelos chineses, sobretudo do cultivo do arroz, bem como da manutenção dos metais, as sociedades que viviam no território japonês passaram a se organizar de maneira mais estruturada, fazendo surgir os primeiros clãs e pequenos reinos na região.

---

2 YAMASHIRO, José. Pequena História do Japão. São Paulo: Herder, 1964, p. 21.

O arquipélago estivera isolado do continente asiático por muito tempo, com exceção dos períodos de ondas migratórias para as ilhas. Até o século V, viu-se emergir o sistema agrícola, a implantação do uso do ferro e o surgimento de governos regionais rudimentares. A religião xintoísta se desenvolvera, abarcando a adoração de espíritos da natureza em santuários locais e cerimônias presididas por sacerdotes. Mais especificamente no século III, os líderes japoneses estabeleceram contato com as realizações culturais chinesas. E, nos seguintes, as culturas coreanas e chinesas passaram a ter uma penetração ainda maior no Japão.<sup>3</sup>

Com o surgimento dos primeiros clãs, tem-se o início de um espírito comunitário na população decorrente de uma estratégia racional e não mais puramente de sobrevivência. De acordo com Sakurai, com base em uma maior organização, dentro dessas comunidades começaram a ser estabelecidas divisões básicas de funções, como por exemplo: há os especialistas na área da agricultura, na arte de manejar os metais, nas edificações de construções e na organização do grupo.<sup>4</sup>

### 1.3. As influências do confucionismo e do budismo

A partir do século VI em diante, observa-se de forma mais intensa as influências oriundas do continente, essencialmente da China e da Coreia, responsáveis por nortear grande parte do estilo de vida japonês.

Yamashiro afirma que durante esse período houve grandes avanços culturais na sociedade, sendo os principais: a inserção da escrita chinesa, do confucionismo e do budismo, sendo os dois últimos de grande importância e de forte impacto até os dias atuais.<sup>5</sup>

O confucionismo não deve ser visto como uma religião, mas sim uma filosofia de vida voltada para a ética e a moral dos indivíduos e, conseqüentemente, da sociedade, tendo como base as boas relações interpessoais, o respeito, a lealdade e a obediência.

Um confucionista inclinado ao cultivo de si mesmo se posiciona no centro exato de um emaranhado de relações humanas (teias que se cruzam e entrecruzam, se transformam e nunca terminam), e não deseja que as coisas sejam de outra maneira; a santidade no isolamento não faz sentido para Confúcio. A questão não é apenas que as relações humanas sejam gratificantes; a idéia confucionista vai bem mais fundo. O fato é que, fora das relações humanas, não existe o eu. O eu é um centro de relacionamentos. Ele se constrói por meio de suas interações com os outros e é

3 SAKURAI, Célia. Os Japoneses. São Paulo: Editora Contexto, 2007, posição 576 de 3571.

4 SAKURAI, Célia. Os Japoneses. São Paulo: Editora Contexto, 2007, posição 524 de 3571.

5 YAMASHIRO, José. Pequena História do Japão. São Paulo: Herder, 1964, p. 30.

definido pelo somatório de seus papéis sociais.<sup>6</sup>

Já os ensinamentos budistas, tendo como pilares a virtude, a justiça, o respeito, a sabedoria e a bondade, tiveram um grande papel não só no sentido religioso, mas também político-social, garantindo maior senso de unidade, coletividade, ordem e obediência por parte da população.

Em 522 o Budismo, que entrara na China quinhentos anos antes, passou-se para o Japão em rápida conquista. Dois elementos confluíram para dar-lhe vitória: as necessidades religiosas do povo e as necessidades políticas do Estado. Porque não foi o verdadeiro budismo que veio, agnóstico, pessimista e puritano, mas o budismo mahayana dos deuses amáveis como Amida e Kwannon, de sedutor cerimonial e de imortalidade pessoal. E, melhor ainda, esse credo inculcava, com irresistível graça, todas as virtudes da piedade, do pacifismo e da obediência, que tanto ajudam aos governos; dava aos oprimidos tais consolações que os reconciliavam com a vida, e fornecia ao povo aquela unidade de sentimento e fé em que os estadistas vêem a fonte da ordem social e da força nacional.<sup>7</sup>

As bases e ensinamentos do confucionismo e do budismo acompanharam todos os períodos posteriores da história do Japão, tendo fortes reflexos em aspectos sociais, políticos e, até mesmo, legislativos.

#### 1.4. A Era Meiji e o Novo Japão

A partir da metade do século XIX, a comunidade internacional, a qual via no Japão um grande mercado em potencial, em razão da sua área, produtos de exportação e número de habitantes, pressionavam o país a retomar o comércio exterior e abrir seus portos, encerrando anos de isolamento. Como resultado dessas pressões, tem-se, em 1868, o início da Era Meiji.

O Período Meiji foi marcado por fortes transformações nos mais diversos aspectos e uma maior ocidentalização do país. O Japão, o qual ficou isolado do restante do mundo por séculos, teve de apressar-se para alcançar potências da época, como: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Holanda, tanto no aspecto econômico e industrial, quanto em questões políticas, sociais e culturais.

Por meio de pesados investimento governamentais, houve um grande crescimento do país nesse período nas mais diversas áreas. Somem-se ainda as fortes campanhas e

6 SMITH, Huston. *As Religiões do Mundo: Nossas Grandes Tradições de Sabedoria*. São Paulo: Cultrix, 1991, p. 178. (apud CORDEIRO, Ana Lúcia Meyer. *Taoísmo e Confucionismo: Duas Faces do Caráter Chinês*. Disponível em <https://www.ufjf.br/sacrilogens/files/2010/04/6-2.pdf> Acessado em 10.08.21)

7 YAMASHIRO, José. *Pequena História do Japão*. São Paulo: Herder, 1964, p. 30.

apelos governamentais solicitando às empresas e aos trabalhadores dedicação total à causa nacional.

No que tange às reformas sociais, a partir da década de 1870, todos os habitantes passaram a ser considerados cidadãos, com direitos garantidos e obrigações a serem cumpridas, as famílias passaram a ter sobrenomes próprios e a educação, umas das maiores prioridades, passou a ser obrigatória para todos.

As escolas serviram igualmente à promoção da disciplina, da obediência, da adaptação a horários e da subserviência ao imperador. E, do mesmo modo que o serviço militar fomentou a identidade nacional japonesa, minando provincialismos e antigas distinções sociais: a educação deveria qualificar os cidadãos sem distinção de nível social. O imperador era venerado por alunos de todos os cantos do país. Ética, virtude, moralidade, poupança e patriotismo eram temas conhecidos dos estudantes. Um livro didático de 1930, por exemplo, ensinava alguns modos de servir à pátria: ter disciplina no dia-a-dia, colaborar para a manutenção da ordem familiar e ser responsável no trabalho.<sup>8</sup>

Na economia houve a criação do primeiro Banco Nacional, Banco do Japão e da Bolsa de Valores de Tóquio, apoio à iniciativa privada, monopólio por parte do governo em serviços essenciais, modernização das estruturas das cidades com a criação de estradas de ferros e atualização dos portos e a obrigatoriedade da utilização do dinheiro para aquisição de bens e serviços.

Na esfera militar, ocorreu a criação das Forças Armadas, que não só garantiam a defesa da nação, mas também serviam de espelho para nutrir a identidade nacional por meio da propagação da disciplina, ordem e obediência.

Toda mudança passou a ser justificada como sendo para o “bem de todos”, mesmo que à custa de sacrifícios. O argumento da “necessidade da harmonia”, emprestado do confucionismo, foi usado para dar corpo às tarefas necessárias. A imagem da “família ideal” ilustrou a ideia do indivíduo como parte de um todo que começa com a família nuclear, passando pela extensa, a comunidade, a província até chegar ao imperador, deste à “grande família que é o universo” e finalmente à harmonia em si.<sup>9</sup>

Nesse cenário de intensos avanços, o indivíduo deveria fazer uma série de sacrifícios pessoais, caso houvesse a necessidade, e deveria abdicar de determinados proveitos

8 SAKURAI, Célia. Os Japoneses. São Paulo: Editora Contexto, 2007, posição 1404 de 3571.

9 SAKURAI, Célia. Os Japoneses. São Paulo: Editora Contexto, 2007, posição 1492 de 3571.

e benefícios em favor de algo maior e mais significativo: o coletivo. Havia um trabalho de todos focado em um único objetivo comum: o bem-estar da nação e de seu imperador.

O crescimento iniciado na Era Meiji durou até a Era Taisho (1912-1926) com a entrada do Japão na Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

## 2. A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NIPO-BRASILEIRA

### 2.1. O início da imigração japonesa ao Brasil

A imigração japonesa ao Brasil teve início no dia 28 de abril de 1908, quando o navio Kasato-Maru partiu do porto de Kobe rumo ao porto de Santos. A embarcação aportou no cais brasileiro no dia 18 de junho de 1908, trazendo a bordo 781 pessoas, pertencentes a 168 famílias.

A partir daí, outras embarcações passaram a efetuar o mesmo trajeto com o objetivo de trazer os imigrantes para trabalhar, principalmente, em fazendas de café.

O Brasil abriu as portas aos japoneses depois que os Estados Unidos e o Peru passaram a impor restrições aos imigrantes asiáticos, cuja chegada maciça provocou baixa de salários naqueles países e causou protestos dos sindicatos de operários. Os japoneses foram atraídos para os cafezais brasileiros pelas propagandas que prometiam enriquecimento rápido e por slogans que falavam de “árvores que davam dinheiro no pé”.<sup>10</sup>

Destaca-se que durante esse período, o próprio governo japonês incentivava a emigração da população, pois acreditava ser um meio de diminuir o volume demográfico e, conseqüentemente, diminuir eventuais protestos por melhores condições de vida.

Por fim, o sonho por uma vida melhor se dissipou rapidamente. Os imigrantes perceberam que as condições de trabalho nos cafezais não eram boas, bem como que os valores recebidos pelas tarefas eram extremamente baixos.

### 2.2. As desilusões do imigrante e novas buscas de sobrevivência

Inicialmente, muitos dos japoneses que emigraram para o Brasil aceitaram o desafio

<sup>10</sup> CONSULADO GERAL DO JAPÃO. Os Nikkeis e a Sociedade Brasileira nos Próximos 20 Anos. São Paulo, 2003, p. 20.

na intenção de construir riquezas de maneira rápida e voltar à terra natal. Porém, rapidamente perceberam que tal pretensão não seria possível em razão das condições de trabalho nas fazendas: os cafezais dispunham de péssimas estruturas e a remuneração paga era baixíssima, sendo que em muitos casos descontavam-se os gastos despendidos com a viagem.

Diante das adversidades impostas, muitos imigrantes buscaram novas ocupações e formas para melhorarem de vida. Passados alguns anos, foram liberados do trabalho nas fazendas de café e puderam se dedicar a realização de outras atividades. A maioria preferiu continuar, de forma autônoma, a se dedicar ao trabalho na lavoura, passando a explorar e colonizar pequenas áreas de terra. Segundo Sakurai, “a situação fundiária do estado de São Paulo, onde se concentraram as famílias japonesas, facilitou a compra de pequenos pedaços de terras por preços baixos”.<sup>11</sup>

Os japoneses, após se livrarem dos contratos como trabalhadores das lavouras de café, começaram a adquirir pequenas propriedades para a sua sobrevivência: primeiramente como plantadores de algodão e de arroz, lavouras de ciclo curto e, simultaneamente, para atendimento de suas necessidades de hábitos alimentares, ou seja, de plantas cujas sementes trouxeram do Japão, como a soja, arroz tipo cateto, feijão azuki, couve japonesa (hakusai), nabo, rabanete, batata doce, inhame, cebolinha, renkon, rakyō, nira, shungiku, udo etc., pois os alimentos predominantes na sociedade brasileira da época eram a carne seca, feijão, arroz, farinha de mandioca, a maioria considerada inadequada aos seus hábitos alimentares, exceto as frutas, como banana e mamão, praticamente nativas, e os peixes dos rios, que tiveram plena aceitação.<sup>12</sup>

Diante desse cenário pouco favorável, os japoneses foram verdadeiros pioneiros no desbravamento de novas terras, responsáveis pela derrubada da vegetação, o preparo do solo e o plantio experimental dos mais diversos produtos.

Inicialmente, as primeiras áreas exploradas eram voltadas, basicamente, à agricultura de subsistência. Entretanto, em um curto período, a produção das lavouras passou a ter finalidade comercial, passando a ter, inclusive, grande reconhecimento no mercado nacional. O algodão se espalhou como matéria-prima de todas as indústrias têxteis paulistas, e produtos como o arroz, batata, chá e banana cultivados pelos japoneses, obtiveram destaque no mercado interno.<sup>13</sup>

11 SAKURAI, Célia. Os Japoneses. São Paulo: Editora Contexto, 2007, posição 2596 de 3571.

12 HARADA, Kiyoshi; YAMANAKA, Isidoro. O Nikkei no Brasil. A Influência do Nikkei na Agricultura. São Paulo: Cadaris Comunicação, 2013, p. 86.

13 SAKURAI, Célia. Os Japoneses. São Paulo: Editora Contexto, 2007, posição 2527 de 3571.

### 2.3. A solidariedade e o surgimento das cooperativas

A exploração autônoma de novas terras fez com que os imigrantes se unissem em prol do coletivo, afinal de contas, estavam em um país situado no outro lado do planeta, não dominavam a língua local e não dispunham de muitos recursos econômicos para própria sobrevivência.

No início da década de 1920, surgiram as primeiras cooperativas formadas por imigrantes japoneses. Suas origens estão intimamente ligadas a valores ensinados e propagados desde o século V, com a influência do confucionismo e budismo na sociedade nipônica, bem como as concepções coletivistas traçadas na Era Meiji. Além disso, a atuação em grupo proporcionaria diversos benefícios, como, por exemplo: maior organização tanto nas lavouras em si, mas também dos meios de produção e comercialização, e atuação como um instrumento de autodefesa aos seus membros.

Os produtores, na comercialização de seus produtos, sentiam que eram explorados pelos atacadistas e vendedores de insumos e equipamentos, e iniciaram movimento para se organizarem em cooperativas de produtores e de vendas e compras em comum. E assim, mesmo antes da existência de uma legislação pertinente no Brasil sobre sistema cooperativo de produção e comercialização, os japoneses foram pioneiros: no norte do Estado de São Paulo, adentrando no Estado de Minas Gerais, constituíram no dia 10 de outubro de 1919 o Sindicato Agrícola Nipo-Brasileiro, juridicamente uma sociedade de capital aberto, com sede em Uberaba, fundamentada em princípio cooperativista, cuja primeira norma legislativa brasileira somente foi promulgada pelo Decreto Federal n. 22.239, em 1932.<sup>14</sup>

Não há como afirmar com absoluta certeza a quantidade de cooperativas criadas entre as décadas de 1920 e 1930, uma vez que muitas não possuíam registro legal. Em 1934, o Consulado do Japão em São Paulo computou a existência de 53 cooperativas, sendo 18 devidamente registradas e 35 organizadas de maneira informal.

Destaca-se que os benefícios do sistema de cooperativas vão muito além do mero aspecto econômico, tendo vários reflexos no campo social da vida do imigrante. O espírito coletivo trazia consigo uma série de valores capazes de auxiliar e aliviar a sua dura vida: ajuda mútua, consenso e, principalmente, o sentimento de pertencimento.

Nas cooperativas reinava a obediência às ordens, não se admitindo discordâncias. Ainda sob o aspecto social, são elevados os institutos do *kassei*, uma espécie de mutirão baseado no trabalho coletivo, e o *tanomoshi*, uma espécie de consórcio financeiro

14 HARADA, Kiyoshi; YAMANAKA, Isidoro. O Nikkei no Brasil. A Influência do Nikkei na Agricultura. São Paulo: Cadaris Comunicação, 2013, p. 87.

fundamentado na confiança dos participantes, o qual não apresenta juros e taxas para participação.

Retomando à ajuda mútua, havia o *kassei* (auxílio), também conhecido como *mutirão*, que consistia no trabalho coletivo, por exemplo, para a construção de uma casa, queimada ou o roçado, a colheita e a ajuda para recuperar um atraso causado, por exemplo, por uma doença. Para isso, reuniam-se os chefes de família, ou os jovens, e as mulheres se encarregavam da cozinha. Havia ainda o *mutirão* para preparar as festas de casamento. Handa constata que o *mutirão* resiste até os dias de hoje em algumas comunidades do interior.<sup>15</sup>

O sucesso das cooperativas serviu de alento e esperança aos japoneses, que ainda mantinham vivo o sonho de retornar à terra natal.

#### **2.4. A Segunda Guerra Mundial e suas consequências**

Em 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, a comunidade nikkei passou a viver um clima de tensão no país, agravado com a declaração de guerra ao Japão, em 1942.

Conforme mencionado nos parágrafos anteriores, o desejo de retorno era constante e em razão disso havia uma preocupação em ensinar aos mais jovens a língua e os costumes japoneses. O próprio governo japonês estimulava tais práticas por meio do envio de livros didáticos e professores, os quais, além de ensinar a língua materna, também eram responsáveis pela educação moral e cívica das crianças e dos jovens.<sup>16</sup>

Todavia, por conta do desenrolar da guerra, os imigrantes passaram a ter uma série de direitos cerceados e restrições.

Limitações de toda ordem foram impostas aos súditos do Eixo, tais como: o deslocamento coativo das pessoas que se encontravam em áreas consideradas de segurança nacional; o confisco de bens; a proibição do ensino e do uso da língua de origem; a proibição de rádios, jornais e revistas em japonês; o fechamento de escolas japonesas e do consulado japonês; as prisões indiscriminadas por suspeita de espionagem. Os arquivos do DEOPS revelam prisões das mais arbitrárias, como, por exemplo, a do nissei José Takayama, em 11 de janeiro

15 DOURADOS AGORA. Solidariedade é a Marca dos Imigrantes Japoneses. Disponível em <https://www.douradosagora.com.br/noticias/entretenimento/solidariedade-e-a-marca-dos-imigrantes-dos-japoneses> Acesso em 10.08.21.

16 SAKURAI, Célia. Os Japoneses. São Paulo: Editora Contexto, 2007, posição 2559 de 3571.

de 1944, pelo “crime” de ter-se expressado em público em língua japonesa.<sup>17</sup>

O processo imigratório ficou proibido pelo período de quatro anos, sendo restabelecido somente em 1949 por meio de acordo bilateral entre Brasil e Japão.

Observa-se nesse período grandes transformações na comunidade nikkei. A derrota e rendição japonesa em 1945 colocaram um fim ao sonho de retorno dos imigrantes, já que o país estava completamente destruído, sob o efeito de duas bombas atômicas lançadas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, economicamente fragilizado e culturalmente em choque.

É a partir desse instante, que nasce a ideia de viver de modo definitivo no Brasil, buscando a adaptação e interação com a sociedade local. Há ainda uma grande dispersão dos nikkeis, principalmente da geração dos descendentes (nisseis), para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida e uma maior ascensão social e profissional, gerada principalmente pela importância dada à educação, outro reflexo claro dos ensinamentos da Era Meiji.

### 3. O ESPÍRITO COLETIVO NA SOCIEDADE NIPO-BRASILEIRA

#### 3.1. O espírito coletivo na sociedade japonesa

Conforme pode ser observado nos capítulos anteriores, não é possível dissociar a história da sociedade nipo-brasileira da história da própria sociedade japonesa. O Japão possui uma história bastante peculiar e distinta, sendo que o fato de ser uma ilha contribuiu e contribui para essa singularidade.

Do ponto de vista geográfico e natural, o território japonês é composto por terras pouco férteis e sofre por constantes desastres naturais, como, por exemplo, terremotos, tufões e enchentes. Sob essa perspectiva, o aspecto coletivo e social foi bastante importante, já que estava associado diretamente à questão de sobrevivência da população.

Mais tarde, a presença dos ensinamentos confucionistas, budistas e xintoístas, transforma o pensamento e modo de vida do povo japonês, sempre voltado para a harmonia, que tem início no seu núcleo familiar e se expande pela sociedade e universo, e o bem-estar do coletivo em detrimento às vontades individuais.

---

17 HARADA, Kiyoshi. O Nikkei no Brasil. As Tensões Geradas pela Segunda Grande Guerra. São Paulo: Caderis Comunicação, 2013, p. 69.

Vimos anteriormente que as grandes regiões que compõem o país foram delimitadas administrativamente para que o poder imperial pudesse exercer certo controle sobre um território todo dividido pela hegemonia de clãs. Com o tempo, o aspecto essencialmente político-administrativo abriu espaço também para o associativismo e para o regionalismo na medida em que o sistema necessitava da força local para se manter. O desenvolvimento do associativismo esteve ligado ao pagamento de impostos: era preciso união para atender as demandas do poder central.<sup>18</sup>

Nota-se que mesmo antes da unificação do Japão, no século XVI, sempre houve um esforço dos seus líderes em exaltar o aspecto coletivo, seja por meio da lenda da criação do povo japonês, pela filosofia e religião e, principalmente, pelo empenho em construir uma identidade nacional que valorizasse a sua população.

Mesmo a partir da ocidentalização ocorrida no Período Meiji, o governo se empenhou ao máximo nas tentativas de atenuar a concepção e ideia a respeito do individualismo ocidental, o qual nunca conseguiu se estabelecer de maneira plena e pura no Japão.

### **3.2. O espírito coletivo na sociedade nipo-brasileira**

Os primeiros imigrantes japoneses a chegar em solo brasileiro tinham o claro desejo de retornar ao seu país, ou seja, não havia muitas intenções de fincarem suas raízes e se integrarem à cultura local.

A partir daí, devem ser realizadas duas análises distintas do espírito comunitário da sociedade nipo-brasileira. A primeira análise levando em consideração as primeiras gerações que chegaram ao Brasil e uma segunda análise levando em consideração as gerações posteriores.

#### **3.2.1. As primeiras gerações**

É notório e facilmente perceptível ao longo da história o quão importante foi o aspecto comunitário das primeiras gerações de imigrante japoneses que chegaram ao Brasil.

As condições de trabalho oferecidas pelos donos das fazendas não eram nem um pouco animadoras do ponto de vista econômico, sendo que mal garantiam a própria manutenção dos trabalhadores. Pouco tempo depois, com o surgimento das primeiras cooperativas por meio da união de diversas famílias, observou-se a força do coletivo.

Tais constituições detinham prioritariamente um enfoque econômico, garantindo

---

18 SAKURAI, Célia. Os Japoneses. São Paulo: Editora Contexto, 2007, posição 2799 de 3571.

maiores ganhos financeiros aos participantes, mas também possuíam um aspecto social e cultural extremamente importante com a finalidade de preservar ensinamentos e tradições.

Juntamente com as cooperativas, foram criadas diversas associações nos mais diversos locais onde houvesse núcleos de famílias japonesas. Tais associações eram responsáveis por ensinar a língua japonesa aos mais novos, propiciar a prática de esportes (beisebol e sumô, principalmente) e viabilizar um espaço de convivência e confraternização dos nikkeis, saudosos de seus costumes e terra natal.

Nesta etapa, os imigrantes auxiliavam-se mutuamente, por meio de agrupamentos e em torno do shokuminchis (colônias), com o firme propósito de manter o modo de vida no Japão. Seu objetivo era o de permanecer apenas temporariamente no Brasil, com previsão de retorno ao país de origem, sem grandes choques culturais, tão logo a situação financeira assim o permitisse. É claro que esse “retorno ao país de origem” não era uma regra, mas representava o pensamento uniforme da maioria dos imigrantes. Havia exceções, no entanto.<sup>19</sup>

Os encontros promovidos eram oportunidades de fazer amigos, trocar ideias, de sentir orgulho de fazer parte do lugar que era o novo lar da família. Eram também uma forma de conhecer outros japoneses com quem estabelecer laços, arrumar casamentos, fazer negócio.

As sedes e as escolas de língua japonesa eram construídas pelo sistema de mutirão. O pagamento dos professores das escolas era dividido entre os pais. Quando tinham recursos, os imigrantes construíam também pistas de atletismo ou campos de beisebol. Nas sedes eram comemorados os aniversários do imperador, o Ano Novo, a homenagem aos finados, realizavam-se as festas de casamento e os velórios.<sup>20</sup>

Observa-se que nesse primeiro momento de adaptação, o papel do coletivo teve fundamental importância na sobrevivência e trajetória da população japonesa, não somente do ponto de vista econômico, como também do ponto de vista social e político. Todavia, importante ressaltar que todo sentimento comunitário mencionado era voltado, quase que de maneira exclusiva, à própria comunidade e seus membros, ou seja, não havia qualquer tipo de interação com outros grupos locais. Tratava-se, por mais paradoxal que possa soar, de um espírito coletivo privativo e fechado.

### 3.2.2. As gerações do pós-guerra

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim do sonho de retornarem ao Japão,

19 HARADA, Kiyoshi. O Nikkei. No Brasil. O Processo de Evolução e de Integração dos Nikkeis. São Paulo: Cadaris Comunicação, 2013, p. 25.

20 SAKURAI, Célia. Os Japoneses. São Paulo: Editora Contexto, 2007, posição 2579 de 3571.

os *nikkeis* passaram a ter uma nova relação com o Brasil e o significado de ser brasileiro. Perceberam que não era mais viável permanecerem fechados em comunidades exclusivamente compostas por imigrantes e que para ascenderem socialmente e se integrarem da maneira mais plena com os locais seria necessário migrar para grandes centros urbanos.

Esse processo, que teve início por volta de 1963, em escala considerável, intensificou-se ainda mais em 1970 com o êxodo rural. A transferência de contingentes de *nikkeis* para os grandes centros urbanos, praticamente, inviabilizou a continuidade das atividades culturais, esportivas, recreativas, artísticas e educacionais das outrora florescentes colônias conhecidas como *shokuminchis*.<sup>21</sup>

Chegando nas cidades, os japoneses exerceram profissões que exigiam pouco investimento. Os menos favorecidos se tornaram tintureiros e feirantes, enquanto aqueles que detinham maior possibilidade financeira abriram lojas de alimentos, quitandas, mercearias, avícolas etc. Todavia, puderam proporcionar aos seus descendentes uma melhor educação, e, conseqüentemente, uma melhor condição de vida, menos sofrida e com maior possibilidade de escolhas.

A reorientação dos *nikkeis*, a partir de 1970 – quando foi intensificado o seu acesso aos grandes centros urbanos em busca de universidades, escolas técnicas, cargos públicos, profissões liberais, caminhando para a conquista de espaços na vida nacional, relevando o seu elevado grau de mobilidade social -, os conduziu, com maestria e de forma não vivenciada em nenhum outro país que tenha recebido imigrantes japoneses, à sua plena e cabal integração à sociedade brasileira. Mais do que isso, pode-se dizer que nesta derradeira etapa o *nikkei*, após ter, por um lado, assimilado por completo a cultura brasileira, por outro, acentuou sua influência, transformando-se em um dos principais instrumentos de absorção e assimilação pela sociedade, em geral, da cultura japonesa, o que contribui para a afirmação da própria identidade nacional brasileira.<sup>22</sup>

A partir da década de 1970, os *nikkeis* passaram a ter uma aceitação maior junto à comunidade brasileira. Atribui-se esse fato à ascensão social dos indivíduos, a maior integração junto à população, o fim da desconfiança ocasionado pelo término da guerra, e a melhora da economia do Japão, a qual renasceu das cinzas.

---

21 HARADA, Kiyoshi. O Nikkei. No Brasil. O Processo de Evolução e de Integração dos Nikkeis. São Paulo: Cadaris Comunicação, 2013, p. 28.

22 HARADA, Kiyoshi. O Nikkei. No Brasil. O Processo de Evolução e de Integração dos Nikkeis. São Paulo: Cadaris Comunicação, 2013, p. 29.

Atualmente, pode-se afirmar que integração dos nikkeis ao Brasil se opera de maneira plena, pacífica e próspera, deixando no passado as desconfianças existentes no início da imigração. Tais suposições podem ser percebidas por meio do resultado de uma pesquisa feita pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão com 600 brasileiros, com mais de 16 (dezesseis) anos, no ano de 2013. Nessa pesquisa foi constatada que as principais características associadas aos japoneses pelos brasileiros são: dedicados e eficientes (17%), coletivistas e fechados (16%), educados e gentis (10%), honestos (9%) e confiáveis (8%), enquanto as principais características associadas aos descendentes dos japoneses pelos brasileiros são: dedicados e eficientes (17%), educados e gentis (16%) e honestos (16%).<sup>23</sup>

Ao comparar a geração de nikkeis do pós-guerra com a primeira geração de imigrantes, nota-se uma oposição nos objetivos provocada principalmente por questões históricas e econômicas. Enquanto a primeira geração visava a ascensão social por meio do coletivo e da formação de grupos (cooperativas, associações etc.), a geração da década de 1970 tinha como foco a ascensão social por meio de valores individuais.

Tal oposição não significa, necessariamente, que a partir dos anos de 1970, o aspecto coletivo deixou de ter importância para os descendentes, mas demonstra uma adaptação dessa virtude em uma nova sociedade.

#### 4. CONCLUSÃO

Ao investigar a história do Japão é nítida a impressão de que o espírito coletivo sempre foi uma característica marcante da sua sociedade, desde os tempos mais remotos até os dias atuais.

O senso comunitário e de grupo é uma constante, possuindo as mais diversas origens, seja em decorrência de aspectos de sobrevivência, ligadas à religião e à filosofia ou por conta de uma estratégia do governo para a construção de uma identidade nacional. Nesse cenário, as figuras fantásticas dos samurais e seus rigorosos códigos de ética e a dos pilotos kamikazes da Segunda Guerra Mundial serviram para reforçar e ilustrar essa constatação.

Nos primeiros anos da imigração japonesa ao Brasil, percebeu-se uma forte resistência a mudanças, com os imigrantes buscando manter seus hábitos e costumes, sem

23 EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL. Pesquisa de Opinião Pública sobre a Imagem do Japão no Brasil. Disponível em <https://www.br.emb-japan.go.jp/bilaterais/28mar13.html> Acessado em 10.08.21.

qualquer integração com os locais. Essa conduta pode ser considerada, de certa forma, natural, afinal, as diferenças de hábitos e, sobretudo, linguísticas impossibilitavam um contato mais próximo entre os povos.

Nesse instante, é difícil falar em sociedade nipo-brasileira, uma vez que a influência da cultura brasileira é praticamente nula. Todavia, é de se admirar a organização e obediência de seus membros para se reunirem e constituírem as mais diversas cooperativas e associações, bem como as suas incansáveis lutas por ascensão social e melhores condições de vida.

Cita-se que o espírito coletivo nesse primeiro momento era totalmente restrito à própria comunidade, ou seja, trata-se de uma antítese, já que a definição mais pura de coletivo deve expressar a noção de pluralidade.

Com o passar do tempo e maior integração dos nikkeis, uma série de mudanças passaram a ocorrer. Nesse sentido, houve uma migração para os grandes centros urbanos e uma busca maior dos indivíduos por um espaço na sociedade brasileira. Tal ascensão não ocorreu do nada. Foi fruto do esforço dos imigrantes que apostavam na educação dos seus filhos como a chave para um futuro mais digno. Do ponto de vista da filosofia confucionista, há de se creditar o sucesso à coletividade, afinal de contas, a família é o núcleo base da nossa vida em comunidade, portanto, quando os pais propiciam aos seus filhos uma educação de qualidade tem-se o conceito de coletividade sob o seu aspecto mais íntimo.

Finalmente, com a maior inserção dos nikkeis junto à sociedade brasileira e as transformações ocorridas em todo mundo, por óbvio haverá uma maior dispersão de seus membros para além da comunidade nipo-brasileira, algo extremamente natural e saudável, passados mais de 110 (cento e dez) anos desde a vinda dos primeiros imigrantes. Todavia, não podemos nos iludir de que o espírito coletivo dos nikkeis foi extinto ou se enfraqueceu. Suas contribuições continuam vivas e intensas nos mais diversos setores da sociedade. Na área da cultura por meio das associações e de seus membros, na área da culinária por meio de chefes embaixadores e de restaurantes símbolos de sofisticação e bom gosto, na área do esporte por meio da influência da prática das artes marciais e na área da educação formando vários talentos voltados para a construção e desenvolvimento do Brasil, que tão bem abraçou e incorporou a sociedade nipo-brasileira.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS NETO, Antonio Augusto Machado. O Confucionismo, Budismo, Taoísmo e Cristianismo. O Direito Chinês. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115486/113069>> Acessado em 10.08.21.

CONSULADO GERAL DO JAPÃO. Os Nikkeis e a Sociedade Brasileira nos Próximos 20 Anos. São Paulo, 2003.

CORDEIRO, Ana Lúcia Meyer. Taoísmo e Confucionismo: Duas Faces do Caráter Chinês. Disponível em <<https://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2010/04/6-2.pdf>> Acessado em 10.08.21.

DOURADOS AGORA. Solidariedade é a Marca dos Imigrantes Japoneses. Disponível em <<https://www.douradosagora.com.br/noticias/entretentimento/solidariedade-e-a-marca-dos-imigrantes-dos-japoneses>> Acessado em 10.08.21.

EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL. Pesquisa de Opinião Pública sobre a Imagem do Japão no Brasil. Disponível em <<https://www.br.emb-japan.go.jp/bilaterais/28mar13.html>> Acessado em 10.08.21.

HARADA, Kiyoshi. O Nikkei no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cadaris Comunicação, 2013.

JAGUARIBE, Helio. Um Estudo Crítico da História I. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JAGUARIBE, Helio. Um Estudo Crítico da História II. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

NINOMIYA, Masato. O Futuro da Comunidade Nikkey. 1 ed. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1996.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil. 1 ed. Massao Ohno Editor, 1983.

RAMOS, Marcelo Maciel; ROCHA, Rafael Machado. O Confucionismo Político e os Caminhos para um Constitucionalismo Chinês. Disponível em <ht-

<tps://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1733>> Acessado em 10.08.21.

SAITO, Hiroshi. A Presença Japonesa no Brasil. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 1980.

SAKURAI, Célia. Os Japoneses. eBook São Paulo: Editora Contexto, 2007.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. 120 Anos: Construindo os Alicerces para o Futuro das Relações Brasil-Japão. 2 ed. São Paulo: Editora Lexia, 2016.

YAMASHIRO, José. Pequena História do Japão. 2 ed. São Paulo: Herder, 1964, p. 30.

# QUARTO CONCURSO DE MONOGRAFIAS – 2022

## Temas:

1. Histórias e personagens da comunidade nipo-brasileira que os livros não registram;
2. O papel das associações na trajetória da comunidade nipo-brasileira.

## Comissão Organizadora:

Kiyoshi Harada – Presidente

Rodolfo Wada – Coordenador Geral

Renato Ishikawa – Presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social – Bunkyo

Leandro Hattori – Poresidente do Gaimusho – Brasil

Leandro Iuamoto – Presidente da JCI – Brasil

Graziela Tamanaha – Comissão de Jovens do Bumkyo

Gustavo Kendi Matsumoto – Bunkyo

## Corpo de Jurados:

Alexandre Kawase

Célia Oi

Jorge Yamashitas

Massami Uyeda

Patrícia Murakami

Roberto Nishio

Sedi Hirano

Número de inscritos: 15

Inscritos que apresentaram as monografias: 7

Daniela Lumi Nascimento Watanabe

Guilherme Seigo Matsumoto

Simone Yukiko Kameo

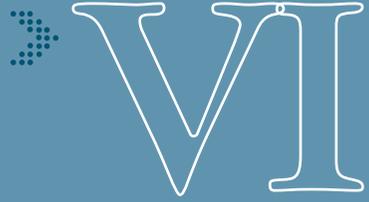
Diego Silva Inamura

Elise Hirako

Kiri Miyasaki

Ana Luiza Henriques Coan





# **A influência das associações na construção de processos identitários**

Tema: O papel das associações na comunidade nipo-brasileira

Ana Luiz Henriques Coan<sup>1</sup>

## Sumário

<b>1. Apresentação</b> .....	<b>110</b>
<b>2. Contextualização</b> .....	<b>114</b>
<b>3. Minha trajetória</b> .....	<b>115</b>
<b>4. Análise de dados</b> .....	<b>118</b>
<b>5. Considerações finais</b> .....	<b>122</b>
<b>6. Referências</b> .....	<b>124</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

“O Brasil é provavelmente o país com maior miscigenação do mundo”, afirma a cientista Lygia da Veiga Pereira em entrevista à DW Brasil<sup>2</sup>, o Brasil por todo seu contexto na época da chegada dos Portugueses e assim como outras nações nos tempos modernos, devido à globalização, pode ser caracterizado como um “híbrido cultural” (HALL, 2006, p. 62) com uma configuração “mestiça da identidade” (CORACINI, 2012, p. 45), isto é, com “identidades múltiplas” (SEYFERTH, 2005, p. 22). “À medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS, 1990, p. 06).

Em vista disso, nesse capítulo introdutório serão abordados conceitos-bases para o desenvolvimento dessa monografia, tais como; identidade, comunidade, comunidade nipo-brasileira, comunidade/grupo étnico etc. Ao longo de todo o trabalho também aparecerão outros conceitos em que a comunidade nipo-brasileira já pode estar familiarizada, porém, eu gostaria de ampliar esse público e fazer com que a leitura seja entendida também por pessoas “de fora” desse contexto, que se interessem por pesquisas sobre a temática da identidade, por exemplo. Em outras palavras, por mais que um artigo científico possa ter um público alvo específico, é

1 Doutoranda em Letras Estrangeiras e Tradução (FFLCH – USP), Mestre em Linguística (UFES). Diretora da Associação Brasileira de Ex-Bolsistas do Japão; Membro da Associação Nikkei de Vitória e voluntária no JuniakaiJapan/Brazil Project.

2 O link da reportagem se encontra nas referências bibliográficas.

interessante que ele seja entendido por qualquer um que queira lê-lo.

Retomando ao argumento que diversas transformações sociais acontecem por causa da conexão entre diferentes culturas, é possível afirmar que isso faz com que confrontemos uma multiplicidade de identidades nas quais podemos nos identificar, mesmo que temporariamente. Segundo o dicionário online Michaelis, identificar consiste em “estabelecer a identidade; tornar possível a identificação; fazer-se reconhecer; compartilhar das mesmas ideias”. Já o termo identidade é definido como “estado de semelhança absoluta e completa entre dois elementos com as mesmas características principais; série de características próprias de uma pessoa ou coisa por meio das quais podemos distingui-las; aquilo que contribui para que uma coisa seja sempre a mesma ou da mesma natureza”.

Mesmo levando em considerações essas afirmações, autores como Coracini (2012) e Hall (2006) explicam que os processos de construção de uma identidade não são inatos, nem naturais, e a nossa identificação com algo não possui um caráter automático, isto é, com o decorrer do tempo, podemos adquirir ou perder essa identificação, portanto, os processos identitários são algo subjetivo.

Nisso consiste a identidade, ou seja, não há identidade possível a não ser na ilusão, na promessa sempre adiada da coincidência consigo mesmo, do pertencimento imaginado (e inventado) a uma nação, a um grupo que iguala ou assemelha aqueles que são desiguais, inassimiláveis. Ora, sabemos que a identidade pode ser imposta, resultar de uma relação de poder, pode ser efeito de dominação; onde alguém sabe a verdade, alguém pode falar em nome do outro, responder pelo outro, dizer o outro... e isso pode acontecer nas situações mais comuns - da sala de aula, da clínica médica, da família, da religião, do trabalho; aliás, somos sempre ditos pelo outro, pelo olhar do outro que se faz verdade (CORACINI, 2013, p. 49).

Quando a autora Coracini associa o termo identidade com uma ilusão, como um sentimento de pertencimento imaginado e inventado, podemos traçar uma relação direta com o conceito de comunidades imaginadas de Benedict Anderson; “mais do que inventadas, nações são “imaginadas”, no sentido de que fazem sentido para a alma e constituem objetos de desejos e projeções” (2008, p.10). Trazendo essas discussões para a temática dessa monografia, a autora Konigame (2011), em sua dissertação de mestrado, traça uma aproximação entre esse conceito e o contexto da comunidade nipo-brasileira.

Quando falamos em comunidade nipo-brasileira, estamos nos remetendo ao

sentido amplo de comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), ou seja, uma que não é baseada em interação face a face entre os membros, mas que, ao contrário, mantém uma imagem mental de suas afinidades, de tal forma que seus membros se imaginam fazendo parte de uma mesma coletividade. Apesar de ser uma comunidade imaginada e criada, não quer dizer que seja fabricada ou falsa (KONIGAME, 2011, p. 39).

E para discorrer um texto onde o foco se volta ao termo comunidade nipo-brasileira, faz-se necessário contextualizar os termos comunidade e comunidade nipo-brasileira. Elias e Scotson (2000), em seus estudos sobre uma pequena comunidade, relacionam esse termo a algo voltado ao espaço físico, ou seja, para eles uma comunidade se forma através das relações entre pessoas que estão organizadas em uma rede unida residencial, que varia de acordo com o local que elas vivem. Em outras palavras, as comunidades consistem em bairros, vilarejos, aldeias e etc., onde as pessoas estabelecem seus vínculos quando trabalham, se divertem, estudam, rezam, isto é, se relacionam uma com as outras.

Konigame (2011) acrescenta que as comunidades são uma forma de integração e socialização, e que são extremamente importantes “se não na formação da identidade, pelo menos como referência de identidade, comportamento, valores, tradições etc” (p. 109). No contexto das comunidades nipo-brasileiras, a autora traz a definição de Comunidade Nikkei de acordo com o International Nikkei Research Project (INRP); “são redes sociais e instituições estabelecidas por pessoas descendentes de japoneses em seus países de origem a fim de satisfazer as suas necessidades variadas como um grupo étnico (HIRABAYASHI et al, 2002, p. 19). É importante ressaltar que assim como Konigame (2011), nessa monografia optaremos por utilizar o termo nipo-brasileiro ao invés de nikkei, até porque ele também foi trazido como tema desse concurso.

A palavra Nikkei, portanto, carrega fortemente a imagem e a referência ao Japão, enquanto que o nipo-brasileiro estaria mais próximo de um contexto de formação da identidade nacional (mesmo porque faz parte da língua portuguesa) podendo ser comparado com outras nacionalidades que fazem parte da sociedade brasileira como luso-brasileiros, ítalo-brasileiros, etc. (KONIGAME, 2011, p. 29).

Em vista disso, nos deparamos com outro termo que será relevante para essa monografia, o conceito de grupo étnico ou comunidade étnica. Segundo Barth (1997) um grupo étnico pode ser definido como forma de organização social, que em relação a um grupo mais amplo, apresenta uma identidade diferente. O autor então traz o “contraste” cultura global versus grupo étnico local. Luvizotto (2009) fala que a identidade ét-

nica é construída através do acúmulo de características que são herdadas culturalmente e que permitem a criação de significados que distinguem de outros grupos sociais.

A autora ainda explica que no Brasil as diferenças étnicas são manifestadas por meio de identidades específicas, e cita como exemplos a comunidade indígena e negra e os descendentes de imigrantes, pois esses grupos sofrem, de maneira mais explícita, discriminações e preconceito. Trazendo para o contexto da comunidade nipo-brasileira, podemos reinterpretar as palavras da autora, onde não são os contrastes culturais que marcam uma diferença entre os nipo-brasileiros e os demais brasileiros, “mas sim sua etnicidade, que é legitimada por meio de aspectos históricos, sociais e políticos” (p. 35).

“A identidade étnica de um grupo transcende seus aspectos culturais, não envolvendo somente aspectos internos dessa cultura, mas sendo particularmente envolvida pelas interações do grupo com o mundo a seu redor”. (LUVIZOTTO, 2009, p.35). No caso dos descendentes de japoneses, questões físicas também são marcadores dessa diferenciação, quando, por exemplo, mesmo que não façam parte de associações e entidades voltadas à comunidade nipo-brasileira ou não se sintam conectados com a cultura japonesa, eles já são automaticamente colocados em um grupo, por possuírem fenótipos específicos ligados à sua etnia.

Pude confirmar essa afirmação por meio de uma conversa que tive com alguns amigos descendentes de japoneses, eles relataram que mesmo se não fossem próximos a contextos, atividades e associações relacionadas à cultura japonesa, eles já eram inseridos de forma imediata em um grupo por “ter cara de japonês”.

Por mais que no Brasil haja uma vasta diversidade de culturas, que acompanha toda a história humana, e que as comunidades étnicas contribuem constantemente para a construção de uma identidade nacional para a sociedade brasileira, a identidade étnica não está tão incorporada quanto a identidade nacional.

A identidade étnica é uma formação dentro dessa identidade mais ampla que é ser brasileiro. Veremos, por exemplo, que toda a noção do que seja “ser japonês” ou ser étnica fala dos entrevistados, é uma formação em cima da primeira noção que eles possuem de identidade, que é a identidade nacional, ou seja, o “estereótipo” do que é ser japonês é formado em relação às diferenças apresentadas no que se espera de um “brasileiro” normal, ou como estes se comportaria (KONIGAME, 2011, p. 95).

Em outras palavras é como se a cultura étnica fosse algo externo ao indivíduo e que a cultura brasileira fosse algo natural e intrínseco, e a participação na comunidade étnica

nica fosse algo que acontece apenas momentaneamente. Esse tópico terá continuidade na seção onde questionaremos sobre o que significa fazer parte de uma comunidade nipo-brasileira.

Logo, essa monografia está dividida em cinco partes, a primeira, aqui finalizada, apresentou alguns conceitos necessários para um melhor entendimento das reflexões propostas por essa pesquisa; a segunda traz uma breve contextualização sobre o surgimento e definições de associações e entidades nipo-brasileiras; a terceira discorre sobre a minha trajetória e meu contato com aspectos relacionados à cultura japonesa, e posteriormente minha participação em projetos e associações nipo-brasileiras, e como esse contexto influenciou e ainda influencia meus processos indutórios; a quarta traz as respostas de um formulário que apliquei a 49 pessoas não descendentes de japoneses, para ter uma visão mais ampla e poder compará-la com minha própria experiência; e a quinta e última, eu proponho algumas problematizações sobre todo o contexto citado até aqui.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Quando colocamos em foco a temática de organizações voltadas à comunidade nipo-brasileira, não podemos deixar de discorrer sobre qual contexto elas estão inseridas. Nessa sessão falaremos brevemente sobre a imigração japonesa no Brasil, que está diretamente relacionada com o surgimento de associações nipo-brasileiras, quais são suas caracterizações e que papel elas desempenham.

A imigração japonesa no Brasil teve seu início em meados de 1908, num pretexto de que o Brasil precisava de mão-de-obra imigrante e o Japão precisava resolver o excedente populacional. Com a vinda dos japoneses para cá, fez-se necessário a junção de seus povos já que o governo japonês deixou claro que era para a cultura ser mantida. De acordo com informações da Comissão do Recenseamento da Colônia Japonesa de 1964, ocorreu a vinda de imigrantes japoneses oriundos de todas as 47 províncias do Japão.

Em vista disso, existe na cidade de São Paulo uma associação voltada a cada uma dessas províncias, essas associações são chamadas de kenjinkai, que são agrupamentos que costumavam ter fortes vínculos com os governos das respectivas províncias no Japão. Após a Segunda Guerra, essas associações provinciais auxiliavam em contexto emigratórios através do fornecimento de notícias e informações dos co-provincianos aqui residentes (GUIADA CULTURA JAPONESA, 2004, p. 55).

Outro tipo de associação, que não possui vínculo direto com alguma província japonesa, e tem um caráter mais cultural e esportivo são chamadas de kaikan, e elas estão espalhadas por todo o Brasil. Antigamente essas associações além de terem o papel de preservar, reverenciar e representar a cultura japonesa, também tinham um viés político, hoje em dia, essa função está mais ligada então a manter e divulgar a cultura.

As associações e entidades podem ter diversos perfis diferentes, como o incentivo à liderança, a contribuição nas carreiras acadêmicas e profissionais, o compartilhamento de experiências, a criação de identidade etc. E na maioria das atividades que são promovidas pelas associações, não só os acessos às informações e conteúdos fazem-se importantes e relevantes, mas também toda a rede de apoio, a criação de vínculos e as experiências que são compartilhadas. Esses aspectos também estão presentes no incentivo a intercâmbios culturais, onde as associações promovem diversos tipos de bolsas, e esse intercambio é um fator que fortalece as associações.

Outros elementos que as associações proporcionam é a importância do trabalho voluntário, promovendo espaços de aprendizado onde não nos sentimos totalmente pressionados a acertar o tempo inteiro, o fortalecimento do senso de responsabilidade e também questões de representatividade. Nas sessões a seguir, será trazido com mais detalhes os contextos, atividades e projetos oferecidos pelas associações, com foco nos quais eu faço parte.

### 3. MINHA TRAJETÓRIA

Durante a nossa infância é difícil ter contato com desenhos animados que fujam do padrão norte americano, principalmente os dos anos 2000. Séries como *As três espãs demais*, *Os Padrinhos Mágicos*, *Caillou*, *O laboratório de Dexter* e muitos outros, acabam mostrando para as crianças aspectos culturais que não estão conectados com a realidade delas aqui no Brasil. Os feriados de Halloween e Ação de Graças, o cenário escolar com os jogos de baseball, baile de inverno, férias de verão, e mais explicitamente; o fato das famílias dos desenhos sempre serem de classe média alta e a falta de representatividade étnica dos personagens, são alguns exemplos que fogem do contexto real da maioria das crianças brasileiras.

Eu conhecia poucos desenhos que mostrassem outras culturas além da Norte-Americana, entre eles: *Kiriku e a Feiticeira*, dirigido por Michel Ocelot, que fala de uma lenda africana que ele conheceu durante sua estadia na Guiné, *As Aventuras de Jackie Chan*, inspirado no ator honconguês de mesmo nome, e algumas animações japoneses

como *Naruto*, *Death Note* e os filmes dos estúdios Ghibli. Em vista disso, a primeira vez que fui exposta, de maneira mais direta, a aspectos relacionados à cultura japonesa, foi através do anime *Naruto*.

Antes mesmo de assistir a animação, já éramos introduzidos às músicas que misturavam instrumentos tradicionais japoneses como o *Taiko*, *Fue* e *Shamisen*<sup>3</sup> com as guitarras elétricas do rock. A história está ambientada em um período inspirado na Era Feudal Japonesa com elementos da modernidade como a eletricidade, e possui personagens baseados no folclore japonês, como os Shinobis<sup>4</sup>. Além disso, haviam diversas expressões em japonês, mesmo na versão dublada em português, como “*itadakimasu*”, “*tadaima*”, “*okaeri*”, “*sensei*”, “*shinobi*” e o famoso “*dattebayo*” (falado pelo protagonista *Naruto* para enfatizar o que foi dito anteriormente). E o que mais chamava minha atenção eram as comidas que pareciam tão diferentes com as que eu estava acostumada. Assim, os animes de forma geral foram meu primeiro contato com elementos relacionados à cultura japonesa.

Dando um salto temporal e indo para o início da pandemia, durante o período de quarentena eu tinha muito tempo livre, já que minha universidade não havia adotado ainda o ensino à distância. Na procura por cursos online me deparei com um oferecido pela universidade de Tóquio, intitulado “*Words Spun Out of Images: Visual and Literary Culture in Nineteenth Century Japan*” (Palavras que saem das imagens: Cultura Visual e Literária do Japão do Século XIX). Como eu sempre tive interesse em arte, pinturas e fotografias, achei interessante e resolvi me inscrever. O curso mostra como as culturas visuais e literárias eram indivisíveis, isto é, textos literários que eram inspirados em imagens e imagens que eram inscritas com poemas e prosas.

Quando terminei o curso a plataforma que o ofertava começou a me sugerir outros relacionados ao Japão, entre eles escolhi fazer o “*Studying at Japanese Universities*” (Estudando em Universidades Japonesas), o curso mostra o aumento de programas universitários direcionados a estrangeiros e relatos de alunos ao redor do mundo sobre a qualidade do ensino nas universidades Japonesas. A partir desse curso nasceu a vontade de não só visitar o Japão como turista, mas também de estudar lá.

Depois dessa “decisão”, comecei a estudar o idioma japonês por conta própria, através de plataformas como o Duolingo. Quando percebi que o aplicativo não estava sendo o suficiente, resolvi me matricular em uma escola online de japonês e foi graças a um story no Instagram, de um dos professores, que eu conheci o Koshukai, um curso preparatório para futuros bolsistas que iriam para o Japão, ofertado pela ASEBEX<sup>5</sup>

3 Taiko pode se referir a diversos tipos de percussão, ou a própria prática de tocar tambores; Fue é a denominação para as flautas de bambu; Shamisen é um instrumento com 3 cordas.

4 No anime a palavra shinobi é utilizada para se referir aos ninjas.

5 Os nomes das associações e entidades nas quais eu faço parte estão citados de maneira original, porém, só para meios de avaliação deste concurso, caso esse artigo for publicado, é indispensável pedir a permissão das mesmas

(Associação Brasileira de Ex-Bolsistas no Japão), e esse curso foi um divisor de águas na minha vida.

Além de me proporcionar uma enorme rede de informações, apoio e amizade, por meio do Koshukai eu descobri que na minha cidade tinha uma Associação voltada à comunidade nipo-brasileira, a ANV (Associação Nikkei de Vitória), mesmo sendo uma cidade com um histórico bem pequeno de imigração japonesa. Também conheci um projeto de parceria do Nipo de Campinas com uma escola brasileira do Japão (Juniakai Japan/Brasil Project), onde os voluntários trabalham com diversas atividades feitas através de reuniões online, que visam o desenvolvimento sócio emocional, cultural e identitário dos alunos.

E desse projeto surgiu a oportunidade de publicação de um artigo, em parceria com uma colega que também conheci pelo Koshukai, e que assim como eu entrou no trabalho voluntário do Juniakai Japan/Brazil Project, também através do Koshukai. O trabalho se intitula “Interação Brasil/Japão: o Papel das Tecnologias no Desenvolvimento Socioemocional de Jovens” (COAN, GÂMBARO, 2021), e foi apresentado no III Simpósio Internacional e VI Nacional de Tecnologias Digitais na Educação (EDUFMA). Nele falamos sobre o uso das tecnologias como ferramentas de conexão, criação de identidade e desenvolvimento não só dos alunos do projeto, como também de todos os voluntários.

O Koshukai me rendeu muitos frutos, os principais deles foram criar laços com amizades verdadeiras, entender o sentido da união de um grupo, valorizar a importância do trabalho voluntário, e mais recentemente; minha convocação como diretora da ASEBEX e minha aprovação no processo seletivo de doutorado, onde escolhi falar da influência do trabalho voluntário nos processos identitários de crianças filhas de imigrantes brasileiros no Japão.

Também passei a prestar processos seletivos de bolsas para o Japão, mais especificamente da JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão), aproveitando a oportunidade de que não precisava ser descendente para participar. No próprio edital do Programa de Treinamento para Comunidade Nikkei (Promoção da Interação Multicultural/ Cooperação para Comunidades Nikkeis no Japão), falava que o título foi alterado de “Programa de Treinamento Nikkei” para “Programa de Treinamento para Comunidade Nikkei”.

Dentre os cursos ofertados, em processos seletivos distintos, dois me chamaram mais atenção, “Formação de coordenadores de atividades voltadas à atividades sobre a cultura japonesa” e “Iniciativas das comunidades Nikkeis no Japão e das entidades de apoio aos estrangeiros”. No formulário do primeiro, falei sobre como na minha cidade não há

uma forte presença da comunidade nipo-brasileira e que eu tinha vontade de expandir esse contexto, promovendo atividades que fugissem do estereótipo cultural japonês relacionado apenas aos animes, culinária e artes marciais. Falei também sobre a importância da representatividade jovem e feminina, já que na última assembleia geral percebi apenas a presença de homens acima dos 50 anos. Já sobre o segundo curso, falei sobre minha experiência e contato com o contexto de brasileiros residentes no Japão e que eu teria muito a contribuir e aprender com a oportunidade. Porém, infelizmente, não consegui nenhuma das duas bolsas, mas sigo tentando.

Através do interesse de entender mais sobre a influência de elementos relacionados à cultura japonesa na vida e dia a dia de jovens não descendentes, resolvi aplicar um breve questionário e através da análise das respostas traçar uma relação com as minhas experiências pessoais, e partir daí trazer algumas reflexões.

#### 4. ANÁLISE DE DADOS

Nessa sessão analisaremos um questionário que foi respondido por 49 participantes, de diversos lugares do Brasil e com idades variadas (mas a maioria deles era jovem de 18 a 30 anos). O questionário, que se intitulava “Relação de Jovens não descendentes com a cultura Japonesa”, consistia em apenas sete perguntas, são elas: Qual foi seu primeiro contato com aspectos relacionados à cultura japonesa? Dos mesmos aspectos citados anteriormente, quais você possui mais interesse? Você participa de alguma entidade, associação ou projeto? O que fez você ter interesse em começar a participar e/ou continuar participando? Você é descendente de qual/quais etnias? Você tem interesse e/ou participa de outros projetos, associações, atividades relacionadas à cultura de outros países? Se sim, qual/quais, e por qual motivo? Se existissem mais atividades, associações e projetos relacionados à cultura do país que você descende você participaria?

Sobre o primeiro contato com elementos relacionados à cultura japonesa, assim como aconteceu comigo, na maioria das respostas continham animes, mangás e animações (76,6%), lembrando que a pessoa poderia marcar mais de um item, seguido de gastronomia (20,4%) e história, costumes e tradições (20,4%), artes marciais (18,4%), idioma (12,2%), arte e literatura (10,2%), dança e música (8,2%) e por último seriados antigos, budismo, jogos e tecnologia, todos presentes em apenas 2% das respostas. É bastante compreensível que as animações japonesas estejam na primeira colocação, pois muitos animes eram transmitidos em TV aberta, sendo assim acessível para mais pessoas.

Porém, quando a pergunta se reformulou para quais desses mesmos elementos a pessoa tinha mais interesse atualmente (lembrando que a pergunta anterior foi sobre o primeiro contato), o jogo virou e o idioma japonês e elementos sobre a história, costumes e tradições ficaram em primeiro lugar, presentes em 75,5% das respostas (novamente podendo-se marcar mais de uma opção). Seguidos dos animes, mangás e animações com 67,3%, gastronomia, arte e literatura empatados em terceiro lugar em 53,1% das respostas, dança e música (49%), artes marciais (22,4%), e budismo, jogos e tecnologia (2%).

É bem interessante pensar que o idioma japonês no quesito “primeiro contato” ocupava um dos últimos lugares, mas quando o foco mudou para quais aspectos a pessoa possui mais contato e interesse no momento, o idioma subiu para o primeiro lugar. Isso mostra como a língua falada por determinado país, nesse caso o Japão, mostra ser um aspecto cultural muito forte, ou seja, se eu tenho interesse em aprender mais sobre algum contexto cultural, é importante que eu saiba o idioma inserido nesse contexto. E foi também o que aconteceu comigo, assim que surgiu o interesse em estudar no Japão e a frequentar associações nipo-brasileiras, eu comecei a estudar o idioma.

Outra observação relevante é que na segunda pergunta é possível notar que todas as porcentagens aumentaram, isto é, por mais que os participantes da pesquisa tiveram como primeiro contato poucos elementos relacionados à cultura japonesa, esse cenário mudou. Se na primeira pergunta a maioria das pessoas marcou apenas uma opção, na segunda pergunta, todos marcaram mais de uma. Em outras palavras, atualmente eles possuem contato com diversos elementos culturais oriundos do Japão.

A terceira pergunta dizia-se a respeito da participação em associações, entidades e/ou projetos voltados à comunidade nipo-brasileira. De 49 respostas, apenas seis pessoas diziam não frequentar, ajudar e/ou participar de associações e 8 pessoas participam de mais de uma associação ou diferentes atividades de uma mesma associação. As entidades citadas foram: Bunkyo (14 pessoas), Associação Nikkei de Vitória (9 pessoas), Instituto Nipo Brasileiro de Campinas (5 pessoas), Associação Japonesa de Santos (5 pessoas); Associação Brasileira de Ex-Bolsistas no Japão (4 pessoas), Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de São Carlos (3 pessoas), Associação Japonesa de Nova Friburgo (1 pessoa), Associação Cultural e Esportiva de Ibipora (1 pessoa), Fukuoka Kenjinkai (1 pessoa), e três pessoas não especificaram o local, mas falaram que participam de grupos de Taiko, escola de língua japonesa, Juniakai, Seinenkai e Kendo.

Tendo em vista que quase 90% desses jovens, não descendentes de japoneses, participam e frequentam ativamente alguma associação, entidade e/ou projeto, a variedade de respostas da segunda pergunta (sobre elementos que as pessoas têm mais interesse),

faz-se bastante compreensível. Em razão que, quanto mais estamos expostos a elementos voltados ao contexto da cultura japonês, mais estamos suscetíveis a criar um vínculo de interesse com esses elementos.

Nesse ponto, quanto menor o contato ou exposição com símbolos, conteúdos, espaços sociais étnicos da comunidade nipo-brasileira (seja através de associações de bairro, de colégios, de escolas de língua ou esporte japonês etc.) menor a “consciência ou conhecimento” da identidade étnica, e, assim, menor o diálogo com essa identidade (KONIGAME, 2011, p. 76).

Sobre os motivos pelos quais os participantes da pesquisa optaram por começar a frequentar esses espaços voltados à comunidade nipo-brasileira, e as razões pelas quais ainda os frequentam, dessas 43 respostas (nem todos responderam): 19 falavam sobre a vontade de aprender mais sobre a cultura japonesa e história e admiração pelos costumes; o interesse na língua japonesa apareceu em 12 respostas; 8 relatos discorriam sobre um sentimento de solidariedade, de pertencimento à uma comunidade, vontade de ajudar o próximo e contribuir com a divulgação da mesma; a vontade de fazer novas amizades e preservar os laços criados, juntamente com o desejo de estar perto de pessoas com gostos em comum, estavam presentes em 7 respostas, assim como questões de afinidade e identificação com a cultura e influência da família; em 5 respostas apareceu o tópico de morar/estudar/trabalhar no Japão e a procura por processos seletivos de bolsas de estudo; e por fim, a culinária japonesa foi citada em duas respostas.

Acredito que o sentimento de querer ter mais contato com a cultura japonesa e o interesse em aprender mais sobre, são um contexto base que propicia os demais interesses, por exemplo, não faz sentido você aprender um idioma de uma comunidade na qual você não tem curiosidade sobre. As respostas que incluíram a temática de pertencimento e solidariedade também conversam diretamente com o que eu acredito, a participação nas associações nipo-brasileiras me permitiu um senso de grupo e um desenvolvimento pessoal que não encontrei, por exemplo, em contextos ítalo-brasileiros.

Sou descendente de italiano e desde nova minha família tentou incorporar aspectos relacionados à cultura italiana na minha vida, me incentivando a estudar o idioma, guardando registros sobre a vinda dos nossos antepassados para o Brasil, sempre contando a história de quem eram, quantos vieram, de onde vieram, como se estabeleceram e etc. Entretanto, mesmo eu tendo estudado o idioma e optado por fazer uma segunda graduação em Letras Português/Italiano, é quase inexistente meu convívio com outras pessoas que realmente buscam ter contato com elementos culturais italianos além do idioma.

Sendo assim, encontrei nas duas associações e no projeto que faço parte uma sensação de pertencimento, uma afinidade de interesses, um senso comunitário, um compartilhamento de valores e principalmente uma rede de apoio pautado em amizades verdadeiras. Tais aspectos influenciam diretamente nas minhas questões identitárias, isto é, quem eu gostaria de ser, qual meu papel no contexto que estou inserida, o que eu almejo conquistar e etc.

Voltando ao questionário, as últimas perguntas eram sobre a participações em contextos culturais voltados a outros países além do Japão. A maioria dos participantes não possui interesse em frequentar outras associações, alguns possuem interesse, mas não participam, apenas 5 participam de alguma atividade voltada à cultura italiana, 4 tem um certo contato com a cultura coreana e uma pessoa pesquisa sobre as culturas dos países que falam francês. Entre os participantes a maior parte descende de países europeus como Itália e Portugal, seguido dos indígenas e por fim, Oriente Médio, principalmente Líbano.

Para finalizar o formulário, questionei se caso existissem mais projetos e atividades voltados aos países nos quais os participantes da pesquisa descendem, se eles se envolveriam. 28 disseram que sim (57,14%) que acham importante ter contato com outras culturas, já que o Brasil é um país multicultural e por mais que as culturas “se misturem”, é enriquecedor estudar sobre a origem e outras tradições; 12 disseram que não (24,48%), que não têm muito tempo para isso e que preferem continuar ativos apenas nas entidades nipo-brasileiras, e 9 disseram que talvez (18,36%) que dependeria sobre qual temática seriam as atividades, se teriam tempo para administrar etc.

A análise desse questionário me mostrou que a participação de brasileiros não descendentes em comunidades nipo-brasileiras está crescendo cada vez mais, acredito que esse fator foi primordial para que entidades que proporcionam bolsas para o Japão, por exemplo, comessem a aceitar também não descendentes. Como mencionei anteriormente, a JICA ampliou-se a denominação de um de seus programas foi alterada de “Programa de Treinamento Nikkei” para “Programa de Treinamento para Comunidade Nikkei”. Também consegui perceber isso analisando os inscritos no Koshukai (curso preparatório para futuros bolsistas no Japão), em 2021 apenas 33% eram não descendentes, essa porcentagem aumentou para 40% esse ano.

Citando Konigame (2011) mais uma vez, em sua pesquisa ela fala bastante sobre como a relação entre as associações étnicas e a população brasileira de não descendentes tem crescido, confirmando o que foi dito anteriormente. Tendo em vista também que a cultura nipo-brasileira já está inserida na sociedade brasileira, e eventos nesse contexto estão inseridos nos calendários de diversas cidades do Brasil, não só em São Paulo,

como por exemplo, as comemorações em torno do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. Em outras palavras, é imprescindível pensar na comunidade nipo-brasileira sem a relacionar com a participação da população em geral.

Essa interação e diálogo com o não descendente – e, portanto com a sociedade mais ampla – é sempre constante, e muitas vezes vista não só como inevitável, mas também como fundamental para o próprio futuro dessas instituições, a fim de se preservarem ativas por muitos anos (visto que é uma minoria da população nipo-brasileira que se interessa e participa ativamente de associações étnicas) (KONIGAME, 2011, p. 75).

Caminharemos agora para as considerações finais, onde pretendo suscitar algumas reflexões que problematizam esse cenário do crescente contato de não descendentes com aspectos culturais japoneses. Não é no sentido de crítica negativa, é apenas para refletirmos de por que o Japão? Por que não estudar e aprender sobre a cultura indígena, por exemplo? E sobre a diversidade étnica do continente africano, por que não existem tantas associações e ou entidades voltadas a essa etnia? Será que a resposta para essa pergunta é a mesma quando falamos da falta de associações e projetos relacionados a culturas europeias?

Tais questionamentos serão discutidos não apenas com bases teóricas, mas também através de opiniões e experiências compartilhadas e que foram levantadas por amigos meus descendentes de japoneses.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de vivermos em uma sociedade pautada no padrão homem, branco e hétero já é senso comum, portanto, o restante que fuja desse padrão está suscetível a estereótipos. Mesmo tendo visto que a comunidade nipo-brasileira faz parte de um grupo étnico, as discussões voltadas à etnia, nunca fogem de um caráter político e sociocultural. A escolha de falar sobre uma temática que envolva um país como o Japão, por mais que não haja nada de errado nisso, está relacionada, mesmo que inconscientemente, com a ideia desse país como uma cultura estabelecida.

Ao nos depararmos com alguns rankings mundiais como “maiores economias do mundo”, “melhor educação do mundo”, “países mais tecnológicos” e etc, o Japão aparece sempre entre os primeiros colocados. Assim, por mais que o país fuja do padrão branco e europeu, por ter uma cultura étnica oriental, seu contexto não é “mal visto” pelos

“de fora”<sup>6</sup>. A autora Sasaki-Pinheiro (2009) trouxe em sua pesquisa o estudo do Orientalismo de Said (1990) e nela ela discorre em como o Japão, mesmo sendo uma nação oriental e tendo sido exposto às pressões políticas e militares de potências ocidentais, o país possui características relacionadas tanto ao contexto oriental, quanto ocidental.

O Japão tem características tanto do Oriente quanto do Ocidente, o que compõe a realidade da história moderna japonesa. Olhando o mundo de um século atrás, o Japão foi a única nação que se desenvolveu no Oriente, enquanto a maioria dos países asiáticos e africanos foi colonizada e sofreram a exploração das potências ocidentais (SASAKI-PINHEIRO, 2009, p. 117).

A autora ainda acrescenta que assim como as potências ocidentais, o Japão foi colonizador, ocupando uma vasta área da China, Taiwan, Micronésia, Manchúria e Coreia (p. 116).

Eu estou levantando essas questões, por motivos de: por mais que eu, como uma pessoa não descendente de japonês me sinta interessada e conectada com a cultura e a comunidade nipo-brasileira, não posso deixar de ter em mente que essa “atração” possui uma razão, mesmo que indireta, com contextos políticos e socioeconômicos. Por exemplo, por que no site que eu fiz o curso sobre culturas visuais e literárias não tinha algo voltado à cultura africana? Por que as animações japonesas que foram escolhidas para preencherem a demanda por desenhos infantis na TV aberta brasileira e não desenhos próprios nossos? Ou de outros países latino-americanos?

Essas reflexões não foram levantadas como forma de críticas as minhas escolhas, mas sim como conscientização, pois quando falamos de culturas étnicas, tudo é e está politizado. Seguindo nesse contexto, eu sempre reclamei sobre a falta de associações e entidades voltadas a comunidade ítalo-brasileira, mas em que senso elas poderiam existir se os descendentes europeus, por exemplo, nem são “tratados” fazendo referência à sua descendência, mas sim como brasileiros. Por eu fazer parte de um padrão de pessoa branca, e pelos europeus já serem considerados com esse padrão, eu não estou inserida em um grupo étnico. Quando eu vou aos lugares as pessoas não me perguntam de cara “nossa, mas você é descendente de quê?”, o que é uma situação muito comum para meus amigos descendentes de japoneses, chineses, indígenas e outras comunidades étnicas que possuem fenótipos que fujam do “padrão”.

Todavia, mesmo eu tendo a consciência que minha trajetória no contexto nipo-brasileiro possui indiretamente um caráter político, isso não diminui o fato de eu a valo-

6 Mesmo assim, não estou querendo dizer que os japoneses e a comunidade nipo-brasileira, por exemplo, não sofra discriminações, muito pelo contrário, tenho ciência da constante objetificação das mulheres japonesas, sobre os preconceitos por causa dos fenótipos e pelo constante consumo de aspectos relacionados à cultura japonesa como forma de capitalismo. O intuito aqui é apenas levantar reflexões que mostrem que em relação a diversos outros países, como os sul-americanos, africanos e até outros países asiáticos, o Japão possui uma posição prestigiada.

rizar fortemente, pois acabou que em uma busca quase emocional, eu encontrei nas associações e projetos que faço parte um sentimento de comunidade, uma sensação enorme de pertencimento e o mais importante; enormes vínculos de amizade e diversas oportunidades tanto no âmbito profissional e acadêmico, quanto no pessoal. E em todo esse contexto, eu fui capaz de acrescentar diversos elementos, adquiridos através da participação nessas associações, no meu processo de construção de identidade, que a cada dia que passa, está sendo mais desenvolvido.

Para finalizar, além de compartilhar minha experiência e compará-la com a realidade de diversos outros jovens não descendentes, que participam ativamente em associações e entidades nipo-brasileiras, através dessa monografia pretendi contribuir com os estudos de processos identitários voltados à comunidade nipo-brasileira.

## 6. REFERÊNCIAS

Link reportagem DW:

<https://www.dw.com/pt-br/o-brasil-%C3%A9-provavelmente-o-pa%C3%ADs-com-maior-miscigena%C3%A7%C3%A3o-do-mundo/a-51733280#:~:text=O%20caso%20do%20Brasil%2C%20no,com%20maior%20miscigena%C3%A7%C3%A3o%20no%20mundo.%E2%80%9D>

Link dicionário online: <https://michaelis.uol.com.br/>

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. Fundação da Editora da UNESP, São Paulo, 1997.

COAN, Ana Luiza; GÂMBARO, Cláudia. Interação Brasil/Japão: o Papel das Tecnologias no Desenvolvimento Socioemocional de Jovens, p. 955. In: BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista. III Simpósio Internacional e VI Nacional de Tecnologias Digitais na Educação. São Luís: EDUFMA, 2021, ISBN ANAIS: 978-65-00-33045-8.

CORACINI, Maria José. Celebração do outro. Arquivo, memória e identidade de línguas. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Editora UNESP FUNDAÇÃO. Tradução de Raul Fiker, 1990.

GUIA DA CULTURA JAPONESA. São Paulo, Editora JBC, 2004.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006. In: HALL, Stuart; HELD, David; McGrew, Tony. Modernity and its futures. Politic Press/Open University Press, 1992.

HIRABAYASHI et al (ec.). New world, new lives. Stanford University Press, Stanford California, 2002.

KONIGAME, Maria Juliana. O local e o global na comunidade nipo-brasileira: um exercício sociológico sob o prisma dos jovens na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.8.2011.tde-02052012-160421.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2.

SAID, Edward W., 1990. Orientalismo – O Oriente como Invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras. 1ª edição em inglês: 1978.

SASAKI-PINHEIRO, Elisa Masse. Ser ou não ser japonês: A Construção da Identidade dos Brasileiros Descendentes de Japoneses no Contexto das Migrações Internacionais do Japão Contemporâneo. Tese de Doutorado, Campinas, SP, 2009.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: NETO, H; FERREIRA A. Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2005.

\* Monografia colocada em primeiro lugar





VII

**Histórias e personagens  
da comunidade  
nipo-brasileira que os  
livros não registram**

Simone Yukiko Kameo<sup>1</sup>

## Sumário

<b>1. Introdução.....</b>	<b>128</b>
<b>2. Parte I: Histórias e personagens da comunidade nipo-brasileira que os livros não registram .....</b>	<b>129</b>
2.1 Antes dos japoneses chegarem... ..	129
2.2 Histórias que os livros não registram da comunidade nipo-brasileira no nordeste do Brasil.....	133
<b>3. Parte II: Personagens e preservação das histórias da comunidade nipo-brasileira no nordeste que os livros não registram.....</b>	<b>137</b>
3.1 Lika Kawano: Salvador, Bahia, Brasil.....	137
3.2 Edgar Koji Karasawa: Aracaju, Sergipe, Brasil.....	138
3.3 Alice Lumi Satomi: João Pessoa, Paraíba, Brasil.....	139
3.4 Wanda Mieko Urushima de Azevedo: Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. ...	140
3.5 Igor Gomes Figueiredo: Fortaleza, Ceará, Brasil. ....	141
3.6 Antônio Carlos Largura Filho: Fortaleza, Ceará, Brasil. ....	143
<b>4. Considerações finais.....</b>	<b>145</b>
<b>5. Referencias.....</b>	<b>146</b>
<b>6. Apêndice.....</b>	<b>148</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

A imigração japonesa no Brasil tem como marco inicial a chegada do navio Kasato-Maru, em Santos, em 18 de junho de 1908. Do porto de Kobe, a embarcação trouxe numa viagem de 52 dias, os 781 primeiros imigrantes vinculados ao acordo imigratório estabelecido entre Brasil e Japão, além de 12 passageiros independentes (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2008).

Este ano, em 2022, celebram-se 114 anos da chegada deste primeiro navio, sendo 18 de junho, consagrado como Dia Nacional da Imigração Japonesa no Brasil. A comunidade nipo-brasileira se reúne para celebrar a memória dos pioneiros, e todos os anos há uma comemoração conjunta do *Bunkyo*, Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil – *Kenren* e da Federação Brasileira das Escolas Budistas

<sup>1</sup> Graduada em Enfermagem (UEL), mestrado e doutorado em Enfermagem Oncológica (USP), pós doc (UNI-FAL) e atua como docente na Universidade Federal de Sergipe (UFS). É organizadora do grupo nipo-brasileiro em Sergipe (ORIENTE-SE).

– *Butsuren* (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2008).

Muitas histórias e personagens importantes se destacaram ao longo destes 114 anos no Brasil, mas, embora o Japão tenha enviado seus primeiros imigrantes ao Brasil em 1908, os primeiros japoneses a pisar em solo brasileiro foram quatro tripulantes do barco *Wakamiya Maru*, que em 1803, afundou na costa japonesa. Os náufragos foram salvos por um navio de guerra russo que, não podendo desviar-se de sua rota, levou-os em sua viagem. No retorno de sua rota, a embarcação aportou para conserto, em 20 de dezembro, em Porto de Desterro, atual Florianópolis (SC), permanecendo até 4 de fevereiro de 1804. Ali, os quatro japoneses fizeram registros importantes da vida da população local e da produção agrícola da época (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2008).

O objetivo deste texto é relatar histórias de algumas pessoas, que os livros não contam, ao longo destes 114 anos. São pessoas comuns, algumas anônimas, que em suas pequenas comunidades, contribuem ou contribuíram para a preservação da cultura japonesa no Brasil e merecem esta citação.

Essa é uma lacuna que se faz mais presente ainda na região nordeste do Brasil, onde a imigração japonesa apesar de presente, não ganhou destaque nacional. Além disso, espera-se contribuir na preservação e difusão da cultura japonesa no Brasil, através da proposição de ações e modelos destas pessoas.

Na primeira parte deste texto a ideia é expor tais histórias, desde a vinda dos japoneses no Brasil até os dias atuais, especialmente na região nordeste do Brasil. Na segunda parte vamos encontrar personagens da comunidade nipo-brasileira da região nordeste do Brasil, trazendo suas histórias e ideias para preservá-las, além de refletir sobre algumas dificuldades para manutenção da cultura japonesa no Brasil.

A intenção é que estas histórias possam contribuir para inspirar novos debates e gerar ações benéficas para toda a comunidade *nikkei* no Brasil.

## **2. PARTE I: HISTÓRIAS E PERSONAGENS DA COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA QUE OS LIVROS NÃO REGISTRAM**

### **2.1 Antes dos japoneses chegarem...**

Por cerca de meio século, as relações entre Brasil e Japão estavam relacionadas à questão migratória. Esse fenômeno seguiu uma tendência mundial de época, algumas de suas mais importantes peculiaridades estão diretamente ligadas aos condicionamentos criados pelas políticas migratórias do Brasil e do Japão (MAKINO, 2010).

No período entre 1895 e 1973, o continente americano foi o que mais recebeu imigrantes e, concomitantemente, foi um dos períodos em que o Japão mais enviou emigrantes ao mundo, muitos dos quais, para o Brasil. A experiência da imigração japonesa para o Brasil nessa época tem influência nas relações bilaterais nipo-brasileiras (MAKINO, 2010).

No caso brasileiro, pode-se tomar como marco da imigração em massa o ano de 1871. Naquele ano foi aprovada a lei do Ventre Livre, que praticamente anunciava o fim da escravidão no Brasil, dando urgência à manutenção da mão-de-obra para a economia cafeeira e instigando os debates sobre a opção migratória (MAKINO, 2010).

Já no caso japonês, pode ser tomada como marco, a migração para o Havai em 1868. A gênese da política migratória do Japão é complexa e está diretamente relacionada com o fim do “feudalismo” japonês, as pressões demográficas internas, a abertura internacional do país e a associação das empresas capitalistas de imigração com o projeto de Estado do Japão (SAITO, 1961).

Inicialmente, pode-se citar as relações diplomáticas em 1895 com a assinatura em Paris do Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre Brasil e Japão (NINOMIYA, 1996). Sem isso, tornava-se difícil, a celebração de contratos entre brasileiros e japoneses tanto para a imigração quanto para outros fins. Saito relata a tentativa malograda de introdução de japoneses por um acordo entre a empresa japonesa Kichisa Imin Kaisha (posteriormente sucedida pela Toyo Imin Kaisha) e a empresa brasileira Prado Jordão em 1894 (SAITO, 1961).

Salientam-se os receios da elite política brasileira em relação aos asiáticos frente às experiências mal sucedidas como as dos Estados Unidos, Cuba e Peru com a imigração chinesa. Além disso, pode ser citado o preconceito racial. Na Argentina, por exemplo, achava-se necessária a modernização do país, e, portanto, a introdução de “pessoas mais civilizadas”. Nos Estados Unidos, havia preferência por europeus anglo-saxões, germânicos e nórdicos, já os eslavos e latinos eram vistos com certa “cautela”. Depois de um tempo, africanos e asiáticos foram proibidos de entrar e mesmo os europeus tinham que atender certos requisitos como ser alfabetizado, honesto e saudável (MAKINO, 2010).

No Brasil, a introdução de asiáticos seria contraproducente, diante dos estereótipos dos asiáticos em voga na época, de trabalhadores desobedientes, de fumadores de ópio, de suicidas sob pressão e até mesmo de grupo com altos índices de homossexualidade (MEAGHER, 1975).

Por fim, autores como Meagher (1975), aponta que a pressão do movimento abolicionista no Brasil também deve ser considerada. Acreditava-se que a introdução de asiáticos apenas provocaria a substituição da escravidão negra por uma “escravidão amarela” como mais ou menos ocorreu no caso cubano (CHANG, 1956).

A Era *Meiji* é um capítulo crucial na História do Japão. Em termos watsonianos (WATSON, 2004), pode-se dizer que foi a partir desse momento que o Japão teria passado, de fato, a integrar a comunidade internacional.

No período entre 1603 e 1868 o Japão viveu uma espécie de Idade Média com um modo de produção análogo ao feudalismo europeu, mas com a particularidade de ser politicamente centralizado. É o período conhecido como Era *Tokugawa*, caracterizado pelo isolamento do arquipélago nipônico, quando comparado com o período imediatamente anterior.

O fim do isolamento da Era Tokugawa foi forçado pela chegada do comodoro americano Matthew C. Perry em 1853 na baía de Edo (antigo nome de Tóquio). A superioridade naval dos Estados Unidos pôs em alerta os japoneses que começaram a temer pelo futuro do arquipélago. Os japoneses foram compelidos a assinar um acordo em 1854, o Tratado de *Kanagawa*, permitindo que os Estados Unidos estabelecessem um cônsul no Japão e que os navios estadunidenses tivessem acesso aos portos japoneses de *Shimoda* e *Hokkaido*. Posteriormente, russos, britânicos, holandeses e outros pressionaram por acordos com as suas próprias exigências.

Para os japoneses, não seria possível exercer de fato a sua soberania se não houvesse as condições materiais para se fazer respeitado. Nesse ambiente, uma série de reformas foram introduzidas a fim de modernizar o Japão e tirá-lo da “barbárie”. Em seu livro, Yanaguida e Rodriguez Del Alisal (1992), relatam que os enviados japoneses a um observatório astronômico estadunidense ficaram espantados com o grau avançado do conhecimento produzido no Ocidente e advertiram o governo do Japão que caso o seu país quisesse se igualar às potências ocidentais, deveria investir em produção científica e avanços tecnológicos.

Assim, o intercâmbio de estudantes japoneses para os principais centros científicos do mundo era indispensável. A autorização para viajar e estudar fora do país, que na Era

*Tokugawa* era proibida, passou a ser incentivada da mesma forma que a ida de técnicos estrangeiros ao Japão. Outra medida correlata importante desse período foi o estabelecimento da educação obrigatória em 1872 (MAKINO, 2010).

Nesse processo de modernização foram introduzidas as novidades do Ocidente como trens, navios a vapor, telefone, telégrafo e fotografia. Esse processo de modernização veio acompanhado por um processo de ocidentalização. O Ocidente virou moda no Japão. Abriram-se escolas de música clássica, ateliês com as roupas que faziam sucesso em Paris e restaurantes com comidas exóticas (para os japoneses) (MAKINO, 2010).

No início, o Brasil não oferecia vantagens em relação a outros destinos. O custo do transporte, era uma das mais caras para os japoneses. O percurso, em 1914, era pelo caminho leste-oeste, durava quase dois meses de viagem. Em segundo lugar, aponta-se o nível de salários no Brasil, principalmente na lavoura cafeeira, o qual era inferior aos pagos em empregos de outros pólos como Havaí, Estados Unidos, Canadá e Austrália (MAKINO, 2010).

Tal era a situação que as tentativas feitas por Marciel de Sanz Elorz com a *Teikoku Shokumin Kaisha* de Okoyama e a *Kosei Imin Kaisha* de Wakayama em 1901 foram dificultadas ao máximo pelo governo japonês (NOGUEIRA, 1973). Além disso, a situação na década de noventa do século XIX dos preços internacionais do café em função da superprodução refletia nas perspectivas dos salários pagos àqueles que trabalhariam nos cafezais.

Somente em 1906, com a missão exploratória de *Ryu Mizuno*, presidente da Companhia Imperial de Emigração que trouxe os primeiros imigrantes para a lavoura cafeeira, foi feito um relatório com descrições positivas sobre as possibilidades do mercado de trabalho brasileiro que o governo japonês muda de opinião sobre o Brasil (SAITO, 1961).

Por ocasião da Conferência de Paz em Paris, em função do término da Primeira Guerra Mundial, o Japão foi convidado a comparecer e fazer parte das negociações uma vez que participou do conflito ao lado dos vencedores. Em Paris, o corpo diplomático japonês, liderado pelo plenipotenciário Barão *Nobuake Makino* e o famoso Barão *Kijuro Shidehara*, considerou ser essa a oportunidade de defender a imigração japonesa para os Estados Unidos de uma forma indireta (MAKINO, 2010).

Para os japoneses, o objetivo maior era vir por um período para trabalhar, enriquecer e retornar ao Japão. Como não eram aceitas pessoas sós, deveriam vir em família, com no mínimo três pessoas adultas (idade mínima de 12 anos e máxima de 50 anos). Muitas dessas famílias foram montadas com a finalidade de imigração (Tajiri, 1992). Muitos

pegaram dinheiro emprestado para a passagem, enxoval, apetrechos, etc, o que acarretou em dívidas futuras (HOSOKAWA, 2003).

No Brasil não houve a aceitação incontente dos japoneses, por eles serem diferentes fisionicamente. Os italianos eram mais iguais ao biotipo do português. Havia quem questionasse: “O crescimento econômico do Brasil valeria o preço a ser pago, de uma sociedade menos européia?” (LESSER, 2001).

Nos anos 40, devido ao advento da segunda guerra, japoneses e seus descendentes, junto com italianos e alemães, passaram a ser tratados como inimigos do Estado. Tiveram seus bens confiscados e foram proibidos de fazer reuniões públicas ou utilizar a própria língua. Agentes do governo expulsaram milhares de japoneses de suas casas, em Santos e no bairro paulistano da Liberdade. Em 1946, com o final da guerra, a Assembleia Constituinte votou uma emenda proibindo a entrada de nipônicos no Brasil, que só foi rejeitada por um voto de diferença (FILHO, 2014).

Para piorar, eles também lutavam entre si: entre 1946 e 1947, a atuação da milícia nacionalista *Shindo Renmei*, que caçava os imigrantes que acreditavam na derrota do Japão no conflito mundial, deixou 23 mortos e 147 feridos (FILHO, 2014).

## **2.2 Histórias que os livros não registram da comunidade nipo-brasileira no nordeste do Brasil**

O Nordeste é a região que devo muita gratidão, foi aqui que com alguma ajuda do destino, escolhi viver e ter minha família.

A Região Nordeste do Brasil é uma das cinco definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui a segunda maior população, o terceiro maior território e o terceiro maior PIB (2018).

É a região que possui o maior número de estados (nove no total): Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, onde moramos. Devido às suas características climáticas, a região nordeste é dividida em quatro sub-regiões: meio-norte, sertão, agreste e zona da mata, tendo níveis muito variados de desenvolvimento humano entre estas zonas.

O Nordeste foi o berço da colonização europeia no país, uma vez que foi aqui que ocorreu a descoberta do Brasil e foi aqui também, que se firmou a extração do pau-brasil, cuja tinta da madeira era utilizada para tingir as roupas da nobreza do Velho Mundo, com o corante que nomeou nosso país.

Sobre a imigração nos Estados do Nordeste, alguns poucos estudos identificaram a presença de italianos em Pernambuco (ANDRADE, 1992), e de galegos (BACELAR, 1994) espanhóis (BACELAR, 1992), alemães (MENEZES, 2006; RABELO, 2008), portugueses (GANDON, 2010) e japoneses na Bahia (MAEKAWA, 1995). No caso da Bahia, segundo Bacelar, a inclusão dos imigrantes está associada à:

[...] dar continuidade ao processo histórico de caldeamento para chegarmos com o ‘embranquecimento e o abasileiramento’ à verdadeira formação baiana e brasileira. [...] Porém, a imigração pretendida deve ser para o campo, jamais para Salvador. Nada de mais trabalhadores e brancos, para provocar sublevações na ordem estabelecida, sobretudo pelas idéias revolucionárias que podem disseminar na massa trabalhadora negra (BACELAR, 1994, p. 29).

Os primeiros japoneses em Pernambuco foram Asanobuske Gemba e seu filho *Matsuichi*. Chegaram a Recife em 1918, naturais de *Kasaoka*, província de *Okayama*. O objetivo deles era trabalhar como mineiros, mas não obtiveram sucesso. Depois foram para a Bolívia, onde alcançaram a Amazônia. De lá seguiram para Belém e voltaram para se estabelecer em Recife (Portal NippoBrasil, 2020).

Na capital pernambucana, os *Gemba* conseguiram um pequeno terreno onde começaram a cultivar verduras. *Heiji Gemba*, outro filho de *Asanosuke*, conseguiu estabelecer uma sorveteria na década de 30, na mesma época em que apareceram outros japoneses que se radicaram em Recife (Portal NippoBrasil, 2020).

Uma das colônias de maior sucesso em Pernambuco foi a Colônia Rio Bonito. Os pioneiros foram os senhores *Kameoka* e *Tanabe*, em junho de 1958. Ambos vieram da Usina Aliança, próxima à cidade de Recife, e ajudaram a iniciar a construção da colônia, criada pelo Instituto de Imigração e Colonização, que antecedeu o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (Portal NippoBrasil, 2020).

Entre 1953 e 1962, três colônias foram criadas pelo governo brasileiro na Bahia, com o objetivo de povoar e desenvolver áreas improdutivas e praticamente abandonadas. Foram elas, Una, Ituberá e Núcleo Colonial Juscelino Kubistchek, localizado no município de Mata de São João (Portal NippoBrasil, 2020).

Esses grupos destinados à Bahia chegaram inicialmente ao Rio de Janeiro em agosto de 1953, a bordo do navio *Amerika Maru*, permanecendo dois meses na Hospedaria dos Imigrantes, até embarcarem no navio Poconé do Lóide Brasileiro, rumo à cidade de Una. Eram 38 famílias com 235 pessoas. A Colônia do Una fica no município de

Antônio da Barra do Una, em plena área cacauceira, a 527 km de Salvador (Portal NippoBrasil, 2020).

Os japoneses foram transportados à Bahia em navios, com passagens financiadas a longo prazo pelo governo japonês. Em abril de 1966, essa dívida foi cancelada, com o intuito de beneficiar os imigrantes que não haviam saldado todas as parcelas.

Outras comunidades agrícolas de menor porte também se estabeleceram na Bahia. No baixo-sul encontram-se Taperoá e Nilo Peçanha, bem próximos uma da outra, no centro, Jacobina, e no oeste, Barreiras. A Bahia Agro Industrial Ltda. foi criada em 1976, numa sociedade nipo-havaiana. A empresa foi a primeira do Brasil a cultivar noz implantada em 1977 com 20 mudas selecionadas procedentes do Havaí (Portal NippoBrasil, 2020).

Já em Sergipe, a imigração japonesa iniciou-se em 1938, quando a família Arikawa foi convidada pelo governo de Dr Eronildes de Carvalho para trabalhar e morar em São Cristóvão, Sergipe (figura 1).



Figura 1: Família Arikawa, primeira família que chegou em Sergipe.

Em 1988, foi fundada a ANBRASE (Associação nipo-brasileira de Sergipe), e com o advento das comemorações dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil, quando o gerente do Banco América do Sul, Sr Antônio Ricardo Lima e o assistente de gerente Kioshi Hiramatsu, iniciaram contatos com *nikkeis* de Sergipe, iniciando com amigos e demais clientes do Banco (Jornal de Sergipe, 2008).

Foram localizados e contatados, cerca de 60 famílias *nikkeis* e realizado uma festa em comemoração dos 80 anos de imigração, inclusive com a participação de membros da Colônia JK da Mata de São João da Bahia (Jornal de Sergipe, 2008).

Estes foram alguns dos membros da ANBRASE: Presidente Mitsuru Nishikawa, vice presidente Humberto Ktsuyoshi Sugahara, secretário Yoshinori Kakuda, segundo secretário Osvaldo Takeo Taira, tesoureiro Élio Yaguiiu, diretor cultural Edson Reiji Hirose, diretor de esportes Carlos Shinji Taji, diretor de patrimônio Eleonice Piasi Yaguiiu, diretor social Marina Aramaki, conselho fiscal Isao Shinobe, Leopoldo Kazuo Toyama, Rika Kakuda, Jitsuei Tshura, conselho deliberativo Massayuki Ishii, Reinaldo Irikawa, Massahiro Seto Takeguma e Osvaldo Kondo. Comunicação visual, Flávio Minoru Morimitsu (Jornal de Sergipe, 2008).

Durante o período de sua existência, cerca de 80 famílias, quase todas originadas de São Paulo, se reuniam uma vez ao mês no clube da ATPN (Associação dos Técnicos de Petróleo do Nordeste) e juntamente com alunos do *nibongako* (estudo de língua japonesa) festejavam, assistiam palestras, aulas de origami, cantavam e comiam comida típica (Jornal de Sergipe, 2008).

Vários eventos e atividades foram realizados na ANBRASE: campeonatos de pesca, tênis de mesa, piqueniques na praia, noites do *Udon*, noites do *sushi*, *undokai*, visitas a outras associações (colônias), excursões, etc (Jornal de Sergipe, 2008).

O curso do *nibongako* era dividido em módulos e no final do ano, passavam por teste de proficiência, vindo diretamente do Japão. Os *Senseis* se chamavam Edison Hirose, Carlos Shinji Taji, Umberto Sugahara, Elio Yaguiiu. Havia o apoio da JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional) sediada em Brasília, com estagiários vindos do Japão (Jornal de Sergipe, 2008).

O objetivo da ANBRASE era congregar e cultivar a solidariedade entre os nikkeis e familiares do estado de Sergipe e divulgar as tradições japonesas, além de promover e estimular o desenvolvimento esportivo e cultural entre as famílias *nikkeis*, promover intercâmbio com entidades congêneres, visando a consecução de objetivos comuns. Foi reconhecida como de utilidade pública pela Câmara de Deputados de Sergipe (Jornal de Sergipe, 2008).

Em meados de 2010 um dos diretores se ausentou de Sergipe e foi encerrada a ANBRASE. Em 2019 iniciou-se o grupo ORIENTE-SE (figura 2), após meu encontro em evento promovido por Lika Kawano (figura 3), na época, presidente da ANISA (Associação nippo-brasileira de Salvador). Com o estímulo e orientações de Lika Kawano, o grupo ORIENTE-SE foi formado por *nikkeis* e não *nikkeis* que residem no estado de Sergipe. Já foram realizados vários encontros presenciais em minha residência e na residência da família Ishii que participa do grupo. Os encontros aconteciam mensalmente, onde fazíamos origami, aprendíamos sobre a



Figura 2: 1º encontro do grupo ORIENTE-SE (18 agosto de 2019) em minha residência. Da direita para esquerda: Yumi, Simone (eu), Takayuki, Iolanda, Terezinha, Jairo, Eduardo, Taji, Elza, Zelia, Sayuri.

culinária japonesa, praticávamos atividades físicas como *tai chi chuan* e *radio taiso*, além de várias outras atividades culturais. Porém, com o advento da pandemia causada pela COVID-19, os encontros foram realizados de maneira virtual, sendo reestabelecidos aos poucos atualmente, em 2022.

### 3. PARTE II: PERSONAGENS E PRESERVAÇÃO DAS HISTÓRIAS DA COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA NO NORDESTE QUE OS LIVROS NÃO REGISTRAM

Aqui serão descritos alguns dos personagens importantes para a história da comunidade nipo-brasileira no Nordeste não descritas nos livros.

#### 3.1 Lika Kawano: Salvador, Bahia, Brasil

A primeira personagem a ser descrita, se chama Lika Kawano (figura 3), 51 anos, nasceu em Londrina-Paraná, mora há 15 anos em Salvador-Bahia. Sua história em relação a cultura japonesa, é antiga. Teve início desde o nascimento, em uma família de hábitos tradicionais. Seus avós vieram de Hiroshima e seus pais nasceram no Brasil. Se reuniam na casa da *batian* (avó) onde ensaiavam para participar de karaokê.



Figura 3: Lika Kawano.

Aos 8 anos começou a fazer *nibongako*, seus pais estavam sempre envolvidos na associação japonesa em Londrina e isso motivou Lika a entrar na escola de karaokê, participou de concursos junto ao grupo *Nikkei* em Londrina, conquistando terceiro ou quarto lugar nos concursos. Começou a dar aula de karaokê e participou da organização de eventos, como o Londrina *Matsuri* e outros concursos de karaokê.

Em 2007 mudou-se para Salvador-Bahia, que possui comunidade japonesa pequena em relação Londrina, e lá empenhou-se e organizar o festival da cultura japonesa. Foi secretária da Associação e da Federação nipo de Salvador, sendo presidente da ANISA

(Associação Nipo-brasileira de Salvador) em 2 gestões (2018 a 2020). Atualmente, em 2022, está na presidência da Federação Cultural nipo brasileira da Bahia, trabalhando em prol dos descendentes japoneses.

Desde que entrou na ANISA em 2007, auxiliou na organização do Festival do centenário da imigração japonesa no Brasil, participou de vários eventos, inclusive um Festival com participação de 50.000 pessoas, que desde 2008 vem crescendo e já está no calendário de eventos culturais da cidade de Salvador. Internamente há várias atividades: *undokai*, karaokê, campeonato de pesca, de baralho dentre outros. Todo mês há eventos para os associados.

Quando assumiu a presidência da ANISA, fez eventos para vários departamentos (*funjinkai*, *undokai*, *senenkai*, esportes, sociais). “Foi bastante intenso, pois todo fim de semana havia atividades, o que possibilitou conexão entre as pessoas e preservar a cultura japonesa em Salvador. A comunidade japonesa soteropolitana é pequena, por isso há necessidade de se fazer e divulgar nossa cultura. Não é fácil, mas o espírito do ganbatte está muito forte em mim”- relata Lika Kawano.

“Precisamos nos unir e continuar fazendo nossas atividades, vamos trabalhar bastante e não vamos parar. Percebo que os baianos admiram demais a cultura japonesa, e quando realizamos os festivais, vemos nos olhos das pessoas, que eles gostam muito, admiram e por isso não podemos parar. Os baianos abraçam os eventos, tem sede de conhecer mais nossa cultura, o que me motiva e me dá força pra continuar”- relata Lika Kawano.

### 3.2 Edgar Koji Karasawa: Aracaju, Sergipe, Brasil.

Outro personagem não descrito nos livros, se chama Edgar Koji Souza Alves Karasawa (figura 4), 42 anos, natural de São Paulo, SP, residente em Aracaju, Sergipe.



Figura 4: Edgar Koji Karasawa.

É filho de Roberto Koiti Karasawa e Mitsue Baba Karasawa, possui um irmão mais velho, Fabrício Kazuo Karasawa Beleze que é casado com Daniela Beleze Karasawa, e um sobrinho Felipe Hajime Beleze Karasawa. É casado com Elaine Maria Souza Alves Karasawa, natural de Sergipe.

Seu envolvimento com a cultura e a comunidade japonesa começou com seus avós. Não sendo fluentes

em português, passaram adiante as bases da cultura japonesa.

Sua família frequentava alguns eventos do clube Cooper Cotia, em São Paulo, que teve a sua fundação dada por imigrantes japoneses. Nesses eventos também tinham contato com a cultura nipo e interagem com a comunidade japonesa, que frequentava o clube.

A motivação de fazer os trabalhos em prol da comunidade japonesa vem da vontade de compartilhar com todas as pessoas que gostam e tem interesse, mas não tiveram a oportunidade de vivenciar a cultura japonesa e deixar como “legado” para meus filhos e netos.

Em Aracaju, tem participado como organizador do Grupo ORIENTE-SE. E dentro desse grupo são realizados eventos para estudar e divulgar a cultura japonesa. Já foram realizados vários eventos presenciais e on-line, devido à pandemia causada pela COVID-19.

“Percebo que a criação de uma associação nipo-brasileira em Aracaju e a realização de eventos abertos à comunidade fortalece nosso grupo e conseguimos cada vez mais manter nossa cultura japonesa sempre presente em nossas vidas” – relata Edgar Koji Karasawa.

### 3.3 Alice Lumi Satomi: João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Alice Lumi Satomi (figura 5), 68 anos, natural de São Paulo – SP, reside em João Pessoa-PB. Começou a aprender *Nihongo* (língua japonesa) aos 5 anos de idade no Colégio São Francisco Xavier, em São Paulo. As aulas eram nos porões, prováveis resquícios da proibição das restrições aos países da tríplice aliança, na Segunda Guerra. Depois que entrou no ensino primário (atual ensino fundamental), se afastou dos estudos da língua japonesa e aos 15 anos se reaproximou das origens.

Na década de 60 começou a aprender piano e na década de 70, começou a apreciar a música japonesa. Em 1999, conheceu a música Okinawana em evento sediado no Brasil. E nos últimos 17 anos, tem realizado pesquisas em etnomusicologia aplicada à cultura japonesa, além de encontros e eventos científicos, afim de estreitar os laços entre Brasil e Japão. Foi presidente da Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET), gestão 2004 a 2006, em João Pessoa.



Figura 5: Alice Lumi Satomi.

Na Paraíba, os estudos sobre o tema da imigração japonesa têm demonstrado que foi bem reduzida e iniciada em 1920, com um único re-imigrante, vindo de São Paulo, Sr. Eiji Kumamoto, o qual se estabeleceu na cidade de Princesa Isabel, zona do sertão paraibano. Em 1938 chegavam a João Pessoa, de forma organizada, os primeiros re-imigrantes japoneses – cinco famílias, 27 pessoas no total - vindos do Pará, especificamente da cidade de Acará, atual Tomé-Açu, distante 400 km da capital Belém. Foram trazidos para desenvolver a agricultura no Estado.

Desde então, várias barreiras foram superadas, e a persistência de um pequeno grupo que tem composto a diretoria, geralmente, descendentes *nisseis* ou *sanseis*, de segunda e terceira gerações. A presença certa dos *isseis*, ou primeira geração de japoneses compõem o núcleo mais estável dos associados.

“Iniciativas como esta, concurso de monografias faz com que mais e mais histórias e culturas sejam preservadas. Destaca a importância de se promover também etnografias em vídeo feitos por pessoal especializado da antropologia visual” - relata Alice.

“Publicar boletins ou revistas sobre aspectos da cultura japonesa é de suma importância, e que tenhamos sempre esse espírito de trabalho em equipe e sigamos “*ganbareando*” para que as gerações futuras se orgulhem de nós, assim como nos orgulhamos dos nossos ancestrais” – relata Alice.

### 3.4 Wanda Mieko Urushima de Azevedo: Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

Wanda Mieko Urushima de Azevedo (figura 6), 66 anos de idade, nasceu em São Paulo – SP, mora em Natal - RN desde 1984. Seu pai, issei, veio em 1986 de Kagoshima para o Brasil. Frequentou *nibongako* quando criança, onde aprendeu a escrita, leitura, desenho, danças, esportes, participou de *undokai* e até da banda da fanfarra. No *nibongako*, entrava sem sapatos, fazia limpeza da escola e banheiro, como é feito no Japão. Tinha apenas uma professora e 20 a 25 alunos, em vários níveis de *nibongo*. “Enquanto passava prova para um aluno, passava leitura para outro, era impressionante, pois era tudo simultâneo”- relata. Pensava que era normal, ter uma sensei para vários estudantes em níveis diferente, mas não era... era inusitado...



Figura 6: Wanda M. U. de Azevedo.

Praticava atletismo, competia com outras escolas japonesas, utilizava várias pistas de atletismo em São Paulo.

Em 1967 foi fundado a Associação Desportiva da Saúde, em São Paulo e lembra-se da construção do *kaikan* (associação) que foi transferido para lá. Tinha culinária

ria, tênis de mesa, karate, judô, além dos eventos que faziam. Na adolescência os *seinenkais* faziam bailes, adultos faziam a festa da cerveja. O *Kaikan* está atualmente no bairro da saúde, também em São Paulo.

Em 1984 veio para Natal, após ter casado com seu marido. “Não tinha muito *nibonjin*, as pessoas ficavam olhando, curiosos”- relata. Em 1956 vieram 10 famílias em Pium-RN, para trabalhar na agricultura, abastecendo o estado com verduras e frutas. Assim, conheceu Milton Aoki através de sua cunhada e foram organizando listas com nomes e telefones de *nikkeis* que encontravam pela cidade. Foram fazendo cadastros, fizeram assembleias e organizaram a associação.

Em 1996 fundaram a Associação Cultural Nipo-brasileira do RN, fizeram um grande festival nos 100 anos da imigração. Foi um festival onde muitas pessoas participaram, depois ficaram um tempo parados. Em 2014 vieram jogadores na Copa, organizaram viagens de torcedores, com interpretes, receberam familiares dos jogadores e culminou na vinda da princesa Takamado do Japão. Depois pararam as atividades e muitos *otakos* perguntavam quando voltariam. Naquela época haviam vários eventos com *animes* e *mangas*, com bandas de JPOP.

Com a pandemia, foi interessante o contato de Lika Kawano, de Salvador onde foi possível mostrar para o Brasil que o nordeste também tem descendentes de japoneses. Começaram a participar dos eventos online, e reativaram a Associação conseguindo regularizar o CNPJ e hoje estão em fase de organização da Associação. Pretende-se convidar jovens, *taikos* de uma família de Mossoró, *otakos*, criar *seinenkai* com dança, *funjinkai* para gastronomia, utilizando a Lei de incentivo à cultura para angariar recursos. Não possuem sede, organizam tudo na casa do ex-presidente Sr Milton Aoki, onde tem se reunido.

Há também um time de beisebol, há 10 anos, Natal Solaris, com um campo oficial na base da aeronáutica, onde já participaram de várias competições.

“Queremos incentivar e mostrar a cultura através do esporte, eventos para a população de Natal e Brasil. Eu acho que eu tenho a obrigação de manter essa tradição, até perante meus ancestrais. Meu pai sempre ajudou nas associações, então eu devo repassar isso para as gerações futuras, netos, filhos, todos que tenham interesse, devemos estar aqui para repassar” – relata Wanda.

### 3.5 Igor Gomes Figueiredo: Fortaleza, Ceará, Brasil.

Igor Gomes Figueiredo (figura 7), 28 anos, nasceu em Fortaleza-Ceará e, apesar de sua

família não ter descendência japonesa, desde a adolescência tem muito interesse pela cultura nipônica.

As animações japonesas foram a porta de entrada para o início dos estudos de língua japonesa. Hoje, seu interesse vai muito além das animações. Descobriu a beleza do idioma, da escrita japonesa, da cultura tradicional (origami, furoshiki, lendas e contos etc.) e tudo isso o motivou a se tornar professor de japonês.

Começou observando, como monitor, as aulas dos professores veteranos do curso onde estudava. Também ajudava os alunos com as dúvidas e as diversas experiências e práticas que teve nesse período e ajudaram a moldar o profissional que é hoje. Atualmente está no último ano da graduação de Letras - Português e Japonês e pôde, durante a graduação, refinar ainda mais algumas práticas e reflexões a respeito do ensino de língua estrangeira.

“Fortaleza é uma cidade com poucos nativos japoneses. Pelo que observo dos meus alunos, a maioria dos estudantes interessados em aprender o idioma japonês aqui em Fortaleza é de brasileiros sem descendência, geralmente motivados pelas animações como eu, mas é possível encontrar também estudantes com interesse em estudar ou trabalhar no Japão” – relata Igor Figueiredo.



Figura 7: Igor G. Figueiredo.

Fortaleza tem um dos maiores eventos de cultura pop do Norte-Nordeste que começou focando na cultura japonesa, mas atualmente o evento traz elementos de diversos países. Não é mais um evento puramente de cultura japonesa. Eventos centrados na cultura japonesa ainda são bem escassos na cidade. Por isso, tem se esforçado continuamente para realizar eventos e atividades relevantes com a cultura japonesa em foco.

Excluindo os anos de 2020 e 2021, devido a pandemia de COVID-19, era costume seu e dos demais professores do curso de japonês onde ensina fazer concursos de karaokê em língua japonesa; oferecer oficinas de artes tradicionais como *origami*, *bom odori*, *taikô*, entre outras; fazer eventos com vendas de comidas; realizar mostras de filmes japoneses com debates etc. Os eventos sempre foram abertos para a comunidade. Nunca foi preciso ser aluno do curso para participar das nossas atividades culturais. Além disso, sempre incentivou seus alunos a trazerem os amigos para os eventos e apresentá-los um pouco da “cultura japonesa que não se vê nas animações”.

Mesmo se tratando de eventos pequenos, é considerável a participação da comunidade de Fortaleza que sempre vem participar. “Espero que possamos muito em breve voltar com nossos eventos presenciais e continuar apresentando para a população o vasto universo que é a cultura japonesa” – relata Igor Figueiredo.

Em Fortaleza existe o Jardim Japonês, um ponto turístico localizado na praia da Beira-mar. Atualmente o Jardim Japonês não se encontra em um estado de conservação muito bom devido a provável falta de manutenção. Acredita que a manutenção, preservação e realização de eventos pertinentes neste ponto turístico seria um bom ponto de partida para preservação das histórias e culturas japonesas na cidade. Entretanto, pensa que talvez outras ações possam ser tomadas junto ao Governo/Ministério da Cultura.

### 3.6 Antônio Carlos Largura Filho: Fortaleza, Ceará, Brasil.

Antônio Carlos Largura Filho (figura 8), 48 anos, natural de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, residente em Fortaleza-Ce. Nasceu em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Por ser filho de militar, morou em várias cidades, sempre acompanhando a família, por causa das transferências de seu pai, em função de seu trabalho.

Depois de Mato Grosso, com dois anos de idade, foram morar em Campinas/SP, onde ficaram até completar 4 anos de idade, quando então foram morar no Rio de Janeiro. Na cidade do Rio ficaram por mais de 10 anos, pois as transferências de seu pai foram todas internas e as mudanças, assim, foram apenas de bairros naquela cidade. Com 15 anos de idade foi morar na cidade de Belém, no Pará (mais uma transferência de meu pai).

Nessa cidade teve contato com a cultura japonesa. O Pará é um estado com uma grande colônia japonesa e no município de Ananindeua começou a frequentar uma das colônias, por influência de muitos amigos descendentes de japoneses que costumavam passar o domingo por lá. Assim, passou a conhecer e encantar-se com a cultura japonesa. Até então, pouco conhecia sobre essa cultura.

Sua descendência é italiana, inclusive, como neto de italianos, possui a cidadania italiana. Cresceu passando férias na casa de seus avós, em uma colônia italiana. Em Ananindeua, um dos diretores da colônia, ao perceber que um número considerado de não descendentes japoneses frequentavam aquele lugar, resolveu abrir uma tur-



Figura 8: Antônio C. L. Filho.

ma de língua japonesa para esse público, em uma escola de língua que funcionava ali na colônia.

Foi então um dos alunos dessa turma e desde de então não parou de estudar a língua japonesa. “Fiquei apaixonado” – relata Antônio Largura. Passado um ano e meio estudando japonês em Ananindeua, seu pai foi novamente transferido e foi morar em Brasília, capital do país. Lá soube da existência da *Nibongomoderuko* (Escola modelo de língua japonesa), onde não demorou conhecê-la e logo matriculou-se em uma turma para continuar meus estudos. Nessa escola concluiu o nível intermediário nos estudos de língua japonesa, quando seu pai foi transferido, novamente, para a cidade de Fortaleza-Ce.

Nesta nova cidade não existia um número representativo de descendentes japoneses e a colônia era bem pequena e sem curso de língua. Após um ano morando em Fortaleza, soube que existia na Universidade Estadual do Ceará, no Centro de Humanidades, um curso de japonês. Correu para lá, onde encontrou e conheceu a professora Laura Tey Iwakami. Laura é professora da Universidade e era a única professora do curso de extensão de língua japonesa, que naquela época contava com três turmas de níveis básicos.

Não queria perder contato com a língua japonesa e pediu para ser aluno ouvinte numa das turmas. Como já conhecia o conteúdo dos níveis daquelas turmas e a professora Laura estava sozinha, passou a ajudá-la, como um monitor das turmas. No mesmo ano, iniciou o curso de letras naquela universidade. No ano seguinte, a professora Laura, por problemas de saúde e, posteriormente, precisando ir cursar o doutorado, teve que se afastar da regência das turmas de japonês, as quais seriam encerradas. Porém, não queria que as turmas fechassem e assim, professora Laura, Antônio e os alunos, decidiram que Antônio assumiria as turmas até o retorno da professora Laura.

Assim, iniciou a prática como professor de língua japonesa, atividade que nunca mais conseguiu parar. Desde então, fez treinamentos para regência para ensino de língua japonesa, com o apoio e patrocínio da Fundação Japão e apoio do Consulado do Japão. Fez mestrado em linguística aplicada com pesquisa sobre ensino o aprendizado do *Kanji* (tipo de letra japonesa), tendo como objeto de estudo os alunos do curso de língua japonesa da Universidade Estadual do Ceará.

Durante o mestrado, teve a oportunidade de participar de uma bolsa da Fundação Japão e ir ao Japão para aperfeiçoamento da língua e de sua pesquisa. Durante os mais de 25 anos de existência do curso de japonês na UECE, foram realizados pelos alunos do curso para a comunidade cearense, vários eventos de divulgação da cultura japonesa, como undokai, feiras, apresentação de *taiko*, danças, músicas, karaoke. O

Curso de japonês cresceu, contando hoje com quase 100 alunos, tendo muitos sido formados e hoje sendo professores de japonês e alguns morando no Japão. Importante registrar que a maioria desses alunos são não descendentes de japoneses, pois a colônia em Fortaleza é bem pequena. Dessa trajetória formaram uma associação – Associação Cearense de Cultura e Língua Japonesa (ACLJ) com o objetivo de divulgar a cultura japonesa no Ceará e promover o ensino da Língua.

“Acredito que uma grande ação seria conseguir uma sede para funcionamento da Associação e, assim, no espaço, poder reunir a comunidade japonesa, mesmo que pequena, e os não descendentes e juntos divulgar da cultura e arte japonesa aqui no estado do Ceará e promover uma interculturalidade entre essa cultura e a cultura regional cearense. Junto a isso, poder ter nesse espaço a escola de língua japonesa, tendo em vista que o ensino da língua japonesa é forte em nossa região, principalmente considerando a característica de alunos e professores, na sua maioria não descendentes, onde todos possuem um nível de excelência no conhecimento da língua japonesa” - relata Antônio Largura.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas contribuições culturais manifestadas pelos personagens descritos permanecerão para sempre, como legado, na dinâmica da formação do povo, estampadas na miscigenação e registradas nos diferenciais dos traços culturais dos lugares por onde os japoneses e brasileiros passam e passaram, fazendo parte do cenário da história das migrações internacionais.

Assim como houve mudanças e adoção dos costumes em geral, ampliação do vocabulário etc., no contato entre os imigrantes japoneses e os brasileiros no Brasil, também no Japão os brasileiros e japoneses elaboram diálogo e negociações culturais por meio das contribuições dadas pelos brasileiros em solo japonês. Essas circunstâncias mostram a importância do conhecimento do outro, do diferencial cultural existente, para a melhor compreensão, respeito sustentável e limites aceitáveis entre ambas as populações.

Percebe-se, portanto, o grande desejo de se manter e adotar estratégias para que a cultura japonesa permaneça imbricado no perfil dos brasileiros. São traços culturais que foram adaptados, assimilados e adotados, não por imposição, mas por meio do diálogo cultural entre as pessoas, de maneira natural e informal, processados nas sociedades endógenas e exógenas.

## 5. REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, M. C. de. A Itália no Nordeste: contribuição italiana no Nordeste do Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1992. BACELAR, J. A. A presença espanhola na Bahia: os galegos no paraíso tropical. Salvador: UFBA, 1992. BACELAR, J. A. Galegos no paraíso tropical. Salvador: Ianamá/CEAO/CED, 1992.
2. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. História da imigração japonesa no Brasil. 2008. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=288309>. Acesso em 20 jul. 2022.
3. CHANG, Ching Chich. The Chinese in Latin America: a preliminary geographical survey with special reference to Cuba and Jamaica. Doctoral Thesis. University of Maryland. 1956.
4. FILHO, Fausto Salvadori. Perfil: Tamura Yukishige. Revista Apartes. jan-fev, 2014.
5. GANDON, T. R. d'A. Portugueses na Bahia na Segunda Metade do Século XIX – Emigração e Comércio. Salvador: UNEB, 2010. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. KLEIN, H. S. Imigração espanhola no Brasil. São Paulo: Ed. Sumaré, 1984.
6. HOSOKAWA, Shuhei; MORI, Koichi; YAMASHITA, Karen Tei. Em busca de casa no exterior:
7. JORNAL DE SERGIPE. 70 anos da Imigração Japonesa em Sergipe (1908-2008). 2008.
8. LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. 2001. Editora UNESP. Edição 1.
9. MAEKAWA, L. Os japoneses na Bahia. Salvador: Santa Helena 1995.
10. MAKINO, Rogério. As relações nipo-brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa. 2010. xv, 197 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
11. MEAGHER, Arnold Joseph. The Introduction of Chinese Laborers to Latin America: the coolie trade, 1847-1874. Tese em História Moderna. University of California, Davis, 1975.

12. MENEZES, A. M. Utopia, imigração e a Colônia de Una, Bahia no contexto histórico. *Textos de História, Brasília*, v. 16, n. 02, p. 35-78, 2006. OLIVEIRA, M. de. *Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914. Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, vol. 22, nº 43, p. 218-237, jan.-jun. 2009.
13. NINOMIYA, Masato. O Centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão. São Paulo: Revista USP, v. 28, dez/jan. 1995/1996. Pp. 245-250.
14. NOGUEIRA, Arlinda Rocha. A imigração japonesa para a lavoura paulista (1908-1922). São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973. p.62.
15. Portal NippoBrasil online. Especial 112 anos Imigração japonesa. 18 de junho de 1908 a 18 de junho de 2020. Disponível em: [https://www.nippo.com.br/4.imigracao\\_japonesa/22.php#:~:text=NippoBrasil%20%2D%20COLONIZA%C3%87%-C3%83O%3A%20Pernambuco%20e%20Bahia&text=Os%20primeiros%20japoneses%20em%20Pernambuco,desembarcado%20no%20Peru%20em%201916](https://www.nippo.com.br/4.imigracao_japonesa/22.php#:~:text=NippoBrasil%20%2D%20COLONIZA%C3%87%-C3%83O%3A%20Pernambuco%20e%20Bahia&text=Os%20primeiros%20japoneses%20em%20Pernambuco,desembarcado%20no%20Peru%20em%201916).
16. RABELO, E. Sobre aspectos socioculturais da comunidade de imigrantes alemães em Salvador. *Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. 28 a 30 de maio de 2008. Salvador: UFBA.
17. SAITO, Hiroshi. O Japonês no Brasil. Estudo de mobilidade e fixação. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Editora "Sociologia e Política", 1961.
18. VERSIANI, Flávio Rabelo. Escravidão suave no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão? *Revista de Economia Política, São Paulo*, v.27, n2, abr/jun. 2007.
19. WATSON, Adam. A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
20. YANAGUIDA, Toshio; ALISAL, Maria Dolores Rodriguez de. *Japoneses en América*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.
21. YANAGUIDA, Toshio; Alisal, María Dolores Rodríguez del. *Japoneses en América*. Madrid: Editora MAPFRE, 1992, p. 266.

## 6. APÊNDICE

### Apêndice 1: Entrevista aos personagens nipo-brasileiros.

Nome completo:

Idade:

Cidade/Estado onde mora:

Conte um pouco sobre sua história de vida (cidade onde nasceu, proximidade com a cultura japonesa, o que te motiva para fazer os trabalhos em prol da comunidade japonesa).

Você tem feito ações/atividades para manter a cultura nipo-brasileira presente em sua cidade/estado (descrever ações já realizadas)?

Como gostaria que histórias e culturas japonesa fossem preservadas as em sua cidade/estado?

Poderia enviar uma foto sua?

**\* Monografia classificada em segundo lugar**



**Em busca da “flor de  
ouro”: a comunidade  
japonesa de Taperoá-ba  
(1960-1970)**

Daniela Lumi Nascimento Watanabe<sup>1</sup>

## Sumário

<b>1. Introdução</b> .....	<b>150</b>
<b>2. Cadeias migratórias no baixo sul baiano</b> .....	<b>151</b>
<b>3. Em busca da “flor de ouro”: a comunidade nipônica de taperoá-BA....</b>	<b>155</b>
<b>4. Considerações finais</b> .....	<b>164</b>
<b>5. Referências</b> .....	<b>165</b>
<b>6. Fontes</b> .....	<b>167</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A origem japonesa, legada por minha ascendência paterna, sempre suscitou, no meu convívio, percepções que oscilavam entre a curiosidade e o estranhamento. De imediato, os traços físicos, sobretudo os “olhos puxados”, denunciam minha vinculação a uma ancestralidade asiática – que nem sempre era identificada como japonesa, em função da semelhança com outros povos desse continente. Além disso, a combinação entre prenomes e sobrenomes nipônicos e brasileiros sugeria o pertencimento a duas culturas distintas, separadas por um oceano, mas, aproximadas por mim, por meus pais, por meus avós, bisavós e por tantas outras pessoas que tornaram o Brasil o país com a maior concentração de japoneses fora do Japão. No entanto, ainda causa certo espanto a constatação da presença japonesa no interior baiano, especialmente na região do Baixo Sul. Com frequência, escuto: “Não sabia que havia japoneses em Taperoá!”. Ocasionalmente meus interlocutores mencionam algo sobre as comunidades de Mata de São João, Teixeira de Freitas e, na melhor das hipóteses, já ouviram falar dos japoneses de Ituberá.

Num estudo sobre a distribuição territorial desses orientais no Brasil, Pereira e Oliveira (2008, p. 45-46) verificaram que é no interior onde se encontram estabelecidos “praticamente 2/3 dos últimos remanescentes de japoneses que aqui chegaram ao longo desses 100 anos”. Nas análises da sua pesquisa, a referência à participação desse grupo na Bahia é bastante tangencial, sendo discretamente contemplada nos dados demográficos. De acordo com o Censo de 2000, do total de 684 nipônicos que vivem no estado, 207 residem na capital e 477 em regiões do interior, perfazendo uma participação relativa de 30,3 e 69,7, respectivamente. Mas, onde estão esses japoneses?

---

<sup>1</sup> Graduada em História | Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em História Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (UNEB). Professora SEC-BA| CRP/ME: 000055/BA.

Como parte da história que envolve a presença japonesa no Brasil, sentia a necessidade de compreender por quais circunstâncias da vida, famílias nipônicas de diferentes regiões do país escolheram Taperoá para se estabelecer. As memórias da minha família me diziam muito, mas não o bastante para entender a complexidade desse deslocamento.

Durante o terceiro e último momento do fenômeno imigratório de japoneses para o Brasil, algumas regiões do estado da Bahia tornaram-se alvos de políticas imigrantistas, empreendidas por órgãos oficiais do governo brasileiro e por companhias de imigração nipônicas. Entre os anos de 1953 e 1957 foram implantados núcleos coloniais nos municípios de Una, Ituberá e Mata de São João, agrupamentos que não foram contemplados pelo “balanço de 100 anos” da presença japonesa no Brasil feito por Kodama e Sakurai (op. cit.). Estes, de modo pontual citam a participação dos descendentes nipônicos no desenvolvimento da cultura do mamão papaia no sul da Bahia nos anos de 1970 e, a partir de 1980 na expansão da fruticultura irrigada no semi-árido do Nordeste, na região do Vale do Médio Rio São Francisco. De todo modo, as autoras verificaram que, assim como na segunda fase da imigração (1925-1941), no período posterior ao segundo conflito mundial ocorreu uma “alta mobilidade geográfica” desses orientais no país (KODAMA; SAKURAI, op. cit.).

A formação da comunidade nipônica de Taperoá envolveu uma complexa mobilidade no próprio território brasileiro. Como veremos, os migrantes de origem japonesa que se fixaram no Baixo Sul baiano, a partir da década de 1970, não se deslocaram diretamente do Japão para a Bahia – como ocorrera no caso da colônia JK; eram, em sua maioria, oriundos da colônia instituída em Tomé-Açu, no Pará, onde havia uma grande concentração de populações nipônicas, a maior da região Amazônica naquela época. Diante da crise que dizimou a produção da pimenta-do-reino, muitas famílias que dependiam da referida monocultura, optaram por buscar alternativas em outros espaços, o que caracterizou um processo de deslocamento compulsório, já que foi motivado por essa conjuntura adversa que colocava em risco a própria sobrevivência dos imigrantes.

## 2. CADEIAS MIGRATÓRIAS NO BAIXO SUL BAIANO

De acordo com Maekawa (1995, p. 58), em 1972, aproximadamente vinte e duas famílias, oriundas principalmente de Tomé-Açu, iniciaram a formação da comunidade japonesa em Taperoá, influenciada por imigrantes que já se encontravam instalados e organizados na colônia de Ituberá<sup>2</sup>, cidade vizinha, fato que repercutiu na vida social, cultural e agrícola local. Logo, essa comunidade pode ser considerada como extensão

2 Sobre a formação do Núcleo Colonial de Ituberá consultar a pesquisa de Elivaldo Souza de Jesus: “Os nipo-baianos de Ituberá: trajetórias, memórias e identidades de imigrantes no Baixo-Sul da Bahia (1953-1980)”.

da colônia implantada em Ituberá, correspondendo à definição de “comunidades espontâneas” ou “colônias espontâneas”. Sobre esse aspecto, Maekawa (1995, p.160) nos informa que após a conclusão do período migratório intermediado por instituições públicas na Bahia (1953-1962), foram constituídas algumas “colônias espontâneas”, chamadas também de “comunidades nipônicas”, caracterizadas pela ausência de mediação oficial e pela dedicação às atividades agrícolas. Em relação ao surgimento das colônias japonesas no Brasil, Shimizu (2010, p.160) analisou as especificidades dos diferentes tipos de agrupamentos. Conforme observou a autora, as colônias espontâneas são caracterizadas pelo:

(...) agrupamento espontâneo de um pequeno número de imigrantes num determinado lugar; o critério para formação desse grupo pode variar, como já foi mencionado acima, pelo ano de chegada, lugar de origem, parentesco etc. Com o aumento de imigrantes que se instalam ao redor, forma-se uma concentração de proporções consideráveis, logo se forma uma associação e está caracterizada o aparecimento de uma colônia (...).

No mesmo sentido, Makino (2010, p. 62) destaca que a imigração espontânea ocorre através da iniciativa e às expensas do próprio do migrante, sem patrocínio ou mediação governamental ou por financiamentos privados, e observa que esse fenômeno “É quase completamente eclipsado pela questão das subvenções estatais”<sup>3</sup>. Assim, com recursos próprios entre os anos de 1974 e 1976, outras famílias japonesas, procedentes tanto do Pará quanto de outras regiões do país também se estabeleceram na comunidade nipônica de Taperoá, a exemplo da família Oka, que chegou a esse município no ano de 1976<sup>4</sup>.

Acerca dos deslocamentos que envolveram a formação da comunidade japonesa de Taperoá, é importante atentar para os processos complexos que alicerçaram essa mobilidade, no sentido de entender o fenômeno migratório, para além do esquema simplista causa-efeito. Nesse sentido, é provocativo o questionamento de Sylrlea Pereira (2008):

[...] o que leva indivíduos em determinados momentos de suas vidas a abandonar o local onde nasceram, a se afastar de seus familiares e amigos, rompendo o círculo de proteção, de segurança e amparo criado pelas relações sociais mais próximas?

3 O mesmo autor pontua que a Argentina é o país que dentro do processo da imigração japonesa, está próximo do “tipo-ideal espontâneo”, uma vez que, “o governo argentino nunca subsidiou a imigração japonesa e o governo japonês, à exceção de um ou outro projeto isolado, também não a patrocinou, mas ela ocorreu de forma espontânea” (MAKINO, 2010, p. 63).

4 Sobre a presença japonesa no município de Taperoá consultar: WATANABE, Daniela Lumi Nascimento. “Em busca da flor de ouro”: a comunidade nipônica de Taperoá-Ba.

No sentido de encontrar respostas para tais questões, a autora esclarece que por décadas os estudos migratórios estiveram orientados pelo modelo *push-pull*, a partir do qual os deslocamentos eram analisados levando-se em conta fatores determinantes em relação à saída e à fixação dos indivíduos nos seus locais de destino. Nesse modelo eram considerados como motivos expulsivos: situação econômica dos imigrantes, perseguições de origem política, religiosa ou étnica. Os fatores de atração, por sua vez, corresponderiam às políticas públicas e a viabilidade de inclusão dos migrantes na sociedade receptora (KLEIN, 2000; ROMANO, 1992, TRENTO, 1989 *apud* PEREIRA, 2008). Contudo, entre as décadas de 1970 e 1980, no bojo das mudanças empreendidas pelo movimento da Nova História, que propunha novas abordagens para o fazer historiográfico, as pesquisas sobre processos migratórios passaram a ser revisitadas em função das discussões que se opunham aos paradigmas estruturalistas. Em decorrência de tais debates, o modelo *push-pull* passou a ser questionado, devido, especialmente, à flexibilização da historiografia ao diálogo com outras áreas do conhecimento, de modo que os esquemas explicativos macro-sociais, influenciados pela história econômica, sofreram a oposição de novas abordagens de caráter político-social (PEREIRA, 2008, p. 28).

Dessa forma, a mobilidade que caracterizou a constituição da comunidade nipônica de Taperoá corresponde a um processo que supera as noções simplistas de deslocamentos migratórios, se adequando, de outro modo, a uma perspectiva que envolve contatos e interações sociais. Como nos alerta Matos (2013, p. 08), é importante evidenciar:

[...] a necessidade de que os deslocamentos sejam analisados para além dos condicionamentos demográfico-econômico-sociais e do paradigma mecanicista da miserabilidade – assim, não podem ser vistos apenas como resposta às condições excepcionais, fruto das pressões do crescimento da população (modelo malthusiano) ou de mecanismos impessoais do *push-pull* dos mercados internacionais.

Para as famílias que deixaram seus núcleos coloniais para se estabelecerem em Taperoá, onde não houve um projeto sistemático de colonização, o principal atrativo teria sido o potencial agrícola do Baixo Sul, que possibilitaria a elevação do padrão econômico dos migrantes. Nesse sentido, a influência do núcleo colonial de Ituberá não pode ser desconsiderada, tendo em vista que japoneses procedentes de outras colônias estabeleceram contato com outros daquele núcleo, antes de se fixarem em Taperoá. As relações que envolvem essa troca de informações atribuem ao deslocamento de japoneses dentro do território brasileiro, um caráter ainda mais complexo, que foge aos paradigmas mais tradicionais de compreensão. Nesse caso, a noção de cadeia migratória propõe uma análise mais coerente para essas mobilidades, posto que:

Se revelou especialmente adequada para a compreensão dos complexos processos micro-sociais relacionados às migrações internacionais, e também se constitui em um instrumento relevante para a análise explicativa das estratégias formuladas pelos migrantes (PEREIRA, 2008, P. 30-31).

Ao discorrer sobre as tipologias migratórias, Truzzi (2008, p.200) faz menção à classificação elaborada por Tilly (1978 apud TRUZZI, op. cit.), cujas categorias, ainda que apresentem certas ambiguidades, são importantes para entender a complexidade dos processos migratórios. Nesse sentido, é apropriado pensarmos no deslocamento de japoneses/as do estado do Pará para o Baixo Sul baiano dentro da categoria de migração em cadeia, à medida em que esses migrantes foram influenciados por amigos que já haviam se estabelecido nessa região. No bojo dessas relações, a informação constitui um elemento importante para que o deslocamento aconteça, e ela circula sempre em rede, ou seja, através de vínculos interpessoais entre migrantes, migrantes anteriores, não-migrantes que podem fazer parte do próprio universo familiar, do círculo de amizades ou estão conectados por laços de conterraneidade. A partir desse pressuposto,

[...] o emprego dos termos cadeias e redes, em suas acepções mais restritas ou abrangentes, procura sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam.

É curioso notar como as informações sobre o progresso agrícola do Baixo Sul da Bahia, sobretudo em relação ao cravo-da-índia, repercutiram em diferentes regiões do próprio estado e do Brasil. É recorrente nas memórias desses migrantes que “se ouvia falar” na alta lucratividade da produção do cravo-da-índia em Taperoá e região, mas, não sabemos se essa informação circulou somente no “boca-a-boca” ou se houve iniciativas sistemáticas nesse sentido. De qualquer forma, mesmo com alcance local/regional, algumas publicações deram visibilidade à a diversificação dos cultivos no Baixo Sul.

Em 1977, o periódico *O Manacá*, do município de Valença-Ba, em sua publicação de nº 63, iniciou uma série de matérias com o objetivo de “dar conhecimento ao povo dos nossos Agricultores”, sobre “suas plantações e aspirações, dos seus problemas, enfim tudo sobre Pimenta do Reino (Pimenta Negra), Cravo da Índia, Cacau, Guaraná, Côco, Dendê, Piaçaba etc..”. Na primeira página trazia o “Sítio Bahia”, de um comerciante e agricultor, “uma verdadeira maravilha”, onde vicejavam:

20.000 Pimenteirias, entre a idade de 1 a 4 anos, que este ano produziu mais de 12 toneladas. Cravo da Índia, 2.400 pés já iniciando sua produção, vale salientar que os craveiros são da idade de 1 aos 10 anos, conforme nos adiantou seu

proprietário; já foram apurados cerca de mil kilos este ano. Uma bonita área de Guaraná com cerca de 1.400 pée [sic]. Além destas principais culturas, existem 1.2000 laranjeiras, uma grande área de Côco, não deixando de existir uma variedade de frutas tropicais. (O MANACÁ, p. 01, 17 de dezembro de 1977).

A matéria destaca a organização do “Sítio da Bahia”, com instalações adequadas à atividade agrícola e seus modernos instrumentos e maquinários. Porém, é sobretudo a característica policultora que atribui ao referido espaço um perfil moderno, promissor; onde se sobressai a produção piperácea (20.000 pés) e a relativa precocidade de adaptação dessa planta na região. De qualquer forma, o panorama agrícola do Baixo Sul já se tornara mais mesclado com as matizes da pimenta negra, do cravo e do guaraná. Em “Cidades do Cacau” (CEPLAC, 1980, p. 20), a Ceplac<sup>5</sup> apresentou dados sobre as 558 empresas agrícolas da região cacauzeira que contavam com sua assistência técnica, através de diversos programas. Apesar da abrangência dessa divisão regional, tais informações sugerem, de modo generalizado, que a produção agrícola do Baixo Sul, nos idos de 1980, já incluía outras culturas:

#### PRODUÇÃO AGRÍCOLA BAIXO SUL (ANOS 80)

PROGRAMAS	Nº DE EMPRESAS	ÁREA SA-FREIRA	ÁREA EM DESENVOLVIMENTO	PRODUÇÃO
<b>DENDÊ</b>	19	1.099 HA	1.55 HÁ	4.715 TON.
<b>CACAU</b>	360	722 HA	1.430 HÁ	25.000 ARR.
<b>PIMENTA-DO-REINO</b>	79	294 HA	67 HÁ	675.600 KG
<b>COCO-DA-BAHIA</b>	15	981 HA	493 HÁ	5.076.675 UNID.
<b>CRAVO-DA-ÍNDIA</b>	75	200 HA	450 HÁ	60.460 KG
<b>GUARANÁ</b>	10	33 HÁ	--	10.000KG

### 3. EM BUSCA DA “FLOR DE OURO”: A COMUNIDADE JAPONESA DE TAPEROÁ-BA

“[...] Parti para viagem de 10.000 km em busca da flor do cravo-da-índia” [...]”<sup>6</sup>.

5 A Comissão Executiva do Plano na Lavoura Cacauzeira – CEPLAC, enquanto instituição de orientação técnica do setor agrícola da região, estabeleceu relações muito próximas com os agricultores japoneses que se fixaram em Taperoá, a partir de trocas de experiências agrícolas. Além de prestar assistência individual, a CEPLAC acompanhava alguns trabalhos desenvolvidos pelos japoneses e socializava os resultados com os agricultores locais.

6 AMANO, Mutsumaru. Diário da Família Amano. Pág. 02.

Em junho de 2008, a Secretaria de Educação e Cultura de Taperoá-Ba convidou a comunidade nipônica do município, bem como estudantes, professores, servidores públicos e a sociedade em geral para celebrar os cem anos da presença japonesa no Brasil. No evento, autoridades públicas locais fizeram referência às contribuições dessa comunidade para a região, que, sob a liderança do Sr. Mutsumaru Amano, exerceu influência significativa na agricultura da região. A faixa em homenagem póstuma ao Sr. Amano, fixada nos portões da prefeitura, expressava o reconhecimento do seu pioneirismo no processo de deslocamento de nipônicos para Taperoá. Alguns representantes das famílias japonesas registraram seus agradecimentos pelas manifestações de carinho e respeito e as homenagens seguiram com a entoação

do hino japonês pelo Sr. Kasaburo Kimura. Finalizando, o momento simbólico, com o auxílio do Sr. Tadao<sup>7</sup> Amano, de uma descendente da comunidade nipônica e de um funcionário da Comissão Executiva do Plano na Lavoura Cacaueira (CEPLAC)<sup>8</sup>, foram hasteadas as bandeiras do Japão, do Brasil e de Taperoá, ao som do hino brasileiro.



Foto 1 – Hasteamento das bandeiras do Japão, do Brasil e da Bahia (Acervo pessoal da autora).

Autora: Daniela Lumi Nascimento Watanabe. Junho de 2008.

O evento acima descrito alude à representatividade da comunidade de origem japonesa estabelecida no município de Taperoá, desde os idos de 1970. A referência à importância da família do Sr. Amano para a formação da comunidade japonesa de Taperoá está relacionada ao fato de ter sido ele o líder de um dos primeiros grupos de orientais que se deslocou nos anos de 1970 de Tomé-Açu, no Pará, e se fixou no município. Assim como grande parte da comunidade japonesa de Tomé-Açu, o Sr. Mutsumaru e a Sr<sup>a</sup>. Kumiko Amano garantiam o sustento dos seus cinco filhos com o cultivo do “ouro negro”<sup>9</sup>. Porém, o colapso da produção piperácea, acentuado em meados da década de

7 Tadao Amano é genro do Sr. Matsumaru Amano. 18 de junho de 2008, Praça da Bandeira de Taperoá-Ba.

8 A Comissão Executiva do Plano na Lavoura Cacaueira – CEPLAC, enquanto instituição de orientação técnica do setor agrícola da região, estabeleceu relações muito próximas com os agricultores japoneses que se fixaram em Taperoá, a partir de trocas de experiências agrícolas. Além de prestar assistência individual, a CEPLAC acompanhava alguns trabalhos desenvolvidos pelos japoneses e socializava os resultados com os agricultores locais.

9 O cultivo da pimenta-do-reino em Tomé-Açu teve início nos anos de 1935, mas, foi na primeira metade da década de 1950 que a produção piperácea viveu sua fase áurea, com a ampliação do mercado interno e externo. Por conta disso, a pimenta-do-reino passou a ser conhecida como “ouro negro” e Tomé-Açu como “Colônia do Ouro Preto”. Apesar das oscilações de preços - em função das demandas do mercado estrangeiro - e da introdução de outras plantas, a produção da pimenta apresentou um crescimento satisfatório até 1969, período em que

1970, comprometeu significativamente a estabilidade da família Amano. Deve-se ressaltar que, com a decadência do cultivo de pimenta-do-reino em Tomé-Açu, ocorreu um grande êxodo de imigrantes para o oeste do Pará, região Bragantina, chegando a formar novos núcleos, a exemplo de São Francisco do Pará, Santa Maria de Belém, Bragança e Capitão Poço. Santarém Altamira também receberam os imigrantes, que novamente tentaram desenvolver o plantio da pimenta negra, sem, no entanto, obter sucesso (NOGUEIRA, op. cit., p.172).

Para amenizar os prejuízos provocados pelas pragas que arruinaram os pimentais, a família Amano procurou outro local onde pudesse desenvolver a produção piperácea longe do *fusarium*, mas, que estivesse localizado nas proximidades de Belém. Nessa época, circulavam na colônia japonesa de Tomé-Açu informações sobre a rentabilidade da produção do cravo da Índia na Bahia. Sobre esse fato, a Sr<sup>a</sup>. Takako Amano<sup>10</sup> recorda que os burburinhos sobre a valorização do produto provocaram grande expectativa, pois falava-se que o preço do cravo era “quarenta vezes maior do que o da pimenta-do-reino”, monocultura que sustentava a referida comunidade nipônica e que, no entanto, apresentava sérios sinais de desgaste. Assim, com recursos próprios, o Sr. Mutsumaru decidiu arriscar-se numa viagem de cerca de 10.000 quilômetros para conhecer as promissoras terras baianas. Os escritos em *kanji*<sup>11</sup> e os registros fotográficos feitos pelo Sr. Amano num pequeno diário apresentam os detalhes dessa ousada iniciativa.

O patriarca iniciou sua saga numa manhã de março de 1970, acompanhado por sua esposa, Kumiko, e pelo amigo Honda *san*. No porto de Tomé-Açu, parentes e amigos foram despedir-se, compartilhando, possivelmente, um sentimento de esperança e expectativa; ou talvez, nem imaginassem a ressonância daquele momento sobre o porvir de suas vidas...



Foto 3—Despedida no Porto de Tomé-Açu-PA.  
Autor: Mutsumaru Amano, março de 1970 (Acervo pessoal da família Amano).

Após a travessia do rio Acará, seguiram viagem rumo ao nordeste do país. Numa *pick-up* C10 modelo 1970, o Sr. Mutsumaru chegou ao Baixo Sul da Bahia, instalando-se, inicialmente, no município de Ituberá, onde já havia sido implantada desde o início dos

Tomé-Açu respondia por 40% da produção brasileira. Na década de 1970, o excesso de chuvas e o surgimento de pragas – especialmente o micróbico *fusarium* - que provocaram o apodrecimento das raízes dos pimentais ocasionaram a contração da produção piperácea. (RELATOS HISTÓRICOS DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TOMÉ-AÇU, 2009, p.30-48).

10 Takako Amano, filha de Matsumaru Amano. Entrevista concedida em 27 de maio de 2011.

11 Um dos três conjuntos de sinais gráficos utilizados na língua japonesa.

anos de 1950, uma colônia japonesa, por iniciativa do governo federal. Em Ituberá, o Sr. Amano teve contato com as experiências dos colonos que já desenvolviam o cultivo da pimenta-do-reino e do cravo-da-índia. Desde os fins dos anos sessenta, esse núcleo colonial começara o cultivo do cravo em escala comercial, pois, até então, o referido produto tinha pouca expressão no mercado.<sup>12</sup> A iniciativa desse empreendimento, considerado o marco de origem do atual modelo de exploração do cravo-da-índia na região, é atribuída ao Sr. Kiyoshi Yogo, um dos pioneiros da colonização japonesa no município, para quem, aliás, o Sr. Amano dedicou a primeira página do seu diário, cujos relatos enfatizam as qualificações e experiências na área agrícola adquiridas pelo Sr. Yogo no Japão e o definem como um “grande homem, pioneiro no plantio de cravo”.<sup>13</sup>

De qualquer modo, alguns trabalhos sobre o Baixo Sul indicam que, no contexto das décadas de 1950 e 1960, ocorreu nessa região uma expansão significativa das atividades agrícolas. Isidoro Semedo (2006, p.53), num trabalho sobre a viabilidade econômica do dendê na agric. ultura familiar do Baixo Sul, observou que, nos anos de 1960, houve uma ampliação das áreas desmatadas da região e a “expansão da fronteira agrícola”. Em relação à Taperoá, n década de 1960 houve a expansão das atividades agrícolas “[...]com a intensificação das culturas de cacau, cravo, guaraná, pimenta-do-reino e cravo-da-índia. Nessa mesma época, registraram-se a implantação da indústria de beneficiamento do dendê Opalma, e a chegada dos imigrantes japoneses.

Após algumas semanas, conhecendo a região e as experiências da colônia de Ituberá, o Sr. Amano retornou para Tomé-Açu, levando suas impressões e as anotações e fotografias do seu diário para amigos e familiares, a fim de seduzi-los a se aventurarem nas terras baianas. Além de enfatizar o caráter exaustivo da viagem, os registros desse documento indicam a preocupação do patriarca em familiarizar seus conterrâneos com os resultados exitosos da produção do cravo-da-índia empreendida pelos agricultores japoneses que, de maneira inovadora, introduziram seu cultivo consorciado com outras produções agrícolas, a exemplo do tomate e da própria pimenta-do-reino. Uma parte significativa dos seus *kanjis* descreveu com riqueza de detalhes as etapas do cultivo dessa promissora planta - espaçamento das lavouras, período de colheitas, volume de produção por árvore, instrumentos de cultivo, cotação, entre outros - e as dificuldades enfrentadas pelos primeiros colonos de Ituberá. Tais informações técnicas, apresentadas numa espécie de passo-a-passo, são reveladoras da crença do Sr. Amano na viabilidade desse.

Assim, o patriarca estava convencido de que encontraria prosperidade no Baixo Sul baiano e que o cravo-da-índia era a principal promessa de progresso, embora seu cultivo em escala comercial ainda fosse incipiente. No entanto, é recorrente nas falas dos japoneses estabelecidos

12 MIYAMOTO, Hernesto H. A Colônia de Ituberá e os imigrantes japoneses. (Material apresentado pelo Sr. Takehiro Miyamoto). Ituberá: Maio de 2009.

13 AMANO, Mutsumaru. Diário da Família Amano. Pág. 01.

em Taperoá que o deslocamento desse grupo para o Baixo Sul da Bahia foi, em grande medida, influenciado pela suposta rentabilidade proporcionada pelo cultivo do cravo. Convém salientar que, em relação ao setor agrícola, nos idos de 1970, vicejavam em Taperoá, basicamente, o cultivo da mandioca e do dendê. Como nos informou um funcionário da CEPLAC: “[...] a maior atividade antes da vinda desses agricultores [japoneses] era basicamente o cultivo da mandioca, em terras já desgastadas...”<sup>14</sup>

Efetivamente, o cravo estava longe de proporcionar uma rentabilidade equivalente à que os nipônicos tiveram com a cultura da pimenta-do-reino no Pará. No entanto, as experiências positivas com o cultivo desse produto na colônia de Ituberá já ensaiavam perspectivas promissoras para o futuro, especialmente após a inserção das lavouras consorciadas. É provável que o Sr. Amano tenha vislumbrado essa possibilidade, uma vez que vários trechos do seu diário evidenciam um sentimento de esperança em relação a esse produto. Takako Amano recorda-se que seu pai sonhava com um futuro no qual, “descansaria embaixo do pé de cravo e ficava abanando assim... (risos) [...], pois o cravo era “tão valioso...”<sup>15</sup> Sobre a longa viagem à Bahia, o patriarca afirmou: “Parti para viagem de 10.000 Km em busca da flor do cravo-da-índia”. E, não por acaso, ele denominou o broto desta planta como “flor de ouro”.<sup>16</sup>

Assim, o entusiasmo do Sr. Mutsumaru acabou por influenciar parentes e amigos que o acompanharam, persuadidos com a possibilidade de melhores dias nos solos baianos. O Sr. Amano fizera outras viagens antes de se estabelecer definitivamente no Baixo Sul baiano, com a intenção de se familiarizar melhor com a região. O patriarca chegou a adquirir um terreno em Ituberá, porém as mudanças na agricultura, ocasionadas após a chegada dos japoneses no núcleo colonial daquele município, despertaram a atenção das autoridades políticas do vizinho Taperoá, que passaram a concentrar esforços no sentido de atrair esses orientais para as terras do município. A partir da intervenção dos nipônicos, pretendia-se promover a dinamização da agricultura local e, para tanto, algumas autoridades políticas foram ao núcleo colonial de Ituberá convidar o sr. Amano para fomentar o desenvolvimento da agricultura de Taperoá.

Acerca desse fato, a Sr<sup>a</sup>. Takako Amano recorda-se que “[os políticos] foram lá pra Ituberá convidar meu pai pra vir pra Taperoá, pra desenvolvimento, né, assim... Aí ele [os políticos] correu aquela estrada de Itiúba e disse que podia escolher aonde quiser o terreno”. O discurso dos representantes políticos acabou por convencer o Sr. Amano, e o povoado da Itiúba foi o espaço onde decidiu instalar-se. Assim, interessados nas experiências dos agricultores japoneses, os políticos locais tentaram criar condições favoráveis para impressioná-los e atraí-los para o município. No entanto, essa mobilização para motivar os japoneses a se fixarem na região e alavancarem a agricultura taperoense não envolvia uma política sistemática de colonização

14 Valdo Luis Coutinho Britto, engenheiro agrônomo, funcionário da Ceplac. Entrevista concedida em 20 de julho de 2011.

15 Takako Amano, filha de Matsumaru Amano. Entrevista concedida em 30 de agosto de 2011.

16 Diário da Família Amano. Pág. 02.

(como ocorrera em Ituberá) e a aquisição dos terrenos era feita com os recursos dos próprios nipônicos, embora representantes da política local se dispusessem a oferecer uma estrutura mínima para o seu estabelecimento. Com relação a esse aspecto, I.M. nos esclareceu que foi criado uma espécie de “[...] incentivo público no sentido de dizer faça que eu garanto. O que é que você vai precisar? Vai precisar de estradas, eu faço. O que é que você vai precisar? A prefeitura dá isso aqui, assim... A gente deu a alavanca... (...)A gente deu o ponto de apoio, ele [os japoneses] tinha a alavanca [...]”.<sup>17</sup>

Desse modo, em novembro de 1971, a família Amano iniciou sua viagem para o Baixo Sul baiano, desta vez, para ficar. Não se tratava mais de percorrer caminhos totalmente desconhecidos, mas o traslado continuava difícil e longo. Os obstáculos enfrentados ainda mantêm suas marcas nas lembranças da filha do patriarca, que na ocasião já tinha dois filhos - um com três anos e outro com nove meses. É em tom de humor que a Sr<sup>a</sup>. Takako nos relata os momentos em que foi necessário interromper a viagem para fazer mamadeiras; dos trechos em que se fez preciso atravessar riachos, por conta da ausência de pontes; ou da farofinha com pirarucu com que se alimentavam no caminho.

Sobre o arrefecimento do cultivo piperáceo em Taperoá, na segunda metade da década de 1970, I.M. recorda-se que o mesmo fora provocado pela “desgraça do fusarion”.<sup>18</sup> As experiências no plantio dessa especiaria no Pará motivaram os japoneses a desenvolverem cultivos intercalados, com vistas à compensação das despesas, na possibilidade de insucesso em algum produto. Dessa maneira, quando as pragas provocaram a decadência da pimenta negra, o cravo-da-índia se tornou a principal fonte de renda da comunidade nipônica. A comercialização desse produto, conforme nos informa o entrevistado, alcançou o mercado internacional, de modo que chegou a ser exportado para os Estados Unidos e para a Europa.

O grupo de nipônicos que se deslocou de Tomé-Açu para Taperoá era constituído, basicamente, por pessoas que possuíam experiência em agricultura, especialmente no cultivo da pimenta-do-reino. Essa característica exerceu influência preponderante na formação da comunidade nipônica de Taperoá, marcada por um perfil essencialmente agrário, que acabou por forjar uma idéia generalizada que associa a presença dos “japoneses” à modernização do setor agrícola na região. As habilidades no cultivo da terra, a introdução de novos equipamentos, de novas sementes e a aplicação de novas técnicas de plantio, bem como a introdução de outras culturas agrícolas são contribuições imputadas aos japoneses e frequentemente mencionadas nos depoimentos dos entrevistados. Em relação ao perfil dos desses nipônicos, I.M. acentua suas habilidades agrícolas, relatando-nos que:

[...] não veio nenhum doutor pra cá, não veio nenhum japonês especializado em nada, não veio nenhum japonês erudito, não veio nenhum japonês formado;

<sup>17</sup> I.M., agricultor, ex-prefeito de Taperoá-Ba. Entrevista citada.

<sup>18</sup> I.M., agricultor, ex-prefeito de Taperoá-Ba. Entrevista citada.

veio japonês agricultor, de parcos conhecimentos, ele conhece agricultura, ele sabe fazer, ele pega a enxada, cava, separa com a mão, aduba e planta. Ele não sabe dizer tecnicamente qual é o percentual, ele já sabe que um punhado tem 200 gramas, ele bota um punhado. Se ele fosse engenheiro, [...] ele ia medir, fazer aquela medidazinha... Então, ele trouxe uma tecnologia sedimentada pelo uso; [...]. Então, não veio nenhum doutor pra cá, mas eles foram tratados aqui como se doutores fossem. Porque eu botei na cabeça do pessoal daqui, meus amigos agricultores, esse pessoal... não vem nenhum doutor aí, doutor com diploma; mas, vem todo mundo doutor em terra, doutor em plantio, doutor em colheita, doutor em produção, doutor em produtividade [...].<sup>19</sup>

Na citação acima, o entrevistado afirma que “não veio nenhum doutor pra cá”, numa referência à ausência de qualificação formal dos nipônicos, embora sejam enaltecidas suas habilidades no trato da terra, baseadas numa “tecnologia sedimentada pelo uso”. Merece atenção ainda, a ressalva de que “eles foram tratados aqui como se doutores fossem”, bastante elucidativa da imagem de progresso atribuída aos agricultores japoneses pela comunidade local. Conforme Leila Maekawa (op. cit., p. 39), as novas práticas aplicadas à agricultura ocasionaram uma espécie de “revolução cultural”, tendo em vista que promoveram mudanças que iam desde os hábitos alimentares até a produção agrícola. Em Taperoá, a fase áurea desse processo, de acordo com I.M.<sup>20</sup>, ocorreu “durante 10 anos mais ou menos, 12 anos [...]; 1974 a 1984”, período em que os japoneses “eram os que comandavam a agricultura do município”, devido, em especial, ao perfil policultor adquirido pelo setor agrícola, de modo que Taperoá passou a ser conhecida como “pólo de pimenta-do-reino, pimenta-jamaica, guaraná, pupunha [...]”. Os exportadores vieram pra aqui... Quer dizer, um tempo áureo de Taperoá, provocado por quem? Por eles”.

Nesse sentido, a diversificação agrícola pode ser considerada um componente representativo da experiência nipônica em Taperoá e os discursos oficiais da época reforçaram essa vinculação entre os agricultores japoneses e a dinamização da agricultura taperoense. Em sessão solene realizada em 1978, que contou com a participação de autoridades ligadas ao poder público local e estadual, bem como de integrantes da comunidade nipônica, a Câmara Municipal de Taperoá convidou o secretário de agricultura do Estado da Bahia para a entrega do título de cidadão taperoense ao Sr. Matsumaru Amano e ao Sr. Yoshi Kenji Nakanishi. Na ocasião:

[O] Sr. Prefeito fez uso da palavra reportando-se desde o início da implantação da Policultura em nosso Município através da Liderança do Sr. Mutsumaru Amano, que com seus familiares e demais famílias japonesas desenvolveram o plantio da Pimenta do Reino, Cravo e guaraná, hoje uma realidade [...]. Convidou o Dr. Manoel Ferreira Maceió, Juiz de Direito des-

19 I.M., agricultor, ex-prefeito de Taperoá-Ba. Entrevista concedida em 04 de junho de 2011.

20 I.M., agricultor, ex-prefeito de Taperoá-Ba. Entrevista citada.

ta Comarca, para fazer entrega ao Sr. (Yoshi) Kenji Nakanishi do Título de Cidadão Taperoense, o que foi feito sob aplausos da assistência.<sup>21</sup>

Reforçando as congratulações, o secretário do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, o sr. Sandoval Alcântara, ressaltou o “Regozijo [sic] por mais um marco de Progresso para Taperoá”. Assim, no que se refere à participação da comunidade japonesa em Taperoá, “progresso” e “policultura” são faces de uma mesma moeda. Além de introduzir na agricultura local o cultivo da pimenta-do-reino, os migrantes nipônicos passaram a consorciar com esse produto outras culturas agrícolas, especialmente o cravo-da-índia, prática até então pouco utilizada pelos agricultores taperoenses. Supõe-se que essa técnica tenha sido aplicada como uma estratégia preventiva/compensatória, ante a possibilidade de fracasso da produção de pimenta, como já acontecera na colônia paraense.

Destarte, o cultivo da pimenta-do-reino, uma novidade para o Baixo Sul, desenvolvido inicialmente pela comunidade japonesa, de modo crescente, conquistou a adesão dos agricultores locais. A fácil adaptação dessa planta ao solo e ao clima da região favoreceu a expansão do seu cultivo. Santos, Olalde e Oliveira (2006, p. 6), em um estudo sobre a diversificação da agriculturafamiliar no Baixo Sul da Bahia, observaram que essa região

[...] acolheu várias famílias imigrantes japonesas que após a segunda guerra mundial vieram para o Brasil estabelecendo-se em diversas regiões, incluindo a Amazônia paraense. Mais tarde um grupo migrou para o Baixo Sul que possuía condições climáticas semelhantes àquela região, especialmente para os municípios de Taperoá e Ituberá.

As autoras destacaram ainda que “Os japoneses exerceram uma forte influência na diversificação agrícola regional e na forma de plantio consorciado ou em sistemas agroflorestais”. Destacamos que a prática da policultura entre os nipônicos, “a verdadeira vocação desses imigrantes”, de acordo com Sakurai (op. cit., p. 127), tem sua origem assentada em experiências adquiridas no Japão, pois, neste país, “estavam habituados a cultivar diversos produtos em suas terras”, assim, “o que era estranho era a monocultura”.

Sobre a diversificação dos cultivos no Baixo Sul, em 1977, o periódico valenciano “O Manacá”, em sua publicação de nº 63, iniciou uma série de matérias com o objetivo de “dar conhecimento ao povo dos nossos Agricultores”, sobre “suas plantações e aspirações, dos seus problemas, enfim tudo sobre Pimenta do Reino (Pimenta Negra), Cravo da Índia, Cacau, Guaraná, Côco, Dendê, Piaçaba etc..”.

A matéria destaca a organização do “Sítio da Bahia”, com instalações adequadas à atividade

21 Ata de Sessão Solene realizada na pela Câmara Municipal de Taperoá, em 31 de janeiro de 1978.

agrícola e seus modernos instrumentos e maquinários. Porém, é sobretudo a característica policultora que atribui ao referido espaço um perfil moderno, promissor; onde se sobressai a produção piperácea (20.000 pés) e a relativa precocidade de adaptação dessa planta na região. De qualquer forma, o panorama agrícola do Baixo Sul já se tornara mais mesclado com as matizes da pimenta negra, do cravo e do guaraná. Em “Cidades do Cacau” (CEPLAC, 1980, p. 20), a Ceplac apresentou dados sobre as 558 empresas agrícolas da região cacauceira que contavam com sua assistência técnica, através de diversos programas. Apesar da abrangência dessa divisão regional, tais informações sugerem, de modo generalizado, que a produção agrícola do Baixo Sul, nos idos de 1980, já incluía outras culturas:

#### PRODUÇÃO AGRÍCOLA BAIXO SUL (ANOS 80)

PROGRAMAS	Nº DE EMPRESAS	ÁREA SA-FREIRA	ÁREA EM DESENVOLVIMENTO	PRODUÇÃO
<b>DENDÊ</b>	19	1.099 HA	1.55 HÁ	4.715 TON.
<b>CACAU</b>	360	722 HA	1.430 HÁ	25.000 ARR.
<b>PIMENTA-DO-REINO</b>	79	294 HA	67 HÁ	675.600 KG
<b>COCO-DA-BAHIA</b>	15	981 HA	493 HÁ	5.076.675 UNID.
<b>CRAVO-DA-ÍNDIA</b>	75	200 HA	450 HÁ	60.460 KG
<b>GUARANÁ</b>	10	33 HÁ	--	10.000KG

O salto qualitativo alcançado pela agricultura taperoense, a partir do cultivo do *ouro negro*, foi difundido e celebrado em eventos de caráter local e regional, a exemplo da 1ª Festa da Pimenta do Reino, realizada em 1976, no município de Valença, cujo mote foi a *Diversificação de Culturas na Babia*. Na ocasião, esteve presente o Sr. Paulo de Tarso Alvim Carneiro, fisiologista reconhecido na Bahia, sobretudo pelas pesquisas na área da cacauicultura e pela importância na elaboração do modelo de organização do desenvolvimento agrícola da CEPLAC. Conforme uma produção biográfica sobre este cientista agrônomo:

Nesse evento sobre o cultivo da pimenta-do-reino, [Paulo Alvim] teve uma visita de campo em fazendas localizadas no Ramal da Itiúba, no município de Taperoá, onde ficava a maior concentração de pimentais do Baixo Sul. Todavia, o ponto alto do encontro foi a conversa entre o Dr. Paulo Alvim e o agricultor Mutsumaru Amano, o patriarca da comunidade japonesa local.<sup>22</sup>

Agricultores e lideranças japonesas, autoridades políticas, cientistas agrônomos, institui-

<sup>22</sup> ÁLVARES-AFONSO, Frederico Monteiro. Paulo Alvim. Mestre e Amigo. CEPLAC. Km 22. Rod. Ilhéus-Itabuna. 2011.p. 160.

ções ligadas à agricultura e a sociedade civil de modo geral, participavam das festas da pimenta. Além de serem espaços de confraternização e de trocas de experiências, esses eventos, recorrentes na região naquele período, simbolizavam o intercâmbio sócio-cultural entre nipônicos e taperoenses, viabilizado especialmente pelo êxito alcançado no setor agrícola. Com relação a essa questão, o sr. Valdo Britto<sup>23</sup> pontua:

(...) eu acho que o relacionamento social, a integração era tão grande entre a comunidade taperoense, os ex-prefeitos taperoenses, com os colonos japoneses, que periodicamente havia essas festas, esses eventos aqui e eram eventos marcantes que a diretoria da Ceplac toda participava [...]. Então esses eventos eram comuns; Essa reciprocidade [...] entre essas duas comunidades com laços culturais distintos, na época e que aos poucos foram se estreitando um pouco, cada um conhecendo...

Contudo, não se sabe até que ponto os discursos das autoridades sobre o “progresso” promovido pela comunidade nipônica - reforçados nesses eventos – estiveram associados a possíveis intenções de projeção política, ou se representavam, efetivamente, a expressividade social adquirida pelos japoneses; é provável que as duas perspectivas estivessem mescladas. Conforme I. M., quando se cogitou a possibilidade de estabelecer os japoneses em Taperoá, alguns agricultores locais manifestaram certa resistência, pois, “[...] os agricultores, muitos diziam: ‘rapaz, botar os japoneses aqui... esse pessoal vai acabar dominando tudo... (...) olha o que está acontecendo em Ituberá...’”.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há quarenta anos teve início a formação da comunidade japonesa de Taperoá, a partir da mobilidade compulsória de famílias oriundas, principalmente do Pará. Assim, eram japoneses, mas, procedentes do Pará e não do Japão. Simples agricultores, em sua maioria, os nipônicos que aí se fixaram levaram suas experiências no trato da terra, sua coragem, uma cultura distinta e, sobretudo, esperança. Levaram também a capacidade de organização, essa marca característica da presença japonesa no Brasil. O estabelecimento desse grupo em Taperoá esteve isento do intermédio oficial, uma vez que não contou com um projeto efetivo de colonização, como ocorrera em Ituberá, no início da década de 1950. Os resultados positivos alcançados pela agricultura daquele município, após a chegada dos japoneses, entusiasmaram alguns políticos locais, que passaram a incentivá-los a se deslocarem para as terras taperoenses.

23 BRITTO, Valdo Luis Coutinho, engenheiro agrônomo, funcionário da Ceplac. Entrevista concedida em 20 de julho de 2011.

De simples agricultores a produtores de desenvolvimento. Nas fontes consultadas, especialmente nos discursos oficiais, verificamos que *progresso* e *policultura* são atributos diretamente associados à comunidade nipônica, uma vez que, as novas técnicas de cultivo e a introdução de novas plantas empreendidas pelos trabalhadores japoneses ocasionaram a dinamização da agricultura, que até então, estava limitada ao cultivo do dendê e da mandioca. As contribuições dos nipônicos para esse setor tiveram repercussão e reconhecimento a nível regional, através de eventos, a exemplo a Festa da Pimenta, que exaltaram a diversificação agrícola empreendida pela comunidade japonesa.

Não obstante a literatura sobre a imigração japonesa no Brasil seja ampla, com ênfase especial para a região Sudeste do país, ainda é bastante incipiente a produção sobre a ocorrência desse fenômeno na Bahia, iniciado na segunda metade do século XX. Com relação ao Baixo Sul, essa constatação é ainda mais expressiva, embora o município de Ituberá, localizado nessa região, tenha sido alvo das políticas de colonização no início da década de 1950. Assim, ao concluir este trabalho, fica a sensação de que há muitas lacunas a serem preenchidas no que se refere à colonização japonesa na Bahia e, de modo particular, às comunidades nipônicas formadas na região do Baixo Sul. Diante disso, resalto alguns aspectos que, a partir das discussões apresentadas nesta pesquisa, poderão ser abordados ou ampliados em estudos posteriores.

## 5. REFERÊNCIAS

ÁLVARES-AFONSO, Frederico Monteiro. Paulo Alvim. Mestre e Amigo. CEPLAC. Km 22. Rod. Ilhéus-Itabuna. 2011.p. 160.

BRASIL, Antônia Eloisa. Organização socioespacial e transformações socioeconômicas no núcleo JK, Mata de São João-Camaçari, Ba. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências. Área de Concentração em Análise do Espaço Geográfico. Salvador-Ba, 2004.

BURMAN, Grazia. Análise comparada dos programas de formação profissional rural no Baixo Sul da Bahia. Dissertação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2007.

CIDADES DO CACAU. Valença. CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Divisão de Comunicação. 1980.

FISCHER, Fernando (Org.). Baixo Sul da Bahia. Uma proposta de desenvolvi-

mento territorial. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007.(Coleção Gestão Social - Série Editorial CIAGS).

KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da Imigração. Um balanço de 100 anos. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (Org.). Resistência e Integração. 100 anos de presença japonesa no Brasil. IBGE: Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

LAMARTINE, Augusto. Porta do Sertão. 2 ed. Salvador: Edições Kouraçá, 1999.

MAEKAWA, Leila. Os japoneses na Bahia.Salvador: Santa Helena, 1995.

PEREIRA, Sylrêa Marques. Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres. Tese. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

NOGUEIRA, Arlindo Rocha. Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil. 1Ed. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. São Paulo: Massao Ohno Editor. 1984.

PIMENTA DO REINO, CRAVO, CACAU E GUARANÁ, SÃO AS PRINCIPAIS CULTURAS DO “SÍTIO DA BAHIA”. O Manacá. Valença-Bahia, Ano 2, n. 63, Dez.1977.

SANTOS, Alexandra Pereira dos. et al. Cultivos promissores para a diversificação da agricultura familiar no Baixo Sul da Bahia. XLIV CONGRESSO DA SOBER. Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.

SEMEDO, Isidoro. O Mercado de Energia Renovável: viabilidade econômica do dendê na agricultura familiar do Baixo Sul – Bahia. Dissertação. Curso de Mestrado em Economia. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2006.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. Revista USP. São Paulo. N. 79, p. 173-182, setembro/novembro de 2008.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. Vol. 20, n. 01. Nov./2008.

WATANABE, Daniela Lumi Nascimento. “Em busca da for de ouro”: A comunidade nipônica de Taperoá-Ba. Monografia. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Santo Antônio de Jesus, 2011.

## 6. FONTES

ATA de Sessão Solene. Câmara Municipal de Taperoá, 31 de janeiro de 1978.

ATA de Sessão Extraordinária. Câmara Municipal de Taperoá, 02 de janeiro de 1978.

DIÁRIO da Família Amano. Viagem de Tomé-Açu-Pa ao Baixo Sul da Bahia. 1970.

LEONE, José. Imigrantes Japoneses. O Alvitre, n. 26, Ano III, 14 de agosto de 1956, Cidade de Nazaré, Bahia, p. 01.

M. I. Entrevista com político influente no contexto das décadas de 1970/1980 de Taperoá-Ba. Taperoá-Ba. Realizada em: 03 jul. 2011.

MIYAMOTO, Hernesto H. A Colônia de Ituberá e os imigrantes japoneses. (Material apresentado pelo Sr. TakehiroMiyamoto). Ituberá: Maio de 2009.

RELATOS HISTÓRICOS DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TOMÉ-AÇU. Livro comemorativo aos 60 anos de Fundação da CAMTA e 78 anos de Cooperativismo na Amazônia. (1931-1935-1949-2009). Belém: Editora Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, 2009.

TOMÉ-AÇU – BEM-VINDO AO BERÇO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA. Tomé-Açu: Associação Cultural de Tomé-Açu – ACTA, 1999.

AMANO, Takako. Entrevista com filha do Sr. Mutsumaru Amano, pioneiro na formação da comunidade nipônica de Taperoá-Ba. Taperoá-Ba. Realizada em: 30 ago. 2011.

BRITTO, Valdo Luis Coutinho. Entrevista com engenheiro agrônomo, funcionário da CEPLAC - Comissão Executiva do Plano na Lavoura Cacaueira. Realizada em 20 jul. 2011.

\* **Monografia classificada em terceiro lugar**





IX

# Guerra de narrativas durante o período da Shindo Renmei

Diego Silva Inamura<sup>1</sup>

## Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>170</b>
<b>2. A questão da Informação na era Vargas e durante a segunda guerra mundial .....</b>	<b>171</b>
<b>3. O surgimento da Shindo Renmei.....</b>	<b>179</b>
<b>4. Considerações finais .....</b>	<b>183</b>
<b>5. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>184</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Após partir do Porto de Kobe no Japão, em 28 de abril de 1908, e percorrer uma viagem de 52 dias, o navio Kasato Maru atracou no porto de Santos no dia 18 de junho trazendo consigo um total de 781 japoneses. De acordo com a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (1992, p. 36) foi nesse momento que a imigração japonesa começou oficialmente no Brasil.

A chegada dos japoneses no Brasil foi extremamente complexa para os imigrantes. Podendo-se até dizer que os japoneses foram lançados à própria sorte dentro do território brasileiro, devido às intensas diferenças linguísticas, gastronômicas e climáticas. Contudo, o grau de dificuldades foi incrementado na Era Vargas (1930-1945) e, posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Levando em consideração a complexidade do Governo de Getúlio Vargas e suas políticas eugênicas e repressivas contra os imigrantes por uma série de decretos-leis que entraram em vigor durante seu governo, analisaremos neste trabalho como essas medidas restritivas à comunidade japonesa contribuíram para que os imigrantes não acreditassem na derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial.

Ademais, é observado como houve a necessidade dos imigrantes japoneses de se organizarem de forma conjunta em território brasileiro contra a censura e repressão que sofriam por parte do Estado. Nesse contexto, houve o surgimento de um grupo ultranacionalista, a *Shindo Renmei* (Liga dos Seguidores do Caminho dos Súditos), a fim de organizar-se instalando um novo órgão para assumir os cuidados da comunidade japonesa no Brasil.

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Para conduzir a pesquisa, utilizaremos o método histórico de análise documental, privilegiando fontes como decretos e leis para amparar a crítica dos processos históricos, especialmente como as políticas repressivas impactaram os imigrantes japoneses, e, também influenciaram no surgimento da *Shindo Renmei*, bem como a questão da informação era completamente restrita durante este período.

Com isso, analisaremos o impacto das políticas repressivas da Era Vargas que afetaram a comunidade japonesa. Abordaremos também o aumento dessas políticas durante o Estado Novo e então, avançaremos para a contextualização da Segunda Guerra Mundial quando o Brasil rompeu suas relações diplomáticas com os países do Eixo, e, logo após esse ato, os súditos japoneses tornaram-se inimigos da pátria.

Por fim, chegaremos às reflexões de como as narrativas da guerra de informação afetaram a comunidade japonesa que vivia no Brasil durante o período da Era Vargas e no fim da Segunda Guerra Mundial. Assim, apresentaremos como o conflito da *Shindo Renmei* entre os patrícios japoneses estavam ligados à repressões e censuras de informação sancionadas na Era Vargas.

Dessa forma, este trabalho divide-se em três pilares principais: a) a Era Vargas, apresentando suas políticas de afinidade eugênica e repressivas contra os imigrantes japoneses; b) a Segunda Guerra Mundial e suas correlações com a intensificação das políticas restritivas contra a comunidade japonesa no Brasil; e, c) o surgimento da *Shindo Renmei* e suas narrativas de guerra.

É de extrema importância ressaltar que este presente trabalho justifica-se na tratativa do tema pela relevância de estudar as narrativas dentro de um grupo de imigrantes japoneses fora de seu país de origem. Assim, buscaremos desmistificar discursos do senso comum de construção do povo japonês na sociedade brasileira, bem como salientar que as falsas informações não fazem parte de uma invenção moderna.

## **2. A QUESTÃO DA INFORMAÇÃO NA ERA VARGAS E DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

A Era Vargas (1930-1945) é um período muito complexo na historiografia, pois Vargas foi considerado um revolucionário, e simultaneamente um presidente eleito de forma indireta e autoritária. Ademais, no ano de 1950, ele foi presidente eleito pelo voto direto, tornando-se umas das personalidades políticas mais complexas da história do Brasil.

De forma muito genérica, pode-se considerar esta ambiguidade como resultante de dois eventos que praticamente coexistiram no Brasil: “o integralismo e a nova política emergente na década de 30” (Trindade, 1980, p. 278). Para Trindade (1980), baseado em Juan Linz<sup>2</sup>, entende que o integralismo foi um movimento nacionalista que respondeu mais a uma crise política e cultural do que uma crise econômica.

Por este motivo, seu início se dá entre alas militares, profissionais liberais e intelectuais da sociedade e em menor grau, pelas forças da pequena burguesia. A liderança política que incorpora o fascismo, por este motivo, é um político de pouca expressão, já inserido no sistema político, mas com ambição de ascensão política (Idem, p. 564). Por outro lado, a nova política emergente configurava-se tanto no plano interno quanto no externo. Segundo Moura:

A política externa que se gerou nesse contexto não se caracterizou pela perfeita continuidade da política anterior, nem uma ruptura maior com ela. Tratava-se muito mais de uma redefinição: limitada pela posição do país diante dos grandes sistemas de poder mas ao mesmo tempo vantajosa pelos ganhos que soube obter no processo (Moura, 1980, p. 576).

A questão da manutenção desta ambiguidade explica a repentina alteração de planos junto à imigração japonesa por parte de Vargas, uma nação amiga e inimiga, ao mesmo tempo. Contudo, esse capítulo não visa analisar os êxitos e problemáticas da Era Vargas, mas sim às políticas de afinidade eugênica de seu governo e repressivas contra os imigrantes japoneses, desde o começo da Revolução de 1930, passando pela sua eleição indireta em 1934 até o Golpe de 1937-1945, no qual instaurou o Estado Novo.

No que diz respeito à Revolução de 1930, de um modo geral, pode-se afirmar que foi uma revolta armada, também denominada pela historiografia como golpe militar. Foi iniciada pelas elites políticas dos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, estimuladas pela queda do preço do café que levou Getúlio Vargas ao poder. A revolução aconteceu em outubro de 1930, quando o presidente da República Velha, Washington Luís, foi deposto e Vargas assumiu o poder, mesmo após perder a eleição presidencial contra Júlio Prestes, que não chegou a assumir a presidência devido ao golpe da revolução.

No início da década de 30 havia um grande número de desempregados no Brasil, tanto devido à Crise de 1929<sup>3</sup> quanto pela queda do preço do café, visto que os Estados Uni-

---

2 LINZ, Juan. Some notes to word a comparative study of fascism in sociological perspective. In: LAQUEUR, Walter (ed.). Fascism: a reader guide. Berkeley: California University Press, 1976. p. 3-121.

3 A Crise de 1929 ou Grande Depressão foi um colapso do sistema econômico mundial devido à queda do valor das ações da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

dos era um grande comprador de café do Brasil. Com a crise, a exportação do insumo diminuiu e os preços caíram. Nesse sentido, a ascensão do integralismo também surgia à medida que as dificuldades empregatícias no Brasil aumentavam, os imigrantes foram culpabilizados por ocupar vagas de empregos dos brasileiros natos.

Tal fato ficou evidente, pois logo em seguida de sua chegada ao poder em 1930, Vargas estabeleceu o Decreto nº 19.482, de 12 de Dezembro de 1930<sup>4</sup> no qual limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe<sup>5</sup> e dá amparo aos trabalhadores nacionais. Em outras palavras, a entrada de imigrantes era vista como causadora do desemprego e o decreto pretendia proteger o trabalhador brasileiro, visto que o decreto limitava a entrada de estrangeiros de terceira classe pelo prazo de um ano, contando a partir de 1º de janeiro de 1931, e, que todas as empresas, associações, companhias e firmas comerciais deveriam empregar ao menos dois terços de brasileiros natos entre seus empregados.

Mais à frente, a Assembleia Constituinte aprovou a nova Constituição de 1934<sup>6</sup>, substituindo a de 1891, que veio a reforçar essa restrição migratória por meio do artigo 121, parágrafo 6º, no qual regulamentava o limite de entrada anual de dois por cento, por nacionalidade, do número integral dos imigrantes que chegaram ao Brasil nos últimos cinquenta anos.

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos (BRASIL, 1934).

Levando em consideração que a imigração japonesa começou oficialmente em 1908, como vimos no capítulo apresentado anteriormente, o número de japoneses que entraram no Brasil nesses últimos 50 anos, entre 1844 e 1933, era menor, e, também, tardio comparado ao auge de imigração europeia. A imigração italiana, por exemplo, teve seu auge entre 1880 e 1930, já os alemães tiveram o ápice do movimento migratório para o Brasil entre os anos de 1850 e 1890 e os espanhóis entre 1880 e 1914. Dessa forma, fica claro que os maiores prejudicados no Decreto nº 19.482, de 12 de Dezembro de 1930 foram os japoneses.

4 BRASIL, Decreto Nº 19.482, de 12 de Dezembro de 1930: Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/2/1931, Página 1603.

5 Estrangeiros em busca de trabalho e uma melhor condição de vida.

6 BRASIL. Constituição (1934). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm).

O limite seria de 2% do total de imigrantes vindos entre 1883 e 1933, o auge da imigração europeia, devendo-se ressaltar que a imigração japonesa em massa inicia-se tardiamente apenas em 1908. Mesmo outros “indesejáveis” do período como alemães, italianos e judeus não seriam afetados pela adoção das quotas. O número de imigrantes japoneses que chegava à casa de 25 mil em 1933 teria de ser reduzido a 3 mil pessoas por ano a partir de 1934 (MAKINO, 2010, p. 86).

Na Constituição de 1934 o preconceito racial ganhou força e se consolidou por meio de afinidades de políticos eugenistas ligados a Oliveira Vianna (LENHARO 1986, p. 126). Oliveira Vianna, discípulo de Plínio Salgado<sup>7</sup>, foi um historiador e sociólogo defensor da eugenia, além de consultor jurídico do Ministério do Trabalho e ministro do Tribunal de Contas, que publicou um livro intitulado “Raça e Assimilação” no qual alegava que o problema de assimilação do imigrante japonês era a mais difícil de ser resolvida do que qualquer outra raça fixada no Brasil. “O japonês é como o enxofre: insolúvel. É este justamente o ponto mais delicado do seu problema imigratório, aqui como em qualquer outro ponto do globo” (VIANNA, 1934, p. 209).

Usando do conceito de identidade étnica de Cardoso (1995), ela a define como um processo cultural estável e, ao mesmo tempo, dinâmico. Essa estabilidade pode ser entendida como um traço de reconhecimento da cultura do japonês, contudo pode haver um dinamismo que pode alterar esse certo traço. Ou seja, a cultura original do imigrante japonês não vai deixar de existir e a brasileira a substituirá, o que poderá vir a acontecer é que a cultura brasileira serviria como um acréscimo à cultura nipônica. Dessa forma, “[o] processo de integração descreve os caminhos ambíguos pelos quais se constroem as possibilidades de mobilidade ascendente, utilizando a comunidade étnica e a tradição que a unifica” (CARDOSO, 1995, p. 176).

Fica claro então que no Governo de Vargas impunha goela abaixo uma cultura única a ser seguida pelos imigrantes japoneses, algo que não é possível. Não há maneira da cultura original ser esquecida e substituída por uma nova. Então em mais uma tentativa de unificar uma cultura nacional única, em abril de 1938 uma nova lei entrou em vigor, o Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938<sup>8</sup> que veda a estrangeiros a atividade política no Brasil. Neste decreto, os imigrantes eram proibidos de filiar-se a qualquer tipo de atividade política, bem como hastear bandeiras ou qualquer símbolo de partidos políticos estrangeiros.

#### 1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e

7 Plínio Salgado foi fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido nacionalista católico de extrema-direita inspirado nos princípios do movimento fascista italiano.

8 BRASIL, Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938: Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/4/1938, Página 7357.

quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

2 - Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a idéias ou programas de partidos políticos do país de origem.

3 - Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro (BRASIL, 1938).

Um decreto do ano seguinte, o Decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939<sup>9</sup> que dispunha sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros, veio a reforçar medidas ainda mais pesadas no tema de *abrasileiramento* dos imigrantes que residiam em território brasileiro. De acordo com o decreto, fica vedado o uso de línguas estrangeiras em repartições públicas bem como em pregações religiosas.

Art. 15. É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar.

Art. 16. Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional (BRASIL, 1939).

Nesse momento os imigrantes japoneses viviam em um ambiente completamente hostil e a Segunda Guerra ainda nem havia começado. Foi apenas em setembro de 1939 que a Guerra começou, porém o Brasil só saiu da posição de neutralidade e adentrou a guerra em 1942, após o rompimento diplomático com os países do Eixo. É essencial ressaltar que na década de 1940, notadamente durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos abandonaram a Política do Big Stick<sup>10</sup> e passaram a adotar a Política da Boa Vizinhança<sup>11</sup> para com os países da América Latina.

9 BRASIL, Decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939: Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/7/1939, Página 20674.

10 A política do Big Stick é uma referência de como o ex-presidente estadunidense, Theodore Roosevelt, resolvia conflitos diplomáticos. Baseado em um provérbio da África Ocidental: “Speak softly and carry a big stick; you will go far”. Tradução nossa: “Fale calmamente e carregue um porrete; você chegará longe”.

11 A política da Boa Vizinhança foi uma estratégia de política exterior de Franklin D. Roosevelt para mudar a imagem intervencionista dos Estados Unidos nos países da América Latina por meio de uma aproximação diplomática e cultural.

Levando em consideração que o Brasil manteve-se em uma posição neutra até o rompimento diplomático com os países do Eixo em 1942, após o navio brasileiro Taubaté ser torpedeado, no mar Mediterrâneo, por forças alemãs. Neste momento, as relações diplomáticas Brasil-Japão foram cortadas, seus representantes foram enviados de volta para o Japão, e, também a imigração japonesa para o Brasil foi cessada de forma obrigatória. Neste momento estava declarado que os imigrantes japoneses, italianos e alemães são inimigos da pátria brasileira.



IMAGEM 1 - Proibido falar em Italiano, Alemão e Japonês em público  
 Fonte: Arquivo/Câmara Municipal de Caxias do Sul.

No final de janeiro de 1942, a partir da ruptura diplomática com o Japão e os outros países do Eixo, os imigrantes japoneses, bem como os italianos e alemães, já não podiam mais usar seu idioma em público, não podiam mais deslocar-se de uma região a outra sem licença da delegacia de polícia, bem como mudar de residência sem autorização prévia, cantar ou tocar os hinos de seus países, distribuir escritos em seus idiomas e reunir-se com seus patrícios, ainda que em suas próprias casas.

Após a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, marcado pelo ataque a Pearl Harbor<sup>12</sup>, o Acordo de Washington foi sancionado entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil. O acordo visava uma aproximação das relações Brasil-Es-

12 Foi um ataque militar surpresa realizado pelo Japão contra a base naval de Pearl Harbor em Honolulu, no Havaí, no dia 7 de dezembro de 1941.

tados Unidos, com o interesse estadunidense de comprar matérias-primas brasileiras estratégicas para sua indústria bélica, como a borracha, o acordo também validou um empréstimo por parte dos Estados Unidos para o acesso à Amazônia, visando à criação de um organismo capaz de promover o processo de extração do látex, sendo que o Brasil ficaria encarregado apenas do recrutamento dos trabalhadores na região. Por fim, o acordo foi firmado no dia 3 de março de 1942.

Esta situação colocaria os EUA frente a frente com a solução de dois problemas: a aquisição de borracha para dar suporte aos conflitos da Segunda Guerra, e ter o acesso à Amazônia, que era, e permanece até os dias de hoje, muito cobiçada por sua grande diversidade florística. Para isso acontecer, os americanos firmaram com o Brasil uma parceria, assinando os Acordos de Washington, em que eles entrariam com o dinheiro, fazendo grandes investimentos na extração do látex, construindo na região amazônica toda uma estrutura para gerenciar este processo, e o Brasil seria o responsável pelo envio de pessoas para trabalharem nesta campanha (LAONE, 2014, p. 202).

Dessa forma, durante as conferências do acordo o governo dos Estados Unidos pressionou o governo de Getúlio Vargas para uma posição mais ativa do Brasil na Guerra e para a exportação de insumo para os Estados Unidos. De acordo com Pereira (2014, p. 201), “o Japão, nas preliminares da guerra, ao tomar a Malásia, deixa os ingleses e os aliados sem a matéria-prima, e, desta maneira, a solução seria o investimento na importação e produção da borracha no Brasil [...]”.

Nesse contexto, os Estados Unidos tinham um grande interesse no Brasil, visto que o Japão havia tomado controle das plantações de borracha do sudeste asiático, os Estados Unidos da América imediatamente viram a Bacia Amazônica como uma rápida solução de fornecimento da borracha como matéria-prima. Isto somado ao fato de que uma série de navios brasileiros estarem sendo atacados continuamente por forças militares da Alemanha e da Itália, um novo decreto entrou em vigor e confiscou bens dos súditos do Japão, Alemanha e Itália. Trata-se do Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942<sup>13</sup>, que dispunha sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil.

Art. 1º Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália (BRASIL, 1942).

13 BRASIL, Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942: Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/3/1942, Página 3918.

Nesse momento são implantados cerca de dez campos de concentração espalhados pelo Brasil que abrigava civis como prisioneiros de guerra<sup>14</sup>, como medida provisória de evitar que os imigrantes agissem como espiões a favor de seus países de origem. Ainda que esses campos de concentração não possam ser comparados aos campos de extermínio da Alemanha nazista, os imigrantes viviam em ambiente de censura de contato externo do campo de concentração, bem como censura de correspondências e com a proibição de se agruparem. Isto fazia com que os imigrantes fossem totalmente privados de informação do mundo externo.

No mesmo período da Segunda Guerra, porém no Peru, os imigrantes japoneses também passaram a sofrer discriminação e “num acordo feito com o governo norte-americano, o Peru enviou oitocentos cidadãos para os campos de internamento nos Estados Unidos com a justificativa de estar se precavendo de possíveis atos de espionagem e como um alerta àqueles que ficaram”. (SAKURAI, 2008, p. 224).

Em janeiro de 1943, o presidente dos EUA Franklin Roosevelt e Vargas se encontram em Natal, no Rio Grande do Norte, uma rota estratégica por se tratar da travessia do Atlântico rumo ao continente africano, para a Conferência de Natal<sup>15</sup>. Na conferência foi discutida uma participação ainda mais ativa do Brasil na guerra. A Conferência de Natal criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que enviou soldados brasileiros para a Itália para que lutassem ao lado de soldados estadunidenses na expulsão dos alemães do país, ao mesmo tempo a conferência garantiu recursos para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional Brasileira que forneceria aço para os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

Praticamente isolados e contidos pelo aparato repressivo do governo que os vigiava permanentemente, os japoneses se viram impossibilitados de manter uma fonte segura de notícias sobre o decorrer da guerra, além de estarem proibidos de cultivar suas tradições culturais. (DEZEM, 2000, p. 48).

Com isto, podemos perceber que mais uma vez os imigrantes japoneses encontram-se encurralados, tanto pelas ações da Campanha de Nacionalização de Vargas no pré-Guerra, e, agora, pelas medidas contra a comunidade nipônica durante a Guerra. De um lado os imigrantes japoneses sofrem com repressão e censura por parte do governo brasileiro, e, de outro, sentem-se abandonados pelo governo japonês.

---

14 Termo utilizado para militares presos em combate.

15 Também conhecida como Conferência do Potengi, devido ao fato que o porto fica às margens do Rio Potengi.

### 3. O SURGIMENTO DA SHINDO RENMEI

Este contexto de extrema repressão contra os japoneses proporcionou seu equivalente, o surgimento de grupos ultranacionalistas a fim de organizar-se como comunidade, visto que sofriam censura e, ademais após a “retirada dos representantes do governo japonês provocou a sensação de abandono no espírito dos imigrantes, aprofundando o sentimento de desamparo e solidão” (UMA EPOPÉIA MODERNA: 80 anos da imigração japonesa no Brasil, 1992, p. 262). Alguns japoneses buscavam, por meio desses grupos, organizarem-se instalando um novo órgão para assumir os cuidados da comunidade japonesa no Brasil.

Não se sabe ao certo a data de fundação dos grupos ultranacionalistas e nem a quantidade exata deles, porém esses grupos surgiram por volta de 1942 e 1944 e além da *Shindo Renmei* (Liga dos Seguidores do Caminho dos Súditos), houveram outras, tais como, *Seinen Aikoku Undô* (Movimento Patriótico da Mocidade), *Tenchugumi* (Grupo de Castigo Celeste) e *Sekisei-dan* (Grupo de Leais Servidores do Imperador) Contudo, a maior organização foi a *Shindo Renmei*.

Durante a guerra ocorreram destruições e incêndios de barracas de bicho-da-seda, visto que o Brasil mantinha relações comerciais com os Estados Unidos, a matéria-prima seria transformada em tecido e posteriormente em confecção de pára-quadras, virando um material bélico dos Aliados. Portanto, era inaceitável para os ultranacionalistas que japoneses contribuíssem com o material bélico para os Aliados.

É de conhecimento geral na comunidade nipônica que entidades denominadas *Seinen Aikoku Undô* (Movimento Patriótico da Mocidade) e *Tenchugumi* (Grupo de Castigo Celeste) foram as organizações promotoras desses atos de destruição. Esse fato demonstra que já então se iniciava uma luta fratricida entre japoneses, luta essa que se agravaria no pós-guerra (UMA EPOPÉIA MODERNA: 80 anos da imigração japonesa no Brasil, 1992, p. 263).

Uma outra organização desse tipo, é a *Sekisei-dan*, idealizada por Seiichi Tomari. Visto que grande parte dos produtores de bicho-da-seda são imigrantes japoneses, a entidade partiu do princípio de que viviam em um país inimigo e como súditos nipônicos, não poderiam favorecer a produção de armamento para os Aliados. Nesse sentido, foi criada a *Sekisei-dan* que se insere na campanha de eliminar ações favorecedoras do inimigo (UMA EPOPÉIA MODERNA: 80 anos da imigração japonesa no Brasil, 1992).

Em fevereiro de 1944, a entidade secreta *Kôdôsha* (Movimento Unificador), nomeada por Jinsaku Wakiyama, o qual foi convidado a ser o presidente da sociedade que visa-

va tratar de assuntos dos imigrantes japoneses “abandonados pelo governo japonês”. Dado ao fato de que Wakiyama era coronel reformado do exército japonês, ele levantou suspeitas e foi preso assim que a guerra começou, como ele havia sido recentemente solto da prisão e estava sob o olhar das autoridades brasileiras, acabou declinando o cargo de presidente da *Kôdôsha*.

Junji Kikkawa, que era tenente-coronel do Exército nipônico, assumiu o cargo de presidente da *Kôdôsha* e teve como vice um colega na Academia Militar do Japão, Kiyoo Yamanouchi. Contudo, Kikkawa logo foi denunciado e foi preso em agosto de 1944, então Yamanouchi ocupou o cargo da presidência. Nesse contexto de repressão do governo brasileiro e prisão de súditos do Japão, houve a mudança de nomenclatura da *Kôdôsha* para *Shindo Renmei*.

Aí surgiu no seio dos associados a opinião de que o nome Koodôsha era um nome por demais inexpressivo diante do (grandioso) novo movimento político dominante do Japão. Por isso, em maio de 1945, mudou-se o nome para Shindo Renmei (Liga do caminho dos Súditos) (UMA EPOPÉIA MODERNA: 80 anos da imigração japonesa no Brasil, 1992, p. 312).

Dessa forma, fica-se claro de que a *Shindo Renmei* não deve ser exclusivamente associada ao pós-Guerra e por ataques contra patrícios japoneses, visto que a criação da *Kodôsha* foi realizada durante o período da Segunda Guerra Mundial com o intuito de tratar de assuntos dos imigrantes japoneses que sofriam com as repressões por parte do governo brasileiro e com a falta de representantes de seu país.

Contudo, após os ataques nucleares dos Estados Unidos em Hiroshima e Nagasaki em 6 e 9 de agosto, respectivamente, foi divulgada via rádio a notícia da rendição japonesa pelo Imperador do Japão, Hirohito Showa, no dia 15 de agosto de 1945. Por meio da transmissão de rádio, o Imperador dava a notícia de que o governo japonês havia aceitado a Declaração de Potsdam<sup>16</sup>. Era muito inverossímil a notícia de que apenas duas bombas teriam acabado com a guerra na qual o Japão estava em plena vantagem, segundo as últimas notícias que os imigrantes japoneses tinham ouvido, como a expansão da Manchúria e a tomada da Malásia.

O idealizador da *Sekisei-dan*, Tomari, conta em seu diário do dia 15 de agosto: “Deveria ser um dia de grande alegria. No entanto, ouço falarem na rendição incondicional do Japão, iludidos por notícias falsas enviadas dos Estados Unidos” (UMA EPOPÉIA MODERNA: 80 anos da imigração japonesa no Brasil, 1992, p. 270).

<sup>16</sup> Declaração que exigia a rendição das forças armadas japonesas durante a Segunda Guerra Mundial. Foi criada em julho de 1945 pelos representantes dos Estados Unidos, Reino Unido e China.

O fim da Segunda Guerra e a rendição do Japão foi um divisor de águas para a comunidade brasileira, pois esses dividiram-se entre dois grupos, os vitoristas (*kachigumi*) que não acreditaram na rendição do Japão e os derrotistas<sup>17</sup> (*makegumi*) que se autodenominavam esclarecidos. “A maioria dos imigrantes, aproximadamente 70%, acreditava que o Japão não havia perdido a guerra”. (DEZEM, 2000, p. 50). E nesse período pós-Guerra, a *Shindo Renmei* ganhou uma enorme proporção e acumulou um grande número de associados.

Nos documentos apreendidos na busca feita pela polícia na sede central da Shindo Renmei no dia 2 de abril de 1946, o número de filiais era de 51. Havia 12 mil sócios em Marília, e igual número em Pompéia e 8 mil em Tupã, as maiores filiais, num total de 104.250 membros. Esse total inclui os familiares dos associados (UMA EPOPÉIA MODERNA: 80 anos da imigração japonesa no Brasil, 1992, p. 325).

Os objetivos da Shindo Renmei foi de integrar a comunidade japonesa do Brasil seguindo o princípio nacionalista de amor à pátria e esforçando-se para fortalecer a ideia de que o Japão não havia perdido a Segunda Guerra Mundial, pois os vitoristas não acreditavam nas informações da imprensa brasileira, visto que sofriam severas perseguições do governo brasileiro, bem como as últimas investidas imperialistas do Japão resultaram em vitória, como a Guerra Sino-Japonesa<sup>18</sup> e a Guerra Russo-Japonesa<sup>19</sup>. Dessa forma era inassimilável para os imigrantes a derrota. Segundo o depoimento de Isamu Matsumoto, o diretor da sede de Tupã, após ser preso em 1946, conta o seguinte:

Em setembro do ano passado (1945), realizou-se uma reunião com a presença de Tomari. Naquele momento em que os japoneses residentes no Brasil estavam desanimados e sem vontade de trabalhar, por causa da falsa notícia da derrota do Japão, Tomari e seus companheiros organizaram a Shindo Renmei e desmentiram a informação. O Japão é um país invencível, a melhor prova de que o país triunfou na guerra é o fato de o imperador estar vivo. Se por acaso o Japão tivesse sido derrotado, o imperador teria se matado e, portanto, não estaria vivo; do mesmo modo, nenhuma das altas autoridades nipônicas continuaria viva. Tomari solicitou que se organizasse a filial da Shindo Renmei aqui (Tupã)

17 A expressão derrotista foi criada pelos vitoristas e carregava uma conotação depreciativa, dando a impressão de que os esclarecidos eram favoráveis à derrota do Japão.

18 A Guerra Sino-Japonesa foi uma disputa que envolveu a dinastia Qing, da China, e o Império do Japão para obter o controle sob a dinastia Joseon, da Coreia. Visto que a Coreia servia a condição de um Estado vassalo para com a China, a guerra teve como contexto as ambições imperialistas do Japão sobre a China. O conflito foi travado entre 1894-1895 e teve o Império do Japão como vitorioso.

19 A Guerra Russo-Japonesa ocorreu entre 1904-1905 e envolveu o Império do Japão e o Império Russo na disputa para obter o controle sob a Manchúria e o Império da Coreia, ambos territórios pertencentes à China. A guerra teve o Império do Japão como vitorioso, evidenciando o projeto imperialista do Japão.

e se comunicasse o fato a todos os patrícios (UMA EPOPÉIA MODERNA: 80 anos da imigração japonesa no Brasil, 1992, p. 325-326).

Por fim, o conflito dentro da comunidade japonesa resultou em 23 mortes e 86 feridos, totalizando 109 vítimas, sendo 66 esclarecidos e 43 vitoristas. Devido ao conflito entre vitoristas e esclarecidos, cerca de 172 imigrantes japoneses foram mantidos presos na Ilha de Anchieta em Ubatuba, São Paulo, entre 1946 e 1948. Ainda que alguns presos estavam de fato envolvidos em casos de assassinatos no conflito interno das colônias japonesas, a maioria dos 172 presos eram inocentes.

A *Shindo Renmei* é muitas vezes associada à morte de cidadãos japoneses, contudo segundo o documentário “*Yami no Ichinichi* - O crime que abalou a colônia japonesa no Brasil” mostra que a entidade não foi mandante dos casos de homicídio. O documentário se passa na Ilha de Anchieta e narra a história de Tokuichi Hidaka, um imigrante japonês que foi preso na ilha, acusado erroneamente de pertencer à *Shindo Renmei*. Contudo, Hidaka, é realmente um dos culpados pelo assassinato de Jinsaku Wakiyama, um dos líderes dos esclarecidos.



IMAGEM 2 - Patrícios vitoristas

Tokuichi Hidaka (o sétimo integrante da foto, da esquerda para a direita) e patrícios vitoristas. Fonte: BBC.

O ponto fundamental do documentário é que a fonte audiovisual traz a sua própria crítica, no qual argumenta e justifica que a *Shindo Renmei* foi culpabilizada pelos crimes cometidos no conflito entre vitoristas e esclarecidos. Sendo assim, Hidaka justifica que

não mantinha nenhum contato para com a entidade e que o crime que cometeu foi executado por uma ação isolada, não havendo nenhuma relação com a *Shindo Renmei*.

Ainda no documentário, foi entrevistado um dos especialistas no assunto, Osamu Toyama, que é jornalista e autor do livro *Cem Anos de Águas Corridas*. O diretor do documentário aparece reforçando as palavras de Hidaka, pois alega que a *Shindo Renmei* teria surgido como uma entidade que acreditava na vitória do Japão na Segunda Guerra Mundial. Porém, os esclarecidos acreditavam que a entidade estava por trás de todos os atentados que aconteciam sobre eles, vinculando-os assim com os vitoristas. Dessa forma, fica claro que há uma grande lacuna na história dos imigrantes japoneses no que diz respeito a Shindo Renmei, especialmente marcado pela questão da guerra das narrativas internas, entre os patrícios, e externas, em território brasileiro.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se pontuar como a censura da Era Vargas ocasionou uma grande repressão aos imigrantes japoneses no Brasil e contribuiu para o surgimento da *Shindo Renmei*, lançando luzes sobre uma reflexão acerca da guerra de narrativas. No período da Era Vargas, abordamos por meio de decretos-leis e a nova constituição de 1934 as medidas restritivas contra os imigrantes japoneses. Também discutimos como a campanha de nacionalização (marcada pelo integralismo) de Vargas tinha como intuito abrasileirar os imigrantes japoneses fazendo com que a comunidade se tornasse brasileira. Ademais, aprofundamos como a Segunda Guerra Mundial intensificou ainda mais a opressão política aos japoneses, principalmente após a ruptura diplomática do Brasil para com os países do Eixo, ocasionando um forte sentimento de abandono da comunidade japonesa no Brasil. Como resposta aos últimos eventos, houve o surgimento da *Shindo Renmei* a fim de organizar-se como comunidade japonesa no Brasil. Visto que sofriam censura e repressão do governo brasileiro. Alguns japoneses buscavam, por meio desses grupos, organizar-se instalando um novo órgão para assumir os cuidados da comunidade japonesa no Brasil.

Com isto posto, podemos perceber que as notícias falsas não fazem parte de uma invenção moderna, neste trabalho citamos a censura de informações durante a Era Vargas e logo após no conflito vitoristas-esclarecidos entre os patrícios japoneses durante e pós-Segunda Guerra Mundial. Essa guerra de informação utilizou a censura num primeiro momento para limitar os imigrantes japoneses, ao mesmo tempo que tentou abrasileirá-los, impondo uma cultura única a ser seguida pelos imigrantes japoneses, conforme visto pelo conceito de comunidade étnica de Ruth Cardoso (1995).

A guerra de narrativas aconteceu nesse caso entre o governo e os imigrantes, e, depois, entre os próprios inimigos patrióticos. Nesse sentido, é correto afirmar que a disputa da narrativa é tão importante quanto a própria guerra, visto que ela acaba por existir a partir das narrativas sobre ela. Isso posto, a questão da informação é o que realmente estava em disputa neste conflito vitoristas-esclarecidos, visto que essas narrativas mobilizaram patrióticos a matarem uns aos outros. Contudo, a pesquisa aqui desenvolvida não teve como intuito encerrar os temas abordados, mas sim apontar um início de aportes possíveis às pesquisas futuras, destacando a relevância da questão da informação durante o período do movimento Shindo Renmei e também releituras dessa história.

## 5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Constituição (1934). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>.

BRASIL, Decreto Nº 19.482, de 12 de Dezembro de 1930: Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/2/1931, Página 1603.

BRASIL, Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938: Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/4/1938, Página 7357.

BRASIL, Decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939: Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/7/1939, Página 20674.

BRASIL, Decreto-Lei nº 4.166, de 11 de março de 1942: Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/3/1942, Página 3918.

CARDOSO, Ruth. Estrutura Familiar e Mobilidade Social: Estudo dos Japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo, Primus Comunicação, 1995.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL (Brasil). Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

DEZEM, Rogério. Shindô-Renmei: terrorismo e repressão. Inventário DEOPS. Módulo III. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

KODAMA, K.; SAKURAI, C. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: SAKURAI, C.; COELHO, M. P. (Org.). Resistência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. pp.16-31.

LENHARO, Alcir. A sacralização da Política. Campinas: Papyrus, 1986.

LINZ, Juan. Some notes to word a comparative study of fascism in sociological perspective. In: LAQUEUR, Walter (ed.). Fascism: a reader guide. Berkeley: California University Press, 1976. p. 3-121.

MAKINO, Rogério. As relações nipo-brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa. Brasília. Universidade de Brasília. 2010.

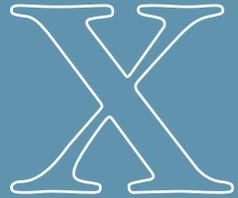
MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PEREIRA, Gilson Laone. “Soldado da borracha” – esquecidos ou não lembrados?. Margens, [S.l.], v. 8, n. 11, p. 199-217, aug. 2014.

TRINDADE, Helgio. Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891-1937. Porto Alegre, Sulina, 1980.

VIANNA, Oliveira. Raça e assimilação. 1938. Ed. Nacional.





# **O cinquentenário da Associação Cultural Nipo-Brasileira de Anápolis - ACNBA**

Elise Hirako<sup>1</sup>

## Sumário

<b>1. A origem e gestão fundadora</b> .....	<b>190</b>
1.1. Gestão Fundadora: primeira Diretoria .....	191
<b>2. Levantamento das atividades</b> .....	<b>191</b>
2.1. Período: 1963 - 1973 .....	192
2.2. Período: 1974 a 1983 .....	192
2.3. Período: 1984 a 1993 .....	193
2.4. Período: 1994 a 2003 .....	195
2.5. Período: 2004 a 2013 .....	196
<b>3. Os Presidentes da ACNBA - 1963 à 2013</b> .....	<b>197</b>
<b>4. Condecorações</b> .....	<b>197</b>
<b>5. Registro fotográfico à vistas de um álbum memórias afetivas</b> .....	<b>198</b>
<b>Considerações finais</b> .....	<b>204</b>
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>205</b>

A presente monografia é resultado de pesquisa qualitativa a partir do tema: “O papel das associações na trajetória da comunidade nipo-brasileira”. Objetiva-se traçar um breve panorama histórico do cinquentenário da *Associação Cultural Nipo-Brasileira de Anápolis - GO*, doravante ACNBA, para demonstrar a sua relevância na comunidade nipo-brasileira e preservar a sua memória histórica.

A título de contextualização da temática, foram pesquisados os estudos de Cecília Saito, que discorreu sobre o movimento de imigração japonesa no Brasil e no Estado de Goiás, lançado em 2011. Juan Chacón também destacou a imigração e assimilação em Goiás, sob o ponto de vista da linguística, publicado em 2021. Por fim, o livro de Fátima Mota, *Meia volta ao mundo Imigração Japonesa em Goiás*, lançado em 2008, onde reuniu artigos sobre a herança cultural japonesa abordando a temática sob o ponto de vista da memória e percursos históricos e culturais.

Destaca-se, para esta pesquisa um novo recorte: observar a ACNBA, que apesar de

---

<sup>1</sup> Elise Hirako é professora, atriz, pesquisadora e produtora. Doutoranda e Mestra em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UnB. Bacharela e Licenciada em Artes Cênicas pelo CEN/UnB e associada na REN Brasil.

pertencer ao Estado de Goiás, não foram analisadas nos trabalhos salientados acima, ou seja, não foram contemplados no escopo das pesquisas apresentadas. Esta pesquisa será atravessada pelos estudos sobre a cultura japonesa iniciado na monografia *Performance Intercultural: Um processo Interdisciplinar*, 2013, ainda na dissertação, *Performance Intercultural em Situação de Solidão - Japonicidades e Butoh no processo criativo*, escritos pela autora, e por fim, no artigo *Oriente Ocidente*, 2021, escrito em co-autoria com Soraia Silva.

De modo específico, serão realizados apontamentos sobre as produções cinematográficas a partir de Alexander Jacoby e Maria Roberta Novielli. Utilizar-se-á a pesquisa de Victor Kebbe, para descrever alguns dos objetos utilizados em rituais fúnebres da cultura japonesa.

Por isso, espera-se que esta pesquisa evidencie a história da ACNBA, para assim, preservar sua memória e revelar sua importância cultural para a cidade de Anápolis e comunidade nipo-brasileira.

Utilizou-se a metodologia de processamento técnico documental e, para tanto, foram observados os documentos concedidos pela própria associação: cadernos de primeira mão de Keso Hirako; o relatório *Os 30 anos da fundação da Associação Cultural Nipo-Brasileira de Anápolis - Estado de Goiás*, 1992, escrito por Sigueo Hanguí; e registros de Atas Oficiais da ACNBA - GO.

Deste modo, serão expostos os impactos desta instituição em sua comunidade desde sua fundação até 2013, bem como, contribuir para a preservação da cultura e memória da comunidade *nikkei* no Brasil. Estes dados, foram verificados por meio de comparação com a linha temporal *120 anos de Amizade Japão - Brasil*, disponível no *site*<sup>2</sup> da Embaixada do Japão no Brasil<sup>3</sup>.

Durante a escrita, foi prudente apresentar considerações e contextualizações, as quais estão em lacônicas notas de rodapé, sobre alguns termos presentes na cultura japonesa, para instrumentalizar o leitor que não possui o domínio do idioma japonês e para aqueles que desejam buscar informações suplementares.

A primeira parte deste estudo tratou de expor a origem da associação; a segunda, de organizar as atividades realizadas pela ACNBA; a terceira, a reunião das condecorações oferecidas aos membros da associação; e por fim, o registro fotográfico de algumas das atividades disponibilizadas pela ACNBA e do acervo pessoal de Keso Hirako.

2 Disponível em: [https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr\\_pt/120historia\\_2\\_pt.html](https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/120historia_2_pt.html).

3 A Embaixada do Japão no Brasil é a representação oficial do governo japonês dentro do território brasileiro.

Entende-se que esta pesquisa estará contribuindo para a preservação da cultura e para o fortalecimento da comunidade nipo-brasileira, que busca resistir ao esquecimento de suas origens.

## 1. A ORIGEM E GESTÃO FUNDADORA

Inicialmente, acerca do movimento migratório da comunidade japonesa, iniciou em 1929, segundo Cecília Saito, em seu estudo sobre a imigração japonesa no estado de Goiás. Saito expõe uma situação complexa que envolveu a comunidade no município de Anápolis, e segundo ela “as terras da região seriam devolutas, ou seja, aos interessados caberia apenas o pagamento de uma taxa no ato do cadastramento para, em seguida, receberem as escrituras definitivas de posse das terras, o que efetivamente não aconteceu” (SAITO, 2011, p. 61). E informa que as famílias que permaneceram no local receberam a escritura após a realização de uma nova compra.

Para além das questões dos terrenos, Saito narra que o solo do cerrado não tinha as características necessárias para o plantio de café, que era a atividade agrária interessada, *a priori*, tornando o processo ainda mais complexo.

Esta contextualização é fundamental para expor a situação a qual foi vivenciada pelas famílias da futura ACNBA. Adiciona-se a este contexto, a barreira linguística e cultural.

Salienta-se que este cenário não ocorreu somente na região do Goiás, mas em diversos grupos de imigrantes japoneses do Brasil, e tais dificuldades aceleraram e facilitaram a consolidação de associações, que tratariam de cuidar de sua comunidade e preservar sua cultura.

Acerca da ACNBA, inicialmente, dia 11 de fevereiro de 1963, ocorreu a primeira reunião na residência de Keso Hirako, juntamente com o Sakunoshim Fujimori e Hisao Moribayashi, em que vislumbrou-se a fundação da entidade filantrópica, que seria reconhecida, posteriormente, perante a cidade de Anápolis e órgãos públicos.

A partir deste encontro em que sonhos foram compartilhados criou-se a ACNBA. Essa instituição tem como finalidades: confraternização; intercâmbio cultural; oferecimento de esportes para associados; escola de língua pátria para os filhos; promoções de datas festivas; participação de eventos juntos aos órgãos públicos e privados ; entre diversas outras.

Sobre a sede da ACNBA, de acordo com os documentos e registros, se instalou, de modo provisório, entre 1963 a 1988, na Av. Pedro Ludovico, nº 455, propriedade do Keso Hirako, que contribuiu durante toda sua vida para existência e permanência da ACNBA, em prol da sociedade nipo-brasileira. Dia 29 de abril de 1963, realizou-se a festa de consagração, juntamente com a comemoração do aniversário da Majestade Imperador do Japão. No ano seguinte, 1964, fundou-se o *Seinenkai* e *Dyosbi Seinenkai*, que são grupos jovens dentro da ACNBA, os quais encerraram suas atividades em 1970.

Em 1987, foi realizada uma assembleia geral para construção da sede social *Kaikan*<sup>4</sup>. Nesta data, foi recebida a escritura do terreno e todos concordaram e se prontificaram a ajudar na construção.

Sua inauguração em sede própria ocorreu no dia 06 de março de 1988, no Jardim América. Em 1995, mudou-se para a atual sede na Avenida Brasil Norte, Cidade Universitária.

### 1.1. Gestão Fundadora: primeira Diretoria

Presidente: Hisao Moribayashi

Vice Presidente: Sakunoshim Fujimori

Tesoureiro: Keso Hirako

Secretário: Tsunekichi Ichii

## 2. LEVANTAMENTO DAS ATIVIDADES

Nesta seção encontra-se organizado o levantamento das atividades realizadas pela ACNBA, 1963 a 2013, estando agrupadas em períodos de dez anos.

São apresentados os eventos sociais, atividades culturais e sua relação entre a Embaixada do Japão no Brasil e algumas entidades nipo-brasileiras.

---

<sup>4</sup> *Kaikan* (会館) é uma palavra japonesa deriva da junção das palavras *kai*, em português significa reunião e *kan*, que significa prédio. Na comunidade nipo-brasileira é exaltado ainda o “espírito de *kaikan*”, que é “uma expressão utilizada para tratar do senso de coletividade, respeito e gratidão, entre a comunidade nipo-brasileira (HIRAKO, 2022, p. 22).

## 2.1. Período: 1963 - 1973

Durante a sua primeira década, entre 1963 a 1973, a ACNBA realizou durante todos os anos os eventos sociais tradicionais: confraternização de Ano Novo, *Undokai*<sup>5</sup> e festa do dia das Mães.

Destacam-se nesta década, sob o ponto de vista cultural, a exibição do filme japonês *Chushingura*<sup>6</sup> entre outros não especificados nos documentos oficiais da ACNBA. Adiante, ressalta-se a contratação da empresa teatral paulista Hakko Dam, que se apresentou em diversos eventos deste período.

Além das iniciativas culturais promovidas, ressalta-se o cuidado para com a comunidade que foi expressada através de doação em moeda corrente feita pela ACNBA para construção da Casa das Crianças, doação em moeda corrente para Associação Nipo-Brasileira de São Paulo, para construção de auditório, e a contribuição, em moeda corrente, para construção da casa de exposição dos imigrantes em São Paulo.

A relevância sob o ponto de vistas das relações governamentais internacionais da ACNBA é demonstrada através das conexões estabelecidas entre a Embaixada do Japão no Brasil, em 1967, em que foram três membros da diretoria na recepção o Príncipe Herdeiro Akihito e a Princesa Michiko do Japão, em Brasília.

## 2.2. Período: 1974 a 1983

Neste primeiro ano, 1974, foi realizada a visita oficial do exmo. Atsushi Uyama a Anápolis - GO e a recepção do primeiro-ministro Kakuei Tanaka, em Brasília.

Em 1975, foi realizada a exposição de *ikebana*<sup>7</sup> com 15 vasos e *Hibon Ningyo*<sup>8</sup>, na Galeria da Prefeitura e a exposição de Artes e Brinquedos eletrônicos com a presença do Cônsul Geral Sr. Assaba.

No mesmo ano, a ACNBA buscou o intercâmbio cultural ao realizar todas as festas de confraternizações tradicionais e eventos sociais. Ainda, foram apresentados os filmes

5 “Evento desportivo tradicional popular japonês em que as relações entre as famílias japonesas são mais estreitadas, a fim de contribuir com a socialização e troca de experiências. É considerado um evento que contempla todas as faixas etárias, em que a coletividade e divertimento são bases primárias” HIRAKO, 2022, p. 89).

6 A título de contextualização, segundo Maria Roberta Novielli, trata-se de um drama, *Os 47 ronin*, 1921, “cuja primeira versão cinematográfica foi justamente de Makino, sendo até hoje a obra mais refilmada da história do cinema japonês” (NOVIELLI, 2007, p.26). Em concordância, não se pode afirmar se a versão assistida foi a de Shozo Makino, considerado o pai do cinema japonês, ou ainda a versão de Kenji Mizoguchi, em 1941.

7 Arranjo floral japonês.

8 bonecas japonesas.

nipônicos *Edokko Tengu*, lançado em 1963, dirigido por Eiichi Kudo, de acordo com Alexander Jacoby (2008, p. 1996).

No mesmo sentido, a exposição de gravuras e fotos patrocinadas pela Embaixada do Japão no Brasil, na galeria do Espaço Cultural da Prefeitura, que contou com a presença de 1600 visitantes. A associação também realizou a participação na *Feira Agroindustrial de Anápolis e Região* - FAIANA com exposição de artes, pintura, ikebana, brinquedos eletrônicos e artefatos japoneses.

Em relação às entidades Nipo-brasileiras e a Embaixada do Japão no Brasil, em 1978, dez membros da ACNBA participaram da recepção do Príncipe Herdeiro Akihito e da Princesa Michiko, em virtude do festejo dos 70 anos da Imigração Japonesa ao Brasil. Na ocasião, foram agraciados com reconhecimento<sup>9</sup> pela Embaixada do Japão no Brasil os residentes há 45 anos no Brasil: Rume Sato, Take Nakao, Missao Hamaoka, Matsuya Hirata e Torashiro Watanabe.

Em 1982, quinze membros do ACNBA foram recepcionados na residência oficial do Embaixador, para o almoço de confraternização de Ano Novo. A ACNBA participou do evento em comemoração do aniversário natalício da Majestade Imperador Hirohito Showa, participaram da recepção do primeiro ministro do Japão Zenko Suzuki, e em outubro deste mesmo ano, membros da ACNBA marcaram presença na recepção do príncipe Hironomiya ao Brasil.

Seu impacto, sob o ponto de vista social, é demonstrado pelo apoio aos flagelados do Iguapé, no litoral sul de São Paulo, em 1983.

### **2.3. Período: 1984 a 1993**

Este período foi marcado por manter todas as suas atividades tradicionais e por estabelecer boas relações entre outras entidades nipo-brasileiras em diversos estados do país, como a JICA; Associação Nipo-brasileira de Taguatinga; Associação Nipo-Brasileira de Brasília - DF; Casa do Estudante Nipo-Brasileira de Brasília - DF; Embaixada do Japão no Brasil; entre outras. Entende-se como um período de ampliação das relações e fortalecimento das atividades da ACNBA.

Em 1985, membros da diretoria recepcionaram o primeiro ministro do Japão, que assumiu a posse do presidente eleito, Tancredo Neves. Neste ano, foi realizada homenagem de 70 anos de imigração nipônica para o Brasil em que as pessoas mais idosas foram homenageadas.

<sup>9</sup> O tema será tratado com maior destaque na seção 5. Condecorações neste estudo.

Em 1986, a ACNBA participou da construção da Casa do Estudante de Brasília. No ano de 1987, a ACNBA foi convidada para o almoço de confraternização de Ano Novo na Embaixada do Japão no Brasil, e participou, em abril, da festa de aniversário da Majestade o Imperador Hirohito Showa.

Em 1988, como mencionado na escrita acima, foi inaugurado a sede social da ACNBA, estando presentes: o cônsul geral, o prefeito municipal; representantes da Câmara Municipal; e presidente da Associação Nipo-Brasileira de Brasília - DF, Goiânia-GO e Taguatinga - DF. Neste ano, a ACNBA participou da festa de despedida do cônsul geral, que retornou ao Japão, realizada na sede da Associação Nipo-brasileira de Taguatinga.

A ACNBA enviou contribuição, em moeda corrente, para construção do hospital *Nihon Bioem*<sup>10</sup>, em São Paulo. Em 1989, em razão do falecimento do Imperador Hirohito Showa, montou-se uma comissão para acolhimento de homenagens para depositar *senkô*<sup>11</sup> no butsudán<sup>12</sup>, que ocasionou em uma grande caravana para Brasília. Neste mesmo ano, participou da Festa de Kero Kae, na sede da Associação de Taguatinga -DF.

Destaca-se em 1990, a visita ao Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA, em que estiveram presentes, em visita oficial, o exmo. embaixador Kaya e Sra, a convite da prefeitura de Anápolis. Na ocasião, o DAIA realizou uma palestra e foi recepcionado com um almoço oferecido pela ACNBA. Neste ano, membros da diretoria participaram da festa de despedida do cônsul Kazuo Omori e da recepção do cônsul Massayassu Toyama. Por fim, em dezembro deste ano, membros da associação estiveram presentes na inauguração da Casa do Estudante Nipo-Brasileira de Brasília - DF.

No ano de 1991, destacam-se as ações sociais: a palestra sobre a saúde, realizada no ACNBA por um médico de São Paulo; e o envio de ajuda, em moeda corrente, para as pessoas atingidas pelo vulcão Unzem, em Nagasaki - Japão.

Ocorreu no ano 1992, na Associação de Taguatinga -DF, uma festa com o objetivo de saudar e desejar boas vindas ao novo embaixador Yassuhi Murazumi, da qual partici-

10 Não foram encontrados registros do nome atual deste hospital.

11 Incenso japonês utilizado para cerimônias fúnebres. Sobre o *senkô*, sabe-se a partir dos estudos de Victor Kebbe que “o espírito vai levar e em troca vai deixar suas bênçãos para todos os que forem acender *senkô*” (KEBBE, 2021, p. 151).

12 Oratório, o altar dos antepassados tradicional budista. A título de contextualização, Kebbe expõe a seguinte relação: “a) observamos a obrigação dos vivos em manter e cuidar do altar dos antepassados, o butsudán, como uma forma de garantir boas relações com os espíritos dos falecidos, garantindo assim o sucesso da jornada espiritual dos antepassados da família e b) como retribuição dos espíritos, a família dos vivos recebe uma proteção ancestral para uma série de infortúnios (KEBBE, 2021, p. 154)

param membros da diretoria. Neste mesmo ano, a ACNBA abriu a Escola de língua japonesa, *Anápolis Sakura Gakuen*, que funcionou até 1998, destinada aos filhos dos associados e aberta à comunidade anapolina. Informa-se que duas professoras vieram do Japão em projeto da Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA para ministrar as aulas. Em dezembro, foi realizada a Semana de Cultura do Japão no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, com exposição de objetos e filmes.

A partir dos eventos supracitados verifica-se uma relação expressiva entre a associação e a comunidade anapolina. Tal vínculo pode-se perceber ainda, em eventos como o undokai, mutirões para a construção de benfeitorias na ACNBA, como a construção do campo de Gateball e homenagens aos falecimentos de membros da comunidade ocorridos durante este período.

Em dezembro de 1993, a comunidade da ACNBA participou da celebração pela ida do embaixador do Japão em Goiânia.

#### **2.4. Período: 1994 a 2003**

Este foi um período em que novas benfeitorias começaram a ser previstas como a inauguração da ampliação da sede da associação, campo de futebol society, abertura de poço mini-artesiano e organização de um torneio interclube de tênis de mesa.

Em janeiro de 1994, jovens da comunidade nipo-brasileira plantaram 80 mudas de ipê roxo na Av. Brasil Sul, em colaboração com a prefeitura. Nos anos, 1994, 1995, a associação realizou um evento para a vinda do embaixador no kaikan.

No ano de 1995, foi realizada a *Festa da Amizade Brasil - Japão* entre a prefeitura e a ACNBA e a *Semana Cultural da Colônia Japonesa*.

A ACNBA, em 1997, participou da celebração da vinda do Imperador ao Akihito e da Imperatriz Michiko ao Brasil. Em 1998, foi recebida o cônsul comemorando os 90 anos de imigração japonesa.

Em 2002, a ACNBA participou do 1º Fórum Anapolino de Cultura dos Municípios do Estado de Goiás. Informa-se que a autora desta monografia, aos 12 anos, participou da apresentação de dança *Bon odori*<sup>13</sup> e da apresentação da canção Shiki no *Uta*<sup>14</sup>. Em setembro de 2002, o ministro da Embaixada do Japão no Brasil visitou a sede da associação.

13 “Dança tradicional japonesa apresentada anualmente no festival Ubon, que é um festejo onde se faz reverência aos antepassados e em comemoração e agradecimento À fartura da colheita” (HIRAKO, 2021, p. 487).

14 Música e letra disponíveis em: [https://www.youtube.com/watch?v=HkU0CqDQ98Y&ab\\_channel=KINOSAKIN](https://www.youtube.com/watch?v=HkU0CqDQ98Y&ab_channel=KINOSAKIN).

Em, 2003, aos 40 anos desde a fundação, ocorreu a inauguração do quadros dos 10 fundadores, ainda, foram homenageados: os irmãos Nakashima e Ohara, Nakashima, Rezende, Takenobu, Matsui e Hirako, em razão de sua cooperação para o bem e prosperidade da associação.

## 2.5. Período: 2004 a 2013

No último período apresentado para compor este cinquentenário, destacam-se as atividades realizadas em parceria com a prefeitura do município de Anápolis e reconhecimento da ACNBA, enquanto uma instituição cultural importante para a sociedade.

Informa-se que ocorreu o centenário da imigração, e é visto dos documentos da ACNBA, diversos diálogos com algumas instituições nipo-brasileiras para organização desta comemoração importantes para toda a comunidade.

A ACNBA Participou do 1º *Festival de Inverno*, em 2004, e do 2º *Festival de Inverno*, em 2005, ambos eventos realizados em Anápolis, e nesse espaço ocorreu uma divulgação das ações da associação. Destaca-se neste ano, a doação da Embaixada do Japão no Brasil, para o laboratório de análises clínicas, montado no hospital municipal de Anápolis.

Com realização da ACNBA, ocorre no ano de 2006 o 1º Mostra de Cinema Japonês em Anápolis, em parceria com a Unievangélica e Embaixada do Japão no Brasil, com a exibição dos filmes: *As Irmãs Makioka*, direção Kon Ichikawa, 1983; *Era uma vez em Tóquio* (*Tokyo monogatari*, direção de Yasujiru Ozu, 1953; *Uma breve mensagem do coração*, direção de Shinichiro Sawa, 1995; *Depois da chuva*, direção de Takashi Koizumi, 1999; *Primeiro amor*, direção de K.Shinohara, 1999; e *Pai e filha*, direção de Yasyjiru Ozu, 1949.

Em 2007, a ACNBA faz uma doação à Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo, com o objetivo de dar amparo a todas as pessoas que procuram com necessidades diversas. E, nos anos de 2007, 2009, 2010, 2011, a caravana médica, JUNKAI, atendeu membros da ACNBA e realizou diversos exames médicos, consolidando uma boa relação de parceria e mútuo cuidado.

Consta em documento que a ACNBA fez parte da Associação da Casa do Estudante Nipo-Brasileiro de Brasília - ACENBB, juntamente com outras 9 instituições.

Sabe-se que em 2008, ocorreu o Centenário da Imigração japonesa no Brasil, e foi realizada na ACNBA a festa de comemoração. Neste evento, é destacado a apresentação artística da cantora Karen Ito, de São Paulo, houve uma bela torta decorada com o símbolo dos 100 anos de imigração e contou com a presença de dos associados e au-

toridades de Anápolis e Goiânia. Ainda, foi inaugurada uma placa de comemoração ao centenário da imigração. Em uma reunião da ACNBA neste ano, é mencionado um troféu recebido como prêmio do torneio de gateball, realizado em Caldas Novas.

Em, 2011, foi conversado sobre o terremoto que ocorreu no Japão, acompanhado de tsunamis e vazamento nuclear, é exposto que muitas pessoas estavam passando por necessidades. Por isso, foi realizada uma arrecadação para ajudar as vítimas, via Embaixada do Japão no Brasil.

No ano de 2012, a ACNBA, agradece a Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil - KENREN pelo evento realizado em outubro na sede.

No ano de 2013, ocorreram todas as atividades tradicionais da ACNBA.

### **3. OS PRESIDENTES DA ACNBA - 1963 À 2013**

Hisao Moribayashi  
Tsunekichi Ichii  
Kozo Miki  
Seichi Hayashida  
Sadayochi Shibaguchi  
Takeo Tabata  
Kiyoshi Matsui  
Motoyuki Nagamori  
Hirokuni Kowata  
Kazuo Takenobu  
Jorge Matsubara

### **4. CONDECORAÇÕES**

Uma possível forma de reconhecimento de um serviço prestado à sociedade é feita por meio do ato simbólico de agradecer com honras. Desta forma, apresenta-se abaixo algumas das condecorações oferecidas pela Embaixada do Japão no Brasil, e pela prefeitura de Anápolis, durante o período de cinquenta anos aos membros da ACNBA.

1979 - Diploma de Honra ao Mérito concedido ao Sr. Keso Hirako, pelo professor

Venerando de Freitas Borges, primeiro prefeito de Goiânia.

1985 - Medalha de Honra ao Mérito para Sr. Kozo Miki pela Embaixada do Japão no Brasil.

1987 - Kuncho de honra ao Mérito para Sr. Seichi Hayashi pela Embaixada do Japão no Brasil.

1987 - Sr. Hissao Moribayashi foi homenageado com a Medalha de Honra ao Mérito, Embaixada do Japão no Brasil.

1988 - Sr. Moribayashi e o Sr. Hayashida foram homenageados com a medalha de honra ao mérito, pela Embaixada do Japão no Brasil.

1988 - Sr. Sakamoto foi agraciado com a taça Mokuhae de honra ao mérito pela Embaixada do Japão no Brasil.

1988 - Sr. Keso Hirako foi homenageado com a Comenda Gomes de Souza Ramos, da prefeitura de Anápolis, pelo relevante trabalho prestado para a comunidade.

1988 - Sr. Sadayoshi Sigabuti foi homenageado com a Medalha de Honra ao Mérito, pela Embaixada do Japão no Brasil.

1998 - Sr. Keso Hirako foi agraciado com a Medalha de Honra ao Mérito concedida pela Embaixada do Japão no Brasil.

1999 - Sr. Hiroshi Matsui. Medalha de Honra ao Mérito concedida pela Embaixada do Japão no Brasil.

2005 - Sr. Keso Hirako recebeu o Título de Cidadão Goiano com a Medalha do Mérito Legislativo “Pedro Ludovico Teixeira”.

## **5. REGISTRO FOTOGRÁFICO ÀS VISTAS DE UM ÁLBUM MEMÓRIAS AFETIVAS**

Elaborou-se um breve álbum de fotografias a partir da coleta no banco de dados da ACNBA. Destaca-se que apesar de não possuir informações como datas e nomes dos presentes, estima-se que tenha ocorrido entre 1965 - 1968. Apresenta-se ainda, fo-

tografia de um antigo jornal, sem data, em que a ACNBA divulga o evento *undokai*.

O objetivo desta seção é ilustrar momentos de confraternização entre os associados neste período.

Esta iniciativa coaduna com o pensamento de Fátima Mota que diz: “Resgatar as lembranças do trajeto intrincado e vitorioso é uma tarefa indispensável para conhecer e manter viva a memória da imigração japonesa no estado de Goiás” (MOTA, 2008, p. 61). Deste modo, o compartilhamento destes passados preservados em imagens, que trazem consigo informações acerca de uma época para a construção deste estudo historiográfico, em concordância com Mota, que expõe que nas fotografias “estão guardadas importantes informações sobre aspectos sociais, culturais e estéticos presentes na feitura e no registro” (MOTA, 2008, p. 62). Sem mais introduções, segue abaixo fotografias da ACNBA, em seus primeiros anos de atividade.



Fotografia 01 - Sem título.

Fonte: Fotoótima Hangui, Acervo fotográfico da ACNBA, sem ano.



Fotografia 02 - Sem título.

Fonte: Fotoótima Hangui, Acervo fotográfico da ACNBA, sem ano.



Fotografia 01 - Sem título.

Fonte: Fotoótima Hangui, Acervo fotográfico da ACNBA, sem ano.



Fotografia 01 - Sem título.

Fonte: Fotoótima Hangui, Acervo fotográfico da ACNBA, sem ano.



Fotografia 01 - Sem título.

Fonte: Fotoótima Hangui, Acervo fotográfico da ACNBA, sem ano. Fotografia 01 - Sem título.



Fotografia 02 - Sem título.  
Fonte: Fotoótima Hangui, Acervo fotográfico da ACNBA, sem ano



Fotografia 01 - Sem título.  
Fonte: autor desconhecido, Acervo fotográfico da ACNBA, sem ano.



*Shibaguchi, Koso Mike, Haiashida e Keso Hirako, membros da Associação Nipo-Brasileira de Anápolis*

Fotografia 02 - Sem título.

Fonte: autor desconhecido, Acervo fotográfico da ACNBA, sem ano.



## **Dia de Undokai dos japoneses**

A colônia nipo-brasileira de Anápolis comemora hoje, o dia do Undokai. A festa está programada para o estádio "Zeca Puglisi", no IAPC. Começam iniciam a parte esportiva às 13 horas. Vão-se unir mais de 150 famílias. A reunião visa, a princípio, solidificar os laços de amizade entre as famílias de origem nipônica.

Preside o acontecimento Koso Mike que terá como coadjuvantes o vice-presidente da Sociedade, S. Shibaguchi, Keso Irato (tesoureiro) e Sechi Haiashida, (Secretário). Às 11 hora, começam as representações no estádio, para entrada dos convidados e associados da Associação. Prêmios serão distribuídos aos participantes.

### **PROVAS**

O programa será aberto com provas de atletismo de 50, 100 e 200 metros para crianças até sete anos (50m), 12 anos (100m), moças e rapazes (200 e 100m). Outra prova de 400 metros rasos para rapazes, entra como final. Uma partida de

futebol de campo, entre moradores de chácaras e moradores da cidade, será o ponto final das competições. Haverá "peruca", rodar pneus, caçar balas, corrida individual com pés amarrados, e brincadeiras de comer pão, esboçar bandeira, procurar tesouro, corridas de recreamento Cidade X Chácara e outros.

### **TRADIÇÃO**

Keso Hirako, disse que a festa é uma tradição japonesa que desce de famílias nipônicas fazem todos os anos, não havendo efetivamente, obrigatoriedade de ser em uma data única. Cada colônia escolhe o dia. O importante é que a festa seja feita uma vez por ano para reunir pais, filhos, netos, bisnetos e descendentes diretos, amigos e associados das Associações específicas. É uma espécie de comunhão franca e aberta, para crianças, jovens, adultos e velhos, todos divertindo-se e praticando esportes libertos de afazeres caticulares.

Fotografia 01 - Matéria do recorte de Jornal

Fonte: autor desconhecido, Acervo fotográfico da ACNBA, sem ano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O registro em palavras e fotografias, por vezes, podem ser insuficientes para expor o trabalho da ACNBA, que nasce com humildade em uma sala de estar de uma residência e floresce com vigor. Este estudo além de contribuir para a preservação da memória é uma homenagem aos que construíram este legado, tratando-se de uma expressão de gratidão, *in memoriam*.

Nesta mesma sala, entre cafés e diálogos, um sonho se tornou real e gerou frutos, novos associados que ainda sonham com o florescer da ACNBA, sendo exemplificado por esta autora que vos escreve emocionada. Por pertencer à terceira geração de uma família nipo-brasileira, recorda-se que outrora brincava na corrida de pés amarrados e segurava bandeiras no divertido *undokai*. Este estudo é a representação de um gesto de retribuição, por todos os momentos de alegrias e aprendizados proporcionados pela ACNBA.

Verifica-se, por meio da trajetória da ACNBA, que a associação cumpriu seu papel de atender os interesses da comunidade nipo-brasileira, de modo filantrópico. Justifica-se a afirmação anterior, pela promoção da assistência social, por meio da promoção do ensino do idioma japonês, através da criação da escola de língua japonesa, *Anápolis Sakura Gakuen*, também por proporcionar cuidados com a saúde, por meio de parcerias com a Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo.

A ACNBA promoveu eventos culturais como o *undokai*, dia das Mães e a Confraternização de Ano Novo, bem como atividades desportivas, por meio de esportes como o gateball, tênis de mesa e futebol, unindo as famílias nipo-brasileiras para celebrações. Para a sociedade anapolina contribuiu para a difusão da cultura nipo-brasileira, demonstrado pelas apresentações teatrais, danças, exposições de arte e exibições de filmes.

Aponta-se a empatia e organização para arrecadar doações diante de situações sociais de urgência, sendo exemplificado pelas doações para a construção da Casa das Crianças, em Anápolis, apoio aos flagelados do Iguapé, em São Paulo, as vítimas do vulcão Unzen, em Nagasaki, e por fim, as vítimas do terremoto acompanhado de tsunami e vazamento nuclear, em Fukushima.

De fato, o registro do cinquentenário demonstra o reconhecimento social e ensejo de prosperidade compartilhada, que se concretizou com louvor, sendo reconhecida pela prefeitura do município de Anápolis, demais associações nipo-brasileiras e pela generosa relação com a Embaixada do Japão no Brasil.

É possível que, algumas condecorações não tenham sido expostas, uma vez que, lastimavelmente, não estejam presentes nos registros utilizados. No entanto, através desta coleta de dados, é possível constatar a expressividade de reconhecimento da sociedade em relação aos membros da ACNBA.

Deseja-se que seja possível ser escritos, posteriormente, o centenário da ACNBA, em um novo sonho possível, que vislumbre um crescimento orgânico, que preze pela co-operação e preserve as tradições e memórias.

Gratidão, inicialmente ao Sigueo Hangui e Hitoshi Muramatsu, que pesquisaram nos arquivos de Kiyoshi Matsui, Keso Hirako, Hitoshi Muramatsu, Sigueo Hangui, e elaboraram o resumo das atividades da ACNBA nos 30 primeiros anos, o qual contribuiu para nortear esta pesquisa; aos membros das famílias associadas: Moribayashi; Fujimori; Hirako; Ichii; Akamine; Ikeda; Sato; Matsui; Matsuura; Matsui; Tabata; Nishiguchi; Nakao; Akashi; Watanabe; Silva; Endo; Hangui; Okamoto; Onita; Kanno; Furita; Souza; Tanaka; Yamamoto; Nakao; Narita; Nagamori; Nozaki; Araújo; Takenobu; Muramatsu; Iizuka; Nakashima; Rodrigues; Hirota; Matsubara; Shinzato; Kowata; Ôhara; Hayashida; Jesus; Resente; Sato; Hangui; Araki; Kuramoto; Sakamoto; Myto; Sakai; Takeuchi; Okita; Okiyama; Takashashi; Suzuki; Iwamoto; Yonesawa; Miranda; Miyamae; Lopes; Yoshida; Marques; Takeda; Miabara; Nakano; Kawano; e Hayashida.

Certamente, foi um presente escrever sobre a trajetória da ACNBA, e tratou-se de uma atividade permeada por uma memória afetiva, que atravessou gerações neste território de acolhimento para muitas famílias nipo-brasileiras de Anápolis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHACÓN, J. C. Imigração, língua de acolhimento e assimilação em Goiás. *Signótica, Goiânia*, v. 33, 2021. DOI: 10.5216/sig.v33.67925. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/67925>. Acesso em: 26 ago. 2022.

HANGUI, S. Os 30 anos da fundação da Associação Cultural Nipo-Brasileira de Anápolis - Estado de Goiás, 1992.

HIRAKO, E. Performance Intercultural: um processo interdisciplinar. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Artes Cênicas Bacharelado) - Universidade de Brasília.

\_\_\_\_\_. Performance Intercultural em Situação de Solidão - Japonicidades e Butoh no processo criativo. 2022. 143 f., il. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

JACOBY, A. A critical handbook of Japanese film directors: From the silent era to the present day. Stone Bridge Press, 2013.

KEBBE, V. H. Espíritos e Divindades em Festa: Algumas Leituras Sobre Cultura Japonesa e Okinawana em São Paulo. *sescsp.org.br/revistacpf*, p. 141, 2021.

LIVRO ATA DA ACNBA. 1992 - 2015.

MOTA, F. A. C. Meia volta ao mundo. Imigração japonesa em Goiás. Goiânia: Gráfica e Editora Bandeirante Ltda, 2008.

NOVIELLI, M. R. História do cinema japonês. Ed. UnB, 2007.

SAITO, C. N. I. O IMIGRANTE E A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS. *Revista UFG, Goiânia*, v. 13, n. 10, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48358>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SILVA, S. M. HIRAKO, E. Oriente Ocidente. *Dramaturgias - Revista do Laboratório de Dramaturgia, Brasília*, 17 ed. out. 2021.



# **O papel das associações japonesas no Brasil na trajetória da comunidade nipo-brasileira**

Guilherme Seigo Matsumoto<sup>1</sup>

## Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>208</b>
<b>2. Objetivos gerais e específicos .....</b>	<b>209</b>
2.1. Metodologia Adotada .....	210
<b>3. Migração japonesa para o Brasil e a essencialização de uma identidade étnica japonesa .....</b>	<b>210</b>
3.1. Um pouco de história .....	210
3.2. Decreto-lei nº 406, de 4 de Maio de 1938 - Publicação Original.....	212
3.3. A essencialização de uma Identidade Étnica Japonesa .....	213
<b>4. O papel das associações japonesas no Brasil .....</b>	<b>214</b>
4.1. A importância da criação de associações .....	214
4.2. Algumas das associações nipo-brasileiras mais relevantes .....	215
<b>5. Considerações finais .....</b>	<b>217</b>
<b>Referências .....</b>	<b>219</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A emigração japonesa para o Brasil começou em 1908 e assim continuou em número acentuado até ao início da década de 1960.

Tal como os japoneses que foram para os Estados Unidos, os emigrantes que vieram para o Brasil eram originários de todas as partes do Japão.

Durante o período pré guerra de 1908 a 1941, aproximadamente 190.000 japoneses migraram para o Brasil(ROBERT J. SMITH, 1979).

Muitos dos imigrantes eram agricultores que sofriam de condições difíceis nas zonas rurais do Japão, nomeadamente, superpopulação, declínio dos preços agrícolas, aumento da dívida e do desemprego, assim como condições climáticas severas nas regiões do norte.

Para além de tais fatores que “impeliam” os japoneses para fora do Japão, a economia

---

<sup>1</sup> Formado em administração de empresa e comércio externo pela Universidade Mackenzie; consultor e especialista em privacidade e proteção de dados na OneTrust; Ex-presidente do Seinen Bunkyo e presidente da Comissão de Música e Dança Folclórica Japonesa do Bunkyo.

de plantação de café brasileira em expansão e com falta de mão de obra, serviu como o ponto de atração necessário que os fez movimentar para o Brasil.

Sucedeu, após a Segunda Guerra Mundial, outro fluxo de imigrantes japoneses, desta vez, essencialmente devido a dificuldades econômicas num Japão dilacerado pela guerra.

O sucesso socioeconômico pós-guerra dos nipo-brasileiros é uma razão para o prestígio social de que gozam como uma minoria “japonesa” positiva no Brasil. Apesar das suas humildes origens como trabalhadores contratados nas plantações brasileiras, continuaram a distinguir-se na agricultura, criando cooperativas agrícolas muito bem-sucedidas e introduzindo várias frutas e vegetais na dieta padrão brasileira (TSUDA, 2000).

Atualmente, há cerca de 1.228.000 nipo-brasileiros no Brasil (NIPO-BRASILEIROS), a maior comunidade de descendentes japoneses (nikkeijin - emigrantes japoneses e seus descendentes que estabeleceram famílias e comunidades em países receptores), fora do Japão. Cerca de 91%, encontra-se concentrada nas regiões mais desenvolvidas do sudoeste e sul do Brasil, mais notoriamente nos estados de São Paulo e Paraná.

De forma a promover os seus interesses comuns nos primeiros anos da imigração, os japoneses formaram associações. Não familiarizados com a língua e fora do âmbito da sociedade brasileira, os japoneses viram-se obrigados a tornarem-se socialmente auto contidos.

De igual forma e muito importante, era a necessidade de assistência mútua. Isto é, a assistência mútua através de associações era a única solução para o seu problema.

Os nipo-brasileiros estão atualmente bem integrados na sociedade brasileira, tanto a nível socioeconômico como cultural. A maioria tornou-se urbana e reside agora em grandes cidades, sendo que apenas uma pequena minoria reside em colônias rurais. Socioeconomicamente e predominantemente são literatos e de classe média.

Assim, irá ser abordada a essencialização de uma Identidade Étnica Japonesa no Brasil e os respectivos resultados face à sociedade brasileira com análise do papel das associações japonesas no Brasil na trajetória da comunidade nipo-brasileira.

## **2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

Em relação aos objetivos gerais, pretende-se aferir o papel das associações japonesas no

Brasil na trajetória da comunidade nipo-brasileira, com revisão de literatura relevante.

No que diz respeito aos objetivos específicos, propõe-se a análise da essencialização de uma Identidade Étnica Japonesa e o surgimento e integração da comunidade nipo-brasileira no Brasil, bem como o relevante papel das associações japonesas no Brasil.

## **2.1 Metodologia Adotada**

1ª Fase: Pesquisa quantitativa, qualitativa e explicativa com revisão da literatura relevante relativa ao surgimento e integração da comunidade nipo-brasileira no Brasil;

2ª Fase: Enquadramento da comunidade nipo-brasileira no Brasil, dificuldades e benefícios, bem como o papel das associações japonesas no Brasil.

## **3. MIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL E A ESSENCIALIZAÇÃO DE UMA IDENTIDADE ÉTNICA JAPONESA**

### **3.1 Um pouco de história**

Devido às Leis Anti-Imigração, que negavam completamente a entrada a imigrantes japoneses tanto no Canadá, em 1923, como nos Estados Unidos, em 1924(NGAI), os japoneses começaram a migrar mais para países sul-americanos, incluindo o Brasil.

O governo japonês promoveu esta mudança de migrante promovendo o continente sul-americano como a “terra de oportunidades” em que os emigrantes japoneses podiam realizar objetivos nacionais.

Os japoneses aprovaram medidas legislativas para proteger as empresas de emigração e ajudar o emigrante na sua viagem e assimilação a um novo país.

A partir do ano de 1925, e quando o governo japonês passou a subsidiar de forma direta a vinda de seus súditos em acordos com o Brasil, galgaram em escala os números de entrada de japoneses.

De 1908 até 1924 registrou-se a entrada de 32.366 indivíduos, enquanto para o período de 1924 a 1935 foram registrados 141.732 imigrantes. Esta fase, que abarca os anos 1925 a 1941, pode ser observada como um segundo momento da imigração japonesa (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2008, p. 21).

Desta forma, foram concedidos subsídios às empresas de emigração para propaganda e trabalho de campanha que encorajavam a emigração. Estas medidas pró-ativas dos japoneses para proteger os seus emigrantes conduziram ao desenvolvimento de um programa “que foi centralizado e racional na sua gestão da emigração para o país do Brasil”.

Como consequência, este programa originou um enorme afluxo de entradas japonesas no Brasil, entre 1925 e 1935 –cerca de 6.000 e 25.000 japoneses, respectivamente, que estabeleceram colônias agrícolas(HAUSER, 1942, p. 11).

Porém, esta prosperidade foi de curta duração.

Devido a pressões estrangeiras e internas, incluindo pressões dos Estados Unidos sobre o Brasil para fechar a sua fronteira aos asiáticos e sindicatos de trabalhadores que desejavam quotas de imigração, o legislador brasileiro introduziu uma série de leis de quotas de imigração nos anos de 1930, 1934, 1935, 1936, e 1938 (GERALDO, 2009).

As restrições tornaram-se mais acentuadas com o fim da Segunda Guerra Mundial. Tal como nos Estados Unidos, a eclosão da guerra trouxe o início do sentimento racista em relação aos japoneses. Estes sentimentos tornaram-se ainda mais fortes quando o Brasil declarou guerra ao Japão, em Junho de 1945.

Contudo, os japoneses eram uma importante fonte de mão de obra nas fronteiras, e com a criação destas quotas de imigração, o trabalho fronteiriço perdeu uma importante fonte de mão de obra, forçando os brasileiros a rever essas medidas legislativas.

De fato, e após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi o primeiro país a abrir-se à imigração renovada do Japão. (JOHNSON, 2005, p. 6)

O contingente japonês ao Brasil no período pós-guerra, entre 1953 e 1973, foi de aproximadamente 53 mil pessoas(SASAKI, 2006).

Por norma, os japoneses chegavam ao Brasil como trabalhadores agrícolas contratados. Quando aí chegaram, muitos ficaram chocados ao descobrir que o Brasil ainda não era uma sociedade industrializada (EDUCAÇÃO), sendo as condições de trabalho extremamente duras.

O desânimo acentuou-se quando tiveram conhecimento que não existiam escolas ou grandes povoados no interior de São Paulo.

Contudo, a Escola Taisho, primeira escola de língua japonesa do Brasil, foi inaugurada em 1915 em São Paulo (CARVALHO, 2003). Em algumas áreas, as escolas japonesas em tempo integral abriram porque não existiam escolas locais nas proximidades dos assentamentos japoneses.

Como respostas a estas condições precárias, muitos imigrantes japoneses quebraram seus contratos e fugiram das plantações.

No entanto, após a fuga das plantações, muito poucos deixaram o país. Pelo contrário, muitos adquiriram terras por um valor extremamente baixo que eram conhecidas como tão “pobres em qualidade ou tão mal drenadas que ninguém mais as queria” (p. 11; JOHNSON, 2005). Estas terras ficaram conhecidas como “terra japonesa”.

Apesar deste aparente isolamento da cultura tradicional brasileira, os imigrantes japoneses começaram lentamente a assimilar-se à cultura do seu novo país. Estas mudanças culturais incluíram e incluem: a troca de vestuário japonês por estilos de vestuário ocidentais, a concepção arquitetônica de edifícios, a aceitação de jogos brasileiros, uma mistura de comidas culturais, a aceitação do português como língua materna, um aumento do número de japoneses brasileiros que se reconhecem como católicos e ainda casamentos biculturais. (SMITH, 1979, p. 57).

### **3.2 Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938 - Publicação Original**

O Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938 - Publicação Original (LEGISLAÇÃO INFORMATIZADA - DECRETO-LEI Nº 406, 1938), que teve como objetivo o enfraquecer a identidade imigrante e a brasilianização da população, limitando severamente os direitos de organização das comunidades imigrantes.

A título de exemplo, e entre outros, o CAPÍTULO IV que trata de TRATADOS BILATERAIS prevê:

Art. 19. A União celebrará tratados bilaterais de imigração e colonização com o fim de atrair para o País e nele fixar trabalhadores agrícolas.

Art. 41. Nos núcleos, centros ou colônias, quaisquer escolas, oficiais ou particulares, serão sempre regidos por brasileiros natos.

No seu Art. 76. “Incumbe ao Conselho” prevê, entre outras alíneas:

d) deliberar sobre os pedidos dos Estados, relativos à introdução de estrangeiros;

e) decidir a respeito dos pedidos das empresas, associações, companhias e particulares que pretendam introduzir estrangeiros.

Assim e em relação à educação formal, o decreto proibia a publicação de qualquer livro, revista ou jornal em qualquer língua estrangeira. Os imigrantes deixaram de ser autorizados a administrar escolas rurais e o ensino de línguas estrangeiras para crianças menores de catorze anos seria proibido. O currículo tinha ainda que se concentrar em temas brasileiros.

O Decreto 406 não limitou somente a capacidade do imigrante de educar seus filhos, mas também de fundar e administrar associações. O decreto proibia os assentamentos rurais povoados por um único grupo nacional e limitava a participação de cada grupo nacional a não mais do que um quarto da população total de cada assentamento. Pelo menos 30% da população tinha que ser nativa brasileira e nos casos em que não houvesse um número suficiente de brasileiros, os imigrantes portugueses deveriam substituí-los.

### **3.3 A essencialização de uma Identidade Étnica Japonesa**

A origem/etnia trata-se da marca mais proeminente que diferencia os nipo-brasileiros como etnicamente “japoneses” no Brasil.

Embora, pelas suas características físicas, a maioria dos nikkeijin brasileiros (DANIÉLA DE CARVALHO, 2003), não tenha qualquer problema em serem apontados como “japonês”, aqueles que desejam ser plenamente aceitos como brasileiros majoritários e não querem ser tratados como uma minoria étnica dizem que por vezes as feições não ajudam.

No entanto, os brasileiros que desenvolvem relações estreitas com japoneses culturalmente assimilados, são eventualmente capazes de ver para além da questão étnico-física e não os continuam a designar como “japoneses”.

As diferenças étnicas entre os nikkeijin brasileiros que constituem a sua proeminente identidade étnica “japonesa” não se limitam simplesmente às suas características físicas percebidas, mas estendem-se também à sua experiência de distinção sociocultural, que são consideradas como um produto da sua herança e educação japonesa. (TSUDA, 2000)

Embora sejam numericamente menores e não sejam os detentores do poder dominante numa sociedade, gozam de um estatuto socioeconômico significativamente mais

elevado do que a maioria da população e as suas qualidades culturais e posição social distintas são respeitadas, e mesmo admiradas.

Isto contrasta com as definições habituais de minorias como grupos sociais que ocupam um baixo estatuto socioprofissional e sofrem de discriminação, preconceito e exclusão social (TSUDA, 2000).

Ao contrário destas “minorias negativas”, os nipo-brasileiros pelo seu estatuto socioeconômico e educacional relativamente elevado, pela sua filiação com o Japão como um país respeitado do Primeiro Mundo e pelos seus atributos culturais “japoneses” positivos, são bem vistos pelos brasileiros.

Desde a urbanização, os japoneses têm experimentado uma considerável mobilidade social (TSUDA, 2000, p. 7, 8), e ocupam atualmente uma posição socioeconômica de classe média significativamente mais elevada do que a média brasileira. De acordo com um censo realizado pelo Centro de Investigação de Humanidades de São Paulo 1987-1988 sobre o nikkeijin brasileiro, 43,3% são profissionais, gestores ou trabalhadores de escritório, e outros 20,9% estavam em empresas privadas.

De fato, muitos nikkeijin estão bastante conscientes do seu estatuto socioeconômico relativamente elevado na sociedade brasileira e expressam por vezes um orgulho considerável nas suas realizações étnicas passadas e na sua posição social atual, afirmando que a maioria dos nikkeijin serão bem sucedidos.

## **4. O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES JAPONESAS NO BRASIL**

### **4.1 A importância da criação de associações**

Os nipo-brasileiros são a maior comunidade étnica japonesa fora do Japão (cerca de 2 milhões), e São Paulo contém a maior concentração de japoneses fora do Japão. Paraná e Mato Grosso do Sul possuem igualmente uma grande comunidade japonesa.

Será interessante mencionar que na primeira fase da imigração as associações e realizações coletivas foram extremamente importantes para a manutenção de uma identidade dos imigrantes, tendo em vista o acontecimento das muitas situações adversas, bem como o bom resultado dos seus empreendimentos. Organizações, tais como jornais em língua japonesa, escolas primárias e cooperativas agrícolas começaram a se estabelecer no decorrer do primeiro decênio da imigração.

Assim, nos primeiros anos da imigração e de maneira a poderem promover os seus interesses comuns, os japoneses criaram associações.

De igual forma e muito importante, era a necessidade de assistência mútua. Isto é, a assistência mútua através de associações(MOYA, 2007, p. 833-864).

Também, a necessidade de construir e manter escolas eram uma força de necessidade maior. Por conseguinte, sempre que uma comunidade tomava forma, fosse urbana ou rural, era criada uma associação.

Algumas eram compostas por membros de uma aldeia ancestral, um pequeno agrupamento cultural homogêneo, ou compostas por um agrupamento heterogêneo (MOYA, 2007).

Os representantes do serviço japonês no estrangeiro viram rapidamente o valor das associações e exploraram as mesmas para fins culturais, sociais e econômicos e até nacionalistas. Isso incluía a divulgação de materiais propagandísticos do Japão, nomeadamente livros escolares, jornais, revistas, e filmes para assim perpetuar “o espírito do velho Japão”.

Naturalmente, as associações, as escolas e as cooperativas agrícolas, fundadas pelos japoneses, ajudaram a estreitar as relações para enfrentar as condições encontradas na nova terra.

Com o passar do tempo e a melhoria do estatuto econômico dos imigrantes, a função de bem-estar tornou-se menos importante(IBGE, 2008).

As amizades desenvolveram-se e os empréstimos foram realizados numa base pessoal.

#### **4.2 Algumas das associações nipo-brasileiras mais relevantes**

Em São Paulo existem duas publicações japonesas, a São Paulo Shimbun (SHIMBUN) e a Nikkei Shimbun. A primeira foi criada em 1946 e a segunda em 1998. Esta última tem uma edição portuguesa, o Jornal Nippak (SHIMBUN), e ambas as publicações têm sites portugueses. O Jornal Paulista, fundado em 1947, e o Diário Nippak, fundado em 1949, são os antecessores do Nikkey Shimbun.

O Nippon Shimbun e o Seishu Shino foram os jornais japoneses mais influentes. Ambos foram publicados em São Paulo.

O Nambei, publicado em 1916, foi o primeiro jornal japonês do Brasil. Em 1933, 90% dos brasileiros de origem asiática liam publicações japonesas. O aumento do número de publicações deveu-se à imigração japonesa para o Brasil, contudo o governo proibiu a publicação de jornais japoneses durante a Segunda Guerra Mundial (LESSER, 1999).

Outras associações sob vários títulos surgiram em São Paulo, bem como nos estados de Paraná, Mato Grosso, e Minas Gerais. Só em Shindo Remmei (DISCOVERNIKKEI), estimava-se que o número de membros ativos ultrapassava as 50.000 pessoas.

Uma outra entidade ainda vigente é a Sociedade de Amigos - SAMA, criada em 1952, vinculada à LACA, que reúne 400 famílias da zona urbana, sendo a entidade responsável pelas atividades culturais, esportivas e sociais da comunidade nipo-brasileira de Assaí (GUIAMAIS).

A Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira do Estado do Rio de Janeiro (REN-MEI) é entidade herdeira do Rio Sport Club, fundado em 1948(NIPPOBRASILIA).

No ano de 1954, foi criada a Federação Japonesa das Associações de Além-Mar, cujo objetivo era apoiar os candidatos com cursos preparatórios e encaminhá-los até o país de destino, de navio ou de avião (IBGE, 2008). A amplitude da corrente imigratória, nesta nova fase, pode ser percebida pelo número de portos de desembarque utilizados pelos japoneses, que iam desde o tradicional porto de Santos aos portos de Belém, Recife, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Outras instituições, tais como a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social - Bunkyo (BUNKYO), a mais famosa associação nipo-brasileira, até à atualidade, opera para a união dos descendentes através da cultura japonesa.

Por isso, o Bunkyo, fundada em 17 de dezembro de 1955, trata-se de uma associação brasileira de cultura e assistência social japonesa que promove atividades culturais, artísticas, educativas, desportivas e de assistência. O Bunkyo acabou por crescer em popularidade com os estudantes japoneses residentes em São Paulo, local onde a associação se encontra sediada, tendo começado, de forma ativa, a participar em festas e eventos organizados pela associação.

Teve igualmente o papel fundamental de criação de um sentido de união entre os japoneses Brasileiros e recriação de sua imagem no Brasil com a participação de proprietários de terras, empresários, médicos, e até mesmo políticos, ao contrário do estereotipado agricultor pobre. A organização acabou por desenvolver grande credibilidade internacional e no ano de 1958, cinquentenário da migração japonesa para o Brasil, foi homenageada com a presença do Príncipe Mikasa do Japão (EMBAIXADA DO JAPÃO).

Da mesma forma, foram criadas entidades educacionais logo após a imigração inicial de maneira a garantir que os costumes japoneses não se desaparecessem entre as gerações nascidas no Brasil.

Importante mencionar que muitas das escolas japonesas foram mantidas pelas associações, que designavam professores imigrantes com maior conhecimento da cultura de origem, tal como a Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná (PARANÁ), cuja missão é a melhoria e cooperação entre a entidade e 56 Associações filiadas da comunidade nipo-brasileira residente no Estado do Paraná através de atividades culturais, esportivas, educacionais e filantrópicas.

E entre as associações juvenis criadas pela iniciativa Nikkei no Brasil, uma das mais sólidas é a ABEUNI (Aliança Universitária Beneficente de São Paulo) (abeuni), que foi fundada em 10 de março de 1984.

Cecilia Ikedo, presidente da gestão 2014, esclarece:

“Nossa missão é melhorar o bem-estar da população por meio do atendimento humanizado, promovendo saúde, educação e cidadania aliada ao desenvolvimento pessoal e social dos voluntários” (DISCOVERNIKKEI, 2005)

Esta associação teve origem a partir da ABENIBRA (Associação Beneficente Nipo-Brasileira) (CNPJ.INFO), composta por médicos e profissionais de saúde que atendem imigrantes japoneses que não têm acesso a hospitais ou têm problemas com a língua portuguesa.

Em 2006, a Liga Desportiva Norte Paranaense fundiu-se à Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, que é a entidade que congrega as associações nipobrasileiras do estado. A primeira teve sua origem nas associações nipo-brasileiras, implantadas à medida que se aglutinavam famílias, fosse na área urbana ou na rural. A segunda, fundada há mais de 30 anos, é de utilidade pública reconhecida pelos governos municipal (Londrina), estadual e federal e tem sua sede em Londrina.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o surgimento dos Japoneses no Brasil, pode-se constatar o aparecimento de uma importante classe média devido à progressiva desintegração da estrutura social rural após a urbanização e industrialização.

Assim, os japoneses e os seus descendentes, que se tornaram agricultores independentes, empresários e profissionais, encontram-se fortemente representados.

Verificou-se igualmente que a migração de jovens mulheres japonesas para o Brasil foi extraordinariamente promovida com a intenção de aumentar a sua expansão para o país. Em 1932, foi publicado um jornal oficial da Associação Japonesa Brasileira destacando a importância das mulheres para a construção da comunidade japonesa no Brasil (LU, 2017, p. 28(3-4):437-467).

Duas características comuns destacam-se na formação dos núcleos de imigração japonesa no Brasil:

- As Associações culturais e/ou esportivas, onde algumas tradições da cultura japonesa eram reavivadas e as crianças iniciavam as aulas da língua de seus pais e avós,
- E as Cooperativas, que reuniam imigrantes para comercialização dos produtos agrícolas cultivados.

Importante referir que a primeira cooperativa foi fundada em 1919, sob a denominação de Sindicato Agrícola Nipo-Brasileiro, ligada aos orizicultores de Uberaba, e a mais conhecida, a Cooperativa Agrícola de Cotia, oficialmente fundada em 1927 (com 87 sócios), que estende sua atuação do estado de origem aos outros estados do Brasil(-TOMOKO SAKUMA e M.A.).

Verificou-se ainda que os nikkeis no Brasil, ao invés da língua, o aspecto físico e as tradições são os fatores indicador mais forte da etnicidade (TSUDA, 2000), e muitos aspectos da cultura japonesa, tais como o vestuário, a comida e as formas de arte foram transmitidos sem o uso da língua japonesa (CRAIG e FARIA, 2021).

Ainda no que diz respeito às associações, e no caso brasileiro, as associações de imigrantes trabalharam para influenciar os políticos para aumentar os gastos com educação em nível local, transformando o capital social em capital político ao longo do tempo.

Em áreas onde o capital social dos imigrantes era baixo, tal transformação não ocorreu. A eficácia da capacidade de organização de cada grupo depende do tamanho de cada comunidade dentro de um determinado município. E até porque, o tamanho do grupo pode influenciar a capacidade de organização dos grupos de imigrantes para resolver problemas de ação coletiva local e fornecer bens públicos a sua comunidade.

De referir que, as associações criadas pelos japoneses tinham como objetivo “antes de tudo, fornecer educação a seus filhos”.

Assim, e antes de qualquer outra questão, as associações construíram escolas. Escolas essas que funcionavam não só para fornecer educação formal, mas também para servir como o principal meio através do qual a cultura japonesa, incluindo a alta consideração pela educação, seria transmitida às gerações futuras (CRAIG e FARIA, 2021).

Por outro lado, e a fim de manter uma comunidade totalmente japonesa, o Japão acreditava que não deveria haver mistura com os brasileiros. Desta forma, foram estabelecidas associações em São Paulo com o objetivo de casar mulheres japonesas e colonos japoneses para manter a colônia em funcionamento. Os Nihonjinkai eram associações locais japonesas que ofereciam serviços de casamenteiro entre as comunidades japonesas no Brasil.

Tiveram bastante sucesso nas primeiras décadas do movimento migratório; no entanto, houve uma força inevitável que uniu imigrantes japoneses e cidadãos brasileiros, contribuindo, desta forma, para uma população ainda mais diversificada no Brasil. Esta foi uma mudança gradual que coexistiu com um impulso remanescente para preservar a cultura japonesa, mesmo nesta sociedade cada vez mais heterogênea (GRAEL, 2022, p. 13).

As associações cívicas, como representante da comunidade japonesa, também assumiram o papel de métodos de organização para celebrar simultaneamente as duas culturas. Assim, os imigrantes japoneses estavam abertos à assimilação e integração na sociedade brasileira, demonstrando o desejo de se estabelecer permanentemente no país (GRAEL, 2022, p. 35).

Por último, confirma-se que muitos elementos, das culturas japonesa, foram incorporados aos costumes brasileiros ou são agora transmitidos entre gerações por seus descendentes.

Como trabalho futuro, pretende-se explorar com mais detalhe as questões e dimensões relativas às associações nipo-brasileiras e os seus resultados atuais.

## REFERÊNCIAS

ABEUNI. abeuni. Disponível em: <https://www.abeuni.org.br/abeuni/>. Acesso em: 2022.

BUNKYO. SOBRE O BUNKYO. bunkyo. Disponível em: <https://www.bunkyo.org.br/br/sobre-o-bunkyo/quem-somos/>. Acesso em: 2022.

CARVALHO, Daniela D. *Migrants and Identity in Japan and Brazil*. taylorfrancis, 2003. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780203220719/migrants-identity-japan-brazil-daniela-de-carvalho>. Acesso em: 2022.

CNPJ.INFO. Associação Beneficente Nipo Brasileira | Abenibra. cnpj.info. Disponível em: <http://cnpj.info/Associacao-Beneficente-Nipo-Brasileira-Abenibra-Sao-Paulo>. Acesso em: 2022.

CRAIG, J. D.; FARIA, Anna B. *International Journal of Educational Development Immigrant nationality and human capital formation in Brazil*. /economics.uccs.edu, 2021. Disponível em: <https://economics.uccs.edu/sites/g/files/kjihxj2156/files/2021-11/Immigrant-Nationality.pdf>. Acesso em: 2022.

DANIELA DE CARVALHO, D.D. *Migrants and Identity in Japan and Brazil: The Nikkeijin* (1st ed.). Routledge, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203220719>. Acesso em: 2022.

DISCOVERNIKKEI. Entidades Nikkeis: ABEUNI. discovernikkei, 2005. Disponível em: <http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2015/1/21/abeuni/>. Acesso em: 2022.

DISCOVERNIKKEI. SHINDO RENMEI, a Dark Chapter in the History of Japanese Immigration in Brazil. discovernikkei. Disponível em: <http://www.discovernikkei.org/en/journal/2018/11/7/shindo-renmei/>. Acesso em: 2022.

EDUCAÇÃO, Mundo. Industrialização brasileira. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-industrializacao-brasileira.htm>. Acesso em: 2022.

EMBAIXADA DO JAPÃO, 110 A. D. D. Embaixada do Japão, 110 anos de celebração. Embaixada do Japão, 110 anos de celebração. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/110anos/110.html>. Acesso em: 2022.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil, 2009. Disponível em: [https://bradonegro.com/content/arquivo/17062019\\_150835.pdf](https://bradonegro.com/content/arquivo/17062019_150835.pdf). Acesso em: 2022.

GRAEL, Sofia. Japanese Migration to Brazil: How Japanese Immigrants Assimilated into Brazilian Society while Preserving their Culture. open.library.ubc.ca, 2022. Disponível em: <https://open.library.ubc.ca/soa/cIRcle/collections/undergraduateresearch/52966/items/1.0413143>. Acesso em: 2022.

GUIAMAIS. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA NIPO BRAS DE ASSAI. Guiamais. Disponível em: <https://www.guiamais.com.br/assai-pr/associacoes-e-organizacoes/associacoes-culturais-desportivas-e-sociais/2292888630-5825235/associacao-cultural-e-esportiva-nipo-bras-de-assai>. Acesso em: 2022.

HAUSER, Henri. Japanese Immigration in Brazil. JAPANESE IMMIGRATION, 1942. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/151604731.pdf>. Acesso em: 2022.

HIGUCHI, Katsuo. SHINDO RENMEI, uma página sombria da imigração japonesa no Brasil. discovernikkei.org, 2018. Disponível em: <http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2018/11/7/shindo-renmei/>. Acesso em: 2022.

IBGE, INSTITUTO B. D. G. E. E. resistência & integração - 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=238935>. Acesso em: 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Rio D. J. 2. Resistência & Integração 100 anos de imigração japonesa no Brasil, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38935.pdf>. Acesso em: 2022.

JOHNSON, Lucie. The Japanese in Brazil. <https://digitalcommons.wou.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1355&context=his>, Western Oregon University, 30 maio 2005. Acesso em: 2022.

LEGISLAÇÃO INFORMATIZADA - DECRETO-LEI Nº 406, de 4. D. M. D. 1.- P. O. Decreto Lei 406. Legislação Informatizada - Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938 - Publicação Original, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>.

LESSER, J. Negotiating national identity: Immigrants, minorities, and the struggle for ethnicity in Brazil. books.google.com, 1999. Disponível em: <https://books.google.com>.

pt/books?hl=en&lr=&id=8g\_NduoKW3MC&oi=fnd&pg=PR9&dq=Brazilian+government+banned+the+publication+of+J. Acesso em: 2022.

LU, Sidney X. Japanese American Migration and the Making of Model Women for Japanese Expansion in Brazil and Manchuria, 1871-1945. researchgate, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/322305192\\_Japanese\\_American\\_](https://www.researchgate.net/publication/322305192_Japanese_American_). Acesso em: 2022.

MOYA, Jose. Journal of Ethnic and Migration Studies (Revista de Estudos Étnicos e Migratórios), 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13691830701265420>. Acesso em: 2022.

MOYA, Jose C. Immigrants and Associations: A Global and Historical Perspective, 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/248979320\\_Immigrants\\_and\\_Associations\\_A\\_Global\\_and\\_Historical\\_Perspective](https://www.researchgate.net/publication/248979320_Immigrants_and_Associations_A_Global_and_Historical_Perspective). Acesso em: 2022.

NGAI, Mae. A estranha carreira do imigrante ilegal: restrições à imigração e política de deportação nos Estados Unidos, 1921-1965. scielo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/Bykn4G8Vrq9jSW6QB6FS7Lj/?lang=pt>. Acesso em: 2022.

NIPO-BRASILEIROS, Centro D. E. Distribuição Regional da População. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. Disponível em: [https://www.cenb.org.br/articles/display\\_pt/Distribuicao%20Regional%20da%20Populacao](https://www.cenb.org.br/articles/display_pt/Distribuicao%20Regional%20da%20Populacao). Acesso em: 2022.

NIPPOBRASILIA. nippobrasilia. Disponível em: <https://www.nippobrasilia.com.br/associacao/associacao-cultural-e-esportiva-nipo-brasileira-do-rio-de-janeiro-renmei-rio-de-janeiro-rj/>. Acesso em: 2022.

PARANÁ, Aliança C. B.-J. D. Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná. Disponível em: <https://aliancalon.wixsite.com/home/quemsomos>. Acesso em: 2022.

ROBERT J. SMITH, The J. O. J. S. The Ethnic Japanese in Brazil. jstor, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/132086?origin=crossref>. Acesso em: 2022.

SASAKI, Elisa. A imigração para o Japão, 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/250983559\\_A\\_imigracao\\_para\\_o\\_Japao](https://www.researchgate.net/publication/250983559_A_imigracao_para_o_Japao). Acesso em: 2022.

SHIMBUN, Nihon K. Nihon Keizai Shimbun. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Nihon-keizai-shimbun>.

SHIMBUN, São P. São Paulo Shimbun. Disponível em: <https://saopauloshimbun.com.br/>. Acesso em: 2022.

SMITH, Robert J. The Ethnic Japanese in Brazil. <https://www.jstor.org/stable/132086>, 1979. Disponível em: The Ethnic Japanese in Brazil. Acesso em: 2022.

TOMOKO SAKUMA, B.A.; M.A. Language, Culture and Ethnicity: Interplay of Ideologies within a Japanese Community in Brazil. proquest. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/4ce96fc9619854d9e6bb5bcaa6053130/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750>. Acesso em: 2022.

TSUDA, Takeyuki. The Benefits of Being Minority: The Ethnic Status of the Japanese-Brazilians in Brazil. The Benefits of Being Minority: The Ethnic Status of the Japanese-Brazilians in Brazil, 01 maio 2000.





XIII

**Deslocamento do  
índigo japonês:  
China – Japão – Brasil**

Kiri Miyasaki<sup>1</sup>**Sumário**

<b>1. Introdução.....</b>	<b>226</b>
1.1 Deslocamento planta – pessoa .....	226
<b>2. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>229</b>
<b>3. OBJETIVOS .....</b>	<b>232</b>
<b>4. RELATO INDIVIDUAL .....</b>	<b>232</b>
4.1 Deslocamento pessoa – pessoa .....	232
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>238</b>
<b>SOLENIDADE DE PREMIAÇÃO DO 3º CONCURSO DE MONOGRIAS.....</b>	<b>241</b>

**1. INTRODUÇÃO****1.1 Deslocamento planta – pessoa**

*Persicariatinctoria* é o nome científico da planta conhecida popularmente como índigo japonês, que é nativa do sul da China e se deslocou para o Japão no século V. Desta planta é feito o tradicional *sukumo*, concentração de folhas secas para preparo da tina de tingimento azul. Este processo é feito somente no Japão, na região da prefeitura de Tokushima (BALFOUR, 2012). Na China é feita a extração do pigmento azul o mesmo processo feito em diversas partes do mundo e com maior relevância na Índia<sup>2</sup>. Segundo Laroque (2010), a planta índigo japonês é nativa também do Vietnã, conhecida ao redor do mundo por diversos nomes populares<sup>3</sup>. Em relação ao conhecimento de botânica na China, somente a partir do século XIX, por volta de 1858, que foi publicado o primeiro livro sobre botânica moderna e após 70 anos da publicação que surgiu a botânica como um campo científico. Em chinês *Lan* 藍 é um grupo genérico que designa “plantas que contém pigmento azul”, assim como a palavra índigo. Este grupo engloba quatro espécies de plantas índigo liaolan (*Persicariatinctoria*), Malan

1 Fui aluna de índigo na Fazenda Buaisou no Japão. Desenvolvi direção de documentário sobre a planta índigo japonês subsidiada pela Secretaria da Cultura do governo do Estado de São Paulo. Atualmente realizo pesquisa e cultivo da planta índigo japonês em Mairiporã- SP.

2 Na Índia é usada outra espécie de planta índigo, a *Indigoferatinctoria*.

3 Em japonês é conhecido como ai, em coreano Jjok, em francês persicaire desteinturiers, persicaire indigotier, renoué desteinturiers, renoué persicaire, em inglês chinês índigo, chinês índigo plant, knowteede knowteed índigo.

(*Strobilanthebuscusia*), songlan (*Isatistinctoria*) e mulan (*Indigoferatinctoria*)<sup>4</sup>. É uma forma de agrupamento que segue o ponto de vista abrangente (plantas com pigmentação azul) e não as espécies botânicas, visto que todas as plantas acima não pertencem ao mesmo gênero (MÉTAILLÉ, 2012).

Porém, apesar da botânica enquanto disciplina ser algo recente, o uso de índigo na China é datado desde a Dinastia Zhou 1050–771 a.C (LAROQUE, 2010). No período Han seu uso já era aprimorado<sup>5</sup> conforme resíduos têxteis encontrados, como por exemplo, na Caverna 17 das Grutas de Mogao. O sítio arqueológico está situado no que hoje conhecemos como Rota da Seda, perto da cidade de *Dunhuang*. É um local sagrado, um santuário de peregrinação budista. Estes resíduos estão atualmente no Victoria Albert Museum e foram coletados pelo arqueólogo Sir Marc Aurel Stein (STEIN, 1921; ZHAO, 2007).

Atualmente este fazer ainda é realizado por etnias minoritárias como *Dong*, povo que habita a região de Guizhou na China. É uma cultura passada de geração para geração, de mãe para filha, algo tão importante quanto cultivar arroz ou fermentar peixe. Segundo Lai Lei (2017) ter um tear é tão importante quanto ter uma vaca. Os tecidos do Vale Dali, povo *Dong*, são tão valorizados que durante os festivais existe uma competição amigável sobre o azul mais reluzente. Este brilho é conferido batendo um grande martelo de madeira com extrato de couro bovino ou clara de ovo. Segundo as tradições, toda mulher com mais de 40 anos tem uma banheira na cozinha com corante índigo e é importante que a banheira seja colocada em local de acordo com os princípios do *fengshui*. Uma vez que a banheira for colocada em uma disposição não adequada, a tina é arruinada. Muitos fatores podem influenciar o sucesso de tingimento com índigo segundo as mulheres *Dong*, como por exemplo, a presença de mulheres grávidas ou menstruadas. Para um tecido tradicional com azul intenso, leva-se cerca de duas semanas para ficar pronto. Ao final não é somente o tecido escuro que é apreciado, aquela mulher que tiver as mãos mais azuis também demonstra que é uma incrível tintureira (QIN, 2017).

No Chinese National Museum of Ethnology há um grande acervo do povo Miao, que habita o sudoeste da China e historicamente não tinham escrita. Por isso, as peças ricamente tingidas com índigo são bordadas, carregando assim histórias, símbolos, verdadeiros processos artísticos que evidenciam um complexo sistema social. São formas de distinção, são textos não linguísticos que transportam significado e narrativas e que criam laços que vão muito além do tecido (ATLAS, 2020; CHINESE NATIONAL MUSEUM OF ETHNOLOGY, 2020).

4 BALFOUR (2012).

5 BALFOUR (2012).

Assim como o índigo japonês *Persicariatinctoria* migrou da China para o Japão, o mesmo ocorreu com a sericultura (cultura de seda). Acredita-se que essa passagem, da cultura da seda, se deu por volta de 3000 a.C, no início da era da agricultura. Nesta época, não havia belos padrões tecidos como conhecemos hoje, eram técnicas mais primitivas (YOSHIOKA, 2010).

A palavra índigo (ai em língua japonesa) tem significados múltiplos: pode se referir à planta, ao corante ou à cor. De fato, a palavra japonesa *futaai* (dois índigos) sugere que a palavra significa corante de índigo ou cártamo (açafraão) conhecida como benibana em japonês. Benibana é originário da região Wu da China antiga e Wu é chamado de *kure* no Japão. A cor avermelhada produzida por *benibana* é conhecida como *kurenaino* Japão e *beni* (prefixo de *benibana*) tem o mesmo significado que *kurenai* (carmesim). Este nome provavelmente vem da expressão *kure no ai* (índigo de *wu*) (KAWAHITO, 2015).

Os japoneses desenvolveram técnicas de tingimento e tecelagem durante cerca de dois mil anos. Muitos instrumentos foram encontrados em escavações datadas do século I ao século IV d.C, estes locais eram tumbas de poderosos clãs. Na verdade, há registros em um livro sobre a Dinastia Wei (China - século II a III d.C) que cita a Rainha Himiko (Japão) ofertando, como presentes, tecidos azuis e vermelhos ao Imperador chinês. Neste caso, o azul é originado de um mineral que contém cobre e não da planta índigo japonês (YOSHIOKA, 2010).

Embora o índigo tenha existido no Japão há mais tempo, é possível traçar um caminho do índigo japonês, desde a Era *Muromachi* (1338–1573), porém, somente na Era *Edo* (1603–1867)<sup>6</sup> a demanda cresceu significativamente. Isso ocorreu devido à entrada do cultivo de algodão no Japão vindo de Portugal<sup>7</sup> e da China. As fibras macias do algodão são fáceis de cultivar e ofereceram uma revolução na vida cotidiana fornecendo calor e aquecimento. Os senhores das terras, os *daimyo*, enriqueceram com o cultivo do algodão, ao contrário dos camponeses que tiveram que economizar para que pudessem ter alguns pedaços de algodão (KAWAHITO, 2015).

A Era Edo foi um momento extremamente importante para a sociedade japonesa, visto que marcou a transição do Japão feudal para o capitalismo (POZZETTI, 2016). Também é nesta época que o sistema ie tem início, se deslocando até meados do século XIX. *Ie*, em japonês, significa família, casa, mas muitos autores defendem que há um significado mais abrangente, sendo a nomenclatura para divisão de terras, lotes, herança, negócios, é uma instituição familiar passada de geração para geração. Atualmente pode soar estranho, mas até algumas décadas atrás era um sistema que governava o comportamento e os valores dos japoneses. Este sistema de herança de terras, por

<sup>6</sup> Este período também é conhecido como Tokugawa.

<sup>7</sup> Segundo Yoshioka (2010), os portugueses foram os primeiros europeus a chegarem no Japão em 1543.

exemplo, é um sistema de herança único. O filho mais velho herdava a maior cota de terras para evitar a divisão posterior do território de um clã em seções menores<sup>8</sup>. Outro ponto muito importante do sistema ie é o sobrenome (SAKATA, 2013).

Posteriormente, no século XVIII, os comerciantes da cidade de Tokushima possuíam o controle do comércio de índigo no Japão. Os motivos para que Tokushima fosse a cidade azul da região se devem principalmente à geografia e ao clima ao longo do rio Yoshino. As constantes cheias deixavam o solo fértil e o cultivo de arroz inviável, logo, o índigo foi uma boa alternativa, pois a colheita é feita antes da passagem dos tufões. A idade de ouro do índigo para Tokushima foi ao final do século XIX e começo do século XX, quando em 1903 a área de cultivo chegou a 150 milhões de metros quadrados. O índigo continua sendo até hoje a força vital de Tokushima (KAWAHITO, 2015).

## 2. JUSTIFICATIVA

Para as tradições Orientais, ritos são peças fundamentais para dar sentido à vida. Na cidade de Oga na província de Akita, por exemplo, todo ano novos homens são vestidos como divindades, conhecidos como namahage, e vão de casa em casa para assustarem as crianças desejando boa saúde. As divindades estão em estátuas e placas de sinalização ao longo da cidade e em pacotes de lembrança, isso nos mostra a profunda relação entre o ritual e as pessoas desta região (NHK, 2018). Em 2018, a UNESCO adicionou dez rituais a sua lista de tradições que são Patrimônio Cultural Imaterial, são eles:

- Ogano Namahage (Oga, Província de Akita),
- YoshihamanoSuneka (Ofunato, Província de Iwate),
- YonekawanoMizukaburi (Tome, Província de Miyagi),
- YuzanoKoshogatsu Gyoji (Yuza Província de Yamagata),
- Noto noAmamehagi (Noto e Wajima, Província de Ishikawa),
- MishimanoKasedori (Saga, Província de Saga),
- KoshikijimanoToshidon (Satsuma-Sendai, Província de Kagoshima),
- Satsuma-ioujimana Mendon (Mishima, Província de Kagoshima),
- Akusekijima no Boze (Toshima, Província de Kagoshima),
- Miyakojima noPaantou (Miyakojima, Província de Okinawa)(UNESCO, 2018).

<sup>8</sup> Clã é um grupo de pessoas nobres unidas por descendência comum. Durante o período Heian (794–1185) a classe samurai ganhou destaque e assim começou a adotar nomes para seus clãs. Eventualmente o campesinato começou a adotar os nomes dos clãs também. A partir da era Muromachi(1338–1573) estes nomes foram menos usados, porém nunca desapareceram. Foram usados por samurais em documentos para expressar autoridade e também em eventos importantes. Estes nomes, posteriormente, podem ter sido transformados em sobrenome. Isso indica que no final do período Sengoku (século XV–XVI) e no período Edo (1603–1868) uma grande parte dos fazendeiros/agricultores já tinham sobrenome.

Segundo Peirano (2002) rito é um modelo para analisar eventos sociais em sentido lato, ou seja, são tipos especiais de eventos que são mais formalizados, organizados e até estereotipados. Dessa forma, são mais suscetíveis a análise devido ao recorte em termos nativos. São eventos ordinários estruturados, ordenados onde o propósito é coletivo, há um sentido de acontecimento. Além disso, os rituais de uma sociedade ampliam e focalizam, colocam em evidência o que é usual, rotineiro. Rituais são formas de justificar o que já é do cotidiano, há um grande sentimento na perspectiva etnográfica, de comunicação. Podemos ressaltar que a linguagem, a fala é um ato da sociedade e também do ritual, quer seja entre pessoas, pessoas-natureza, pessoas-deuses, pessoas-demônios.

Já Austin (1967) acredita que palavras são referenciais, mas não apenas isso. Para ele as palavras têm o poder de verbo, ou seja, são atos performativos. Sendo assim, a própria enunciação já é a realização. Um exemplo é a promessa, que remete a um tempo paralelo, nem passado, nem futuro, mas sim um compromisso, uma ação, um acontecer. Vale ressaltar que sendo o foco a ação, o processo tem uma carga teórico-política, que nasce da temporalidade do evento e do instante histórico (PEIRANO, 2002).

Gennep (1960) aponta que rituais são compostos de fases, são elas: separação, margem (ou *limen*, significando limiar em latim) e agregação. Também cita que rituais são transições, ritual de passagem, ritos que acompanham todas as mudanças, estados, posição social e idades. A primeira fase de separação abrange o abandono, afastamento do indivíduo ou grupo de uma estrutura social e/ou de um conjunto de condições culturais.

O período margem é o momento de transição, as características do sujeito são confusas, paradoxais não há vínculo do passado e nem horizonte no futuro. A liminaridade é frequentemente associada à morte, à invisibilidade, à escuridão, ao eclipse do sol e da lua e até as regiões selvagens. Normalmente as entidades liminares são representadas nuas, ou com apenas uma tira de pano, para que não tenham vínculos mundanos. É como estar no útero e na sepultura ao mesmo tempo, um sentimento de neutralidade, passividade e humildade. Ser reduzido ou oprimido até uma condição uniforme para então ser moldado novamente. Já a terceira fase de agregação, o sujeito ritual, seja ele indivíduo ou grupo alcança novamente um estado de equilíbrio. É neste momento que há a consumação da passagem, agora há um comportamento esperado socialmente, com direitos e deveres (TURNER, 1974). Esse vivenciar ritualístico fica evidente em:

Por um lado Turner nos diz: “Depois das festas do nascimento depois de ter recebido e retribuído os oloa e os tonga – ou seja, os bens masculinos e os bens femininos -, o marido e a mulher não se encontravam mais ricos do que antes.

Mas tinham a satisfação de ter visto o que eles consideravam uma grande honra; massas de propriedades reunidas por ocasião do nascimento do seu filho. Por outro lado, essas dádivas podem ser obrigatórias, permanentes, sem outra contraprestação que o estado de direito que as provoca. Assim, a criança que a irmã, e portanto o cunhado, tio uterino, recebe para criar de seu irmão e cunhado, é ela própria chamada um tonga, um bem uterino. Ela é o canal pelo qual os bens da natureza nativa, os tonga, continuam a escoar da família da criança para esta família. Por outro lado, a criança é o meio de seus pais obterem bens de natureza estrangeira (oloa) dos parentes que a adotaram, e isso o tempo todo que a criança viver”. [...] Mas, se estendemos nosso campo de observação, a noção de tonga adquire de imediato uma outra amplitude. Ela conota, em maori, em taitiano, em *tongan* e *mangarevan*, tudo o que é propriamente dita, tudo o que pode ser trocado, objeto de compensação. São exclusivamente os tesouros, os talismãs, os brasões, as esteiras e os ídolos sagrados, às vezes também as tradições, os cultos e os rituais mágicos (MAUSS, 2013).

Entendo que este texto se adéqua à proposta do concurso justamente porque propõe uma reflexão sobre a potência dos fazeres cotidianos e a relação do homem com a construção da existência individual e coletiva. Propõe documentar uma cultura oral com tradição milenar com enfoque no deslocamento da planta índigo japonês, *Persicaria tinctoria*. É preciso ainda citar que todo trabalho manual carrega em si a dimensão da potência humana, do que é possível produzir a partir do seu próprio corpo/mão, que se aprende de geração em geração, da tradição oral que consolida saberes e colocam em equilíbrio o fazer e o saber, trazendo à tona outro tipo de troca de experiência<sup>9</sup> em que o racional/análítico entra em sintonia com o afetivo/corporal<sup>10</sup>.

A escolha deste tema para o projeto é devido ao meu trabalho com índigo. Desde 2016, realizo todo o processo do plantio da semente à panela de tingimento exatamente nos mesmos moldes que é feito na região de Tokushima–Japão. Em 2017, fui contemplada pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e documentei, em formato de filme, o plantio, o processamento e tingimento. Em 2018, eu e meu marido nos mudamos para um sítio onde atualmente plantamos diversas plantas índigo e oferecemos vivências em torno deste processo. Há cinco anos realizo pesquisa em torno do deslocamento das plantas índigo no mundo de forma autodidata.

9 Sugiro a reflexão sobre troca de Marcel Mauss em *Ensaio sobre o Dom: forma e a razão das trocas nas sociedades arcaicas*.

10 Sobre o conceito de afeto e memórias das roupas sugiro Peter Stallybrass em *O Casaco de Marx: roupas, memória e dor*.

### 3. OBJETIVOS

O objetivo deste texto-relato é trazer um outro tipo de pensar e viver a pesquisa, diferente daquela feita dentro da academia formal. Aqui a história coletiva será atravessada por uma vida individual e costurada por uma *coisa* – planta.

Além disso, a pesquisa também se apresenta como um ato de resistência político, visto que atualmente toda relação que temos com rituais e processos, lê-se no sentido de coisas no entendimento heideggeriano, é esvaziado de apego, sentido e acolhimento. Ou seja, quando não refletimos que estes processos estão conectados conosco durante toda uma vida, e essa reflexão está intimamente ligada ao tempo, não conseguimos compreender a potência do ritual.

Entende-se nesta pesquisa, o ritual como coisa, segundo Heidegger. Para o autor coisa é um acontecer, um verbo, é inacabado, é um processo, diferente de um objeto que é um fato consumado. São como fios ao longo dos quais coisas são continuamente formadas em um emaranhado de vida<sup>11</sup>. É como ser convidado para uma reunião, não um observador, mas um sujeito ativo, participante. *Coisa* é um transbordar, jorrar, é como uma pipa que no ato do seu fazer parece um objeto, porém quando a lançamos no ar voa; a pipa só é uma pipa porque voa, pipa é um movimento. Dessa forma, coisa é um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam, é como um anel onde o fim e o começo podem estar em qualquer ponto, é fechado e aberto ao mesmo tempo (INGOLD, 2012; LIMA, 2010).

Também ousou supor que o sentimento adormecido que temos com coisas pode ser revivido por meio de trabalho manual intimamente conectado com pessoas que pensam primeiramente no todo coletivo e posteriormente na vontade individual. Potencializando a interação material (entrar em contato com a terra) e o fazer (semear, cuidar, extrair o pigmento e tingir), o saber/fazer age de forma viva e ativa no ciclo da vida e produzem rituais e memórias muitas vezes esquecidas no cotidiano<sup>12</sup>.

### 4. RELATO INDIVIDUAL

#### 4.1 DESLOCAMENTO PESSOA – PLANTA

---

11 Por vida entendo como capacidade geradora de relações nas quais coisas e pessoas geram e formam fluxos contínuos.

12 Sugiro a reflexão sobre cotidiano de Martin Heidegger em *Ser e Tempo*.

Nasci numa rua terra, quintal de terra no limiar entre o campo e a cidade. Eu lembro de estar sempre com calor e do carrinho de sorvete passar assobiando. A minha escolha era sempre o sorvete de uva. Quando não tinha o meu sabor preferido, eu optava pelo limão. Sou uma pessoa que é caracterizada por um apego a rotina e um paladar seletivo. Apesar disso, mamãe sempre conta que eu comia de tudo, legumes, verduras e frutas. Hoje entendo que é a configuração do prato que sou bastante apegada arroz, feijão, legumes e verduras refogados e às vezes salada. Quando tive que ir à escola eu dei muito trabalho, eu chorava demais e não queria ficar naquele lugar repleto de barulhos e lotado de gente. Lembro que uma vez me agarrei ao portão e por nada deste mundo eu soltava. Não tenho certeza quanto tempo durou essa minha aversão a escola, só sei que isso mudou quando eu entendi que ali eu descobriria novos modos de enxergar a vida. E apesar de gostar muito de rituais, sou fascinada pelas possibilidades diferentes de atravessar a existência.

Durante toda a minha idade escolar, eu fui a aluna que hoje seria considerada nerd. Sentava na primeira carteira para poder ouvir com clareza a aula e não ser atrapalhada pela bagunça do fundão. Sempre amei estudar. Era a minha maneira de dar sentido ao mundo e entender a organização deste. Lia livros de todos os tipos, mesmo aqueles que não eram indicados pela escola. Se determinado assunto me interessava eu buscava incessantemente entendê-lo. Acredito que essa força maior, essa fome de saber aprendi com papai. Mamãe me ensinou outros tipos de forças, aquelas da ordem do interior, quase espiritual.

Desde o meu nascimento(sou a filha mais velha de mais dois filhos, uma irmã e um irmão) um assunto que permeou toda a minha existência foi o Japão. Incrivelmente eu nunca me reconheci com ascendência japonesa. Sempre amei os cabelos cacheados de mamãe e minha convivência com os familiares maternos foi mais intensa. Na minha concepção, tudo na vida tem uma explicação e talvez, a minha resposta sobre isso seja que a minha família materna é mais comunicativa. Apesar disso, sempre amei ir na casa da ba (avó em japonês).

Foi com ela, com a ba, que pude descobrir o que queria ser quando crescer. Foi na casa da ba que pude fazer fogueiras no quintal e “poções” mágicas com macarrão e ervas.

Eu lembro que a nossa fogueira era de jornais e no final da brincadeira nossos rostos e mãos ficavam pretas de fuligem. A panela que usávamos era da minha bisavó e eu tive a honra de poder conhecê-la, nós a chamávamos de “*bachanzinha*”, uma junção de *bachan* (avó em japonês) + *z-inha* que em português usamos para indicar o diminutivo. A panela eu tenho até hoje.

Mais tarde já adolescente, o assunto Japão voltou a ser presente e então começamos

eu, meus irmãos, papai e mamãe as nos organizar para finalmente ir morar lá. Não que fosse uma grande necessidade financeira, meu pai tinha um emprego estável, não éramos ricos, mas havia aquela força maior, algo como um chamado que rondava a vida dele e consequentemente a nossa. Mas a vida é repleta de mistérios, aliás, tenho a mais pura convicção que cada existência seja um grande mistério e nessa época mamãe foi diagnosticada com câncer. Então a história de ir morar no Japão precisou esperar. Durante um longo ano, neste momento eu tinha catorze anos, ficamos em tratamento, idas e vindas do hospital para fazer quimioterapia. Até hoje me pergunto “como conseguimos?”. Nessa época morávamos em Sorocaba e toda a nossa família, tios e tias estão no interior. Lembro que nas semanas de quimioterapia mamãe ficava de cama. Nas outras três semanas do mês, ela tirava forças, não sei de onde, e voltava a cuidar de casa e de nós. Meu pai precisou continuar a trabalhar e nós a ir à escola, ou seja, duramente a vida precisava continuar. Um ano se passou entre cirurgia e muitas sessões de quimioterapia e mamãe se salvou, não era a hora dela.

Eu estava com 15 anos e fui estudar em uma excelente escola, já nesta época queria ser advogada ou médica. Amava tentar desvendar o comportamento humano e era fã de seriados de crimes. Foi um dos anos que mais estudei na vida e que infelizmente passou rápido.

Foi com 16 anos que comecei a trabalhar, meus pais já não podiam mais pagar por uma boa escola e então para que eu pudesse pagar a mensalidade fui procurar um emprego. Trabalhei por um ano em uma loja de roupas. E então já com 17 anos fomos todos morar no Japão.

Uma das mais duras, intensa e paradoxal experiência da minha vida. A viagem pareceu durar uma eternidade, viajei, viajei e viajei e não chegava. Quando finalmente descemos em Tóquio e depois em Nagoya “ainda” era noite. Meu corpo todo doía e eu precisava loucamente tomar um banho. Lembro de estar embriagada pelo *jetlag* e, não saber ainda nesta época que se eu pisasse descalço na terra provavelmente meu relógio biológico arrumaria. E eu me perguntava por que tem tantas luzes nesse lugar?

Era maio e minha próxima indagação foi por que chove tanto aqui? Cadê a luz do sol? Durante todo o mês só choveu e nós tentávamos nos adaptar. Coloquei um calendário na parede e como alguém que está sozinha em uma ilha deserta foi riscando os dias na esperança de voltar logo para o Brasil. Aqui deixei muitos sonhos, terminar a escola e ir para a sonhada faculdade. Lá, no Japão, fomos eu e minha irmã matriculadas em uma escola brasileira porque com a nossa idade e zero entendimento da língua, não podíamos frequentar a escola japonesa.

Ficava horas no transporte para chegar à escola que era em uma outra cidade e quando finalmente chegava lá, precisava assistir aula com a turma mais nova porque eu era a única aluna do terceiro colegial. Se ainda não bastasse, a mensalidade era tão cara que aqui no Brasil pagaria uma graduação. Por isso, resolvi trabalhar, trabalhar em fábrica.

A primeira fábrica que trabalhei foi de alimentos, eu me lembro que enquanto colocava os pedaços de omelete ou pepino sonhava com a possibilidade de morar sozinha em uma casa no Brasil, sonhava com a decoração nos mínimos detalhes. Foi a minha forma de sobreviver naquele momento.

Depois trabalhei em uma fábrica de fios para carro, onde desenvolvi um problema no pulso e que ganhei um tapa de uma chefe japonesa por não colocar o fio “direito”.

E então fui trabalhar montando celulares e foi neste lugar que fiz amigas do mundo inteiro Peru, Bolívia, Filipinas e até Romênia. Também foi quando me esforcei muito para aprender japonês e tentar um emprego que estivesse mais alinhado com meus sonhos. Só não sabia que isso iria levar mais de uma década.

Eu trabalhei muito, que nem gente grande, viajei quase o Japão inteiro na tentativa de compensar uma ida não desejada por mim. Acessei lugares maravilhosos e tive experiências da ordem de momentos inesquecíveis e posso dizer que presenciei modos de viver muito diferentes do que eu conhecia. Um grande exemplo foi estar em quarta-feira comum em Tóquio e ter a sensação de ser um final de semana prolongado. A cidade não dorme, todos os comércios estavam abertos e tinha muita gente nas ruas. Conheci o templo de ouro e fiquei bem decepcionada porque, na minha inocente imaginação, as paredes seriam barras grossas e pesadas de ouro. Quando cheguei lá o templo era tão distante e me parecia folhas de papel pintadas da cor dourada.

Voltei para o Brasil depois de três anos e recomeçar aqui não foi nada fácil. A sensação que tive é que faltavam coisas a serem feitas. Fui terminar a escola, estudar para passar nas provas da faculdade, aprender a dirigir e trabalhar. Fiz tudo isso, casei, mudei de cidade e adoeci. Em 2014, fui morar em São Paulo capital para fazer uma boa faculdade, trabalhar e ficar mais perto do meu marido que na época era namorado. A agitação de uma grande cidade, um estilo de vida com pouquíssimas horas de sono e um emprego não alinhado aos meus anseios da vida me proporcionou um burnout. Mas antes de adoecer, eu fui para o Japão fazer as pazes com os meus ancestrais.

Era 2016, as condições financeiras não era das mais favoráveis, mas eu tinha um dinheiro guardado do brechó on-line que tive. Neste momento já fazia tingimento natural e o índigo já era o meu hiperfoco. Eu literalmente varri a internet em busca de

fontes seguras sobre essas plantas que ofereciam pigmento azul. Então me organizei para viajar em dezembro ao Japão. Em pleno inverno!

As coisas deram tão certo que quase não acredito. Tive que renovar passaporte, tirar visto e como em um passe de mágica deu tempo de fazer tudo! Nunca me esqueço da felicidade que eu estava quando fui tirar a foto do passaporte e perguntei: Pode sorrir na foto? E é claro, estou com um sorriso daqueles em todas as fotos  $\frac{3}{4}$  desta época.

Embarquei rumo ao Japão para aprender em Tokushima o tradicional aizome (awa ai). Foi uma viagem completamente diferente da que fiz em 2006. Foi fluida e meu olhar sobre o processo foi de um espectador que assiste a um filme que escolheu vivenciar. No avião conheci outras mulheres que também estavam viajando sozinhas, uma ia para a Irlanda e a outra Suécia. Cheguei em Tóquio e peguei um *shinkansen* para Nagoya. Lá encontrei minha irmã. Tive a sorte de poder ficar hospedada na casa dela e na mesma cidade que morei em 2006. Ela foi uma pessoa fundamental para que eu conseguisse chegar em Tokushima. Além disso, pude criar novas memórias dessa cidade onde vivi por três longos anos. Fui ao museu municipal, aos brechós que gostava de frequentar. Conheci novos restaurantes e novos lugares.

Fui rever *Kamimaezo* um lugar que eu amava ir, comi em uma deliciosa pizzaria que ainda não conhecia. Conheci a loja da Alice no País das Maravilhas. Fui para Sakae e muitos lugares que gostava de passear quando morava no Japão.

No dia da viagem para Tokushima acordamos antes do sol nascer. Chovia e chovia muito. Curioso pensar a simbologia da água e da chuva:

*“A natureza da compaixão não é forçada,  
Cai como a chuva suave do céu  
Sobre o chão...”*  
*Shakespeare, O mercador de Veneza (4.1. 80-82)*

*“Não era como a nossa chuva delicada da Inglaterra, que cai suavemente sobre a terra; era impiedosa e de algum modo terrível; sentia-se nela a malícia das forças primitivas da natureza. Não caía apenas, corria. Era como um dilúvio vindo do céu e crepitava no telhado de ferro ondulado com uma persistência constante que enlouquecia”.*

W. Somerset Maugham, Rain

“A água, da qual toda a vida depende, desce sobre a terra em gotas de chuva, às vezes

suavemente outras torrencialmente. A chuva é uma visita milagrosa do poder celestial de união psíquica, natural e imensa, necessária e temida, purificante, libertadora, dissolvente, inundante, mitigadora e doce. A chuva precipita o crescimento, a mudança, o descanso, a purificação e o desastre. A imagem da chuva nas mitologias do dilúvio de muitos povos representa a penetração da terra por danças de forças celestes descendentes e fertilizantes e indica o pelo casamento sagrado do céu e da terra. A semente divina<sup>13</sup>, oferecendo e caindo como o aguaceiro dourado de Zeus sobre Danae, impregna a terra para sustentar e renovar toda a vida, servindo como imagem primordial da concessão da graça, compaixão e a abundância. No entanto, a chuva pode vir como linguagem da retribuição divina, nas águas destruidoras do dilúvio. Como símbolo e metáfora, os detalhes das chuvas da natureza refletem estados psíquicos internos. Quando somos inundados, somos lugares carregados de emoções. Quando chove, nos retiramos para dentro, movemo-nos para um lugar interior, procuramos abrigo. O céu acima, distante, superior e possuído por espíritos, escurece, enfurece e, por finalmente, deixa cair suas águas, correspondendo ao cinzento, ao tumulto, à melancolia, às chuvas lacrimejantes do sofrimento ou talvez ao tão necessário desapego e, mesmo para a alegria suave de ‘Singin’ in the Rain’.

O benefício da cura pela influência celestial de tal chuva purifica o que está escuro e apanhado na cegueira emocional, ou o que está na terra interna ressequida, inerte, estéril de vida, preso na inconsciência ou certeza, e necessitada das chuvas que dissolvem e propagam. Os alquimistas viram a “lavagem” da nigredo, iluminando e reanimando o que parecia morto e escuro. Essa intervenção divina da graça, ocorrendo no ponto mais escuro, precedia uma nova *coniunctio*, uma união psíquica de emoção, corpo, imaginação e mente em um novo nível de consciência. Na tradição mítica, a humanidade em desequilíbrio com a natureza divina da vida atrai simbolicamente inundações e secas. Pessoas de todo o mundo criaram danças e rituais da chuva para invocar o tratamento benéfico do deus do céu, ou às vezes a mãe da chuva, que oferece chuva. Quase todas as mitologias mundiais incluem referências a um dilúvio divino em que as divindades celestes destroem mundos antes de recriá-los ou repovoá-los em uma nova era. Quando as águas enchem, as pessoas têm que procurar lugares mais altos; é necessária uma nova perspectiva que os leve acima da inundação.

Como força inexorável da natureza, a chuva é um imenso poder que subjuga a vontade individual ou a arrogância coletiva da humanidade. As emissões tóxicas de nossas tecnologias tiveram como resposta a chuvas e inundações do aquecimento global. Escritores como W. Somerset Maugham descreveram a chuva vingativa como um contraponto aos esforços para subjugar a natureza. Mas há também a chuva de bênção e equilíbrio. Quando a última de uma série de verdadeiras Rainhas das Chuvas africanas morreu em 2001 em Petersburg, África do Sul, três dias de chuva inexplicável foram

---

13 Tradução minha

relatados na área, começando no dia de sua morte (The New York Times, 30 de junho de 2001). Da mesma forma, o caráter humilde da imagem de Hiroshige, retratando pessoas protegidas sob guarda-chuvas e passando de um lado para outro em uma ponte, em uma paisagem aquática, pode ser vista como uma atitude correta em relação à superioridade tanto da chuva quanto da própria travessia” (MARTIN, 2010).

Chovia com toda a carga simbólica possível quando fui em direção a Tokushima. Depois de uma cansativa viagem conseguimos chegar para a minha aula de tingimento natural. Eu não tenho muitas memórias do curso, mas tenho muitas sensações desse dia. Lembro-me dos meus olhos e nariz arderem quando entrei no galpão onde estava sendo fermentado *sukumo* (matéria prima japonesa para o tradicional tingimento azul – *aizome*). Lembro da potência azul do meu lenço que uso com muita honra até hoje. Lembro de sentir minha alma sair do corpo quando olhei minhas mãos extremamente azuis no final do dia. Lembro das primeiras sementes que trouxe ao Brasil como se fosse hoje. As primeiras sementes de índigo japonês a pisar em solo sul americano.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Anna Ligia Pozzetti. Terra, Família e Agricultura: um estudo sobre a transição ao capitalismo no Japão (XVII-XIX). Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2016.

BECHTOLD, Thomas; MUSSAK, Rita. Handbook of Natural Colorants. West Sussex, United Kingdom. John Wiley & Sons Ltd, 2009.

BALFOUR-PAUL, Jenny. Indigo. Egyptian mummy's blue jeans. Buffalo, New York. A Firefly Book, 2012.

Chinese National Museum Ethnology. Chinese Color On Miao's Land: Exhibition of Embroidery Costume Culture of Miao People in China. Disponível em: <<http://cnmuseum.com/index.php?m=article&a=index&id=476>> Acesso em: 20 de julho de 2020.

HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. Rio de Janeiro: Editora Universitária São Francisco, 2015.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan/jun.2012.

KAWAHITO, Miyoko. Awa Natural Indigo. Tokushima: NPO AwaNousonButai no Kai, 2015.

KOJIMA, Mei. Communitylookingto UNESCO listingto revive tradition. Dec. 12, 18. Disponível em: <<https://www3.nhk.or.jp/nhkworld/en/news/backstories/322/>> Acesso em 28 de agosto de 2020.

LIMA, Jorge dos Santos. Comentários sobre a coisa de Heidegger. Saberes, Natal – RN, v. 1. N.4, jun 2010.

MARTIN, Kathleen (org.). O Livro dos Símbolos: reflexões sobre imagens arquetípicas. Köln – Alemanha: Taschen, 2010.

MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MÉTAILLIÉ, Georges. Esclarecimentos sobre o conhecimento botânico na China durante a dinastia Qing. Dossiê Fontes, São Paulo, Circumscribere 12(2012):99-112

PEIRANO, Mariza G. S. A Análise Antropológica de Rituais. Série Antropologia. Universidade de Brasília, 2010.

PEIRANO, Mariza G. S. (org.). O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

QIN, Amy. Chinese Village Keeps Alive a Tradition of Indigo Dyeing. The New York Times, Nov. 13, 2017, Section A, Page 7. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/11/12/world/asia/china-indigo-dyeing.html>> Acesso em: 11 de agosto de 2020.

SAKATA, Satoshi. Historical Origin of the Japanese Ie System. Chuo Online, 28 de janeiro de 2013. Disponível em: <<https://yab.yomiuri.co.jp/adv/chuo/dy/opinion/20130128.html>> Acesso em: 5 de agosto de 2020.

SILVA, Eliane Borges da. O Conceito de Existência em Ser e Tempo. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Filosofia, 2010.

STALLYBRASS, Peter. O Casaco de Marx: roupas, memória e dor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

STEIN, Aurel. Serindia: Detailed Report of Exploration in Central Asia and Westernmost China Carried Out and Described Under the Orders of H.M Indian Government, 5 vols (Oxford: Clarendon Press, 1921), vol. II, p.1000.

Tradition @ Present: Timeless Style Of Chinese Ethnic Attrie. Atlas Design. Disponível em: <<http://www.studio-atlas.com/culture-1/national-ethnographic-museum>> Acesso em 10 de agosto de 2020.

TURNER, Victor W. O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

Japan Endless Discovery, 25 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.japan.travel/en/news/unesco-add-japans-ritual-visits-of-deities-to-list-of-intangible-cultural/>> Acesso em: 28 de agosto de 2020.

YOSHIOKA, Sachio. History of Japanese Colour: traditional natural dyeing methods. Colour: Design & Creativity (5) (2010): 4, 1-7.

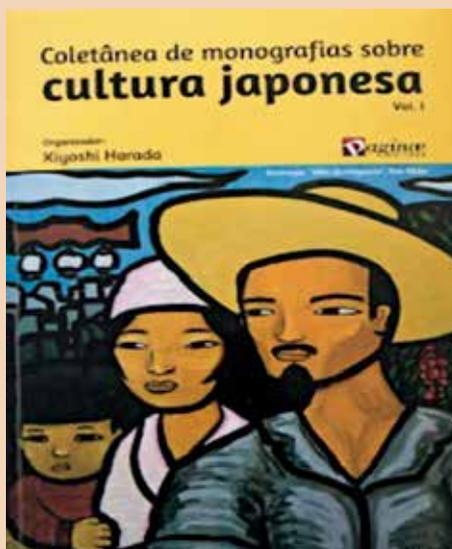
ZHAO, Feng, ed. Textiles from Dunhuang in UK Collections. Shanghai: Donghua University Press, 2007. pp. 286.

## SOLENIIDADE DE PREMIAÇÃO DO 3º CONCURSO DE MONOGRAFIAS

Infelizmente não houve gravação das solenidades de premiação, mas, seguem abaixo o roteiro do que foi executado, coincidindo com o lançamento da 1ª coletânea de monografias.



Medalha dos monografistas



Volume 1 da Coletânea

### I. Solenidade de premiação da monografia vencedora:

#### a) Composição da mesa:

1. Kiyoshi Harada;
2. Min. Massami Uyeda;
3. Renato Ishikawa;

4. Leandro Hattori;
5. Vitor Nakamura;
6. Gustavo Kenji Matsumoto;
7. Cônsul Geral Adjunta, Chiho Komuro.

- b) Abertura por Kiyoshi Harada que fará a apresentação dos monografistas;
- c) Proclamação da monografia vencedora pelo Min. Massami Uyeda;
- d) Entrega do Prêmio por Felícia Ayako Harada;
- e) Palavras do monografista vencedor;
- f) Palavras do presidente do Bunkyo;
- g) Palavras do presidente do Gaimusho;
- h) Palavras do presidente da JCI;
- i) Palavras da Cônsul Geral Adjunta, Chilo Komuro;
- j) Brinde comandado por Rodolfo Wada.

## **II. Cerimônia de lançamento da coletânea de monografias:**

- a) Composição da mesa:
  1. Kiyoshi Harada;
  2. Renato Ishikawa;
  3. Roberto Nishio;
  4. Min. Massami Uyeda;
  5. Cônsul Geral Adjunta, Chiho Komuro
- b) Abertura por Kiyoshi Harada que fará a apresentação dos monografistas;
- c) Palavras do Renato Ishikawa;
- d) Palavras do Roberto Nishio;
- e) Palavras da Cônsul Geral Adjunta, Chiho Komuro;
- f) Brinde pelo Min. Massami Uyeda;

g) palavras finais de encerramento e de agradecimentos por Kiyoshi Harada.

OBS; Renato Ishikawa foi representado por Roberto Nishio, Vice-Presidente do Bunkyo em ambas as cerimônias.

## **ILUSTRAÇÕES DA SOLENIDADE DE PREMIAÇÃO DO 4º CONCURSO**

A íntegra da solenidade de premiação realizada no dia 21-11-2022, às 19,00 horas pela Plataforma ZOOM foi gravada pela equipe técnica da Associação Brasileira de Ex Bolsistas do Gaimusho Kensusei que disponibilizou as principais fotos do evento.

Link da solenidade:

<https://drive.google.com/drive/folders/1nAc116JjmUeyH55rgls2R7B-Q7uxZ5unK?usp=sharing>

O evento on line contou com a participação dos membros da Comissão Organizadora, do corpo de jurados, dos monografistas e com a presença honrosa da Cônsul Geral Adjunta do Consulado Geral do Japão em São Paulo, Sr<sup>a</sup> Chiho Komuro.

A cerimônia foi conduzida por Rodolfo Wada, coordenador geral do IV Concurso de Monografias, obedecendo ao seguinte roteiro:

**I. Abertura pelo mestre de cerimônias, Rodolfo Wada que explicará a finalidade do evento;**

**II. Composição da mesa virtual pelo mestre de cerimônias:**

a) Jurista Kiyoshi Harada – Presidente da Comissão Organizadora;

b) Dr. Renato Ishikawa – Presidente do Bunkyo;

c) Leandro luamoto - Presidente da JCI Brasil-Japão;

d) Rodolfo Wada – Presidente do Gaimusho;

e) Cônsul Geral Adjunta, Chiho Komuro;

f) Ministro Massami Uyeda – Presidente da Comissão Julgadora.

- III. Mestre de cerimônias concede a palavra ao jurista Kiyoshi Harada para as palavras de abertura, apresentação dos monografistas e do corpo de jurados;
- IV. Mestre de cerimônias concede a palavra ao Min. Massami Uyeda para breve pronunciamento e proclamação das monografistas vencedoras;
- V. Mestre de Cerimônias convida a Dr<sup>a</sup> Felícia Harada para proceder a entrega dos prêmios (envelope com dinheiro e troféu) começando pela terceira colocada;
- VI. Mestre de cerimônias concede a palavra para cada uma das vencedoras;
- VII. Na condição de Presidente do Gaimusho, Rodolfo Wada, profere breves palavras realçando a importância do concurso e concede palavra ao Presidente do Bunkyo;
- VIII. Concede palavra do Presidente da JCI;
- IX. Concede palavra à Cônsul Geral Adjunta, Chiho Komuro;
- X. Mestre de cerimônias anuncia o brinde e convida o Prof. Sedi Hirano para conduzir a saudação;
- XI. Mestre de cerimônias concede a palavra ao jurista Kiyoshi Harada para o encerramento do evento.

OBS: Renato Ishikawa foi representado por Roberto Nishio, Vice-Presidente do Bunkyo e a monografista Simone Yuriko Kameo foi representada pela Patrícia Murakami.



Sessão de abertura



Sessão de entrega dos prêmios pela Felícia Ayako Harada



Entrega do prêmio a Daniella Lumi Nascimento Watanabe – 3º lugar



Cônsul Geral Adjunta, Chiho Komuro



Ministro Massami Uyeda



Patrícia Murakami



Ana Luiza Henriques Coan



Trofeus para 1ª, 2ª e 3ª colocadas e as medalhas de participação



Ana Luiza Henriques Coan – 1ª colocada



2ª colocada



Campeã Ana Luiza Henriques Coan ladeada por Rodolfo Wada e Patrícia Murakami

O Concurso, já em sua 4ª edição, tem se consolidado como uma oportunidade ideal para reflexão dos participantes, bem como estimulado para que enveredem numa ampla pesquisa a fim de sistematizar os dados sobre o tema proposto.

**Renato Ishikawa - Presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social**

É motivo de grande alegria e admiração que observo o amplo interesse da comunidade *nikkei* e de toda a sociedade brasileira pela história, cultura e tradições japonesas.

**Chiho Komuro - Cônsul-Geral Adjunto**

Como se observa, as monografias premiadas constituem-se em preciso repertório do que pensam as autoras e, de certa maneira, permitem aferir o sentimento da comunidade nipo-brasileira, no concernente à plena integração no cenário sócio-econômico-cultural do Brasil.

**Ministro Massami Uyeda - Presidente da comissão julgadora.**

Todas as monografias apresentadas no 3º e 4º concursos são de capital importância e relevância na consecução dos objetivos desse concurso monográfico, que são exatamente o de preservar a milenar cultura japonesa e divulgá-la perante a sociedade brasileira em geral.

**Kiyoshi Harada - Organizador da coletânea.**

## Realização



## Patrocínio

